

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**Identities e estratégias sociais na arena transnacional.  
O caso do movimento social contra o livre comércio nas Américas**

Gonzalo Berrón

**São Paulo  
2007**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

**Identities e estratégias sociais na arena transnacional.  
O caso do movimento social contra o livre comércio nas Américas**

Gonzalo Berrón

Tese apresentada ao Programa de  
Pós-graduação em Ciência Política do  
Departamento de Ciência Política da  
Faculdade de Filosofia, Letras e  
Ciências Humanas da Universidade de  
São Paulo, para a obtenção do  
Título de Doutor em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Lúcio Kowarick

**Data de aprovação:**

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**Banca Examinadora:**

Prof. Dra. Rossana Rocha Reis

Prof. Dr. Luis Fernando Ayerbe

Prof. Dr. Rafael Duarte Villa

Prof. Dr. José Maria Gómez

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

**Identidades e estratégias sociais na arena transnacional.  
O caso do movimento social contra o livre comércio nas Américas**

Gonzalo Berrón

Tese apresentada ao Programa de  
Pós-graduação em Ciência Política do  
Departamento de Ciência Política da Faculdade de  
Filosofia, Letras e  
Ciências Humanas da Universidade de  
São Paulo, para a obtenção do  
Título de Doutor em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Lúcio Kowarick

São Paulo  
2007

*A Celina, Juan y Helena*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à CAPES pela concessão da bolsa de estudos que viabilizou esta pesquisa. Igualmente à FFLCH-USP pela oportunidade que me deu de fazer este curso de doutorado, e ao Departamento de Ciência Política pelo apoio e paciência para resolver os meus “problemas burocráticos”.

Agradeço, em outra esfera, à Central Única dos Trabalhadores, que me acolheu na sua Secretaria de Relações Internacionais, onde conheci o movimento a que dediquei esta tese. Às minhas e meus colegas da CUT, da ORIT, e aos *compas* da REBRIP e da Campanha Brasileira Contra a ALCA. À Aliança Social Continental e a todas e todos aqueles que ajudam na sua construção e nas suas lutas, assim como aos amigos e amigas da Europa com os que estive vinculado nesses anos todos.

Agradeço imensamente a paciência dos meus entrevistados e as dicas e recomendações de cada pessoa com quem conversei sobre minha tese. Também àqueles que vasculharam arquivos e me mandaram preciosa documentação.

Especialmente a meu orientador Lúcio Kowarick pelo encorajamento e por compartilhar comigo sua sabedoria e sensatez.

E, tomando a licença de escrever este parágrafo em língua materna, *agradezco a mi familia en Brasil y en Argentina por el aliento constante. A Celina em particular porque además de su amor, lee mis trabajos, los corrige y siempre me pone las pilas. A Nani Stuart, mi suegra y consejera, por su tiempo. A mis hijos, por los ratos juntos que esta tesis nos robó pero que prometo reponer.*

## RESUMO

Esta tese estuda o movimento social contra o livre comércio nas Américas, num esforço de defini-lo como tal, identificando seus limites e suas diversas e complexas dinâmicas de ação dentro do campo transnacional. A abordagem do objeto – como estudo de caso – é feita, primeiramente, a partir de sua reconstrução histórica, através de métodos qualitativos de análise de fontes primárias documentais, entrevistas em profundidade, bem como a própria observação participante do autor. Intencionalmente, apenas num segundo momento dá-se o diálogo com o corpus teórico dos movimentos sociais e a literatura recente sobre a ação coletiva na arena transnacional. Produto dessa discussão é a construção de um arcabouço analítico que termina por fazer dos conceitos de *identidade social* e *estratégia/ação coletiva* as peças centrais da definição de *movimento social*. Em um terceiro e último momento, o conceito é utilizado para retornar ao objeto e dar conta de sua complexidade.

**Palavras chave:** Livre Comércio - Movimentos Sociais - Identidades sociais- Ação coletiva - Transnacionalização.

## ABSTRACT

This thesis studies the social movement that opposes free trade in the Americas, in an effort to define it as such, by charting its limits and diverse and complex dynamics within the field of transnational collective action. The case-study approach adopted focuses, firstly, on the historical reconstruction of the object, and is based on qualitative methods such as in-depth interviews, archival studies and participant observation. Intentionally, a dialogue with the social movement's theoretical corpus and the recent literature on collective action in the transnational arena is only presented at a second moment. The outcome of this discussion is an analytic framework that places the concepts of *social identity* and *collective strategy/action* as centerpieces of the broader definition of *social movement*. At a third and final moment, the concept that evolves is used to return to the object and explain its complexity.

**Key words:** Free trade – Social movements – Social Identities – Collective action – Transnationalism



# Índice

<b>ÍNDICE.....</b>	<b>8</b>
SIGLAS.....	10
APRESENTAÇÃO.....	13
<b>PARTE I</b>	
<b>O OBJETO DE ESTUDO .....</b>	<b>20</b>
CAPÍTULO 1	
O MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA AO LIVRE COMÉRCIO NAS AMÉRICAS.....	21
<b>PARTE II</b>	
<b>OS CONCEITOS.....</b>	<b>64</b>
CAPÍTULO 2	
O DEBATE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS.....	64
CAPÍTULO 3	
SOBRE A TRANSNACIONALIZAÇÃO DA AÇÃO COLETIVA .....	101
CAPÍTULO 4	
DA IDENTIDADE AO MOVIMENTO SOCIAL TRANSNACIONAL. O CONCEITO.....	117
<b>PARTE III</b>	
<b>O OBJETO E OS CONCEITOS.....</b>	<b>138</b>
CAPÍTULO 5	
IDENTIDADES SOCIAIS COMPLEXAS NA ARENA TRANSNACIONAL.....	139
CAPÍTULO 6	
IDENTIDADE + ESTRATÉGIA = MOVIMENTO SOCIAL .....	200
CAPÍTULO 7	
NEGOCIAÇÕES DA ALCA: ASSIMETRIAS DA SOCIEDADE CIVIL E AS TÁTICAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS .....	246
<b>PARTE IV</b>	
<b>AS CONCLUSÕES .....</b>	<b>268</b>
CONCLUSÕES .....	269
<b>CRONOLOGIA, BIBLIOGRAFIA, ANEXOS.....</b>	<b>275</b>
CRONOLOGIA: AÇÕES DOS MOVIMENTOS VS NEGOCIAÇÕES COMERCIAIS .....	276
BIBLIOGRAFIA GERAL.....	289
ENTREVISTADOS.....	316

## **Siglas**

ABF – *Américas Business Forum*

ACJR - *Alianza Chilena por un comercio Justo y Responsable*

ACN – *Action Canada Network*

ACP – *África, Caribe e Pacífico*

AFL-CIO - *American Federation of Labor and Congress of Industrial Organizations*

ALBA - *Alternativa Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América*

ALCA – *Área de Livre Comércio das Américas*

ALENA – *Accord de libre-échange nord-américain*

ANACMA - *Acordo Norte-Americano de Cooperação sobre o Meio Ambiente*

ANACT *Acordo Norte-Americano de Cooperação sobre o Trabalho*

APEC - *Asia-Pacific Economic Cooperation*

ART – *Alliance for Responsivel Trade*

ASC – *Aliança Social Continental (HSA)*

BID – *Banco Interamericano de Desenvolvimento*

CAFTA – *Central América Free Trade Agreement*

CAN – *Comunidade Andina de Nações*

CAOI – *Coordinadora Andina de Organizaciones Indígenas*

CEPAL - *Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe*

CGT – *Central General del Trabajo*

CIADI – *Centro Internacional para el Arbitraje de Disputas sobre Inversiones*

CLC – *Canadian Labor Congress*

CLOC – *Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones Campesinas*

CNC - *Comitê de Negociações Comerciais*

CNRP - *Coordinadora Nacional de Resistencia Popular*

CONAIE – *Confederación de Nacionalidades Indígenas de Ecuador*

CQNT - *Coalizão Quebequense sobre as Negociações Trinacionais*

CQOL – *Coalition québécoise d'opposition au libre-échange*

CSN – *Comunidade Sul-americana de Nações (hoje UNASUL)*

CTA – *Central de Trabajadores Argentinos*

CTC – *Citizens Trade Campaign*

CTM- *Confederación de Trabajadores de México*

CUPE - *Canadian Union of Public Employees*

CUSFTA - *Canadá-United States Free Trade Agreement (CUSFTA)*  
CUT – Central Única dos Trabalhadores  
EA1, EA2, EA3 – Cúpulas Sociais “*Enlanzando Alternativa*”  
EPA - *Economic Partnership Agreement*  
EUA - Estados Unidos de América  
FAT - *Frente Auténtico del Trabajo*  
FSA – Fórum Social Américas  
FSM – Fórum Social Mundial  
FTA – *Free Trade Agreement*  
GATT – *General Agreement on Tariffs and Trade*  
HSA - *Hemispheric Social Alliance (ASC)*  
IATP - *Institute of Agriculture and Trade Policy*  
IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas  
IIRSA – Iniciativa de Infra-estrutura Regional Sul Americana  
MAS – *Movimiento Al Socialismo*  
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul  
MICSP - *Movimiento Campesino Sindical y Popular*  
MODTLE – *Movement for Development, Trade, Labor and Environment*  
MOSIP – *Movimiento por la Soberanía y la Integración de los Pueblos*  
MST – Movimento Sem-Terra  
MST – Movimento Social Transnacional  
NAALC - *North American Agreement on Labor Cooperation*  
NAC - *National Action Committee on the Status of Women*  
NACEC - *North American Commission for Environmental Cooperation*  
NAFTA – *North American Free Trade Agreement*  
OCLAE – *Organización Continental Latinoamericana y Caribeña de Estudiantes*  
OEA – Organização de Estados Americanos  
OIT – Organização Internacional do Trabalho  
OMC – Organização Mundial do Comércio  
ONG – Organização Não Governamental  
ORIT – Organización Regional Interamericana de Trabajadores  
OWINFS – *Our World Is Not For Sale*  
PCN – *Pro Canadá Network*  
PRD – *Partido de la Revolución Democrática*

REBRIP – Rede Brasileira pela Integração dos Povos  
RECHIP – *Red Chilena por la Integración de los Pueblos*  
REIH - Rede Empresarial de Integração Hemisférica  
RMALC – *Red Mexicana de Acción contra el Libre Comercio*  
RQIC – *Réseau québécois sur l'intégration continentale*  
SCG - Sociedade Civil Global.  
SECOFI - *Secretaria de Comercio y Fomento Industrial*  
SICA – *Sistema de Integración Centro Americano*  
TAN – *Transnational Advocacy Networks*  
TCP – Tratado de Comércio dos Povos  
TLC – Tratado de Livre Comércio  
TLCAN – Tratado de Libre Comercio de América del Norte  
TPA - *Trade Promotion Authority*  
TSMOs - *Transnational Social Movement Organizations*  
UE – União Européia  
UE-ALC – União Européia-América Latina e o Caribe  
UNASUL – União de Nações da América do Sul (ex CSN)

## Apresentação

Essa pesquisa é uma tentativa de contribuir ao estabelecimento das dimensões empíricas e teóricas do surgimento de um ator social transnacional nas Américas no contexto da generalização da aplicação de políticas econômicas neoliberais nos anos 90s na região. Estou me referindo ao heterogêneo conjunto de movimentos e organizações sociais (ongs) que colocaram o foco da sua ação, ou pelo menos incorporaram entre os seus “issues” de trabalho, a resistência aos acordos de livre comércio iniciada no nosso continente por volta do ano 1986 com o começo da negociação do acordo entre Canadá e os Estados Unidos.

No processo de questionamento aos conteúdos e a forma de negociação desses acordos foram se conformando, primeiro em nível nacional e depois transnacional, grupos de composição heterogênea que incluíam sindicatos, ambientalistas, movimento de mulheres, de usuários e consumidores, estudantes, partidos de esquerda, camponeses, indígenas e outros setores da vida social que viam uma ameaça em tais tratados. Esse tipo de reunião de atores, que logo adquiriria o nome vulgar de redes, coalizões ou alianças, foi de certa forma inédito nas experiências sociais que tínhamos até então, não só pelo seu caráter “multi-setorial” mas também pela crescente transnacionalização da sua ação que chegara a ter, nesse caso específico, uma dimensão continental.

Estudo aqui por exemplo, o surgimento e a ação de uma identidade coletiva que viraria paradigma de ação do movimento contra o livre comércio, a *Pro-Canada Network* (PCN, 1987), no Canadá anglo falante, mas também a “Coalizão Quebequense de Oposição ao Livre Comércio ” (1986), a província de Quebec, e já nos 90 no México a Rede Mexicana de Ação contra o Livre Comércio (RMALC, 1991), nos Estados Unidos a “*Move on Development, Trade, Laborl and Environment*” (MODTLE, 1990) e a “Campanha Cidadã do Comercio”(CTC 1991).

O crescimento e evolução do movimento anti-livre comercio se deu a partir das primeiras mobilizações sociais no Canadá, essa primeira experiência serviria como a semente que ajudaria, a partir de 1990 com o começo da negociação do Tratado para uma Área de

Livre Comércio na América do Norte (NAFTA em inglês), à criação de um espaço trinacional de convergência que abrangeria ONGs e movimentos sociais do México, Canadá e os EUA. Por fim, o deslanche das negociações da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) em 1994 ao continentalizar a ameaça será o que dê origem a um movimento de características hemisférica que em 1997, se reuniria pela primeira vez na cidade de Belo Horizonte, Brasil, em paralelo a uma das reuniões Ministeriais de Negociação da ALCA. Começaria assim o processo de construção da Aliança Social Continental e mais tarde da Campanha Continental de Luta Contra a ALCA, como as expressões organizadas de um movimento social continental cujas complexas características e dinâmicas esta tese propõe definir.

Um dos principais centros de gravidades dessa pesquisa é a Aliança Social Continental que é o nome dessa rede que, mesmo não sendo o único espaço de articulação, tem estruturado e dado continuidade a resistência continental e está no núcleo do que nós podemos denominar movimento anti-livre comércio nas Américas, um imenso conjunto de iniciativas sócias que questionaram e ainda questionam na maioria dos países da região esta forma de relação entre os países. A trajetória linear da ASC como principal vetor e ferramenta de transnacionalização da ação dos movimentos se deu de forma simultânea a outras trajetórias que muitas vezes a incluem, mas outras não, e que juntas – defenderei nessa tese – conforma o *movimento social transnacional contra o livre comércio nas Américas*.

### Hipóteses intuitivas

A reconstrução histórica da experiência desse movimento e a posterior análise teórica da mesma que conformam essa tese de doutorado são feitos guiados pelas seguintes hipóteses intuitivas:

1- Existiu nas Américas a partir de começos dos anos 90 um novo momento de internacionalização dos movimentos sociais do que pode ser chamado de “campo crítico do neoliberalismo”. Esses novo momento tem a ver como novos temas entre os quais a resistência ao livre comércio é o mais relevante e com novas metodologias.

2- A origem desse novo momento de internacionalização dos movimentos, que no processo deviriam transnacionais, está relacionado com a percepção de mudanças nas conjuntura

política que teriam aberto um novo espaço político para a mobilização. Esse processo de leitura e produção da mudança se dá de forma simultânea à criação de novas identidades político-sociais. Produz-se, todavia, um tipo de identidade dupla. Por um lado, aquela que é carregada pelos atores sociais domésticos que entram na cena internacional; por outro, pelo produto da convergência desses atores que decidem trabalhar juntos. Cria-se um tipo de sujeito social portador de uma identidade singular resultante da convergência de identidades prévias dos já não tão “novos” movimentos sociais e dos “velhos” movimentos que ainda agem, com grupos de micro identidades, que juntos e em determinados cenários ativam uma identidade comum. Diferente de várias visões sobre a globalização nós defendemos aqui a tese de que a novidade não são os atores (a maioria possuem uma identidade pré-global), mas a reunião deles e os efeitos identitários que isso gera. No caso da resistência ao livre comércio nas Américas o modelo se aproxima mais ao tipo “*old wine in new bottles*” ( Munk, 2004).

3- Esse momento de internacionalização demanda dos atores a implementação de novas estratégias organizativas que estarão influenciadas por duas realidades: a primeira é que são imaginadas e implementadas a partir de um acervo de fórmulas organizativas experimentadas na realidade nacional; a segunda é a influência dos novos recursos tecnológicos, financeiros e culturais disponíveis para os atores. Nós veremos o surgimento, então, de formas particulares de organização produto dessas condições e da especificidade do “inimigo”.

4- O processo de transnacionalização é feito desde o que proponho chamar de “motores de transnacionalização” que são núcleos políticos e humanos que empurram o processo e fazem com que ele aconteça e adquira homogeneidade. No nosso caso, em um primeiro momento, esses motores foram os grupos canadenses, depois, sindicalistas do sul viriam a se juntar a esse grupo; em um terceiro ato um motor político vinculado ao movimento camponês, a igreja e uma esquerda social mais ideologizada nos padrões antigos.

5- Desenvolve um repertório específico de ações e estratégias. De mobilização e articulação social, e em relação aos governos e a negociação oficial.

---

1 Expressão utilizada por Munk (2004)

## A pesquisa

### 1- Reconstrução histórica. Os fatos

Essas idéias são trabalhadas de forma escalonada partindo da necessidade de, em primeiro lugar, achar os limites do fenômeno que está sendo analisado. Eu as chamei de “hipóteses intuitivas”, porque elas não foram formuladas na base de nenhum esquema conceitual específico se não como produto da minha própria vivência como membro desse movimento, e informado “informalmente” por leituras teóricas que ficaram no meu olhar do mundo. Com elas, e fazendo uso de metodologias qualitativas de pesquisa, fiz o primeiro Capítulo dessa tese que faz uma reconstrução histórica do movimento desde suas origens no Canadá até a sua completa extensão a nível continental. A reconstrução empírica desse “ator social” agrega também um grão de areia aos contados trabalhos de pesquisa que já o fizeram desde o Canadá<sup>2</sup>, Inglaterra<sup>3</sup>, Suíça<sup>4</sup> e recentemente no Brasil<sup>5</sup>.

### 2- A busca teórica

Na segunda parte foi feito o que chamei de “diálogo” com alguns corpus teóricos relevantes que tem a ver com: 1- a reflexão sobre os movimentos sociais e a discussão com as elaborações teóricas construídas a partir dos anos 70 (NMS, mobilização de recursos, mobilização política, *frames*, redes sociais, identidades sociais e outras), com destaque para, 2- a discussão com a categoria “identidade” e resposta/s empíricas aos questionamentos sobre a utilidade da mesma, e 3- a reflexão sobre os movimentos sociais na era da “globalização” e o fenômeno da transnacionalização da ação coletiva, uma aproximação teórica ao debate sobre a formação de movimentos que excedem o nível nacional de articulação e as novas morfologias desses sujeitos sociais.

O resultado desse diálogo foi a construção de um “arcabouço analítico” com o qual voltei para o meu objeto de estudo. Brevemente, as peças do esquema se erguem a partir do suposto já constatado por muitos estudiosos de que o surgimento do movimento social continental contra o livre comércio é uma das formas de reação sociais às mudanças políticas ocorridas a partir dos anos de 1980, mas que se consolida na década dos 90, como fruto da convergência da dominância do modelo neoliberal e o desmembramento da dualidade

---

2 Marie-Jósie Massicotte (2004), Brunelle & Deblock (2000), Foster ()

3 Saguier (2007)

4 Herkenrath (2006)

5 Von Bülow (2006)



imperante durante o período da guerra fria. Sendo que esses processos tem uma relação de simbiose e mutua alimentação.

Essas mudanças estruturais, ou duras – implementação de políticas dos governos, mudanças de leis ou constitucionais – são lidas, interpretadas e dotadas de sentido pelos atores sociais que fazem com que elas virem oportunidades políticas no esquema de configuração da identidade política desses mesmos atores sociais. A partir dessa suas leituras, eles implementam estratégias que apontam a consolidar e estender essa identidade na luta contra a identidade hegemônica, geralmente em posse do aparelho estatal e de outros recursos de poder (acesso a mídia e econômicos). Na definição que uso aqui, movimento social é composto de dos elementos centrais: sua identidade e as estratégias/ações que executa a partir dela.

Uma das estratégias de repostas é a própria formação de coalizões sociais. A coalizão social apresenta desafios às identidades primárias (os grupos de mulheres, consumidores, trabalhadores, camponeses, indígenas, jovens, etc.) que na criação dessa nova instância contribuem com o surgimento de uma nova identidade que, ao mesmo tempo, transforma a sua própria formando o que aqui chamaremos de identidades complexas (o secundarias).

Nas suas origens norte-americanas, a transnacionalização da ação do movimento surge como estratégia complementar à formação da coalizão nacional e é nesse segundo passo que começa uma nova modalidade que vai além das fronteiras estatais e que nesse movimento iria se estender pelo continente todo e até os dias de hoje. Nesse nível extra-nacional configuram-se novas identidades transnacionais produto do encontro de diversas identidades domésticas, que nesse contato terão parte dos seus componentes identitários alterados.

As transnacionalização é operada na base da experiência nacional por isso reproduz o modelo de coalizão multi-setorial agora no nível internacional. Nesse processo, e como possível padrão de transnacionalização dos movimentos sociais, ocorrem duas coisas: 1- não são indivíduos e sim organizações os atores centrais da transnacionalização, a adesão ao movimento está sempre mediada pela organização, 2- porem, as pessoas da organização tem um papel central e são as que sustentam a transnacionalização (motores de transnacionalização), e 3- as bases e os indivíduos participam da Id Transnacional de forma muito indireta (a reprodução do discurso da ID) ou ocasionalmente (via eventos de mobilização).

Ao longo desse jogo e intercâmbio transnacional são desenvolvidos diversos modelos

de ação específicos do movimento social anti livre comércio que conformam um repertório particular de ações passível de ser reproduzido à escala continental e imitável até fora da região. Esta terceira etapa, quando junto com o repertório e os fios da transnacionalização já estão operando, as estruturas lineares de transnacionalização são desbordadas produzindo: 1- que as ações se espalhem de “cima para baixo” e, 2- que elas fujam do controle das organizações “fundadoras” configurando já não uma rede u organização mas um verdadeiro movimento social transnacional. E, logo, uma reivindicação comum de todos.

### 3- O teste das idéias, o funcionamento do esquema teórico

Na terceira parte da tese, Capítulo 5, acompanho o que denominei *trajetória linear* que supõe o seqüência identidade, ação, complexização da identidade, ação, e nova complexização da identidade. Analiso a conformação de três tipos de identidades: as identidades primarias (temáticas ou setoriais) que conformam as identidades complexas no nível doméstico (as coalizões) e finalmente as que denominei identidades complexas transnacionais, que fazem parte constitutiva das coalizões que atuam nessa arena da luta.

No Capítulo 6 analiso as estratégias desenvolvidas em três momentos: constituição das coalizões domésticas, constituição do primeiro momento da ação transnacional e por fim a constituição da ação transnacional no nível das Américas e a instalação do movimento social continental contra o livre comercio. Dedico no Capítulo 7 especial atenção as estratégias desenvolvidas em relação aos governos e o processo oficial das negociações de livre comércio. Finalmente, apresento as minhas suncsintas conclusões.

### Contribuições do trabalho

A pesar da longevidade do movimento (de quase 20 anos), o fato de ser um “sujeito” em evolução faz com que os não muito numerosos trabalhos que foram escritos até agora não consigam dar conta do “conjunto da obra”, do ciclo completo do mesmo que a meu ver está amadurecendo; focam em aspectos parciais, ou momentos dessa trajetória, e muitos deles tem tido características de ensaio. Há muito boas contribuições acadêmicas que analisaram a expressão organizada do movimento no nível continental, a Aliança Social Continental. Aqui sob o conceito de movimento social adotado, a ASC aparece justamente como a expressão organizada de uma estratégia política que é sustentada desde uma identidade determinada cujos limites não são redutíveis a essa expressão organizada. As ações do movimento

desbordam primeiro a estrutura da ASC e em seguida a da própria Campanha Continental de Luta contra a ALCA, uma emergente do desborde do marco ASC, mas utilizando os mesmos apelos identitários difundidos por caminhos que percorreram trajetórias não lineares.

No Brasil o estudo desse tipo de sujeitos de constituição para além do nacional, mesmo com a rica tradição de estudos dos movimentos sociais brasileira dos anos 80, não foi suficientemente aprofundada. Foi só recentemente que, além dos estudos genéricos sobre globalização, apareceram alguns estudos sobre movimentos sociais, redes e sociedade civil na arena global. A abordagem dessa tese contribui nessa direção desde uma perspectiva focada nas identidades desses atores sociais.

**PARTE I**  
**O OBJETO DE ESTUDO**

# Capítulo 1

## O movimento de resistência ao livre comércio nas Américas.

### 1- Introdução

No ano de 1986, em Quebec, é criada a Coalizão Quebequense de Oposição ao Livre Comércio (CQOL), primeira de uma série de coalizões sociais que virá a marcar o tipo de resposta para aquilo que se perfilava então como uma nova ameaça ao bem-estar dos povos: o “livre comércio”. No ano seguinte, 1987, no Canadá anglófono, a *Ontario Colaition Against Free trade*<sup>6</sup> e a *Pro-Canada Network* segue o mesmo caminho e, aos poucos, vai-se consolidando uma frente social contra o Acordo de Livre Comércio Estados Unidos-Canadá (*CUSFTA* em inglês), que desde 1985 era discutido entre os governos dos dois países.

Esta seção do trabalho tenta reconstruir tal processo, que nasce no Canadá, mas em seguida estende-se pelas Américas e acaba por criar uma rede e um movimento social internacional de características novas. A Aliança Social Continental e a Campanha Continental Contra a ALCA foram as formas político-organizativas que expressaram uma parte importante da reação social gerada pelas iniciativas dos tratados de livre comercio, não só nos países da América Latina, mas também da própria América do Norte, e em particular nos Estados Unidos.

Serão descritas, na primeira parte, as formas que essa resistência social aos acordos de livre comércio foi assumindo. Daremos ênfase ao viés internacional adquirido, tentando identificar os mecanismos de tal internacionalização e a importância da mesma em termos de fixação de agenda dos movimentos/organizações sociais no nível doméstico. Por outro lado, também faremos uma abordagem da construção do que podemos considerar um “repertório de ações” típicas do movimento, seja na sua face internacional – o que eles fazem juntos –, seja na sua face nacional – o que cada um faz em seu país, mas tomando sempre um modelo incorporado na troca de experiências com os de fora –.

Nesse último aspecto, deteremos nossa atenção nas chamadas *Cumbres de los Pueblos*, porque elas constituem, segundo a própria caracterização dos protagonistas, os grandes momentos de condensação e visibilidade política desse enorme espaço de articulação social. A começar pela primeira, em Santiago de Chile, em 1998; a segunda, em Quebec, foi a mais

---

<sup>6</sup> Tony Clarke, entrevista 2007.

agitada ao calor de Seattle; e a última, em Mar del Plata, momento derradeiro que descreve o final aberto da ALCA e a visibilização de um novo romance com os governos “amigos” da região.

Faremos também uma busca de vínculos, semelhanças ou até conflitos entre o que foi caracterizado, a partir de 1999, como movimento anti-globalização, o movimento que, de forma episódica, marcou encontro “do lado de fora” das grandes cúpulas internacionais (G-8, FMI, ALCA, ALC-EU, APEC, etc.) para manifestar a oposição à globalização neoliberal e seus efeitos na população e no ambiente do nosso planeta. Várias dessas ações, a própria Seattle, ocorreram em nosso continente; sendo assim, a questão aqui colocada é saber qual foi a relação, se é que há uma relação, entre esse fenômeno e o movimento continental contra a ALCA e o livre comércio em geral.

As referências empíricas para a construção deste relato são, em primeiro lugar, entrevistas em profundidade com pessoas que, por algum motivo, são relevantes ou conhecem de perto as experiências das redes nacionais ou o processo de construção internacional. Junto às entrevistas, que permitem conhecer os detalhes por trás dos documentos, estão os próprios documentos emitidos pelas organizações (declarações, atas de reunião, textos institucionais, materiais de propaganda e divulgação, etc.) e documentos oficiais das negociações comerciais. Uma terceira fonte são matérias, artigos e outros textos que descrevem ou analisam o processo ou fatos específicos.

Este primeiro capítulo não aspira, então, a realizar qualquer tipo de abordagem teórica ou análise restrita à aplicação de categorias sociológicas específicas. Ao contrário, e tal vez pelo fato de não haver muita elaboração nem conhecimento público do fenômeno, o objetivo desta abertura da tese é dimensionar e dar contundência ao objeto de estudo – o movimento de resistência ao livre comércio nas Américas –, determinar quais são seus limites, sua história e quais os fatos que nos autorizam a falar de uma coisa só num período de tempo relativamente longo (de 1986 até os dias de hoje) e numa extensão geográfica tão ampla, mesmo que limitada ao continente<sup>7</sup>.

## **2- O começo**

É preciso apresentar a discussão sobre o livre comércio. Devemos considerar que

---

<sup>7</sup> A citada limitação ao continente já não é estritamente verdadeira, pois a partir de 2003, aproximadamente, a ASC começou a participar da instância global de resistência ao livre comércio, a Rede Nosso Mundo Não Está a Venda (conhecida pela sua sigla em inglês OWINFS), que em 2004 deslançou, junto com organizações parceiras da Europa uma rede Bi-regional, para tratar centralmente dos Acordos de Associação.

estamos em 1984, ou seja, mais de vinte anos atrás, e o mundo é testemunha do nascimento do novo eixo da política comercial externa dos Estados Unidos para o planeta. A onda dos acordos comerciais de livre comércio é inaugurada com o acordo que Reagan propõe e assina com o Estado de Israel em 22 de abril de 1985. O acordo é ratificado nas duas câmaras, sem nenhum parlamentar contra, e implementado em setembro desse ano.

Do outro lado da fronteira estadunidense, no Canadá, em 1984, Brian Mulroney é eleito primeiro ministro. Abre-se com ele um período no qual o projeto de ter um acordo similar ao assinado entre EUA com Israel entra no centro da cena política do país. A idéia vinha sendo discutida desde o governo anterior, do primeiro ministro Trudeau, por um grupo criado por ele chamado "Comissão MacDonal". Essa comissão teria, após estudos e consultas, emitido uma opinião favorável ao acordo para "garantir o crescimento econômico do Canadá"<sup>8</sup>. O novo primeiro ministro conservador, então, só reforçaria esse clima, e com base na boa relação com o presidente Reagan, mergulharia, logo no início de seu governo, num processo ativo de busca de um acordo com os EUA. Num de seus primeiros atos de governo, por exemplo, Mulroney anunciou para uma platéia de altos representantes dos negócios estadunidenses que o Canadá estava "aberto aos negócios".

A negociação do *Canadá-United States Free Trade Agreement* (CUSFTA) tem início em maio de 1986, e, na madrugada do dia 4 de outubro de 1987, o acordo de 20 capítulos é concluído, não antes de longas conversas para destravar o capítulo sobre mecanismos de resolução de disputas, que era rejeitado pelos EUA<sup>9</sup>. No dia 2 de janeiro do ano seguinte, o primeiro ministro Brian Mulroney e o presidente Ronald Reagan assinam o acordo do CUSFTA.

Nesse mesmo ano de 1988, o Canadá celebraria, como produto do conflito em torno ao acordo, suas eleições federais. Mulroney foi para reeleição e o debate sobre o livre comércio foi o eixo central da campanha. Dependia dessas eleições a ratificação do acordo no parlamento canadense. No nível da opinião pública, 50% dos canadenses achavam que o livre comércio era o assunto mais importante da campanha federal (*Sondage du National Election Study* 1988.) O Partido Conservador finalmente consegue o suficiente para ganhar e avançar com a negociação, ainda que os que se opunham tivessem 52% dos votos, contra 43% dos conservadores.

O acordo é ratificado na câmara dos deputados (24/12) e recebe logo depois a

---

8 Monière, Denis "Les débats idéologiques", Université de Montréal, [http://www.pum.umontreal.ca/apqc/88\\_89/moniere3/moniere3.htm](http://www.pum.umontreal.ca/apqc/88_89/moniere3/moniere3.htm)

9 <http://archives.cbc.ca/400d.asp?id=1-73-536-2798>

aprovação final no Parlamento Canadense (30/12). Em 1º de janeiro de 1989, entra em vigor o CUSFTA.

Nestas notas sobre o processo de negociação oficial já é visível a sensibilidade da opinião pública e da sociedade canadense diante do acordo. Apesar do fim que teve – a aprovação o CUSFTA – aqueles anos foram testemunhas do primeiro debate que envolveu a sociedade civil sobre comércio internacional. Seja o Canadá de fala inglesa, seja o de fala francesa, mesmo com diferentes tons e aproximações em relação à questão, as organizações sociais – e também as empresariais – se debruçaram na discussão e articularam diversas formas para fazer mais eficiente a sua intervenção.

Nesse contexto, já no ano de 1986, surgia no Quebec uma coalizão que agrupava as principais centrais sindicais da província canadense: a *Centrale de l'enseignement du Québec* (CEQ), a *Confédération des Syndicats Nationaux* (CSN), a *Fédération des travailleurs et travailleuses du Québec* (FTQ), e a *Union des producteurs agricoles* (UPA). Essa primeiríssima união adotaria o nome de *Coalition québécoise d'opposition au libre-échange* (CQOL).

A coalizão organizaria debates e publicações de formação para os seus membros e contribuiria nas campanhas de propaganda com slogans tais como “*L'accord Mulroney-Reagan: Non merci*”. Os sindicatos se opunham à liberalização do comércio reivindicando, por um lado, medidas de proteção para os setores vulneráveis e de uso intensivo de mão de obra e manutenção de ferramentas para o Estado não perder a capacidade de intervir para distribuir com equidade as riquezas do país. Mas, por outro lado, exibia uma mistura nacionalista anti-americana, que defendia sobretudo “*o reconhecimento do direito do Canadá ... de proteger a especificidade cultural do Canadá*”<sup>10</sup>. A avaliação da coalizão era que o comércio deveria ser regulado nas instâncias multilaterais – o GATT na época – que naquele então tinha regras mais flexíveis e mantinha muitas atribuições ainda nas mãos dos Estados nacionais. A avaliação geral sobre a negociação era que no intercâmbio eles trocavam, segundo um outro slogan por eles produzido, “um cavalo por um coelho”<sup>11</sup>.

Uma lista de seus temores incluía:

- 1-. Programas sociais: o efeito de abertura do acordo traria um enfraquecimento dos programas sociais e significaria a uniformização das políticas sociais dos dois países, ou seja, abaixar os padrões canadenses.

---

<sup>10</sup> *Le Devoir*, 20 abril 1988, citado por Denis Moniere, op cit.

<sup>11</sup> “*un cheval contre un lapin*” citado por Denis Moniere, op cit.



2- Desenvolvimento regional: a ameaça de desaparecimento dos programas de ajuda e estímulo vigentes no Canadá.

3- Soberania e cultura: o acordo atentaria contra a soberania do país e favoreceria a americanização da cultura. O outro argumento incluído numa carta ao primeiro ministro do Quebec apresentava também uma preocupação sobre a língua francesa, a partir do momento em que o acordo não previa a inclusão de nenhuma cláusula de proteção da mesma e de que até o uso dela poderia ser considerado como barreira comercial no caso das etiquetas dos produtos. (*La Presse*, 18 novembro 1988.)

4- Fuga de investimentos para os EUA, desindustrialização e destruição da indústria agroalimentária com perda potencial de 76 000 empregos

5- Redução dos programas ambientais

6- Perda de emprego, rebaixamento do salário mínimo ao nível estadunidense e flexibilização/precarização do emprego. Também redução do poder de negociação dos sindicatos perante as empresas: “os negociadores patronais vão se apoiar nas condições de salário e trabalho prevalentes nos Estados Unidos para nivelar para baixo” (*La Presse*, 9 novembro 1988.)

O debate público dividiu e polarizou a sociedade canadense em volta do livre comércio e todos entraram na campanha eleitoral. Os grandes grupos empresariais tinham entrado em peso a favor da reeleição de Brian Mulroney, chegando inclusive a criar, em dezembro de 1987, um agrupamento para a defesa do livre comércio, agindo na opinião pública e chegando a financiar uma campanha publicitária para responder às críticas dos sindicatos aliados aos partidos Liberal e NPD. Os opositores do livre comércio entraram também fortemente na campanha eleitoral e, como acabamos de mencionar, fizeram alianças, explícitas com o NPD e tácticas com o PL, no momento de coincidir com a crítica ao acordo com os Estados Unidos.

Apesar do esforço realizado, a performance da CQOL, possivelmente pelo fato de não realizar uma crítica clara, contrastaria com o sucesso da outra parte canadense que conseguiria instalar na sociedade um verdadeiro debate sobre o que estava em jogo no nível social e cultural com o livre comércio<sup>12</sup>.

Assim, no Canadá anglófono, a cúpula Reagan-Mulroney de 1987 serviu de

---

12 Brunelle, Dorval et Deblock, Christian “Les mouvements d’opposition au libre-échange dans les Amériques et la constitution d’une Alliance sociale continentale” em *Nouvelles pratiques sociales* Volume 13, número 2, dezembro 2000. “Des pratiques adaptées aux nouveaux temps de vie” <http://www.erudit.org/revue/nps/2000/v13/n2/000818ar.html> 2000, Montréal

oportunidade para um amplo agrupamento de representantes sindicais, ambientais, dos povos originários, mulheres se encontrar com camponeses, aposentados, estudantes, lideranças das igrejas e dos setores pobres da população. Organizaram a *Canada Summit*, que teria como resultado uma declaração contra o livre comércio, levada às portas do Parlamento. Dessa primeira reunião surgiria a *Pro-Canada Network* (1987), que depois tomaria o nome de *Canadá Action Network*. 13

Diferente da sociedade quebequense, que tem familiaridade com reivindicações de autonomia, no Canadá de fala inglesa a questão nacional e de soberania apareceria nesse debate com muita força. Alguns anos antes, em 1985, havia nascido o *Council of Canadians* (1985), um agrupamento social “progressista” reunido para fazer a discussão sobre os problemas sociais mais com esse viés “canadense”. O *Council* seria um dos atores que, junto ao sindicato, tiveram um papel muito ativo no debate sobre o livre comércio. A idéia de que os Estados Unidos constituía, através do acordo, uma ameaça à cultura e à identidade canadense foi um dos elementos distintivos e chave no debate nessa parte do país.

Esse forte engajamento eleitoral dos grupos canadenses e a aposta política elevada em relação à exposição pública levou a que, com a derrota para eleger um outro primeiro ministro, as coalizões perdessem vigor e muitos de seus membros ficassem com receio de se envolver novamente numa briga desse tipo. Isso traria efeitos na negociação subsequente com o México, na qual poucos quiseram ter um engajamento do mesmo nível ao mantido na resistência ao CUSFTA. Segundo Dorval Brunelle, na verdade o que aconteceu foi uma reação ao fato de que a campanha levou a questão do livre comércio a ser associada positivamente ao reconhecimento da sociedade quebequense em tanto que sociedade distinta – da canadense.

Mesmo assim, no ano das eleições, foi criada uma nova coalizão social nascida no seio da ACN. Segundo Ken Traynor, seu coordenador na época, “*CF was originally established as an off shoot of the ACN during the election campaign over the Canada USA FTA*”<sup>14</sup>, uma sorte de grupo de relações internacionais dentro da ACN. Só que, com o passar do tempo, *Common Frontiers* acabaria sendo o espaço de continuidade do debate sobre livre comércio no Canadá. Hoje em dia, ainda continua trabalhando nesses temas, se diz um grupo de trabalho multisetorial que propõem alternativas à integração econômica nas Américas. Deve-se pensar que, longe de falar das Américas como um todo, neste caso eles estão pensando na integração com os Estados Unidos. O tipo de ação que desenvolve é uma combinação de

---

13 Council of Canadians, Our History, <http://www.canadians.org/about/history/index.html>

14 Entrevista 2007

“pesquisa, análise e ação, em cooperação com organizações de trabalhadores, direitos humanos, ambientais, igreja, desenvolvimento y justiça social e econômica”<sup>15</sup>.

Por último, nos Estados Unidos não haveria nem de longe o tipo de atividades que a oposição ao tratado teria no Canadá; não houve respostas das organizações sociais estadunidenses. Traynor afirma que o fato de não haver engajamento social no país vizinho fez com que “nunca houvesse uma oposição binacional ao acordo Canadá-Estados Unidos... nós tivemos encontros com alguns poucos senadores estadunidenses e se não fosse por Cam Duncam [ativista ambiental com base em Washington] nunca haveríamos tido o contato. O CUSFTA foi um não-evento para as nossas contrapartes e tivemos poucos vínculos ativos com as organizações de base estadunidenses”<sup>16</sup>.

### **3- O NAFTA enfrenta uma resistência tri nacional**

Já no ano seguinte da entrada em vigência do CUSFTA, Estados Unidos e Canadá começam as conversas preparatórias para a criação de uma área de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA segundo a sigla em inglês). Seria o primeiro de uma longa e ambiciosa lista de acordos desse tipo com países em desenvolvimento. O mercado mexicano aparecia como apetecível, tanto para as finanças estadunidenses, quanto para os setores da indústria manufatureira e mesmo para as grandes companhias associadas à agricultura.

No nível oficial, as negociações começam em junho de 1991 e acabam em agosto de 1992, sendo, até então, bem menos atribuladas do que as do Canadá com os Estados Unidos, ao menos nesse nível. Porém, após essa data, o presidente Clinton é eleito e coloca a necessidade de rever o negociado. Isso foi um reflexo de sua campanha eleitoral, na qual fez, mesmo sem fazer referência explícita a uma rejeição do acordo, críticas setoriais ao mesmo. Estas críticas que tinham que ver com o apoio histórico aos democratas da parte dos sindicatos – a AFL-CIO fez campanha ativa pela eleição do Clinton – e da parte dos ambientalistas, que também trabalharam a favor dele.

A revisão proposta por Clinton aponta então para a elaboração de dois anexos, um sobre regulamentação trabalhista Acordo Norte-Americano de Cooperação sobre o Trabalho (Anact) e o outro sobre normas ambientais e o Acordo Norte-Americano de Cooperação sobre o Meio Ambiente (Anacma). Com isso, Clinton pagou parte das suas dívidas eleitorais, mas aqueles que exigiram esses adendos, logo depois, perceberiam que os conteúdos do mesmo

---

15 <http://www.commonfrontiers.ca/aboutus.html>

16 Ken Traynor, resposta por e-mail à consulta minha.

não conseguiam barrar os efeitos negativos do NAFTA, seja no meio ambiente, seja para os trabalhadores estadunidenses<sup>17</sup>.

Sem esses obstáculos, o acordo é encaminhado, em novembro de 1993, para o Congresso dos Estados Unidos e aprovado, no dia 17, na câmara de deputados e, no dia 20, na de senadores. O NAFTA entra em vigência o primeiro dia do ano de 1994.

O importante deste segundo momento é a verdadeira internacionalização da resistência ao acordo do NAFTA, numa experiência que, sendo inclusive derrotada, terá uma força tal que impulsionará a derradeira extensão continental do movimento. É particularmente forte a ação dos grupos canadenses e, em especial, a dos sindicatos desse país, que se deram uma política de sedução com alguns setores do sindicalismo mexicano. Finalmente, é nesse período que as forças sociais dos Estados Unidos acordam perante a ameaça do livre comércio. Vamos ver que não só ONGs de educação e *lobby*, mas também organizações de pequenos produtores rurais, igrejas, e por fim os grandes sindicatos estadunidenses, seguindo o modelo canadense, juntam-se para rejeitar o NAFTA.

Se a ameaça do CUSFTA para o Canadá tinha entre seus principais pilares os impactos no emprego, nos salários e na qualidade do emprego, agora que o perigo da re-localização das indústrias era muito mais alto devido às evidentes diferenças de salário e padrões trabalhistas, o temor dos trabalhadores dos dois países ricos da região seria ainda maior, e maior a resposta que eles conseguiriam articular. Junto a eles, e muitas vezes antes que eles, viriam um número de ONGs cada vez maior na medida em que as negociações iam avançando.

Assim, durante 1990, um grupo de organizações da sociedade civil que vinha

---

<sup>17</sup> Ver texto “Avanços da Regionalização...” op cit

*The NAAEC agreement was a response to environmentalists' concerns that companies would relocate to Mexico or the United States would lower its standards if the three countries did not achieve a unanimous regulation on the environment. The NAAEC, in an aim to be more than a set of environmental regulations, established the North American Commission for Environmental Cooperation (NACEC), a mechanism for addressing trade and environmental issues, the North American Development Bank for assisting and financing investments in pollution reduction and the Border Environmental Cooperation Commission (BECC). The NADBank and the BECC have provided economic benefits to Mexico by financing 37 projects, mostly in the water sector[1]. By complementing NAFTA with the NAAEC, it has been labeled the "greenest" trade agreement; although, being a pioneer in this area, it was not hard for the agreement to be labeled "green".*

*The NAALC supplement to NAFTA aimed to create a foundation for cooperation among the three members for the resolution of labor problems, as well as to promote greater cooperation among trade unions and social organizations in order to fight for the improvement of labor conditions. Though most economists agree that it is difficult to assess the direct impact of the NAALC, it is agreed that there has been a convergence of labor standards in North America. Given its limitations, however, NAALC has not produced (and in fact was not intended to achieve) convergence in employment, productivity and salary trend in North America.in <http://en.wikipedia.org/wiki/NAFTA#Supplements>*

18

19 Ver que hay un monton de cosas em esas fechas, ojo

trabalhando sobre o GATT decide acrescentar entre suas prioridades o tema do NAFTA. Já em janeiro de 1991 organizam o Primeiro Fórum Trinacional sobre NAFTA, Washington, DC., atividade no Congresso dos EUA na qual, para surpresa dos organizadores, chegam 500 participantes. Mesmo não sendo um fórum de redes, a presença de vários “intelectuais” do México, mas fundamente do Canadá, foi chave. Em contato com os canadenses da Canada Action Network, surgiria a idéia de criar uma rede nos EUA em seguida é criada a *Mobilization on Development, trade, labor, and Environment* (MODTLE), que depois se chamaria *Alliance for Responsible Trade* (ART)<sup>20</sup>.

Ao mesmo tempo, outra coalizão também é formada, a *Citizen Trade Campaign* (CTC), que além das diferenças pessoais de suas respectivas lideranças, tinha uma característica mais de lobby aos congressistas que de mobilização, mas havia mecanismos de enlace entre as duas. Nesses anos, o trabalho principal das coalizões, ademais do lobby sobre os parlamentares, é de educação no interior dos EUA, junto com iniciativas na imprensa interna e dos países vizinhos.

Os sindicatos estadunidenses tiveram um papel importante, no entanto, é só depois da mudança na direção da AFL-CIO em outubro de 1995 a central muda institucionalmente a atitude em relação às ONGs e outros movimentos e passa a considerá-los aliados. Essa mudança também contribui a melhorar a imagem que ainda tinha em relação ao papel “imperialista” desenvolvido na guerra fria nos países da América Latina. Assim, a coalizão, que depois partiria para a internacionalização da luta contra a ALCA, tem no início uma história separada dessa parte dos movimentos que na etapa seguinte seria motor da resistência.

Em Quebec, surge, das cinzas da CQOL, a *Coalition québécoise sur les négociations trilatérales* (CQNT), com os seguintes três objetivos: criticar a aproximação reducionista desse tipo de integração que foca só no comércio e nas tarifas; colocar a questão em debate através de colóquios, coletivas de imprensa e audiências com os responsáveis da negociação; e, finalmente, construir a articulação entre os sindicatos, as associações ou grupos que na escala continental compartilhavam a crítica a esse modelo de integração do livre comércio. Depois a entrada em vigor do NAFTA, a coalizão passa a se chamar *Resseau Quebecois sur L'Intergation Continentale* (RQIC), em 1994<sup>21</sup>.

---

20 Karen Hansen Kuhn, entrevista (2006).

21 Principais organizações da RQIC: Amnistía internacional, sección canadiense-francófona (AI), Alternatives, Asociación canadiense de los abogados del movimiento sindical (ACAMS), Asociación quebequense de los organismos de cooperación internacional, Central de los sindicatos democráticos (CSD)Central de los sindicatos del Quebec (CSQ), Centro de estudios sobre las regiones en desarrollo (CERD-McGill), Centro internacional de solidaridad obrera (CISO), Centro quebequense del derecho del medio ambiente (CQDE)Confederación de los sindicatos nacionales (CSN), Consejo central de Montreal metropolitana

No México, em abril, de 1991 é criada a Rede Mexicana de Ação frente ao Livre Comércio (RMALC)<sup>22</sup>, que, junto com a chilena RECHIP, apareceriam nesses anos como as primeiras redes do sul a se engajar na resistência ao livre comércio. No caso desta última, é preciso dizer que também foi uma resposta às sinalizações dos governos chileno e estadunidense de lançar negociações para um acordo de livre comércio. Esse debate continuará ao longo do tempo, inclusive chegou-se a debater publicamente a idéia de o Chile se incorporar ao NAFTA, mas sem atingir maiores níveis de concretude até o ano 2000, em que definitivamente começam negociações formais que culminarão no acordo bilateral assinado em 2003.

Mas, voltando para o México, a RMALC rapidamente entra na dinâmica da resistência e consegue-se posicionar num lugar de destaque, não só nas ações contra a ALCA, mas também na construção das redes no nível continental. Especificamente no México, a criação da RMALC foi estimulada, como já foi dito, pelo intercâmbio de experiências dos sindicatos canadenses com o *Frente Auténtico del Trabajo* (FAT). Como diz Alejandro Villamar, um dos fundadores e atual membro do Conselho de direção da RMALC:

*cuando nosotros a finales del 90 nos enteramos de las pláticas [do NAFTA}, a través de la vieja relación laboral que existían entre FAT (Frente Auténtico del Trabajo) con el CLC (Canadian Labor Congress) y con otros grupos canadienses. se transmite grupos sociales a grupos sociales o de redes sociales a redes sociales la información, y nosotros preguntábamos de cómo hacer las cosas. La premisa central es que lo que se discute es tan importante que un sólo contingente social no es suficiente para enfrentarlo, se requiere crear estructura que integren a mucho más actores sociales que tenga mucha más fuerza para obligar a los gobiernos a que habran la negociación<sup>23</sup>*

Ele admite sem problemas que *"nosotros nacemos con la experiencia de las redes canadienses, sin mucha originalidad, pero si en base la solidaridad con los sindicatos*

---

(CSN-CCMM), CUSO-Quebec, Desarrollo y Paz, Federación estudiantil colegial del Quebec (FECQ), Federación estudiantil universitaria del Quebec (FEUQ), Federación de las mujeres del Quebec (FFQ), Federación de los trabajadores y trabajadoras del Quebec (FTQ), Federación de los enfermeros y enfermeras del Quebec (FIIQ), Grupo de investigación sobre la integración continental (GRIC-UQAM), Liga de los derechos y libertades (LDL), Red quebequense de los grupos ecologistas (RQGE), Solidaridad popular Quebec (SPQ), Sindicato de los profesionales del gobierno del Quebec (SPGQ),

22 Principais organizações da RMALC: Centro de Investigaciones Económicas y Políticas de Acción Comunitaria, A.C. (C I E P A C), Centro de Investigación Laboral y Asesoría Sindical (CILAS), Comisión Mexicana de Defensa y Promoción de los Derechos Humanos (CMDPDH), Comité de Derechos Humanos de Tabasco (CODEHUTAB), Desarrollo, Ambiente y Sociedad (DAS), DECA Equipo Pueblo, Factor X (Tijuana), Foro de Apoyo Mutuo (FAM), Frente Auténtico del Trabajo (FAT), Frente por el Derecho a la Alimentación (FDAL), Fronteras Comunes, Grupo de Estudios Ambientales (GEA), Movimiento Ciudadano por la Democracia (MCD), Secretariado Social Mexicano, Seminario Permanente de Estudios Chicanos y de Fronteras, Servicios Informativos Procesados (SIPRO). [www.rmalc.org.mx](http://www.rmalc.org.mx)

23 Alejandro Villamar, entrevista (2006).

*canadienses.*” Essa estratégia de rede tinha como alvo a convocação de diversos atores da sociedade, e no caso do México isso tinha que ver com a divisão do movimento sindical, ator central em termos de mobilização e massividade. Deve ser lembrado que a FAT era e ainda é uma agrupação de sindicatos autônomos de esquerda e, embora respeitada, sem massividade alguma. As grandes centrais eram priistas (CTM) e defendiam a postura do presidente Salinas, absolutamente favorável ao acordo.

Nesses momentos prévios à fundação da rede, os ativistas que depois constituiriam seu núcleo central deram-se a tarefa de consultar potenciais aliados: *“primero sindicatos independientes (de izquierda, de centro izquierda), los universitarios por ejemplo, sindicatos de industria, telefonistas, electricistas, organizaciones campesinas que ya eran independientes (CIOAC, UNOCA, Frente Campesino de Chihuahua, la SEMPA), también con un grupo de empresarios disidentes ANIT, PyMes, Sector de la Iglesia y Organizaciones de DDHH (Centro Pro, el más activo), algunos intelectuales que ya cooperaban con el FAT, y se buscan también a ambientalistas (pese a que no había grandes organizaciones en México).”* Esse teria sido o processo no qual nasce a idéia da RMLAC e a convocação a uma assembléia fundacional que reuniria 129 organizações e à que logo depois adeririam mais.

A rede defrontou-se com a tarefa de sensibilizar a opinião pública, as lideranças sociais alheias ainda à temática e a desbravar o acesso aos textos dos acordos, uma temática ainda desconhecida para os ativistas sociais e dos movimentos. Essa última tarefa foi uma das contribuições dos vários intelectuais que se aproximaram da rede e conseguiram, para além do entendimento sobre o tema, colocar questões no debate da opinião pública.

Mas, como foi dito, longe de se caracterizar por ações de rua, passeatas e outros tipos de ação direta – sem dúvida pelo fato de se reconhecer com limites para agir nessas arenas – a RMLAC teria, um tipo de atuação voltada à incidência que incluía, além dos aspectos educativos, de formação e monitoramentos das negociações, atividades de lobby sobre os parlamentares. Nesse sentido, as ações tiveram que transpor as fronteiras do Estado e operar no exterior. A avaliação coletiva das organizações sociais envolvidas nessa luta conclui que a correlação de forças nos parlamentos mexicano, canadense e estadunidense era mais favorável aos seus interesses nos Estados Unidos. Em seguida – sem dúvida também influenciado pela longa trajetória de lobbying das organizações baseadas em Washington – foram organizadas várias visitas de delegações mexicanas e canadenses à Câmara de Representantes daquele país.

Em abril de 1991, é realizado, em paralelo à reunião de negociação do NAFTA, o fórum "A Opinião Pública e as Negociações do Tratado de Livre Comercio: Alternativas

Cidadãs", Zacatecas, no que seria um passo adiante num dos tipos de ação que também se consolidaria como típicas desse movimento em cernes. A partir dessa reunião, as organizações da sociedade civil passaram a organizar fóruns semelhantes em paralelo a todas as reuniões de negociação trinacionais.

O fruto dessa pressão sobre as negociações e o fato de ser a exigência de transparência uma das principais reivindicações das redes fez com que os governos acabassem publicando o que seria conhecido como “rascunho de Dallas”, primeira versão do texto do acordo do NAFTA<sup>24</sup>. Na avaliação dos impulsores das demandas, essa seria a primeira ação a atingir o grande público dos três países. Mais tarde, seria contabilizada como um das conquistas da ação trinacional.

O aspecto trinacional surge, então, como fruto da necessidade de juntar forças para apresentar batalha nos três cenários nacionais, mas sem que isso significasse lutar nos três pelas mesmas coisas. Assim, nos Estados Unidos, havia, por um lado, uma vertente anti mexicana de rejeição às mercadorias dessa origem, bem como à qualidade dos serviços e a concorrência. Havia também uma clara oposição sindical contrária ao acordo pelo fato de este facilitar a realocização das indústrias estadunidenses para nichos mexicanos com níveis inferiores nos padrões trabalhistas e nos salários, realocização que efetivamente ocorreria e daria origem às chamadas “maquiladoras”, montadoras de origem estrangeiro estabelecidas nos estados fronteiriços com os Estados Unidos, que fazem a montagem final dos produtos com partes importadas esse produtos destinados ao mercado estadunidense. Essa situação era denunciada pelos sindicatos do norte como “dumping social”. Enquanto que os argumentos mexicanos tinham um caráter diferente e concentravam-se mais num posicionamento político frente ao que supunham um acordo de conteúdos “neoliberais”.

No parágrafo a seguir, fica claro que motivações mais políticas do que “pragmáticas” estariam na base da mobilização mexicana contra o livre comércio. Segundo Alberto Arroyo, outro dos fundadores da RMALC,

*Tácticamente no se manifiesta desde el principio contra el TLCAN debido a que no se conocía su contenido concreto. Se podía suponer el sentido y orientación de dicho acuerdo debido a la ideología neoliberal de sus promotores, pero nadie conocía su contenido; además la guerra ideológica, en ese momento, estaba ganada por la*

---

24 El hecho de que la rmaLc hubiera construido la lucha por un comercio justo dentro de la cadena de equivalencia de la democracia hizo que la delegación mexicana en Zacatecas fuera muy diversa (Arroyo Picard y Monroy, 1996: 11). Esto tuvo que ver con que la transición a la democracia unificó identidades que de otra forma verían en el libre comercio un asunto estrictamente económico, en particular las organizaciones civiles, de derechos humanos y de mujeres, quienes estaban muy activas en la observación y la denuncia de fraudes electorales. Nafta Thoughts Vol 2 No 2 abril 1992



*propaganda salinista y el aparente éxito económico del momento. Tácticamente nos reservamos la opinión hasta conocer el contenido de lo negociado. Por lo demás debido a que casi el 80% de nuestro comercio y el 64% de la inversión extranjera directa en México venía de dicha región, nadie podía negar que era bueno formalizar en un tratado nuestras relaciones económicas. El problema sería bajo qué reglas y parámetros se pretendía formalizar dicha relación. No se trataba de oponernos a la negociación de un acuerdo con Estados Unidos y Canadá, sino de lograr que dicho acuerdo beneficiara a nuestros pueblos.*(Arroyo, 2002:3).

O funcionamento dessa coordenação trinacional nasce, então, aos poucos, de forma não necessariamente clara, mas como produto, como vimos, de uma série de encontros e buscas bilaterais dos atores para encontrar o caminho comum, por diversos motivos, de frear os avanços das negociações da NAFTA. Assim, conhecido como “*Encuentro México-Canadá: Las Organizaciones Sociales frente al Libre Comercio*”, o encontro que teria como resultado uma primeira declaração pública conjunta de organizações do México e do Canadá será realizado já em outubro de 1990 e reunirá 60 entidades de um país e 36 do outro. Junto a esta, Alberto Arroyo afirma que estariam “as declarações conjuntas de 5 reuniões trinacionais ou binacionais nas quais participou ou organizou a RMALC, expressando o processo de conformação dos consensos dos que surgiram a RMALC e a rede trinacional” (Arroyo, 2002:4).

A relação entre as organizações mexicanas e estadunidenses teve várias dimensões e é preciso dizer que era relativamente condicionada pela relação institucional da AFL-CIO com as centrais sindicais governistas do México favoráveis ao acordo. Nesse marco, as principais relações deram-se com federações sindicais setoriais – *Teamsters* e *Stillworkers* – com as quais a FAT tinha vínculos prévios. Outra via de relacionamento foi a través de ativistas mexicanos com as grandes organizações ambientalistas dos Estados Unidos que já tinham uma posição muito ativa na crítica ao acordo. Alejandro Villamar, encarregado de estreitar essa relação na época, destaca a relação com o *Sierra Club*, e também com o *National Wildlife Service* e a *National Audubon Society*, que depois adotariam posições menos críticas.

O objetivo da rede trinacional, segundo a mesma fonte, seria “elaborar propostas procurando incidir na negociação do Tratado de Livre Comércio da América do Norte, para lograr uma inserção dos nossos países na globalização que beneficie à maioria da sociedade e não só às grandes empresas” (Arroyo, 2002:3).

Tentando sistematizar o que até aqui foi dito, pode-se dizer que as ações tricontinentais

---

25 Arroyo, Alberto " Organización de los pueblos de América frente a la globalización" Mimeo, 2002

26 Arroyo, Alberto, op cit

27 Arroyo, op cit

são desenvolvidas em vários níveis:

- 1- Uma agenda de sensibilização e articulação, tanto no nível tricontinental – desenvolver alianças nas América do Norte – quanto nos países em que o avanço organizacional era menor – criar articulações sociais amplas que juntem aos vários setores potencialmente afetados pelo acordo –.
- 2- Denúncia pública dos riscos do acordo. Só o Canadá havia tido a experiência do debate público em volta do tratado CUSFTA. Dessa vez foi preciso discutir o NAFTA na arena pública no México e nos Estados Unidos. Neste último país, as eleições de 1992 deram uma ajuda significativa. A filtração do “rascunho de Dallas” expõe publicamente o acordo e levanta a atenção pública sobre o assunto.
- 3- Pressão nos parlamentos e incidência no processo negociador de forma direta. Dois tipos de ação: fóruns públicos e reuniões de lobby em paralelo às reuniões de negociação, e extensas sessões de incidência nos parlamentos, sendo que o Congresso dos EUA foi o mais alvejado dos três.
- 4- Busca de uma agenda comum que não seja só negativa. Para além da crítica, já estava presente a pressão pela geração de “alternativas”. Isso se vincula ao fato de só ter colocado uma posição de rejeição geral do acordo nos últimos momentos, quando este já estava prestes a ser ratificado, pois até então o posicionamento político podia ser resumido no slogan “*Not this NAFTA*”<sup>28</sup>, que tornava imprescindível dizer se não era esse que NAFTA era o ideal.
- 5- Associado a esses dois últimos aspectos, há um terceiro que une metodologias e conteúdos: a- os fóruns públicos em paralelo, além de serem palanque ou plataforma para o lobby, viraram espaços de debates de diversos temas, não necessariamente vinculados ao livre comércio, b – com o intuito de não só “reclamar”, mas também propor alternativas, e por fim c- ao fazer isso salvar as contradições intrínsecas às reivindicações de uns e de outros, estabelecendo o consenso como mecanismo básico da construção na diversidade. “Trabalha-se junto naquilo em que se está de acordo; nos pontos não consensuais, cada um continua atuando por conta própria. A única exigência é que não se trabalhe contra os objetivos fundamentais que nos unem. Esta forma de trabalho tem sido especialmente importante no trabalho trinacional.”<sup>29</sup>

---

28 “Not This NAFTA: a Trilateral Citizens Perspective” por Tony Clarke, da Action Canada Network, Karen Hansen-Kuhn, The Development GAP (ART), e Carlos Heredia, Equipo PUEBLO.

29 Arroyo, Alberto "Uma Experiência de Participação Civil na Definição de um Projeto Nacional em um Mundo

Um resumo dessas opções político metodológicas é o seguinte parágrafo extraído do texto do Alberto Arroyo que reconstrói a experiência do Fórum de Zacatecas:

*En dicho foro hay una discusión más avanzada sobre los elementos que integran la Agenda Social: soberanía, desarrollo y deuda; medio ambiente y agricultura; derecho laboral y derecho a la alimentación; democracia, derechos humanos y de mujeres, así como un conjunto de demandas que serían presentadas a los gobiernos para ser incluidas en la negociación. La publicación presenta asimismo, un avance en los consensos trinacionales. La Declaración trinacional de Zacatecas, es una propuesta popular que tiene como objeto "hacer viable un acuerdo de desarrollo continental."<sup>30</sup>*

Os esforços da resistência, no entanto, não foram suficientes para parar a assinatura e ratificação do acordo. Segundo os próprios protagonistas, mesmo tendo tido sucesso em alguns dos níveis da luta enumerados acima, o objetivo global não foi atingido. Nas duas semanas prévias à votação no Congresso dos EUA, os ativistas das redes montaram guarda em Washington e chegaram a se iludir com a possibilidade do bloqueio. A votação, mesmo que apertada para os governistas, foi favorável e deu via livre para a implementação do acordo.

Um fator de macro política foi chave, a meu ver, na desarticulação da oposição social ao NAFTA nos EUA, o “corpo mole” feito pela central sindical e os ambientalistas depois da eleição de Bill Clinton e da anexação dos capítulos ambiental e laboral. Isso teria quebrado a frente contra a NAFTA nos EUA, separando os sindicatos das ONGs mais radicais que faziam parte da frente e ferindo inclusive a relação com as coalizões canadenses, que, mesmo sendo de base sindical, tinham posicionamentos mais fortes em relação ao acordo.

No caso dos mexicanos, essa quebra produziu “*una ruptura, parte de los aliados disminuyeron su posición. Esto produjo una discusión interna en RMALC. Qué hacemos? La discusión de planteaba tipo reforma o revolución. Ganó la posición de que teníamos que oponernos pero que había que crear una una oposición a más largo plazo.*”<sup>31</sup>

#### **4- Continentalização da ameaça, continentalização da luta**

A entrada em vigência do NAFTA e a vitória política que a sua aprovação significou

Globalizado" em Propostas/FASE, No 79, Rio de Janeiro, 1998/9

30 Arroyo, Alberto, “Organización de los pueblos...” op cit

31 Alejandro Villamar, entrevista

para o governo Clinton deram fôlego para avançar no ambicioso projeto, herdeiro na sua concepção da *Iniciativa para as Américas* do Presidente George Bush pai, de criar uma Área de Livre Comércio das Américas que se estendesse desde o Alasca até a Terra do Fogo, incluído todos os países do continente menos Cuba (34 países ao total). Os Estados Unidos convocaram, então, a primeira Cúpula das Américas que viria a ser realizada em Miami, nos dias 9 a 11 de dezembro de 1994.

A Cúpula emitiu uma declaração e um plano de trabalho<sup>32</sup> muito ambiciosos, que propunham uma agenda larga que instruía os "ministros responsáveis pelo comércio" a adotarem os passos necessários para conseguir a ALCA, com a ajuda de agências como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Unidade Especial de Comércio da Organização de Estados Americanos (OEA), e a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL) das Nações Unidas.

O mecanismo de decisão e trabalho escolhido para fazer avançar o processo incluiu como instância máxima de decisão as Cúpulas de presidentes. Desde o início da negociação até o ano 2006 foram realizadas quatro (em Miami, 1994, Santiago 1998, Québec 2001 e Mar del Plata 2005). Um segundo nível de decisão são as reuniões ministeriais, que reúnem os ministros de relações exteriores ou aqueles que trabalham sobre questões de comércio exterior. Nesse caso, o processo incluiu, desde primeira até a última, oito reuniões (Denver, 1995, Cartagena de Indias, 1996, Belo Horizonte, 1997, San José de Costa Rica, 1998, Toronto, 1999, Buenos Aires, 2001, Quito, 2002, Miami 2004).

Os primeiros anos da negociação estiveram contidos pela ausência do *fast track* nos Estados Unidos. A "via rápida" é o poder que o Congresso outorga ao presidente desse país para realizar negociações comerciais internacionais; é tanto um poder em sentido positivo, quanto um limite ao arbítrio do executivo. Clinton tentou durante todo o seu mandato a provação de uma *Trade Promotion Authority* (TPA), nome técnico do *fast track*, que o autorizava a negociar o que era conhecido como uma extensão do NAFTA. No ano de 1997, chegou até a enviar o projeto para o Congresso e retirá-lo depois que os próprios representantes democratas negaram a aprovação. Nesse clima, as expectativas dos países envolvidos nas conversas da ALCA eram bem limitadas.

Também havia divergências sobre como seria essa área de livre comércio. Na reunião ministerial de Cartagena, por exemplo, surgiu a controvérsia entre o que é o critério defendido

---

32 <http://www.summit-americas.org/miamidec-spanish.htm> y plan de acción <http://summit-americas.org/miamiplan-spanish.htm#9>

pelos Estados Unidos, Canadá e México de criar uma ALCA através da adesão dos demais países à NAFTA ou de criar um acordo nos padrões da mesma. Enquanto isso, o Brasil e outros parceiros defendiam uma negociação na base dos blocos regionais, entre eles o NAFTA e o MERCOSUL<sup>33</sup>. Existia também diferenças em volta do momento do início das negociações da ALCA, os empresários estadunidenses pressionavam para um início que não fosse além de 1997, enquanto outros preferiam esperar até resolver compromissos nos blocos regionais e na OMC antes de avançar para a ALCA<sup>35</sup>.

Finalmente, após essas primeiras reuniões ministeriais e os avanços realizados pelos grupos de trabalho criados desde o início, em 1998, em San José, o plano de ação é aprimorado e decide-se o lançamento da negociação da ALCA. Para tanto, serão criadas nove equipes de trabalho sobre os temas do acordo, e o Comitê de Negociações Comerciais que coordenaria o trabalho dos nove grupos, o CNC como é conhecido no jargão dos negociadores, reúne-se pela primeira vez em junho desse ano, em Buenos Aires. É estabelecido também um escritório permanente com funcionamento na cidade de Puebla, no México.

Até aqui, o marco do que foi o lento, mas ininterrupto, caminho até as negociações da ALCA começaram. O andamento posterior das negociações também não seria tranquilo, mas farei referência ao mesmo na última parte deste capítulo, junto com o que seria também uma segunda onda de acordos, dessa vez de escala menor, entre os EUA e regiões ou países do continente.

Como assinalo no início, esse processo de continentalização foi acompanhado de perto por organizações sociais e o resultado desse trabalho será a continentalização da resistência ao acordo.

Já na primeira Cúpula das Américas, em Miami, as organizações da rede tricontinental, se convocaram para continuar o trabalho feito até então e aproveitar o momento de visibilidade continental para alertar sobre aqueles que eram considerados os riscos dos acordos. Segundo Karen Hansen Kuhn, coordenadora internacional da ART, “foi difícil organizar qualquer evento da sociedade civil apesar de se tratar de celebração semelhante da NAFTA e o livre comércio, mas pelo menos foram feitos contatos com a imprensa e reuniões de estratégia”<sup>36</sup>.

A reação dos movimentos e das organizações da sociedade civil dos países da América

---

<sup>33</sup> Newsletter “Nuestra América” Vol. 1, No.3 outono de 1996

<sup>34</sup> Newsletter “Nuestra América” Vol. 1, No.3 outono de 1996

<sup>35</sup> *Inside U.S. Trade*, 29 março 1996 citado em “Nuestra América” Vol. 1, No.3 outono de 1996

<sup>36</sup> Hansen-Kuhn, entrevista (2006)

do Norte foi, nos anos seguintes, diversa, mas sentiu, sim, o golpe que significou a aprovação do NAFTA. Em particular foram mantidas ações de acompanhamento e monitoramento dos impactos da negociação e foram publicados vários estudos aos 2, 4, 8, chegando aos 10 anos. Mas naqueles primeiros anos, por exemplo, foi publicado o *“No laughter in NAFTA: México and the United States Two Years after”*<sup>37</sup>, que colocava em destaque o fato de que “no México e nos Estados Unidos, pode já ser documentado que trabalhadores, camponeses e agricultores familiares, mulheres e o ambiente estão sendo particularmente atingidos de forma muito dura pela expansão da liberalização dos investimentos e do comércio”. E acrescentam uma lista dos impactos que inclui:

- Desaparição de empregos e queda de salários,
- Redução da produção no México que cai para 40% da capacidade instalada.
- Aumento da poluição pela realocização de indústrias poluidoras (eletrônicas) dos Estados Unidos no México.
- A produção de grãos básicos nas comunidades rurais, sobretudo do México, caiu nos dois anos em questão.
- As mulheres são atingidas nos dois países: nos EUA por causa das demissões nas indústrias eletrônica e de eletrodomésticos; no México por causa das péssimas condições de trabalho e baixos salários nas maquilas.<sup>38</sup>

Esse foi o tom da crítica dos ativistas nos países do norte, que mostra também o tipo de intervenção que tiveram na época, uma mistura de inércia da dinâmica prévia com um renovado interesse por avaliar os efeitos na realidade. Sem dúvidas é preciso dizer que os estudos que foram feitos no período de aplicação do Nafta foram vitais para o trabalho posterior, tanto na negociação da ALCA quanto mais tarde nas negociações dos acordos com Chile, América Central, e CAN; o poder do caso NAFTA serviria também como arma central para os opositores ao livre comércio além das Américas.

Mas essa prática política foi vital para a etapa que se estava consolidando nesses anos. Desde a primeira das reuniões ministeriais das ainda indefinidas negociações da ALCA, os grupos do Canadá, Estados Unidos e México promoveram reuniões e fóruns de debate paralelos. Aqui, outra vez, a vontade canadense se destacou das outras, junto talvez com os

---

37 Anderson, Sara, et al., "No Laughter in NAFTA: Mexico and the United States Two Years After" [http://www.developmentgap.org/trade/No\\_Laughter\\_in\\_NAFTA.html](http://www.developmentgap.org/trade/No_Laughter_in_NAFTA.html), 1996

38 Anderson, Sara et al Op cit.

mexicanos, mas desde uma posição de representatividade muito superior à da RMALC. Foi essa força, empurrada a partir da CLC, que se juntou à mudança de autoridades na AFL-CIO e fizeram deslanchar um processo que procuraria a continentalização do debate usando como ferramenta a Organização Regional Interamericana de Trabalhadores (ORIT).

A respeito da ORIT, vale dizer que ainda pesava sobre ela sua vinculação com o aparelho político estadunidense de controle e intervenção na América Latina. De fato, a política exterior do sindicalismo estadunidense era implementada através do *Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre*<sup>39</sup>. O certo é que os anos 90 já começavam a operar um abrandamento dessa imagem da ORIT, que, no Congresso de 1989, contra a posição dos EUA, acabariam em mudanças chave que trariam o “sindicalismo sociopolítico”, cujo impulso definitivo viria com a eleição da nova direção no ano 1997<sup>40</sup>. Foi a nova direção da AFL-CIO quem ajudou muito nesse sentido ao desenvolver, fundamentalmente, uma política mais amigável para os sindicatos latino-americanos e, no foro doméstico, uma sensibilidade diferenciada em relação às organizações e movimentos sociais não sindicais. Nesse período, entram de forma explícita e ativa na coalizão estadunidense (ART).<sup>41</sup>

Em Denver (1995), primeiro, várias entidades organizaram atividades coletivas de imprensa e performances de rua, mas o significativo para o movimento que estamos reconstruindo foi o fato de a ORIT ter montado um primeiro Fórum Laboral em paralelo à reunião dos ministros de comércio. Kejld Jakobsen, da Central Única dos Trabalhadores, do Brasil, participa pela primeira vez de uma atividade dessas características; seria o primeiro passo para a geração de um novo “motor de internacionalização” no caminho de formação do movimento contra o livre comércio. No ano seguinte, em Cartagena, a ORIT organiza um segundo Fórum Paralelo. Dessa vez, também houve uma reunião dos ministros de trabalho dos 34 países.

Até então, a posição dos sindicatos e de algumas organizações da sociedade civil não era de uma clara rejeição à possibilidade do acordo. Por isso, uma das primeiras reivindicações dos sindicatos reunidos nos Fóruns Sindicais era a de serem ouvidos e tratados de forma similar aos empresários que tinham um fórum específico dentro da

---

39 Brunelle & Dugas (2006) afirmam que “*On pourrait rappeler à ce propos le rôle stratégique assumé par l’affiliée de l’AFL-CIO en Amérique Latine, l’American Institute for Free Labor Development (AIFLD) qui s’est portée à la défense des syndicats soi-disant “modérés” les plus proches des régimes autoritaires, sinon dictatoriaux, contre tous les syndicats progressistes ou radicaux, et dont l’histoire apparaît rien moins que “sordide” aux yeux de certains auteurs*”

40 Victor Baez, entrevista, (2006).

41 Essa visão é unânime e aparece nas entrevistas com Karen Hansen Kuhn, Victor Baez e Kjeld Jakobsen.

institucionalidade formal da negociação. Para o caso das organizações sociais, acadêmicas, da igreja e outras, só havia um mecanismo formal de recepção de propostas, conhecido como o “mail box” estabelecido também na reunião de San José (1998). O caso da ORIT, nesse sentido, expressa com eloquência o que era o debate sobre a ALCA e os diferentes posicionamentos dentro desse campo da sociedade. Essa organização regional, segundo o seu hoje Secretario Geral, Víctor Baez, continha em seu seio organizações abertamente contrárias ao acordo convivendo com outras que achavam que poderiam tirar algum benefício do mesmo e que era preciso só cuidar pelos aspectos da regulação dos padrões trabalhistas. Isso dava como resultado um posicionamento de um “*sí pero*” que acabava neutralizando as formulações mais radicais. Essa situação só seria resolvida em maio de 2000, numa reunião de seu Grupo de Trabalho sobre Integração, que concluiu que havia muitas evidências deixando claro que a ALCA não traria benefícios nem para os trabalhadores nem para os povos das Américas<sup>42</sup>.

O ano de 1997 é chave para a criação do movimento aqui estudado. A idéia de ter algum tipo de articulação continental já vinha sendo colocada por algumas das redes do Norte, mas os primeiros passos de sua configuração definitiva só ocorreriam nesse ano. Durante 1996, por iniciativa da RMALC, começou a ser publicado um *newsletter* que juntava a *Common Frontiers* (Canadá), ART (USA), RECHIP (Chile) e “outros grupos interessados... em contribuir ao desenvolvimento de estratégias conjuntas e apoiar esforços da sociedade relacionados com o comércio justo e a integração econômica<sup>43</sup>” e que se apresentava como o boletim trimestral da *Red Hemisférica para el Desarrollo Sustentable y el Comercio Justo*. Porém, essa rede só seria, segundo Karen Hansen Kuhn, uma iniciativa dos mexicanos que se desenvolvia só em torno da publicação boletim, ao invés de ser ele a voz de uma coalizão ativa no continente. Isso não invalida o fato de que a idéia continental estava sendo mastigada pelos diversos atores. No ano de 1997, então, uma reunião organizada em Ottawa pelos sindicatos canadenses e *Common Frontiers* reuniu vários desses atores, incluindo sindicalistas da CUT do Brasil e os mexicanos da RMALC. Ali foi discutida a proposta mexicana de criar algo que poderia ser denominada “pacto social” das Américas. Não foi pacto, porque alguns argüiram que a palavra tinha conotações negativas, mas sim “aliança”.

Na seqüência, em simultâneo à cúpula ministerial dos dias 12 e 13 de maio, é realizado o III Fórum Sindical - que levou o nome de “*Nossa América*” - organizado com base no núcleo conformado pela ORIT, os sindicatos canadenses e a CUT, que era a anfitriã. O

---

42 Baez, entrevista, (2006).

43 NUESTRA AMERICA, Vol.1 No. 1 fevereiro de 1996



Fórum começou sendo só sindical, mas acabou convidando, após as primeiras deliberações, as ONGs e movimentos que realizavam também atividades de forma separada em BH. O resultado da reunião foi uma declaração pública intitulada “*Construindo a Aliança Social Continental, frente ao Livre Comercio*”<sup>44</sup>, que listava as reivindicações sociais e sindicais e explicitava vários dos conflitos ou matizes que aqui foram colocados. Reproduzirei passagens da declaração in extenso para ilustrar essa característica.

1- reconhece a necessidade do trabalho conjunto entre sindicatos e outros grupos da sociedade civil

*Como ejemplo de la voluntad de llegar a una efectiva complementación entre las perspectivas y estrategias de acción del movimiento sindical y de otros movimientos sociales, se aprueba esta declaración...*

2- fala não da rejeição, mas sim da necessidade de condicionar a ALCA

*No puede haber ALCA si va a convertirse en un acuerdo similar a otros ya existentes como el ALCAN/NAFTA.*

3- faz uma reivindicação do desenvolvimento autônomo e crítica, desse lugar, o livre comércio

*El problema del libre comercio no es simplemente la apertura de fronteras, sino la renuncia a proyectos nacionales de desarrollo, y una grave amenaza a la democracia.*

4- cobra participação e transparência das negociações como condição

*No puede haber ALCA si no incluye una agenda social que contenga al menos los siguientes elementos fundamentales :*

*i) Participación amplia y plural de los pueblos en la negociación, a través de mecanismos verdaderamente democráticos.*

---

44 Belo Horizonte, 15 de maio de 1997. Assinam: Organización Regional Interamericana de Trabajadores (ORIT)/Confederación Internacional de Organizaciones Sindicales Libres (CIOSL), Red Mexicana de Acción frente al Libre Comercio (RMALC), Alianza para un Comercio Responsable (ART-EUA), Common Frontiers (Canadá), Red Canadiense de Acción, Red Chilena de Acción por una Iniciativa de los Pueblos (RECHIP), Associação Brasileira de ONGs (ABONG), Coalición Pro Justicia en las Maquiladoras (EUA), Consejo Nacional Indígena de México, Unión Nacional El Barzón (México), Red Quebequense sobre la Integración Continental, Confederación de Sindicatos Nacionales (CSN-Quebec), Asociación Canadiense de Abogados Laborles

5- destina um parágrafo forte às questões colocadas desde o começo pelos sindicatos

*La competitividad de nuestros países no debe basarse en la sobreexplotación de los trabajadores y el **dumping social**. Deberá impedirse la actual tendencia a la estandarización hacia abajo de las condiciones de trabajo y salarios, dirigiéndose a una homologación hacia arriba de las condiciones laborales en el mediano plazo, y a una recuperación de los salarios...*

6- enumera os problemas colocados para os diversos setores da sociedade, fica clara a vontade de somar, em particular os camponeses.

*No puede haber ALCA si no se garantiza la protección y mejoramiento del medio ambiente, si no se asegura el respeto a los derechos de los migrantes, y si no se pone especial atención a la soberanía alimentaria, y por ello, a la protección y fomento de campesinos y pequeños agricultores familiares o del sector social, sin subsidiar a las grandes empresas agropecuarias.*

No último parágrafo da declaração, fica expressa a tomada de decisão política de constituir uma *aliança social continental* e, para isso, não só convoca a primeira cúpula dos povos em Santiago de Chile, mas também estabelece os mecanismos organizativos que depois ficariam no acervo de experiências sobre a qual se estruturaria essa Aliança Social Continental.

*Esta cumbre fue un primer impulso en favor del trabajo de complementación entre el sindicalismo y otras organizaciones sociales, el cual podrá ser concretado en oportunidad de la II Cumbre de Jefes de Estado de las Américas, el próximo marzo en Santiago de Chile, con la realización de la Cumbre de los Pueblos de las Américas, para alcanzar una alianza social continental. Para ello, en los próximos meses, deberán establecerse mecanismos de contacto y coordinación, sumarse nuevas organizaciones a la iniciativa, recopilarse e intercambiarse las mutuas propuestas, y participar conjuntamente en actividades vinculadas al tema.*

A consolidação do espaço continental continuaria avançando por esse caminho, não sem conflitos, mas ininterruptamente até os nossos dias. A preparação da *I Cumbre de los Pueblos* deixou claro que, como no caso do México, nada seria tão simples. A cisão no interior do movimento sindical mais uma vez geraria problemas; isso não quer dizer que só no movimento sindical existissem diferenças, mas simplesmente está indicando que um dos grandes atores está com diferenças em seu seio. O núcleo que sustentou a organização de Belo Horizonte e que empurrava não só a internacionalização dessa luta, mas também o critério de que para fazê-lo era necessário se aliar com ONGs e outros movimentos se defrontou no Chile

com uma Central Única dos Trabalhadores do Chile que não queria organizar coisa alguma com as ONGs nativas e que, devido a sua relação com o governo da Concertação, tinha um olhar mais benigno em relação à ALCA. Segundo Claudio Lara, ativista membro da RECHIP, quando a coisa já havia avançado e era inevitável a realização da *Cumbre*, a CUT entrou no dispositivo de organização “com o intuito de atenuar a crítica”.<sup>45</sup>

O resultado, porém, foi positivo. Chegaram mais de mil pessoas à *Cumbre* e mesmo com essas divisões foi possível ter um Fórum amplo, que trabalhou em volta de 10 subfóruns, que dariam por resultado a consolidação da primeira versão de *Alternativas para as Américas*. Esse texto representa outra das questões centrais da proposta da ASC, em sintonia com o imperativo público de não se fechar em posturas “isolacionistas” ou arcar com o ônus de simplesmente ser um movimento do “não”. Em BH foi também decidido começar os trabalhos para gerar um documento de alternativas que juntasse a opinião dos diversos setores sobre como deveria ser essa integração. Foi um trabalho extenso que, mesmo se espelhando muito nos capítulos da ALCA, foi chave para a construção de consensos entre os grupos. O texto foi apresentado e melhorado na *Cumbre* de Santiago e de fato estruturou, como vimos, a organização da mesma, que discutiu com base na seguinte pauta temática: as alternativas socioeconômicas, o meio ambiente, os camponeses e a agricultura, os direitos humanos, a educação, a ética, os povos originários, as mulheres, os parlamentares e o trabalho e o sindicalismo.<sup>46</sup>

Nos meses seguintes o núcleo promotor se deu a tarefa de completar a construção, tentando incluir setores considerados chaves para a resistência à ALCA, aprofundando o convencimento daqueles que ainda não tinham feito opções claras, e tentando avançar na formalização da estrutura criada. O desafio era incorporar novos setores e estender a abrangência geográfica da aliança, já que as organizações presentes não cobriam nem sequer os países continentais das Américas.

No Brasil, o início solitário da CUT encontraria aliados ocasionais (IBASE) que depois viriam a juntar-se definitivamente numa rede que adotou o nome de Rede Brasileira pela Integração dos Povos (REBRIP). A Coordenadora Latino-americana de Organizações Camponesas (CLOC) seria também convidada e formalmente aderiria ao espaço. E, em termos geográficos, a Iniciativa Civil para a Integração Centroamericana se juntaria à coalizão nesse período. Na questão sindical, o processo de sensibilização sobre o tema sempre esteve

---

45 Claudio Lara, entrevista, (2006).

46 Memoria de la Cumbre de los Pueblos de América, Santiago de Chile, 1999.

influenciado pelas dinâmicas nacionais e, mesmo tendo sido feito um esforço enorme de parte das estruturas regionais (ORIT), segundo Víctor Baez, os resultados nunca foram ótimos e era muito difícil fazer as centrais nacionais se mobilizarem frente à ALCA.

Em março de 1999, a ASC se reúne em Costa Rica e formaliza sua estrutura de funcionamento, e de fato a própria existência. Assume como sua missão: “a construção de um espaço que integre a ação continental através de um processo de acumulação de forças, plural e flexível que permita aos diversos movimentos sociais desenvolver, potenciar e disputar modelos alternativos e democráticos de desenvolvimento. A ASC representa um espaço da sociedade civil construído através de um processo de inclusão permanente de membros e baseada em consensos básicos”.<sup>47</sup>

Em 1999, Seattle faria com que as coisas mudassem.

## **5- Entre o pragmatismo e a ideologia. O lançamento da Campanha Continental contra a ALCA**

Pode-se dizer da trajetória até aqui descrita que ela é linear. É o *in crescendo* de um tecido de organizações sociais que, a partir de um vetor de extensão do livre comércio nas Américas, vai reagindo e buscando formas organizativas adequadas para dificultar tal avanço. Isso se deu de forma gradual e, a não ser nos casos de forte debate eleitoral (Canadá e Estados Unidos), nos quais o nível de sensibilidade sobre o tema foi alto, nos outros casos essa internacionalização foi tímida, restrita a uma parte dos sindicatos e às ONGs progressistas do norte e alguns do sul trabalhando essas questões, e restrita também em termos de volume de mobilização e abrangência territorial.

As manifestações de Seattle mudam essa linearidade do processo e deixam em descoberto varias questões que até então não haviam aparecido:

- 1- o contraste entre esse tipo de manifestação massiva contra esta expressão do livre comércio contrastava com as relativamente mais tímidas ações que vinham sendo feitas no continente.
- 2- o descobrimento de outro amplo, porém desarticulado, espaço de rejeição à globalização neoliberal

---

47 Coordenação Hemisférica da ASC, Atas da reunião dos dias 12, 13 e 14 de março de 1999. La Catalina, San José, Costa Rica

3- a indiscutível e global visibilidade da protesta.

4- a radicalidade, virulência e imaginação da protesta.

Tudo isso pôs em evidência os limites desenvolvidos até aqui pela resistência ao livre comércio que viemos descrevendo. É bem verdade que Seattle foi uma surpresa não só para os ministros de comércio, mas também para os próprios ativistas, que jamais imaginaram que poderia acontecer o que aconteceu. Seattle foi o momento de uma coincidência de atores, que criaria, ou visibilizaria, um novo padrão de ação que logo se transformaria numa prática global.

A pergunta “onde estava a ASC em Seattle?”, um cenário de ação contra o mesmo inimigo, é natural. Mas a resposta nem tanto. O natural teria sido a ASC estar presente como ator ativo das mobilizações; porém, isso não foi assim. Uma mistura fatores alimenta uma explicação que sem dúvidas não oferece uma resposta simples. O primeiro fator, e o mais banal, é que a ASC concentrou os esforços no fórum paralelo à Reunião de Ministros da ALCA em Toronto, menos de um mês antes da Cúpula da OMC e ficou sem fôlego para organizar ou articular-se para ir para Seattle de forma estruturada. O segundo diz respeito ao foco da ASC, muito centrado na ALCA e desatento ao fenômeno do livre comércio em conjunto. Um terceiro fator fala das diferenças internas nos movimentos e redes estadunidenses no sentido de que a ART, tal vez pelo próprio fato de concentrar-se em assuntos “americanos” perdera essa visão do conjunto da questão. O último é que Seattle foi organizado por atores mais radicais que até então não tinham entrado na cena.

A questão é que Seattle chamaria a atenção, como nunca até esse momento, de um amplo leque de ativistas que até agora não tinham se manifestado e que acharam uma luta com a qual se identificavam. Entraram amplos contingentes de jovens alistados em grupos anarquistas, punks, *black blocs*, ambientalistas, *neohippies*, ou simplesmente independentes que se sentiam impactados pelos efeitos da globalização neoliberal. Mas também chamou a atenção de grupos mais estruturados e radicais que, não se identificando necessariamente com algumas metodologias, sentiram que era preciso acentuar a luta contra a globalização neoliberal. Isso tudo fez com que a programada *II Cúpula dos povos* em Quebec se defrontasse com pressões diferentes das vividas nos tempos de Santiago. Havia acordado agora um setor social que, pela esquerda, faria pressão sobre a ASC e esta teria que reagir.

No ano de 2000, a cena dos movimentos esquentou também com a primeira edição do Fórum Social Mundial em Porto Alegre e, no Brasil também, a campanha Jubileu Brasil, que

reunia organizações da Igreja e o Movimento de Trabalhadores sem Terra, realiza uma consulta popular sobre a dívida externa na qual votariam mais de dois milhões de pessoas.

Foi nesse clima que a ASC começou a se questionar sobre a necessidade de adotar um posicionamento mais forte em relação à ALCA. Em uma mensagem enviada por Karen Hansen Kuhn a alguns membros do Comitê Operativo da ASC, ela explicitamente propõe um endurecimento da posição porque estavam sendo acusado de reformistas “Realmente acho que precisamos dizer alguma coisa agora para não parecermos um grupo de reformistas nem de acadêmicos... tem gente nos EUA reclamando que a mensagem política da ASC não é clara”.<sup>48</sup>

Em 2000, a ASC não teve maiores ações conjuntas ou reuniões e, além de uma carta assinada por mais de 300 organizações solicitando a publicação dos textos do acordo, só se concentrou na organização da Cúpula de Quebec. Caminho a Quebec ocorreu uma conflitante reunião frente à ministerial de Buenos Aires, conflitante quase nos mesmo termos que Santiago, só que dessa vez existia, além da *Central General del Trabajo* (CGT) uma outra central, a *Central de Trabajadores Argentinos* (CTA), que, mesmo não sendo da ORIT, mantinha uma relação estreita com a CUT, e também participava da preparação das ações. O conflito fundamentalmente se deu entre esses dois atores e acabou resultando em pelo menos três diferentes passeatas.

Então, no início de 2001, a proposta de Hansen Kuhn vingou e a ASC, no meio dessas desordenadas jornadas de Buenos Aires, emite uma declaração contra a ALCA. Vale lembrar também que foi no ano 2000 que a ORIT institucionalmente adotou, como vimos, também uma posição desse tom.

Enquanto isso, a organização da Cúpula dos Povos enfrentava a materialização da tensão descrita pós Seattle. Junto com o esquema “oficial” da organização vinculado ao espaço da ASC aparecem outros dois espaços autônomos identificados com os grupos de ação direta e desobediência civil, um e outro com organizações comunitárias autônomas, mas próprias de uma dinâmica quebequense, reunidos numa mesa de concertação<sup>49</sup>. Essa divisão foi favorecida pelo fato de que os sindicatos canadenses ainda mantinham uma posição que, embora crítica do acordo, reconhecia a possibilidade de diálogo com o processo como uma opção válida.

Esta conjunção de fatores e de forças mobilizando acabaram dando certo em termos da espetacularidade do protesto. Mais de 50.000 pessoas se manifestaram nas ruas de Quebec em

---

48 E-mail com data 21 de fevereiro de 2001

49 Marcela Escribano, entrevista

protesto contra a cúpula dos presidentes. E o governo reagiria com força e virulência similar à aplicada pela polícia estadunidense em Seattle, foram vários dias de confrontos de rua nos quais os manifestantes arremetiam contra as barreiras e as forças de segurança jogavam gás lacrimogêneo e balas de borracha contra a multidão. Todos se lembram de Quebec por seu aspecto violento, que incluiu deportações e prisões massivas também.

Mas todos se lembram também pelo fato de que, na hora da grande passeata, as divergências se explicitaram de forma brutal. Uma parte da manifestação foi rumo às barreiras e a outra, comandada pelos organizadores locais e pela Aliança Social Continental – que, como falamos, tinham uma posição política menos radical – dirigiu-se para a direção contrária da Cúpula oficial e acabou quase saindo da cidade. A mistura de desorientação e desgosto dos muitos estrangeiros que marchavam para fora da cidade era tal que se ouviu a seguinte palavra de ordem entre os chilenos e os brasileiros que ali marchavam: *“La Alianza está perdida, la lucha es arriba”* (em referência à parte alta da cidade, onde ocorria a Cúpula oficial).

Essa contradição foi forte o suficiente para que muitos pressionassem no interior da coalizão para reafirmar o dito em Buenos Aires alguns meses antes e dar clareza à idéia não só do nítido “Não à ALCA”<sup>50</sup>, mas também à idéia de que era preciso criar uma campanha continental contra a ALCA.

Começa aqui um debate que acompanha desde então e ainda hoje o movimento contra o livre comércio nas Américas. O problema central era como incorporar à luta atores que não tinham interesse em rebaixar as suas posições políticas e como fazer com que aqueles mais pragmáticos aceitassem trabalhar com os mais ideologizados ou radicais. A resposta a esse dilema foi resolvida durante o ano de 2001. Em outubro desse ano, uma reunião ampliada do Conselho Hemisférico da ASC em Florianópolis seria o cenário no qual o movimento se juntou para criar um espaço de campanha mais amplo e menos estruturado que permitisse incorporar setores até então marginais à movimentação anti ALCA.

Essa reunião não foi uma a mais, e sua composição atípica responde ao teor do que estava em jogo e à alta do interesse no tema depois de Quebec. Participaram muitas organizações ambientalistas, organizações camponesas e de direitos humanos, e o debate foi forte. Entre aqueles que defendiam a realização de uma consulta popular do tipo da realizada no Brasil, mas de caráter continental, e alguns membros do núcleo histórico da ASC que tinham dúvidas sobre a viabilidade dessa empresa e preferiam continuar com o tipo de trabalho desenvolvido até esse momento. A CLOC, à época representada por João Pedro

---

50 A declaração da cúpula leva o título “NÃO À ALCA! OUTRAS AMÉRICAS SÃO POSSÍVEIS!”

Stedile, do MST, fez muita pressão e acabou impondo no debate a opção da consulta popular continental.

Nesse mesmo ano, em novembro, é realizado o primeiro “*Encuentro Hemisférico de Lucha Contra el ALCA*” em Havana, Cuba. Esse encontro nasceu também da mudança do governo cubano em relação à ALCA – nos primeiros anos reclamava da exclusão –; este passaria a se envolver com o movimento continental que tinha chamado a atenção do próprio Fidel Castro a partir das jornadas de Quebec. Esse espaço se consolidaria como instância de reflexão da estratégia do movimento e serviria para incorporar um novo contingente de grupos e pessoas que, identificadas ou simpáticas com o regime cubano, fariam causa comum na resistência de Cuba à ALCA<sup>51</sup>.

Em seguida, durante o Fórum Social Mundial em Porto Alegre, em janeiro de 2002, a consulta é lançada. Uma reunião preparatória prévia havia decidido que era preciso abrir o espaço e criar uma plataforma comum que não só a ASC para dar mais poder de convocação à consulta. Surge assim a Campanha Continental de Luta Contra a ALCA, formada no seu núcleo básico pelas organizações da ASC, mas com algumas outras que talvez já estivessem na ASC, mas que agora se sentiriam mais confortáveis e avançariam de forma mais ativa no trabalho de campanha (entre elas o próprio movimento camponês e os indígenas, fundamentalmente).

Deram-se então um ambicioso plano de ação que tinha por objetivos:

*OBJETIVOS: (Hacer de la preparación, organización y realización de la Campana y la Consulta un instrumento eficaz para:)*

*Dar un salto cualitativo en la información, difusión y educación sobre el ALCA y sus consecuencias entre la población en general, comenzando por las propias bases de las organizaciones participantes*

*Mejorar las condiciones para la organización y movilización de los pueblos de América contra el proyecto neoliberal de libre comercio que representa el ALCA*

*Por medio de crear un mecanismo que permita hacer oír la voz y la participación directa de millones y millones de personas de todo el continente, ganar fuerza, legitimidad y representatividad social para derrotar el proyecto del ALCA.*<sup>52</sup>

A Consulta foi estruturada numa reunião de “redes”, depois chamada de Coordenação da Campanha, e realizada em Quito em maio desse ano. Ali foram ratificados os prazos da campanha: começaria no Brasil em setembro de 2002 e iria até março de 2003; definidos alguns critérios metodológicos da campanha, o slogan “*SI a la Vida, NO al ALCA*”, e as perguntas que orientariam com flexibilidade a realização da consulta em cada país.

<sup>51</sup> Marcela Escribano, entrevista, (2006).

<sup>52</sup> Plan de Acción para la Campaña Continental de Lucha Contra el ALCA



A pergunta comum foi:

*¿Está usted de acuerdo con que el gobierno suscriba el Tratado del Área de Libre Comercio de las Américas (ALCA)?*

A consulta no Brasil reuniu 10 milhões de votantes, que, em sua abrumadora maioria votaram pelo “Não” à assinatura do acordo, à continuação da presença brasileira nas negociações e, não também a uma terceira pergunta sobre a instalação de uma base militar em Alcântara. O sucesso do Brasil deu um forte impulso ao restante do continente que a partir de então tomou a Consulta como uma atividade que, embora às vezes impossível de realizar devido à conjuntura política do país ou pelo próprio nível de organização das entidades, serviria como estímulo organizador, ferramenta de comunicação e meio para a definitiva instalação do tema na agenda da maioria das organizações sociais do continente. Durante os anos seguintes foram realizadas consultas no Canadá, EUA, México, El Salvador, Colômbia, Equador, Paraguai e Argentina; em outros países foram realizadas atividades como “abaixo assinados” e campanhas de educação popular que se misturavam na sua metodologia com a consulta.

A Consulta Continental concluiria em novembro de 2004 com a consulta na Argentina, a segunda mais numerosa, com 2,5 milhões de participantes.

Com o fim da consulta, a Campanha Continental Contra a ALCA se defrontaria com o desafio de manter o vigor da mobilização num momento no qual as negociações oficiais pareciam se afundar num oceano de “colchetes”. Esse vigor não seria mantido de forma intacta e de fato caiu em sua intensidade, tendência reforçada pela dinâmica desagregadora que foram gerando os novos acordos regionais ou bilaterais, que ativaram a resistência nos países ou regiões mas tiraram o peso das ações e o debate continental. E de cima para baixo pela extrema distância que apresentava o tratamento da questão da OMC.

Essa tensão persistiu até a quarta Cúpula das Américas, em novembro de 2005, na qual finalmente as negociações da ALCA ficariam suspensas de forma indeterminada pela ausência de um acordo por parte dos presidentes para dar mandato negociador aos ministros.

A declaração de saída da III Cúpula dos Povos começa ilustrando o passado da luta e os desafios que virão:

*¡El ALCA debe ser enterrada para siempre!*

*¡NO al "libre comercio", la militarización y la deuda!*  
*Para acabar verdaderamente con la pobreza, el desempleo y la exclusión social*  
**ES NECESARIO Y POSIBLE UNA INTEGRACIÓN DESDE Y PARA LOS PUEBLOS**<sup>53</sup>

O movimento fará, nesse último período, uma abertura para o que genericamente denominará “livre comércio” e já não só ALCA, para temas associados ao livre comércio, e finalmente para o que seria um dos desdobramentos lógicos de sua batalha, uma vez que ela foi relativamente ganha, e que vários governos se apropriaram de suas palavras de ordem: o debate sobre a integração dos povos.

### **5- A complexização do livre comércio nas Américas.**

A estratégia de extensão do livre comércio na região teve diversos momentos. Até aqui foi reconstruído o que denomino a trajetória linear do movimento contra o livre comércio, num aumento progressivo da escala da ação que, no início, incluiu dois países, para depois incluir uma região de 3 países e finalmente o continente Americano na sua completa geografia, com exceção de Cuba. Esse desenvolvimento linear que, em 1994, tentou não só a continentalização, mas também a extensão do NAFTA para o Chile, é diversificada nos anos 2000 como resultado do lento trâmite das negociações continentais. Assim, em 2002 é negociado e assinado um acordo bilateral de livre comércio entre Chile e Estados Unidos; em 2003 começam as negociações para o *Central America Free Trade Agreement* (CAFTA), entre todos os países da América Central, menos o Panamá, e os Estados Unidos, que depois incluiria a República Dominicana; e em 2004 são iniciadas as negociações do TLC Andino, uma acordo entre os países da CAN e também os Estados Unidos que excluiu a Venezuela.

Num outro trilha, os *Acordos de Associação* entre países “sem região” como o Chile (2002), ou México (2003) com a União Européia são negociados e assinados. Com um critério de negociação regional, a UE acelerará as negociações com o Mercosul (2004) e assinalará para o início de negociações com a América Central através do SICA e com a Comunidade Andina de Nações; essas últimas só começariam no ano de 2007. Finalmente, a UE renegociaria os acordos de Cottonou com os países ACP (África, Caribe e Pacífico) e começaria a negociar os *Economic Partnership Agreements* (EPAs) com os países insulares do Caribe (menos Cuba).

Por fim, a *débaçle* da ALCA produziu outro deslocamento da atenção para o livre

---

<sup>53</sup> Declaração final III Cumbre de los Pueblos.

comércio por parte de alguns países que, sob a liderança do Brasil/MERCOSUL, priorizaram as negociações multilaterais de comércio no âmbito da OMC. O Mercosul foi a única região que não desenvolveu negociações de livre comércio com os Estados Unidos nesses anos, mesmo tendo tido as chamadas iniciativas “4+1”, ou tentativas de quebrar o bloco e realizar negociações bilaterais com alguns de seus membros, notoriamente o caso de um acordo Uruguai-EUA.

A reação popular a esses acordos foi diferenciada e, como disse, teve trajetórias diferenciadas.

Nos países da região Andina ocorreram situações diversas. Colômbia, Equador, Peru e Bolívia já apresentavam coalizões ativas contra a ALCA no momento de início das negociações dos TLCs. Porém, o nível de mobilização, sem dúvida pelo fato de que as negociações bilaterais desenvolveram um ritmo muito mais pronunciado do que as negociações da ALCA, foi notavelmente mais alto e rapidamente o TLC ocupou o centro da cena política em quase todos os países da região. Na Colômbia, mesmo tendo duas articulações, a Rede Colombiana de Ação Frente à ALCA (e ao TLC) RECALCA, e o Comitê de Luta contra a ALCA, as mobilizações ocorreram de forma vigorosa, conjunta e ininterrupta a cada rodada de negociação. No caso do Peru, o Capítulo Peruano da ASC (que reunia as principais centrais sindicais, centros de estudo e algumas ONGs) foi desbordado pelo teor do debate que mobilizou a sociedade peruana toda e produziu o surgimento de várias articulações e campanhas, dentre elas a que maior sucesso teve foi a organizada atrás da palavra de ordem “*TLC así no*”; o debate se alastra até os dias em que escrevo esse texto, as ações do movimento foram desde mobilizações de rua, monitoramento e incidência até a coleta de assinaturas para solicitar um referendun sobre a pertinência o acordo<sup>54</sup>.

No caso do Equador também a dinâmica desbordou a articulação preexistente. Além da Campanha Equatoriana contra a ALCA e o TLC (2001)<sup>55</sup>, outra campanha, “Equador Decide” foi impulsionada em meio aos conflitos políticos do país, que envolveram as energias do principal impulsor da Campanha Equatoriana. Os setores camponeses e indígenas da CONAIE/Equarunari e outros grupos entraram na coalizão que levou à presidência do país o militar Lúcio Gutiérrez e foram afetados pela intensa crise que finalmente poria fim ao

---

54 O TLC com o Peru foi ratificado pelo Senado dos Estados Unidos, a instância faltante para a sua entrada em vigor, no dia 4 de dezembro de 2007. O TLC com a Colômbia foi negociado na sua totalidade mas emperrou no Congresso estadunidense por questionamentos aos direitos humanos da parte dos representantes democratas.

55 Ver “*Campana contra el ALCA en Ecuador. Una breve reseña*”, Leon (2004)

governo. A campanha “Equador Decide” teve um protagonismo maior nos setores urbanos desencantados com o governo Lúcio e que contribuíram a sua derrubada.

Bolívia também passou, nos anos do deslanche da negociação do TLC, pela eleição, crise e renúncia do governo de Gonzalo Sánchez de Losada, o Goni. A mobilização social contra a ALCA, já em 2001, com a criação do Movimento Boliviano de Luta contra a ALCA<sup>56</sup> se sucedeu à chamada “Guerra da Água” em Cochabamba, contra a privatização do serviço de fornecimento público de água (abril de 2000), e se deu como emergente também desse conflito, na medida em que esse derivou em uma demanda da multinacional Bechtel contra o Estado Boliviano no CIADI, no marco do acordo bilateral de investimentos entre Holanda e Bolívia, um mecanismo similar ao incluído no capítulo investimentos da ALCA e depois no TLC. A resistência ao TLC coincidiria posteriormente também com a chamada “guerra do gás”, que teve um nível de politização, mobilização e violência (devem ser lembradas as massacres de outubro de 2003 e fevereiro de 2004) que desencadearam finalmente a queda do governo Goni e a posterior eleição de Evo Morales. Essa mobilização incluiu como uma das suas demandas a saída da Bolívia da negociação.

Nos últimos dois casos, a pressão popular e as reivindicações “soberanistas” dos governos Morales e Correa inviabilizou a continuidade das negociações dos TLCs com os Estados Unidos.

O movimento na América Central percorreu uma trajetória semelhante, em alguns países já existiam coalizões sociais ativas no momento do lançamento das negociações do CAFTA, em janeiro de 2003. Segundo o dirigente do *Encuentro Popular* (Costa Rica), Carlos Aguilar<sup>57</sup>, as origens das articulações sociais no nível regional datam do primeiro encontro “Intergaláctico” organizado pelo Zapatismo na Selva Lacandona (agosto de 1996). Pela primeira vez, organizações e movimentos sociais centro-americanas convergem em um espaço de diálogo comum e concordam em iniciar um processo que acabaria com a criação, algum tempo depois, do que *ex-post* seria chamado de primeiro *Foro Social Mesoamericano*<sup>58</sup>, que seria um dos mecanismos pelos quais a consciência crítica do

---

56 O Movimento surge como conclusão do 1º Encontro Nacional Contra a ALCA na Bolívia, em Vinto, abril de 2001.

57 Carlos Aguilar, entrevista, (2007).

58 “El Foro Mesoamericano de los Pueblos tuvo su nacimiento en Tapachula, Chiapas en Mayo del 2001, dando luz a un proceso que ya lleva seis ediciones en un período de 5 años. En el mismo 2001, hubo un nuevo encuentro en Xelajú, Guatemala. Luego, ha ido pasando por cada una de las capitales de la región. Por Managua, Nicaragua en Julio del 2002, de ahí a Tegucigalpa, Honduras en Julio del 2003, a San Salvador, El Salvador en Julio del 2004 y la más reciente edición ha sido en Diciembre del pasado 2005 en San José, Costa Rica.” (Coronado & Grau, 2007:3)

neoliberalismo na região se espalharia. Nas origens dessa resistência, encontra-se como eixo aglutinador a oposição ao Plano Puebla Panamá, uma iniciativa para gerar uma infra-estrutura regional de comunicações e energia impulsionada pelos governos do México e da América Central, caracterizada pelos movimentos y organizações da região como empurrada pelas corporações e em particular pelos interesses vinculados a expansão da “maquila” para o restante da América Central. Esse contexto foi propício para a surgimento de coalizões nacionais que acrescentaram a este tema os das privatizações e da ALCA. Os casos mais relevantes são o da própria Costa Rica, que teria no *Encuentro Popular* a expressão madura de um processo de debate em torno ao tema que teria vários momentos<sup>59</sup>, a criação da Rede Sinti Techan em El Salvador, o *Bloque Popular* em Honduras, a *Mesa Global* na Guatemala e a MANFA na Nicarágua. Essas instâncias foram largamente desbordadas, como no caso da região Andina, quando do início das negociações da CAFTA, em quase todos os países foram criadas novas instâncias de articulação mais abrangentes e sem dúvida com um nível de ativismo público também maior. Temos então que na Guatemala é criado o *Movimiento Campesino Sindical y Popular* -MICSP (2004), no El Salvador surge o MPR-12 (2003) e o *Bloque Popular Social* (2003), em Honduras a *Coordinadora Nacional de Resistencia Popular* – CNRP (2003), na Costa Rica são duas coalizões além do Encontro Popular, que, na massividade, se diluiu nos outros dois espaços: a *Coordinadora Nacional de Lucha contra el TLC* e a *Comisión Nacional de Enlace* (2003). Esses espaços desenvolveram dinâmicas próprias que misturaram a resistência ao TLC – a negociação da ALCA já tinha entrado em estado de paralisia – com resistências específicas de cada país, por exemplo: a privatização da saúde<sup>60</sup> em El Salvador, a privatização das telecomunicações e a eletricidade na Costa Rica, entre outros.

Esse desbordar das articulações prévias fez com que a dinâmica da resistência, que estivera, em suas origens, fortemente transnacionalizada, ou que tivera um vínculo forte com as articulações transnacionais– os espaços de articulação prévias (Rede Sinti Techan, CEI-Nicarágua, *Encuentro Popular*, *Bloque Popular*, e depois a *Mesa Global*) que faziam parte do chamado “capítulo regional” da ASC não conseguiram manter o vínculo com o espaço continental e não conseguiram articular uma campanha conjunta no nível regional. Porém, tiveram sucesso, via as organizações de solidariedade estadunidense ou com os espaços de oposição ao livre comércio nos EUA (CTC e ART), ao fazer um trabalho de incidência no Congresso e perante a opinião pública desse país. Houve uma diferença em relação às

---

59 Entrevista Carlos Aguilar

60 Em El Salvador foram famosas as “*marchas blancas*” contra a privatização da saúde.

organizações da CAN que mantiveram os nexos continentais, além do trabalho com organizações dos Estados Unidos.

O último momento da batalha contra o CAFTA ocorreu no dia 7 de outubro de 2007, na Costa Rica, único país que não tinha ratificado até essa data o acordo – os outros países já o tinham feito contra as massivas mobilizações que a população organizou contra eles. No caso da Guatemala, dois ativistas foram mortos nas jornadas de mobilização contra a ratificação no parlamento. Na Costa Rica, o governo sob forte pressão das duas grandes coalizões que conseguiram sensibilizar os “ticos e ticas” – como são chamados os costarrriquenhos – sobre as perdas que o acordo significava para um país cujo Estado ainda tinha presença nos serviços básicos ameaçados pelos termos do acordo. No dia 7 de outubro o governo obteve uma vitória apertada sobre o Não ao acordo que significou a derrota regional do movimento como expressão massiva de resistência ao livre comércio com os Estados Unidos.

#### OMC e UE-ALC.

As negociações da OMC e dos acordos de associação com a UE foram incorporados na agenda do movimento. No caso da OMC, a Cúpula Ministerial de Cancún (2003) foi o momento de massificação e visibilização do tema que a partir de então entraria na lista dos temas resistido sob a denominação geral de “livre comércio”. Porém, vale esclarecer que a mobilização contra a OMC não teve a não ser na cúpula de Cancun, o mesmo teor e massividade que as outras. Em parte, isso se deu porque no período (a partir de 2003), na maior parte dos países o movimento enfrentava os TLCs bilaterais, enquanto só alguns, como é o caso do Brasil e dos países do Mercosul, do México e Chile, não existiam outras negociações do teor desta. Foi por isso que, mesmo sendo incorporado nas declarações, o ativismo viu-se reduzido fundamentalmente aos Estados Unidos (CTC), Brasil (REBRIP e La Via Campesina-BR), Amigos da Terra América Latina e o Caribe (ATALC) e México (RMALC). O mesmo ocorreu com os acordos de associação até a entrada recente deles na pauta da América Central e Região Andina que os movimentos acompanham, porém com uma ênfase menor à desenvolvida no cenário de luta contra os TLCs com os EUA<sup>61</sup>.

Em termos de articulação de movimentos, a ASC se incorpora à rede “Nosso Mundo Não Está a Venda”, informalmente, a partir das movimentações prévias à cúpula de Cancun (2003). Já no Segundo Encontro Hemisférico de Havana havia sido decidida uma linha

---

61 O mesmo ocorre com as recentes rodadas de negociações entre o Canadá e Colômbia, por exemplo.

estratégica para unificar as lutas contra a ALCA e contra a OMC.

*Articular las campañas contra el ALCA y la OMC. Los contenidos del ALCA también están presentes en la nueva ronda de negociaciones de la OMC que se pretende relanzar en la V Cumbre de Ministros a realizarse en Cancún-México en septiembre del 2.003. Los ejes de esta articulación en un solo frente de lucha son: el rechazo al ALCA y a la nueva ronda de negociaciones de la OMC, y la exigencia de que la agricultura, los servicios esenciales y la propiedad intelectual estén fuera de la OMC y de cualquier tratado de libre comercio. La derrota de esta nueva ronda de negociaciones de la OMC será un gran estímulo para la lucha contra el ALCA, y viceversa, un triunfo en la lucha contra el ALCA fortalecerá la lucha contra la OMC. Es fundamental que los movimientos nacionales contra el ALCA asuman esta tarea, y sería muy importante que las organizaciones que luchan contra la OMC incorporen el combate contra el ALCA y otros tratados de libre comercio en el mundo. No se trata de crear dos campañas paralelas en el continente americano sino de incorporar efectivamente la dimensión de la OMC en nuestra acción cotidiana.<sup>62</sup>*

Apesar da participação ativa de alguns de seus membros na rede global, a incorporação formal à rede ocorre só no ano de 2004<sup>63</sup> e, a partir de então, vai-se intensificando até atingir seu nível máximo de envolvimento e participação em 2006, ano em que é realizada a “*face to face meeting*” da rede em São Paulo, sob a coordenação geral da Secretaria da ASC, que tinha destinado uma pessoa em tempo integral para acompanhar a intensa dinâmica da rede<sup>64</sup>.

Em relação ao diálogo com a União Européia, a ASC, impulsionada pelo seu capítulo mexicano, a RMALC, organizaria em maio de 2004 a primeira cúpula social “*Enlazando Alternativas*”, na cidade de Guadalajara. A partir de então, surge uma articulação bi-regional que se fortalece gradualmente em torno das negociações dos Acordos de Associação, mas também de outras temáticas, com destaque para a atuação das corporações transnacionais de origem européia na América Latina e Caribe. A rede bi-regional, que logo seria conhecida pelo nome da cúpula, se fortaleceria no decorrer desses anos, e seria a impulsora de “*Enlazando Alternativas 2*” (EA2), em Viena, maio de 2006. Nessa oportunidade, junto com os protestos e debates sobre os Acordos de Associação, foi realizado um “*Tribunal los Pueblos a las transnacionales europeas en América Latina y el Caribe y al sistema de poder*

62 “Estrategia de Lucha Contra el ALCA”, resolução do Segundo Encontro Hemisférico de Luta Contra a ALCA, Havana, novembro de 2002.

63 Na reunião do Conselho Hemisférico da ASC em Quito, Julho de 2004, a ASC decide “Integrarse a las redes y coaliciones globales que trabajan el tema [OMC] (Por ejemplo OWINFS, participar del proceso de revisión de los documento fundacionales de esta red).” em “Síntesis Estrategia y principales acciones Alianza Social Continental 2004/2005. (Resoluciones reunión FSA – Quito Julio de 2004)”, Alianza Social Continental.

64 Fundamentalmente composta de freqüentes reuniões telefônicas em inglês e intenso tráfico de informação via internet.

*de las corporaciones*”<sup>65</sup>. Hoje, a rede bi-regional continua atuante no debate sobre os acordos de associação entre a UE e América Central e a CAN; e prepara EA3 em Lima (maio de 2008), que sediará também uma segunda sessão do Tribunal.

## **6- De Alternativas para as Américas às alternativas reais.**

Uma última etapa que é necessário descrever é aquela caracterizada pelo novo rumo tomado pelo movimento na mudança da conjuntura política regional. Com o fim da hegemonia absoluta do neoliberalismo regional e a chegada de governos percebidos como dissonantes no coro dos anos 90 em relação ao “Consenso de Washington”. O movimento, que já constava com um nível de institucionalização continental relativamente alto, defrontou-se com uma realidade diferente perante a qual teve que rearticular uma estratégia diferenciada<sup>66</sup>.

Nesse sentido, a interlocução com o governo cubano, que começa em 2001 com a facilitação que este ofereceria para desenvolver estratégias e debater idéias no marco dos Encontros Hemisféricos de Luta contra a ALCA, acrescentam-se as relações, em primeiro lugar, com o governo do presidente Hugo Chávez da Venezuela. A chegada ao poder do presidente Lula significará também uma mudança no padrão de relacionamento com os movimentos sociais – o Partido dos Trabalhadores e o PCdoB já tinham sido membros da Campanha Brasileira contra a ALCA<sup>67</sup> – e uma visão diferenciada do governo anterior em relação aos acordos de livre comércio. Na seqüência, a surpresa política de Kirchner na

---

65 Folder da rede bi-regional (2006)

66 Por exemplo, ver a caracterização feita pelo ASC na reunião do seu conselho Hemisférico de Março de 2005 “Sobre los cambios en la coyuntura y algunos gobiernos:

“El Consejo Hemisférico de la ASC registra el cambio producido en la geopolítica internacional con el aumento de la resistencia popular y el surgimiento de gobiernos que se distancian de la hegemonía de Estados Unidos, especialmente en las iniciativas en curso de integración de bloques del sur que tiende a cambiar la correlación de fuerzas. La estrategia de la ASC, manteniendo la autonomía de cualquier gobierno y fortaleciendo la movilización social, aprovechará estas contradicciones y cambios políticos con el objetivo de impulsar su propias propuestas.”

67 O PT e o PCdoB, assim como o PSTU, se envolveram fortemente na campanha, porém, o momento da definição das perguntas do referendun popular já no fragor da campanha que elegeria o Lula em 2002 fez com que a direção do PT decidira sair do processo. Luiz Basseggio – do Grito dos Excluídos - lembra que na época o Candidato Lula afirmava que não era hora para “brincar de consulta” (Basseggio, 2007).

Em relação aos partidos, em Julho desse ano, é feita uma menção clara à relação existente entre eles e a consulta “...ficou claro que a convocatória do Plebiscito é feita pelos movimentos sociais, entidades e Igrejas, sendo que cada seguimento dentro de sua especificidade encontrará formas de organizar , articular e realizar o plebiscito. No caso dos partidos políticos devido ao período eleitoral apóiam o Plebiscito, mas não estão institucionalmente ligados ao Plebiscito. Importante ressaltar que todos são CONTRA A ALCA E A ENTREGA DA BASE DE ALCANTARA AOS ESTADOS UNIDOS E ESTÃO NA CAMPANHA NACIONAL E CONTINANTAL CONTRA A ALCA.” (Relatório da reunião da Coordenação da Campanha Jubileu/Plebiscito da ALCA, São Paulo, 04 e 18 de julho de 2002)



Argentina; a vitória da Frente Ampla no Uruguai e, por fim, a chegada do Evo Morales na Bolívia e de Correa no Equador. Tudo isso faz com que as bases sobre as quais tinha-se construído o movimento – a oposição ao livre comércio como expressão continental da resistência à globalização neoliberal e à hegemonia dos Estados Unidos na região – enfrentasse grandes desafios.

Em primeiro lugar, pelo fato de muitos desses governos serem eleitos com um discurso que acolhe o cansaço popular frente às políticas neoliberais, já não todos os governos são inimigos do movimento. Em segundo lugar, e derivado dessa nova situação, o movimento é interpelado diretamente por esses governos para contribuir com idéias para o desenvolvimento do que outrora o próprio movimento chamara de a “outra América possível”.

Processar essa situação significou longas sessões de debate no movimento e ainda apresenta problemas. A avaliação do movimento é que, de alguma forma, esse é um destino inescapável: renunciar a esse desafio significaria a deslegitimação por incoerência e a perda de uma oportunidade política histórica, as duas conduziriam ao enfraquecimento e possível fim político da coalizão social. Os atores sociais alertavam ainda que fazer esse movimento sem autonomia política teria riscos políticos muito altos.

*Sobre la Autonomía: reafirmamos la autonomía como un valor fundamental de nuestra red de movimientos y organizaciones sociales. La autonomía en la relación con los gobiernos significa que bajo ninguna circunstancia nuestra identidad – definida por el núcleo movilizador y los valores arriba descriptos – puede ser amenazada. El reto es administrar con flexibilidad las críticas y los apoyos a iniciativas oficiales que sintonicen con nuestras propuestas. La discusión sobre autonomía implica también avanzar en el debate sobre la relación con instancias oficiales y a las agencias financiadoras.*

*Ata da reunião do Comitê Operativo da ASC (Bogotá, setembro de 2005)*

Das “idéias alternativas” às “propostas alternativas”. O processo.

A Cúpula Social pela Integração dos Povos, em Cochabamba (dezembro de 2006), expressou esse estado de coisas. Por um lado, a questão política de contribuir na Bolívia com um processo político encabeçado pelo MAS (Movimento ao Socialismo), que até hoje é chamado de “instrumento político” e que não é outra coisa senão a ferramenta política dos movimentos camponeses e indígenas – uma parte deles cocaleiros – que junto a outros foram a base do Movimento Boliviano de Luta Contra a ALCA. Ou seja, um governo que é a expressão dos movimentos, geridos por “companheiros e companheiras” do movimento que,

apesar de que agora deviam dialogar com a “lógica de governo”<sup>68</sup>, defendiam muitos dos valores e idéias do movimento, entre elas a formulação do Tratado de Comércio dos Povos, que fazia menção explícita às contribuições de *Alternativas para às Américas* da Aliança Social Continental<sup>69</sup>. Para os movimentos sociais, trata-se de um governo que, por via dessas ações, pode-se transformar numa referência em termos de alternativas de gestão no mesmo sentido que alguma fez o fizeram o governo de Porto Alegre e o orçamento participativo. No caso da Bolívia talvez ainda mais forte, dado o teor e abrangência das medidas.

Por outro lado, percebeu-se no movimento que a luta já não se dava no campo genérico das *Alternativas para as Américas* e que era necessário avançar na elaboração de propostas num nível de concreção maior do que aquele teórico formulado como resposta à ALCA e aos acordos de livre comércio. “*Bajar a tierra*” essas idéias significava também começar a discutir os processos reais de integração já em curso, perante a evidência de que não é possível começar tudo de novo e que, com as novas vontades políticas afins nas suas lideranças, esses mesmos processos poderiam ter um rumo diferenciado.

*1-Proponemos Alternativas en varios niveles: un conjunto de Alternativas que pueda constituir una propuesta de ida y vuelta entre lo local y lo continental.*

*Alternativas al modelo de relaciones económicas dominante. Cuales son las reglas que garanticen una dinámica de la economía mundial que no sea la ley de la selva. Nivel propuesto en Alternativas para las Américas.*

*La Integración que queremos: nuestras propuestas sobre los procesos de integración regional existentes que no se sustentan en el libre comercio y que tienen otros horizontes y complejidad. Procesos que van del SICA, el MERCOSUR y la CAN hasta la Comunidad Sudamericana de Naciones y la preocupación sobre los planes de Integración física (PPP, IRSA)*

*Procesos Sur/Sur: construcción de alternativas de relacionamiento entre naciones y pueblos del llamado “sur global”, es decir, cooperación y complementación entre países del mundo en desarrollo.*

*Los derechos humanos, al nivel de la Carta Social para las Américas en base a los Derechos Humanos Integrales.*<sup>70</sup>

---

68 Talvez o caso mais emblemático seja o do hoje Embaixador Plenipotenciário da Bolívia, Pablo Solón, encarregado das negociações comerciais e de integração regional. Solón, ex-diretor da Fundación Solón, foi sem dúvida a principal liderança do Movimento Boliviano de Luta contra a ALCA e o TLC, e uma das referências do Movimento Continental.

69 “*En la línea de las dos propuestas de integración más avanzadas como son la Alianza Social Continental (ASC) y el ALBA, el gobierno de Bolivia plantea una verdadera integración comunitaria que trascienda los campos comercial y económico, y que tenga en cuenta las diferencias nacionales respecto a población, superficie, producción, acceso a infraestructura y recursos e historia.*” em “*Tratado de Comercio de los Pueblos (TCP): La propuesta boliviana para un comercio con justicia*”, Bolpress 6 de Julho de 2006

70 Ata da reunião Comité Operativo da ASC Bogotá, 3 e 4 de setembro de 2005

No caso do Mercosul e da CAN, tratava-se de sair daquela imagem de “ALCAs regionais” dos empresários e das fábricas de automóveis, para pensar em mecanismos de integração sensíveis às diferenças (assimetrias), às necessidades dos povos, do meio ambiente, e orientado para um destino comum além do estritamente econômico<sup>71</sup>.

As organizações sociais reunidas na ASC se deram conta de que não tinham uma posição clara sobre a questão da integração regional. Seja pelo seu caráter “continental” ou porque ainda não existia nem o acúmulo nem os consensos necessários - por exemplo, sempre houve dúvidas e reticências em relação ao Mercosul<sup>72</sup>. Em algumas das experiências regionais, a visão era claramente crítica (CAN e SICA<sup>73</sup>). O desafio que se deram foi, então, começar o debate sobre integração e tentar gerar uma posição comum sobre os processos concretos.

O lançamento da Comunidade Sul-americana de Nações (hoje UNASUL), e em particular a cúpula de Cochabamba, ofereceram a oportunidade ideal para os movimentos sociais discutirem a integração de forma mais sistemática. Essa situação foi favorecida pelo fado do governo boliviano ter tido entre as suas prioridades a relação com a sociedade civil e ter facilitado uma ponte entre a esfera oficial e os movimentos e organizações sociais. O sentido que o presidente Evo Morales<sup>74</sup> quis dar à cúpula e em geral à UNASUL, expressado na carta convite para os presidentes da região, foi muito bem acolhido pelos movimentos sociais e gerou muitas expectativas. Finalmente, a IIRSA – Iniciativa de Infraestrutura Regional Sul Americana – ofereceu o elemento que, pela negativa, contribuiu a estimular os debates, as propostas e a mobilização.

---

71 “un grupo “general” comenzarán la elaboración de una primera versión de documento general sobre la visión de los movimientos en relación a integración con eje en desarrollo sustentable, igualdad, soberanía y democracia (ver en las memorias de la reunión el desarrollo del debate sobre estos ejes). En la Cumbre este debate general tendrá un momento colectivo en el “Panel sobre Alternativas” em ata da reunião preparatória da “Cumbre Social para la Integración de los Pueblos”, La Paz, Bolivia, 26, 27 e 29 de Agosto de 2006.

72 A “Autoconvocatoria No al ALCA” só definiu uma posição favorável à participação no debate sobre a integração regional em 2007: “Intervenir autónomamente en los procesos institucionalizados de la Integración. (ALBA, TCP, MERCOSUR, UNASUR, etc.)”(MOSIP, agosto 2007). Até então, a menção à questão da integração se dava numa referencia genérica à integração latinoamericana: “Avanzar en el debate y la construcción de alternativas de integración latinoamericana desde los pueblos, basadas en la democracia, la igualdad, la solidaridad y el respeto a la sabiduría de los pueblos originarios, los derechos humanos y el medio ambiente.”(Autoconvocatoria, 24, agosto de 2003), ou mais explicitamente na reunião plenária que produziu a mudança de nome para “Movimiento por la Soberanía y la Integración de los Pueblos” (MOSIP), em 20 de maio de 2006, onde se fala reivindicar a “lucha contra el ALCA, el pago de la Deuda Externa inhumana e ilegítima, la militarización imperialista en América latina, el hambre y la pobreza y a favor de la Vida, la Soberanía y la Integración solidaria de los pueblos” (MOSIP, 2006)

73 Carlos Aguilar, entrevista (2007)

74 Propuesta del Presidente Evo Morales “Construyamos con nuestros pueblos una verdadera Comunidad Sudamericana de Naciones para “Vivir bien”. La Paz, 2 de octubre de 2006

A Cúpula de Cochabamba significou a cristalização de um novo momento. Em Mar del Plata, novembro de 2005, realizaram a terceira Cúpula dos Povos, terceira de um tipo de cúpula que combinava resistência com proposta, mas que, perante a presença da ALCA, priorizava sem dúvida a protesta e mobilização contra, rejeitando qualquer tipo de diálogo com os governos. Pelo fato de se tratar de um tipo de rejeição estrutural a essa proposta, nenhum diálogo era possível nesse sentido sem legitimá-la. Em Cochabamba, ao contrário, a ênfase foi colocada na construção de propostas alternativas para a incidência no processo real da CSN. A cúpula reuniu mais de 4500 pessoas que se organizaram em volta dessa proposta e trabalharam de forma inédita, inclusive para criar posição política, e tendo, por fim, um sucesso razoável ao fazê-lo<sup>75</sup>.

#### ALBA, Mercosul e Movimentos Sociais

Dois elementos originados nas esferas governamentais têm particular importância neste mapa e configuram o novo cenário percebido pelos movimentos sociais contra o livre comércio. O lançamento e a progressiva consolidação da proposta da *Alternativa Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América* (ALBA) e a vontade política nos governos da região do cone sul de aprofundar e revitalizar seu processo de integração.

A ALBA é das iniciativas a que propõe uma ruptura mais brusca na cena da integração na região. É uma proposta de outro tipo, que atende mais a afinidades políticas – mas não só – do que a proximidade geográfica como nos casos de integração já existentes no continente. A questão é que, ao fazê-lo, identifica essa proposta com elementos que estavam no acervo de idéias, valores e propostas dos movimentos sociais – inclusive a menção explícita a *Alternativa para as Américas* – junto com uma forte carga de autonomia e oposição à ALCA<sup>76</sup>.

A interpelação aos movimentos foi explícita e direta, e se expressou, fora do âmbito discursivo, em convites concretos ao diálogo e iniciativas de cooperação. O Fórum Social Mundial em Caracas (2006), a Cúpula *Enlazando Alternativas 2*, em Viena (2006), a própria Cúpula Social em Cochabamba e mais recentemente a reunião para comemorar o quarto

75 Ver “La Cumbre de la Esperanza” de Elyzabeth Peredo Beltrán (2006).

76 Um dos coordenadores da elaboração de *Alternativas...* - Alberto Arroyo da RMALC - foi convidado várias vezes a Venezuela aonde manteve reuniões com Chávez e a sua equipe e chegou a participar do programa de TV “Aló Presidente” no qual o presidente Venezuelano mostrava um exemplar do texto encadernado em espiral para as câmaras. As primeiras versões escritas da ALBA distribuídas em 2003, tem uma clara inspiração no texto e são produto das consultas feitas a Arroyo, com a contribuição do economista e deputado cubano Osvaldo Martinez, e dos professores venezuelanos Edgardo Lander e Judith Valencia.

aniversário da ALBA, em Tintorero (Venezuela), foram cenários desse diálogo e dessa vontade política. A cooperação entre o MST e o governo venezuelano para a reforma e desenvolvimento rural na Venezuela são um exemplo concreto da iniciativa conjunta sob o guarda-chuva da ALBA<sup>77</sup>.

O nível de iniciativa e de recursos políticos dessa proposta, à qual se somam simbolicamente os Tratados de Comércio dos Povos (TCPs), que propusera Evo Morales, tem produzido grandes debates dentro do movimento. Debates que até agora foram resolvidos através do apelo à fórmula apoio + reafirmação da autonomia do movimento, que implica, entre outras coisas, manter a capacidade de iniciativa própria e, fundamentalmente, autonomia na hora de criticar. Finalmente, no referente à participação e transparência, a demanda de uma formalização mais clara começou a ser atendida na mencionada reunião de Tintorero, na qual se criou um Conselho de Movimentos Sociais da ALBA<sup>78</sup> que, contudo, não tem formatação nem regras precisas e tem criado algumas preocupações entre aqueles que, mesmo tendo interesse em participar, ainda não enxergam com nitidez como esse Conselho vai agir.

Finalmente, as Cúpulas Sociais do Mercosul tem sido uma grande novidade em termos de iniciativa governamental em relação à participação de atores sociais. A proposta tem uma origem dupla, por um lado, ela está inspirada na tradição de Cúpulas dos Povos dos movimentos sociais. Por outro, e sem dúvida com essa mesma inspiração<sup>79</sup>, ela se origina em uma iniciativa uruguaia que reunia atores governamentais e da sociedade – *Somos Mercosur* - que depois se transformaria em programa de governo durante a presidência *pro tempore* do bloco da Argentina (primeiro semestre de 2006); e que finalmente foi formatada e levada à prática no Brasil em dezembro de 2006. Durante um período, deu-se uma concorrência entre as iniciativas oficiais e as dos movimentos sociais em relação às Cúpulas; porém, ao longo do período (2006/7), as Cúpulas dos Povos foram-se consolidando com base no formato Cochabamba, que inclui espaços autônomos e espaços “ponte”, de diálogo e debate com os governos<sup>80</sup>. A percepção dos movimentos em relação às cúpulas tem sido positiva desde que elas reivindicam, como já vimos, a autonomia como condição *sine qua non* para qualquer tipo

---

77 Ver Jardim (2005) “MST inspira projeto venezuelano” <http://www.voltairenet.org/article128528.html>

78 Anexo I da “Declaração Política da V Cúpula da ALBA”, Barquisimeto, Venezuela, 28 e 29 de abril de 2007

79 A iniciativa original no Uruguai foi ideada por um grupo de ex sindicalistas e ativistas sociais que depois virariam assessores do Ministério de Relações Exteriores do Uruguai, no Brasil estão sob o controle da Secretária Geral, e em particular lideradas por um antigo membro fundador da ASC e da REBRIP, Renato Martins, finalmente na Argentina o processo conta com o trabalho desde a Cancillería desse país de militantes do movimento *piquetero Barrios de Pie*, membro fundador da Autoconvocatoria No al ALCA.

80 Foram realizadas quatro cúpulas, Córdoba julho 06, Brasília dezembro 06, Asunción junho 2007 e Montevideu dezembro 2007.

de relação, diálogo ou participação nos processos de negociação oficial.

## 7- Últimas palavras

O movimento social contra o livre comércio nas Américas entrou numa etapa diferente daquela na qual nasceu e se fortaleceu. Como vimos, a primeira grande mudança foi a eliminação da ameaça da ALCA, elemento que forneceu uma base comum para o estabelecimento de múltiplas convergências sociais no continente. O vigor da mobilização, nesse sentido, diminuiu, seja pela atomização geográfica das novas ameaças (os TLCs bilaterais ou regionais), ou pela aparição de novas ameaças que não conseguem recriar a convergência original; ou precisam de uma nova, e ainda não tem a força que tivera a resistência à ALCA<sup>81</sup>. Segundo Héctor de la Cueva, ativista da RMALC,

*una amenaza continental facilitaba visibilizar al enemigo común, y a tejer estrategias comunes de los movimientos sociale, desde luego. Em realidad lo que pasa hoy es que la amenaza contienental todavía está ahí, pero no tiene un nombre único, ese es el problema, y el movimiento popular no capta esa amenaza de la misma manera.*<sup>82</sup>

Porém, a criação de uma “infra-estrutura social” do tamanho da ASC em termos de quantidade de organizações, a densidade em termos da representatividade das mesmas e da sua extensão geográfica, mesmo em tempos de refluxo da mobilização em torno do tema, tem permanecido com um profundo atrativo para seus participantes, que especulam sobre o seu futuro, e se recusam a perder essa instância coletiva que ajudaram a criar. O próprio Héctor de la Cueva comenta que a ASC, depois da queda da ALCA, ainda não conseguiu “*revertir la tendencia de decrecimiento, de estancamiento, es una incognita todavía si volveremos a ser un imán de crecimiento, si luchas importantes, populares van pasarán por la Alianza.*”<sup>83</sup>

O movimento contra o livre comércio nas Américas, com seus ciclos e ritmos nos diferentes países do continente, se debate entre a transformação, a supervivência ou o desaparecimento. Seja pelo seu sucesso, seja pelas suas derrotas, o que acaba e pode continuar de outra forma nos fala da natureza da dinâmica social em tempos de globalização, dos seus impactos domésticos e da forma em que os atores organizados se articulam para lidar com o

---

81 Os movimentos acrescentaram reivindicações contra a guerra, contra a dívida, os transgênicos, a água e outras mais.

82 Héctor de la Cueva, entrevista, 2007.

83 Héctor de la Cueva, entrevista, 2007

conflito na arena local, mas fundamentalmente na nova arena transnacional.

**PARTE II**  
**OS CONCEITOS**



## Capítulo 2

### O debate dos movimentos sociais.

#### 1- Introdução

Coloco este encontro com a teoria num segundo momento do texto desta tese porque ele, de fato, aconteceu propositalmente num segundo momento do estudo. Nos estudos de casos o pesquisador atravessa, num primeiro momento, uma etapa exploratória na qual vai determinando quais os limites, as dimensões, do seu objeto de análise. Isso é o que foi feito no Capítulo 1, tentando evitar que as leituras *ex post* atrapalhassem o relato – não menos informado, mas sim menos teorizado – que foi construído no começo deste trabalho.

Nesta segunda parte, então, pretendo mapear algumas teorias que podem ser puxadas pelos temas que foram surgindo no decorrer da reconstrução do caso, assim como por aquilo que na introdução chamei de *hipóteses intuitivas*: hipóteses que não foram formuladas com base num esquema conceitual específico, mas como produto de minha própria vivência como membro desse movimento, e informado – informalmente – por leituras teóricas que foram ficando na lente com que olho o mundo. Essas conjecturas guias, e o próprio relato empírico do capítulo anterior, colocam a necessidade de discutir e delimitar teoricamente os seguintes conceitos: *movimento social transnacional*<sup>84</sup> (MST), *identidades político-sociais* (e sua relação com a estrutura/realidade), *ação coletiva transnacional* (repertório de ações e estratégias), e *momentos/ciclos de mobilização*.

E é justamente através do percurso desse mapa de regiões teóricas que pretendo obter uma construção analítica do próprio caso. A escolha de permanecer em uma ou outra região vai fazer com que tenhamos um caso de um tipo ou outro. Nesse percurso, que evidentemente implica uma decisão, passearemos também pelas regiões do fenômeno que já foram eventualmente reconstruídas como caso de algum tipo. Desse modo, o mapa fica conformado por algumas áreas, digamos, com população já estabelecida – em certos casos muito populosas – e outras menos habitadas onde ainda há espaço para assentamentos de novos famintos do saber.

Não seria apropriado dizer que o mapa tem nitidez total, ou que as regiões do mapa são compartimentos estanques. Os limites das regiões às vezes são difusos e alguns marcos

---

<sup>84</sup> Vou utilizar essa denominação provisoriamente até consolidar outra com base na discussão que aqui apresento com as teorias.

teóricos confundem-se ou pegam sub-regiões de outros; às vezes encontramos tentativas de uniões regionais explícitas para tratar algum tema, assim como podemos encontrar áreas teóricas que se afundam em conflitos internos, ou ainda, claramente, teorias que brigam entre si. Este texto não é uma tentativa de pacificar teorias, e sim de – continuando na metáfora do mapa – contribuir com uma reflexão a mais para a geografia teórica das ciências sociais.

O caso sob análise, “o movimento anti livre comércio das Américas”, ocupa vários campos das ciências sociais. Evidentemente, o primeiro campo atingido é o das “teorias dos movimentos sociais”, das quais pretendo partir nesse Capítulo 2 para começar o trabalho conceitual da categoria de “movimento social transnacional”, da questão das identidades político-sociais e sua relação com as oportunidades/ameaças estruturais; da idéia de estratégias e repertório de ações coletivas e, finalmente, a noção de momentos ou ciclos de mobilização. Nesse campo, há uma “região” que às vezes entra e às vezes sai e que é preciso discutir neste trabalho: são as teorias sobre redes, e em particular “redes sociais”, que podem ajudar a pensar sobre a própria categoria geral de MST, sobre as estratégias organizativas e as coalizões, e sobre o papel específico dos “motores de transnacionalização”.

Um segundo campo é o das teorias das relações internacionais, dado que estamos tratando de um movimento que vai além das fronteiras dos Estados nação. Sem pretender polemizar sobre o tema, exporei o que considero o marco conceitual que define essa arena política, que excede o nível do Estado nação, e não é limitado pela interação entre eles. Analiso, no Capítulo seguinte (3), algumas questões sobre as idéias de *internacional/transnacional* e outras que tratam a questão dos níveis doméstico e internacional na análise das relações internacionais. Algumas pinceladas sobre as mudanças relacionadas com o fenômeno da globalização são apresentadas nos Capítulos 5 e 6, no contexto da relação estrutura/identidade.

Na relação dos dois campos, e sem dúvida como consequência da ação dos movimentos, é constatada a consolidação de um espaço de reflexão que vem se desenvolvendo ativamente nos últimos anos em cima da questão da transnacionalização da mobilização social. Esta tese se localiza nesse espaço e pretende contribuir a ele. Aqui, a noção de MST é fortemente discutida junto com a de rede, que entra, mesmo que por vezes sem aprofundamento, como umas das formas de definir essa mobilização social que ocorre para além das fronteiras do Estado nação.

A idéia é partir desse debate, atravessar as diversas regiões do mapa para chegar ao Capítulo 4 munido de conceitos do percurso prévio de forma tal que seja possível ver o quadro geral do debate e consolidar o esquema teórico a ser utilizado nas análises específicas

das partes do fenômeno estudado.

## 2 – Conceitos chaves para a abordagem dos movimentos sociais.

A literatura sobre movimentos sociais na arena transnacional vem sendo desenvolvida com certo rigor acadêmico desde metade dos anos 90, quando o fenômeno dos chamados novos movimentos sociais começou a se estabilizar, e a reflexão sobre os mesmos deixou de chamar a atenção dos cientistas sociais, pelo fato mesmo dessa rotinização do movimento. Por esses anos também começaram a surgir com maior força expressões trans-fronteiriças de ativismo social<sup>85</sup>. Digo com maior força porque, de fato, essa reflexão puxada pela expressividade das ações desses ativistas no seu esforço por dimensionar o fenômeno confirmou que as relações entre atores sociais de diversos países e suas ações transnacionais também não era uma novidade absoluta, e que, igualmente à globalização, que também não o é para alguns autores<sup>86</sup>, tinha uma história prévia<sup>87</sup>.

Há alguns fatos estruturais que são assinalados pela maior parte dos autores como sendo os facilitadores desse novo ímpeto de ativismo transnacional. Eles seriam: a generalização da aplicação de políticas neoliberais e os seus efeitos sobre as sociedades nacionais e sobre a economia global; a multiplicação de âmbitos e organizações oficiais no espaço internacional que ofereceram novos espaços de convergência ou oportunidades aos atores sociais (as conferências da ONU são citadas muitas vezes com exemplo)<sup>88</sup>; o fim da polarização da guerra fria que imprimia uma lógica de ordenamento político no mundo que influenciava a ação dos ativistas sociais<sup>89</sup>; e, finalmente, a evolução da estrutura das comunicações que acelerou os tempos e barateou os custos, seja das comunicações, seja das viagens, facilitando a crescente mobilidade de dados e pessoas<sup>90</sup>.

A intensificação das expressões da sociedade civil no âmbito transnacional, que captura a atenção de pesquisadores das ciências sociais, dispara a produção de estudos e análises sob os mesmos em duas áreas: por um lado o debate sobre a “sociedade civil

---

85 Por exemplo, Anheier et al (2001:3) fazem uma análise dos dados da União de Associações Internacionais que registra que um quarto das 13.000 organizações não governamentais internacionais (INGOs) foi criada depois do ano de 1990, o que mostra a aceleração do ritmo de criação desse tipo de organizações.

86 Hirst & Thompson, “Globalização em Questão” (1996)

87 Anheier et al (2001), Keck & Sikkink (1998), Tarrow (2005), Keane (2003)

88 Em relação a isto, Anheier et al (2001) assinalam o fato de que “*only in the 1990s that both international governmental summits and parallel summits gathered pace as a normal way of doing politics*”.

89 Held (2003) coloca o fim da Guerra fria como um dos “*deep drivers*” da globalização e o aprofundamento da democracia no mundo. Héctor de la Cueva (entrevista 2007).

90 Muitos autores assinalam esse fato, é de destaque a trilogia de Manuel Castells “A era da informação: economia, sociedade e cultura” (1996) (2000), na qual o autor avalia os impactos da revolução das informações no conjunto da economia e das sociedades.

global”<sup>91</sup>, por outro sobre a natureza dessa nova mobilização social da perspectiva dos movimentos sociais.

Na abordagem da perspectiva dos movimentos sociais há um destaque para ao menos dois olhares. Um é o que nos anos 90 foi denominado escola “hegemônica”<sup>92</sup> dos movimentos sociais, o pensamento fundamentalmente norte-americano consolidado em volta da produção de Tilly, McAdam, Tarrow, Snow e outros que seguiram as trilhas por eles abertas. Num segundo olhar, a meu ver muito menos desenvolvido, que acrescenta a herança da tradição das análises dos *novos movimentos sociais*, que prioriza variáveis culturais e enfatiza o papel do discurso na formação dos movimentos sociais e que se junta à tradição neo-gramsciana fazendo uma análise que foca nas relações de dominação explicitadas nos conflitos sociais emergentes da globalização e na construção de novos sujeitos políticos a partir dos mesmos<sup>93</sup>. Por fim, uma literatura irregular com foco nas redes também trabalha o tema da ação coletiva no âmbito internacional, e o faz a partir de suas duas vertentes, uma já muito sistematizada enquanto metodologia de análise que estuda a natureza dos vínculos entre os indivíduos ou grupos<sup>94</sup>, e outra menos formalizada que coloca as redes sociais no centro de um novo tipo de organização social próprio das sociedades contemporâneas<sup>95</sup>.

Embora, como podemos ver, a literatura e as diversas abordagens já sejam numerosas, não encontrei estudos que aprofundassem a questão da transnacionalização dos movimentos da perspectiva das identidades, sendo que no tratamento dos novos movimentos sociais esse enfoque foi largamente difundido. Neste sentido, pretendo trazer, a partir da análise que apresento aqui, e da pesquisa em torno do movimento contra o livre comércio nas Américas, uma contribuição original para esse campo recentemente aberto. Trarei, para tanto, no Capítulo 4, elementos teóricos construídos a partir da reflexão de Melucci, Pizzorno e outros, assim como, e fundamentalmente, do chamado pós-marxismo de Laclau e Mouffe; e autores que trabalharam a questão da Identidade partindo da visão da teoria política.

Trabalho o movimento social contra o livre comércio a partir das questões colocadas pela problemática das identidades sociais porque considero que ela ajuda a entender vários aspectos da dinâmica de construção político-social desse processo social. A Identidade, como

---

91 Com base na London School of Economics, um grupo multidisciplinar de pesquisadores publica desde o ano 2001 o *Global Civil Society Yearbook* que recolhe estatísticas, dados qualitativos, estudos e análises sobre este debate, além de várias publicações autônomas que trabalham esse tema.

92 Goodwin e Jasper (2004)

93 Ver Dagnino (1998), Escobar (2004), Cox, Gill (2000), Louise Amoore (2005), Massicotte (2004).

94 No Brasil, pesquisadores como Adrian Gurza Lavalle et al (2004) e Marisa Von Bülow (2007) utilizam essa abordagem metodológica.

95 No Brasil, por exemplo, essa perspectiva menos formal tem o trabalho pioneiro de Ilse Scherer-Warren, já no mundo, Castells é umas das principais referências.

será aqui apresentado, configura os elementos do eu político do ator coletivo, que faz com que ele aja num cenário que é configurado com base na sua leitura da realidade social, da identificação do adversário e da ativação de elementos duros dessa realidade em oportunidades políticas. As identidades, mesmo elas tendo aparentemente, algumas vezes, uma atrelagem a realidades sociais duras, são complexas, e só são ativadas e existem para a política a partir das enunciações discursivas. Elas, no registro deste estudo, podem ser identidades *Primarias* (IdP) ou *Secundarias/Complexas*; dependendo do cenário da sua constituição, elas podem ser domésticas ou transnacionais (Tabela 1). A questão da Id é discutida com o intuito de entender essa última configuração e a relação entre os níveis apresentados. Neste quadro, a identidade aparece como elemento constitutivo de movimento social sem se reduzir ao mesmo.

**Tabela I. Níveis de Complexidade e Constituição das Identidades sociais, exemplo.**

Identidades Sociais	Id Primaria	Id Secundaria ou Complexa
Id Domésticas	Movimento de Trabalhadores Sem Terra	Rede Brasileira Pela Integração dos Povos
Id Transnacionais	La Via Campesina	Rede Nosso Mundo Não Está à Venda

Como adiantei na **Apresentação** desta tese, preciso de um esquema conceitual que me ajude a entender o surgimento do movimento social continental contra o livre comércio como uma das expressões da reação às mudanças políticas ocorridas a partir da década de oitenta, e como fruto da convergência da dominância do neoliberalismo e o desmembramento da dualidade imperante durante o período da guerra fria, sendo que esses processos têm uma relação de simbiose e mútua alimentação. Para tanto, proponho o seguinte arcabouço com o intuito de consolidar no decorrer desse capítulo.

1. As mudanças estruturais, ou duras – implementação de políticas dos governos, mudanças de leis ou constitucionais, o fim do regime soviético – são lidas, interpretadas e dotadas de sentido pelos atores sociais que fazem com que elas se tornem oportunidades políticas no esquema de configuração da identidade desses mesmos atores sociais. A partir dessa leitura, estes levam a cabo estratégias políticas e ações coletivas que visam consolidar e estender essa identidade na luta contra a identidade hegemônica, geralmente em posse do aparelho estatal e de outros recursos

de poder (econômicos e de acesso à mídia).

2. Uma identidade social disponibiliza leituras da realidade que constituem a plataforma da ação coletiva. Dentre essas ações, algumas alvejam a própria expansão da identidade – enquanto recurso de força e supervivência da Id – que é feita de forma voluntária, através de estratégias explícitas, ou através de mecanismos de difusão que fogem do controle dos seus atores centrais. Chamaremos aqui de trajetórias lineares o primeiro caso, e de não lineares o segundo.
3. Uma das estratégias de reposta é a formação de coalizões sociais. A coalizão social apresenta desafios às identidades primárias (os grupos de mulheres, consumidores, trabalhadores, camponeses, indígenas, jovens, ecologistas, etc.) que, na criação da coalizão, contribuem para o surgimento de uma nova identidade, ao mesmo tempo em que transforma a sua própria (identidades domésticas complexas - IDd).
4. A transnacionalização da ação do movimento surge como estratégia complementar à formação da coalizão nacional, e é nesse segundo passo que tem início o momento de transnacionalização novo que se estende até hoje. Nesse nível extra-nacional configuram-se novas identidades transnacionais, produto do encontro de IDds, que, por sua vez, terão parte dos seus componentes identitários alterados como efeito desse encontro.
5. As estratégias de transnacionalização são construídas sobre a base da experiência nacional, por isso reproduzem o modelo de coalizão multi-setorial agora no nível internacional. Nesse passo, e como possível padrão de transnacionalização dos movimentos sociais, ocorrem dois processos: a- o papel de pessoas chave sustenta a transnacionalização (motores de internacionalização), que b- envolve poucas pessoas e não atinge, se não de forma muito indireta (via IDd) ou ocasional (via eventos), as organizações na base local.
6. Ao longo desse jogo de intercâmbio transnacional, são desenvolvidos diversos modelos de ação coletiva específicos do movimento social anti livre comércio, que conformam um repertório particular de ações passível de ser reproduzido a escala continental e imitável até fora da região. Nessa terceira etapa, quando, junto com o

repertório, os fios da transnacionalização já estão operando, as estruturas lineares de transnacionalização são desbordadas e fazem com que: 1- as ações se espalhem de cima para baixo e, 2- elas fujam do controle das organizações “fundadoras” configurando já não uma rede, coalizão ou organização, mas um verdadeiro *movimento social transnacional*. E, logo, uma reivindicação complexa, porém, comum de todos.

Não faço nesta tese, como já fiz em outras oportunidades<sup>96</sup>, um trabalho restrito à uma única tradição teórica. Tento aqui, ao contrário, tirar elementos das várias tradições que trabalham o tema e construir um arcabouço analítico orientado pela observação do meu objeto. Fiz isto com a certeza de que nas ciências sociais a diversidade teórica e a observação empírica constituem não só um valor positivo, mas também que uma fonte de inspiração e luz sobre a realidade.

Apresentarei o debate com algumas das noções centrais do pensamento norte-americano em relação às categorias centrais que, como veremos no Capítulo 3, foram transportadas para a análise dos fenômenos de ação coletiva na arena transnacional. Depois algumas idéias em torno da discussão sobre o caráter estrutural ou não das identidades, entendendo por isto a noção de que há atributos reais, de algum modo essenciais, que determinam a pertença de um indivíduo a tal ou qual identidade coletiva. Essa questão envolve a pergunta pela origem da divisão no interior do social. A partir daí, naturalmente, entrarei na discussão dos mecanismos que atuam na “ativação” da identidade, seja esta ativação um ato de fundação ou a posta em funcionamento de algo que jaz na estrutura do social. Darei em cheio então com a politicidade da identidade, entendendo-a como a forma em que a identidade está expressando um conflito entre vontades que, em última instância, é um conflito por ver quem hegemoniza o conjunto do espaço social. Nesse ponto analiso a identidade e sua dupla natureza política: como forma de dominação e, ao mesmo tempo, como forma de emancipação/autonomia. Verei então qual é o papel que cumprem, por um lado, as idéias e, por outro, o que denominaríamos as formas estruturais do poder. Finalmente, não poderia deixar de lado os sujeitos individuais e seu papel no processo da identidade coletiva. Abordaremos também a relação que existe entre estratégia, ação coletiva e identidade.

A lógica de apresentação que aqui utilizo é a seguinte: colocarei os conceitos citados acima, com a complexidade que eles têm nessa ordem que propus, em um diálogo *a trois* com

---

96 Berrón (2003)

o nosso objeto de estudo e as principais questões de cada campo ou área para, no final, apresentar a escolha de elementos teóricos que terminam por se mostrar úteis e pertinentes para a consolidação, complementação ou descarte das minhas hipóteses intuitivas no estudo do movimento contra o livre comércio nas Américas.

#### **a- A escola norte-americana**

A partir dos anos 60, e em parte como reação às grandes mobilizações sociais que agitavam os Estados Unidos e a Europa, houve um aumento da atenção dos cientistas sociais para esses fenômenos coletivos. Assim, dito de forma muito esquemática, pode-se dizer que se desenvolveram vários caminhos teóricos com raízes nas culturas e ambientes científicos específicos. Compartilhamos da divisão que faz Maria da Gloria Gohn (1997) porque, sendo que ela não é absolutamente esquemática, serve como ferramenta de análise para as várias teorias que surgiram nesses anos. Ela divide em duas vertentes que chamará de “paradigma norte-americano” e “paradigma europeu”, incluindo neste último as chamadas teorias dos Novos Movimentos Sociais, e a neo-marxista.

A análise desse corpus através do funil de nossas necessidades práticas fez com que adotemos como referência na discussão o aparelho desenvolvido nos Estados Unidos, por duas questões centrais: 1- com o tempo ele acabou se impondo e alguns até o chamam de paradigma hegemônico; a produção europeia diminuiu e muitos pesquisadores do velho continente iniciaram pesquisas com o arcabouço norte-americano, enquanto o sentido inverso tem sido menos freqüente; 2- ele apresenta, de uma ou outra forma, os principais elementos que decidimos trabalhar ao começo deste trabalho. O conhecido pragmatismo estadunidense mostrou-se útil para essa escola que num período de aproximadamente trinta anos foi aprimorando um esquema através da absorção das principais críticas que lhe foram feitas. Construiu certa dominância teórica sem precedentes no campo cuja vantagem é, sem dúvida, sua abrangência temática e sua simplicidade empírica.

O pensamento da escola norte-americana do que aqui pensamos como um segundo momento começa a se afastar da dimensão individual da ação coletiva para se situar nesse segundo nível de análise, o nível que pressupõe a pré-existência de formas de engajamento dos indivíduos em ações coletivas.

Nos primeiros empreendimentos teóricos e de pesquisa nos Estados Unidos sobre a “ação coletiva”, é observada uma trajetória que vai do estudo do comportamento individual para o do comportamento coletivo como fenômeno próprio de disfunções ou alterações dentro do sistema social, ou, em outros casos, fazendo simplesmente uma categorização de



fenômenos como a propagação de boatos, manifestações, passeatas e outro tipo de expressões.

Foi nesse mesmo berço, agora influenciado pelo pensamento econômico, que surgiu a teoria da “ação coletiva” de Mancur Olson, que focou os seus estudos nos motivos pelos quais os indivíduos engajavam-se em ações coletivas. A teoria da escolha racional de Olson gerou o conhecido dilema do carona (*free rider*), segundo o qual a pessoa geralmente não quer pagar o custo de se envolver em ações coletivas a partir do momento em que ele sabe que outros o farão e que os benefícios da mesma serão também usufruídos por ele... ficando em casa. A saída para o dilema finalmente estaria nos incentivos – ganhos – das lideranças que são as que dariam o ritmo à mobilização.

A centralidade e racionalidade do indivíduo é colocada desde o início como pedra fundamental da reflexão sobre os fenômenos coletivos, há uma questão axiomática que fará com que tudo seja resolvido através da escolha racional do indivíduo. Esse axioma impregna quase todo o trabalho posterior do paradigma estadunidense e de alguma forma é uma resposta rápida a um problema que, como veremos, é mais complexo e que tem no âmbito do doméstico (local) o âmbito no qual a sua resposta deve ser encontrada. Fugindo por meio da sua escolha de perguntas sobre essa racionalidade, o pensamento estadunidense contribuirá, sem dúvidas, em tudo o que acontece depois que essa racionalidade é constituída, e no como dessa ação. É essa parte que resgatamos, mesmo que sem adulação e colocando questões que certamente são teoricamente frágeis.

Os teóricos do denominado “paradigma de mobilização de recursos” tentaram responder ao dilema do envolvimento do indivíduo na ação coletiva através da organização. O núcleo central da colocação de McCarthy y Zald (1973) é que há na sociedade uma quantidade cada vez mais significativa de recursos, entre eles organizações, ao alcance dos indivíduos, que facilita a organização e é na organização que está a resposta ao dilema e o novo foco de atenção dos sociólogos norte americanos (Tarrow, 1994:16). Os indivíduos já estão organizados em grupos de solidariedade antes da ação.

Os autores da “mobilização de recursos”, entre os quais alguns colocam o primeiro Tilly, além de McCarthy e Zald, sem dúvida são herdeiros da concepção racionalista/utilitária de Olson. Eles enfatizam variáveis “objetivas”, tais como organização, interesse, oportunidades e estratégias, com o intuito de explicar as mobilizações em larga escala. Essas variáveis são analisadas sob o suposto que considera, como dissemos, que os atores agem segundo uma lógica neo-utilitária. Como é assinalado por Jean Cohen, “*el actor racional – individual o grupal – que emplea el razonamiento estratégico e instrumental, reemplaza a la muchedumbre como el referente central del análisis de acción colectiva. A pesar de sus*

*diferencias todas las versiones de la movilización de recursos analizan tal acción en función de la lógica de la interacción estratégica y de los cálculos costo/beneficio”* (Cohen, 1988:11).

Embora Charles Tilly admita essas limitações, ele não renuncia ao seu enfoque e faz uma contribuição importante sobre as características da ação coletiva enquanto tal, a saber, ela é autonomizada do indivíduo. Nas suas análises históricas, ele centra a atenção nas manifestações coletivas da Europa dos séculos XVII e XIX, observa os eventos coletivos e descreve certas regularidades e lógicas dentro do que ele chama pioneiramente de “repertórios da ação”.

Na minha avaliação, Tilly relativiza essas questões porque termina resolvendo a interação estratégica (Tilly 1990:189) entre o individual e o coletivo, bem como entre os diferentes grupos, através do mencionado “repertório”, que sempre tem que ver com o coletivo. Diante da pergunta sobre por que um conjunto de pessoas que compartilham de um interesse poderiam agir juntas, ele mesmo responde que isso constitui uma questão escorregadia (Tilly, 1990:177), pois mesmo ficando claro que o nível individual e coletivo se conectam, sempre se trata de performances coletivas mais do que individuais. Em outras palavras, estremando a lógica do autor, o passo da ação coletiva estaria dado pela decisão individual sustentada em uma avaliação positiva de tal ação. E a forma da mesma é proporcionada pelo chamado repertório, portanto, o que dispara a ação coletiva não é necessariamente a preexistência do interesse, mas a existência de um cardápio de possibilidades de ação. *“El término teatral 'repertorio' captura la combinación de elaboración de libretos históricos e improvisación que caracteriza generalmente a la acción colectiva”* (Tilly, 2001:14)

Aprofundando nesse último ponto, no esquema de Tilly a ação coletiva se produz de forma episódica e adquire geralmente os sentidos da cooperação ou do conflito (Tilly, 2001:9). Esses episódios, que são enriquecidos e inovados na prática, constituem, com a ajuda do relato e das histórias que deles contam os seus protagonistas ou testemunhas, verdadeiros repertórios de ação bem definidos e delimitados com a suas particularidades, situações e atores. Os mesmos operam, junto aos marcos institucionais e aos “entendimentos” compartilhados pelos indivíduos e grupos, como um limite flexível que está sujeito a negociação e inovação. Voltaremos sobre isso em breve.

De certa forma, Tilly contorna o problema da identidade de tais atores e confirma o que ele chama de “construtivismo”(Tilly, 1990:179), ou seja, a “linha de pensamento” que supõe a existência prévia de uma estrutura social que une os indivíduos e encima da qual é construída uma identidade comum. A ação coletiva multiplica os vínculos e os reforça, mas

estes têm uma existência prévia e fazem parte do sustento central da mobilização e da ação coletiva. Isso fica claro na sua definição de identidade entendida como *“la experiencia que un actor tiene de una categoría, un lazo, un rol, una red, un grupo o una organización, unido a la representación pública de esa experiencia; la representación pública a menudo toma la forma de una historia compartida, una narrativa”* (em Brubaker y Cooper, 2001:41)

Todavia, Tilly tenta fugir desse certo “objetivismo” dos sujeitos coletivos. Para tanto, insiste em dar destaque ao caráter inter-relacional da ação coletiva; propõe uma crítica das visões que tendem a ficar presas do problema de considerar as “estruturas” amarradas à descrição dos atores coletivos enquanto estes seriam sujeitos monolíticos. Para ele, *“un modelo adecuado tendría en cuenta directamente la interacción mutua”* entre as partes. Haveria que privilegiar, acrescenta, *“la construcción de modelos de interacción estratégica entre múltiples partes dentro del marco de repertorios de acción específicos de cada par de interlocutores”* (Tilly, 1990:182 y 195). Esses pares são pares antagonísticos, e a sua relação é observada como uma instância de comunicação e negociação mais ou menos contínua que segue uma lógica estratégica cujas conseqüências transformam as estruturas e o conteúdo de seus laços.

O certo é que essa saída dá conta do dinamismo da estrutura, porém, não resolve o problema da relação entre o ator coletivo e o individual, pois este ainda continua sendo um sujeito racional que age estrategicamente. A inter-ação dos mesmos modifica as estruturas, laços e repertórios, mas não as formas nas quais o ator coletivo assim como o individual avaliam os possíveis rumos da ação.

O “episódico” da ação coletiva é também uma corroboração da persistência da concepção “utilitarista” que estaria dizendo que as identidades primárias e constantes do social são os indivíduos, e que esses realizam ações individuais às margens de qualquer tipo de vínculo estável com o social, pelo menos em teoria. Poderíamos entender, desse ponto de vista, que os indivíduos consideram mais útil permanecer fora das ações coletivas e só entrar nos casos “extraordinários” que lhes convêm.

*“lo que denominamos movimiento social consiste realmente en una serie de demandas o desafíos a los poderosos en nombre de una categoría social que carece de una posición política establecida... Sus demandas y desafíos dependen de grupos, como las campañas electorales dependen de partidos. Pero en ambos casos la interacción entre los actores constituye la identidad y la unidad del movimiento”* (Tilly, 1990:185)

De minha perspectiva, Tilly não atinge o problema da identidade do ator e prefere, ao contrário, supor uma série de questões que são chave para compreendê-lo. Dar por aceita a

lógica utilitarista e o pensamento estratégico dos atores tanto individuais como coletivos e descartar a discussão sobre as formas nas quais os indivíduos avaliam o custo/benefício da sua ação. No modelo de Tilly, a pergunta seria por que um ator individual escolhe um determinado tipo de ação, qual é o critério pelo qual determina que é mais útil esse tipo de ação e não outro. Entretanto, defendemos a idéia de que se colocarmos em questão a dimensão dos valores e a racionalidade estratégica do ator estaremos dando um passo fundamental para pensar a forma na qual se pode analisar a relação entre ações individuais e coletivas.

O ator coletivo fica, no pensamento de Tilly, na encruzilhada colocada por uma definição de grupo que é engessada entre o objetivismo da estrutura social e a zona cinza que demarca a decisão pela perspectiva utilitária da ação. Como observa Cohen, existem três problemas que se derivam da categoria de grupo de Tilly. Se esta é definida em função dos elementos “*a) categorías de personas que comparten alguna característica, y b) las redes que unen a estas personas entre sí.*”, 1- não se sabe quando e por que uma característica compartilhada torna-se relevante para o mútuo reconhecimento dos membros do grupo (*problema da identidade coletiva*); 2- não há evidências de que a conexão entre as relações de produção e articulação de interesses no curto ou longo prazo seja automática (*problema da consciência*); e 3- a categoria de interesse coletivo requer uma análise prévia do que conta como vantagem coletiva e como são os interesses coletivos reconhecidos, interpretados e capazes de criar lealdade e compromisso (*problema da solidariedade*) (Cohen 1988:19).

Uma última reflexão sobre as idéias desse autor. Qual é a resposta à pergunta sobre qual a relação entre ação e identidade coletiva num registro que poderíamos chamar de sincrônico: os sujeitos da ação coletiva são constituídos antes, durante ou depois da ação coletiva? Segundo o observado, evidenciam-se duas possibilidades: uma é que, de acordo com Tilly e a escola do individualismo metodológico, a identidade coletiva surja da ação, como um fenômeno eventual, mas cuja efêmera solidez está relacionada com o fato de a identidade forte pertencer ao reino do indivíduo, e assim quem é o verdadeiro sujeito da ação não é o coletivo, mas o indivíduo. A outra é a que supõe as identidades coletivas como já dadas e vinculadas a posições estruturais; nessa perspectiva a identidade antecede a ação, os indivíduos já possuem uma identidade social definida, segundo a qual agem no social e segundo a qual escolhem os cursos da ação a seguir dentre as possibilidades oferecidas pelo “repertório da ação” disponibilizado pela conjuntura.

Identificamos dois tipos de problemáticas da ação coletiva, ou dos movimentos sociais, que aparecem já nas colocações críticas que vimos às teorias de corte utilitaristas ou

de escolha racional dos indivíduos. Existem os que pensam o problema a partir de se perguntarem por que os indivíduos se engajam em ações coletivas, quais são os mecanismos que fazem com que os sujeitos decidam gastar tempo e recursos de outra natureza em ações que vão beneficiá-lo de forma muitas vezes indireta e muitas vezes em prazos não certos. Esse tipo de questões, já vimos, é resolvido pela escola norte-americana, nesse primeiro período, através da solução da escolha do indivíduo racional, seja ele um ativista raso, seja ele uma liderança - que são os que mais têm a ganhar na ação coletiva, porque além do ganho coletivo, têm ganhos individuais de prestígio e reconhecimento, às vezes até material. A resposta da literatura européia - e em parte do que depois será apresentado nos Estados Unidos como *frames* - vem, como veremos mais adiante, pelo lado da "identidade". O ganho do ator individual é o ganho da construção de uma identidade que, ora coletiva, é a sua própria; a posse da identidade é a ferramenta básica com a qual o indivíduo avalia as suas ações e o mundo que o rodeia é prévio e faz parte da sua racionalidade.

Um segundo tipo de problemática é aquele que não se preocupa com essa relação do indivíduo com o movimento, mas com problemas que já supõem um engajamento prévio do indivíduo com núcleos de mobilização micro, em escala local e até de bairro, numa sorte de corpo a corpo primário, e o problema a resolver não está nesse nível e sim no nível da articulação, daquilo que faz com que essas estruturas primárias ajam de forma conjunta. A meu ver, essa literatura que faz foco nos fenômenos macro de grandes dimensões, nos quais as perguntas não são já por que os indivíduos se envolvem em ações coletivas, e sim, por que esses núcleos de existência prévia decidem agir juntos, decidem convergir em ações coletivas massivas.

## **b) A escola norteamericana II**

Depois, então, desse primeiro momento, a escola norte-americana começaria a consolidar e aperfeiçoar um esquema de categorias que se conformaria no núcleo teórico dominante até os dias de hoje e que inspiraria muitas das pesquisas feitas a partir dos anos 90, entre elas várias que focaram em objetos similares ao desta tese. Esse núcleo que, como vimos, começou a sua produção no final dos anos 60 e início dos 70, é conformado em volta das figuras de Zald e McCarthy, Charles Tilly, Sidney Tarrow, Doug McAdam, e alguns outros, que elaboram um arcabouço teórico de muita praticidade que, mesmo evoluindo e mudando conforme foram surgindo críticas, ficaria consolidado como dominante nos anos 90.

As categorias centrais desse esquema se organizam em torno das noções de: repertório de ações (Tilly), ciclos de contenção (Tilly), estrutura de oportunidades (Tarrow), estrutura de

mobilização política (Tarrow), e por fim, “*frame*” (Benford & Snow).

Este núcleo hegemônico pode ser retratado em dois grandes momentos. Um momento estruturalista e não-dinâmico, e um outro momento mais construtivista e dinâmico. A condensação desse momento estruturalista se deu nos anos 90 com a publicação do livro de Sidney Tarrow “*Power in movement*” (1994), que é, a meu ver, o livro que reúne de forma mais sistemática o bojo do que foi discutido durante os 20 anos precedentes nos Estados Unidos. O momento mais dinâmico é produto da oscilação da ênfase da estrutura para o processo e a interpretação da estrutura. De “*Power in Movement*” (1994) para “*Dynamic of contention*” (2001).

Tarrow tem a particularidade de ser muito flexível e de trabalhar com comodidade com conceitos não elaborados por ele, mas que ele consegue inserir em esquemas teóricos de fácil entendimento, que na maioria das vezes reforçam o sentido original dado pelos autores. O esquema de ele sintetiza (1994) é muito simples e atraente e teve um impacto alto nos trabalhos de pesquisa empírica sobre movimentos sociais, e como veremos logo, inclusive nos estudos sobre os movimentos transnacionais. Esse esquema se baseia na seguinte dinâmica de categorias: em determinado momento ocorrem mudanças nas “*oportunidades políticas*” em uma determinada sociedade, as pessoas muitas vezes reagem às mesmas, e produzem episódios de política contenciosa (“*contentious politics*”), que fazem uso de determinadas *estruturas de mobilização* – formas de organização ou a mesma estrutura de entidades já organizadas –, de determinado “repertório contencioso” (*repertoire of contention*) – tipos de ações – e muitas vezes criando novos, e usando e criando símbolos e marcos de interpretação sobre a realidade (*frames*). Constituem-se em movimentos sociais quando essa ação organizada como interação com os oponentes é mantida no tempo. Finalmente, muitas vezes por “contágio”, o conflito político estende-se para outras regiões do social e geram os denominados *ciclos de conflitividade* (*cycles of contentious*).

*contentious politics occurs when ordinary people, often in league with more influential citizens, join forces in confrontations with elites, authorities, and opponents... I argue in this book that contentious politics is triggered when changing political opportunities and constraints create incentives for social actors who lack resources on their own. They contend through known repertoires of contention and expand them by creating innovations at their margins. When backed by dense social networks and galvanized by culturally resonant, action-oriented symbols, contentious politics leads to sustained interaction with opponents. The result is the social movement. (Tarrow 1994:2)*

Cada uma dessas categorias tem uma historia na discussão sobre movimentos sociais e ação coletiva. Vou descrever brevemente cada uma delas e quais os problemas e debates que apresentaram, e vê-las já em ação no contexto do movimento contra o livre comércio através de alguns estudos de caso específicos, na proposta do diálogo *a trois* com as minhas idéias que propus como método de exposição.

### c- Oportunidades políticas.

Um dos elementos teóricos mais controversos é o de “oportunidades políticas”, pelo fato de que tais oportunidades não estão claramente definidas e têm variado de um para outro contexto e cenário. Não ficará claro em quase nenhum momento da obra de Tarrow<sup>98</sup> que tipo de mudanças são essas, e também não fica claro se as mudanças ocorrem como condição para o surgimento do ator social, ou depois e elas são aproveitadas pelo ator já constituído. Esse problema tem outra formulação, que é conceber as oportunidades como existentes autonomamente do sujeito – tese estruturalista – ou elas são criadas por ele – tese culturalista.

Coloco aqui alguns trechos do texto to Tarrow que exemplificam essas ambigüidades, inclusive na segunda citação o uso duplo da categoria é explícito.

*By political opportunities, I mean consistent – but not necessarily formal, permanent, or national – dimensions of the political struggle that encourage people to engage in contentious politics. By political constrains, I mean factors – like repression, but also like authorities' capacity to present a solid front to insurgent – that discourage contention.... “political opportunity structure” should not be understood as an invariant model inevitability producing social movements, but as a set of clues for when contentious politics sustained interaction with authorities and thence to social movements.(Tarrow, 1994:19)*

Esse primeiro fragmento permite dizer o seguinte:

- as oportunidades políticas têm estreita relação com os constrangimentos (*constrains*) e, caso nós definamos os dois termos como opostos, quando há constrangimentos não há oportunidades, e quando eles não estão abrem-se novas oportunidades. Essa definição apresenta já a limitação de pensar os constrangimentos mesmos – definidos como repressão ou capacidade política das autoridades – como oportunidades.
- Acompanhando essa lógica, vemos que assim como os constrangimentos têm uma

---

<sup>98</sup> Ver Kay “Here I utilize political opportunity structure as a set of independent variables that facilitates the emergence of labor transnationalism, not its success and failure (ver Gamson and Meyer 1996)”.

definição muito clara na esfera do estatal enquanto as oportunidades tem uma definição muito mais ampla e ambígua no seu caráter de “dimensão da luta política”, uma tentativa lógica de precisão dessas oportunidades terá, sem dúvida que ver com a ação do Estado.

Neste outro parágrafo, evidencia-se o caráter flexível do tratamento do conceito, indo de uma concepção estrutural das oportunidades até concedendo a elas o caráter de construto político cultural do ator:

*people engage in contentious politics when patterns of political opportunities and constraints change and then, by strategically employing a repertoire of collective action, create new opportunities, which are used by others in widening cycles of contention.* (Tarrow, 1994:19)

Na tentativa de ir encurralando o termo nos usos e exemplos com os quais trabalham Tarrow e outros, o que fica a cada vez mais evidente é que as oportunidades têm um forte viés institucional, que observamos na sua relação com os constrangimentos. Ou seja, geralmente as mudanças ocorrem na esfera do Estado, e as reações são reações às políticas públicas que este implementa. Quem cria tais oportunidades (políticas) é o Estado moderno. Ele cria um meio ambiente favorável de incentivos e oportunidades para mobilizar e difundir as ações coletivas para movimentos ampliados. Estruturas estatais criam oportunidades políticas, mas é a partir da mudança de oportunidades dentro da máquina do Estado que se pode ter acesso aos recursos que os atores sociais poderão utilizar para criar novos movimentos sociais. (Gohn, 1997; 99,100)

McAdam, num esforço no sentido da especificação do termo reconhece que na diversidade de interpretações há, porém, uma lista de quatro dimensões que possuem um alto consenso:

- 1- *the relative openness or closure of the institutionalized political system*
- 2- *the stability or instability of that broad set of elite alignments that typically undergird a polity*
- 3- *the presence or absence of elite allies*
- 4- *the state's capacity and propensity for repression*<sup>99</sup>

Como vemos, duas delas tem que ver com as instituições e o Estado e as outras duas com as elites, que geralmente são aquelas que têm acesso ao sistema institucional, já que,

---

99 McAdam 1996:27 citado por Goodwin e Jasper (2004; 7)



segundo o próprio Tarrow, justamente a ação coletiva que vira “contenciosa” é aquela protagonizada pelos que não têm acesso às instituições e que se comportam de forma que desafia às autoridades (Tarrow 1994).

O que para nós fica mais claro das várias tentativas de definir essas oportunidades é justamente o fato de que o termo, longe de ter uma entidade ontológica clara, deve ser utilizado melhor como uma ferramenta explicativa que, insistindo num certo estruturalismo – pelo menos nessa fase da formulação do Tarrow –, convida o pesquisador a indagar nas mudanças da “realidade”, sejam elas as que forem, que ajudem a explicar o fenômeno. A idéia de oportunidades políticas, como ele mesmo diz no primeiro parágrafo citado, está mais próxima de ser um “*set of clues*”, um conjunto de chaves explicativas do que alguma coisa precisa, ou com entidade própria.

Goorwin e Jasper fazem várias críticas ao conceito de oportunidades de um modo tal que chegam a questionar a própria definição de movimento social. As críticas têm dois eixos: o caráter tautológico e trivial da definição. Trivial pelo fato de, como dizemos acima, poder incluir tudo dentro de tais oportunidades e, dessa feita, não explicar nada. Tautológico pelo fato de definir movimento social com base em oportunidades políticas e oportunidades políticas com base no aproveitamento que os movimentos fazem delas (Goodwin e Jasper, 2004). As oportunidades criam movimento ou são aproveitadas por eles? Isso não é esclarecido por Tarrow, até ele aprofundar uma mudança do esquema.

Do meu ponto de vista, além dos problemas conceituais que, como vemos, tem a categoria, a sua principal deficiência é o pesado estruturalismo que exhibe. Mesmo com o tratamento ambíguo que vemos que Tarrow faz, a idéia de oportunidades subordina o papel do ator social como leitor, interpretador e até gerador de oportunidades. As oportunidades podem estar aí e ninguém aproveitar, ou interpretá-la como uma oportunidade; também é verdade que nem sempre é necessário o alargamento das “oportunidades políticas” para produzir mobilização de atores. Ele dirá, numa tentativa de contornar esse problema, que na verdade o que o ambiente político providencia são “incentivos” que fazem com que as pessoas queiram agir coletivamente, dado que as suas expectativas de sucesso crescem (Tarrow, 1994:85). Evidentemente, isso pouco muda a natureza da estrutura.

Embora o até aqui colocado revele o caráter precário da idéia de oportunidades políticas, como já dissemos no início do texto, essa idéia utilizada como um mecanismo explicativo simples, porém poderoso, acompanhado de um contexto teórico de um grau razoável de complexidade, fez com que muitos cientistas o utilizassem até com certo grau de sucesso para descrever o surgimento de movimentos sociais. Essa precariedade da que

falamos faz com que muitas vezes não seja o esquema todo que permeia as análises, mas sim uma lógica e um jargão que tem aqui a sua origem. Em particular, esse esquema é eficiente quando, como dissemos, o Estado tem um papel relevante na reação das pessoas.

Vamos apresentar alguns estudos que trabalham na perspectiva das oportunidades políticas, estrutura de oportunidades e “ampliação das oportunidades”, a contestação dos movimentos sociais aos acordos do livre comércio, que contribuem com o debate que colocamos nesta tese.

O primeiro caso que, para nossos fins, é útil apresentar é o estudo de Jeffrey Ayres sobre a mobilização da população canadense contra o acordo de livre comércio com os Estados Unidos. O contexto – mesmo já com sinais de internacionalização – é ainda doméstico e o arsenal teórico da mobilização política, ou modelo de processo político, é facilmente adaptado pelo autor, que, além de estudar o caso do movimento contra o acordo no Canadá, terá por objetivo explícito do seu estudo generalizar essa perspectiva teórica e sugerirá que o caso se encaixa nos princípios da TMP (Ayres, 1996).

Ayres identifica a presença de várias das oportunidades políticas e condições estruturais que fazem com que segundo essa teoria o movimento emerja. Em primeiro lugar, as mudanças nas oportunidades políticas produzidas pela condição de vulnerabilidade do *establishment* político canadense nos anos 80, que então estava dividido.

*significantly enhanced the leverage and bargaining position of the anti-free trade forces vis-a-vis the opposition Liberal and New Democratic Parties. In addition, this unstable political environment further sustained critical political opportunity structures which facilitated the movement's strategic intervention into the Parliamentary debate on free trade. This critical mix of political opportunities and popular organizational resources worked towards the successful realization of the anti-free trade movement's major Parliamentary campaign goals. (Ayres, 1996:475)*

Nesse contexto, os movimentos exploraram a divisão e fragmentação dos partidos da elite política canadense, que ofereceram a oportunidade de alianças dos setores populares com setores dessa elite fragmentada. O Partido Liberal tinha emergido das eleições de 1984 enfraquecido e dividido, isso foi um dado novo na dinâmica política canadense, na qual o PL sempre foi a força dominante. Essa situação interna do partido produziu a visibilidade no seu interior das forças mais a esquerda do bloco, com uma concepção mais nacionalista e anti livre comércio, que eram mais sensíveis às reivindicações e campanhas da nascente coalizão anti *free trade*, a *Pro Canada Network*. O trabalho conjunto entre as lideranças do PL e a PCN foi muito estreito e facilitou o desenvolvimento da campanha parlamentar da coalizão social

(Ayres, 1996).

O segundo fator, não tem que ver com as oportunidades políticas, mas sim com outra condição fundamental para o surgimento dos movimentos sociais, segundo a escola de Tarrow. Esse fator foi a presença de estruturas de mobilização ou redes prévias (coalizões, centrais sindicais, movimentos de organizações religiosas e de todo tipo) que possibilitaram a construção de uma instância comum de coordenação e comunicação (a *Pro Canada Network*) que deram sustento à mobilização: *“A majority of the protest activists, staff members, and larger demonstration participants that contributed to the movement were involved as a result of their prior activity in PCN-affiliated organizations and coalitions.* (Ayres, 1996:477)

*The Canadian anti-free trade movement possession of such an organizational infrastructure certainly helps to explain the dynamics of its protest campaign. At the time of the October 1987 signing of the FTA between the U.S. and Canada, the movement rested on a formidable country-wide network of over twenty national organizations and associated coalitions in nearly every province and territory, the majority of which were characterized as being drawn from the so called "popular sector" of Canadian society* (Ayres, 1996:476)

Finalmente, para corroborar as formulações colocadas pela teoria, o movimento que sabemos que acabou ganhando nas eleições de 1988 (52 %) e perdendo o governo, viria a assinalar o começo do fim do movimento. Essas eleições não só significariam o fim da esperança surgida no movimento, mas também o reacomodamento das elites canadenses e o fim da oportunidade política que anos atrás a falta de acordo tinha gerado.

*These unresolved debates aside, one analytically revealing aspect of the electoral outcome, as far as its impact on the fate of the anti-free trade movement was concerned, lay in the division of the popular opposition vote between the Liberal and New Democratic parties. This outcome signalled a dramatic closure of political opportunity for the movement. That is, where divisions between political elites had provided critical movement-sustaining political opportunity structures throughout the life-span of the movement's emergence and mobilization, a devastating division between the key political party allies of the movement marked the decline of the movement on election day.*(Ayres, 1996: 484)

Um segundo caso é o estudo das relações transnacionais entre sindicatos do Canadá, México e os Estados Unidos no contexto da negociação e o estabelecimento do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) nos primeiros cinco anos da década de 90. A tese central da pesquisadora Tamara Kay é que o NAFTA criou uma nova estrutura de oportunidades políticas transnacionais que facilitou a criação de um “nascente campo de ação

política transnacional”. (Kay, 2005:717) Ela se pergunta como o NAFTA, como uma manifestação do processo de globalização na América do Norte, ajudou a aprofundar a solidariedade entre os sindicatos da região. Para a autora, isso foi feito de duas formas:

*First, it stimulated political mobilization. Labor unions in Canada, the United States, and Mexico, which for years had been isolated and estranged from each other, came together to try to kill the free trade agreement and what they deemed a weak and ineffectual labor side agreement. They created and nurtured new ties of cooperation and networks of protest during the NAFTA negotiations.*

*Second, NAFTA created nascent institutions through which labor activists could build transnational relationships. The NAALC established new rules, procedures, and venues to adjudicate complaints of labor rights violations in North America. It established National Administrative Offices (NAOs) in each of the three NAFTA countries to handle complaints of labor rights violations (called public submissions or communications). The NAALC stipulates that complaints may be filed against the government of any NAFTA country through an NAO in a country other than the one in which the alleged labor violation occurred.* (Kay, 2005:718)

O trabalho de Kay ajuda certamente a mostrar as duas faces da proposta teórica das “oportunidades políticas”. A primeira, positiva, é a sua forte praticidade e utilidade à hora de explicar as mudanças que são originadas por alterações na institucionalidade pública, por ações positivas dos Estados. Nesse caso, aliás, aprofundado pelo fato de as percepções dos atores estarem, segundo as entrevistas feitas pela autora, claramente alinhadas com essa percepção de sentido comum das mudanças. Mesmo que uma explicação aprofundada do fenômeno requeira de análises complementares, a contundência dessa primeira explicação é alta.

A segunda face é que, assim como Kay demonstra essa contundência espontânea da explicação, ela deverá adaptar a definição de “oportunidades políticas” ao seu novo contexto. Sob o argumento de que o poder na esfera transnacional é configurado de forma diferenciada do cenário nacional, ela afirmará que o modelo de estrutura de oportunidades políticas não pode simplesmente ser transplantado de uma esfera à outra. Ela diz que as quatro dimensões sintetizadas por McAdam (1996) não são suficientes para explicar o problema no nível transnacional, fundamentalmente porque, nesse nível, sem entrar no mérito da avaliação, a questão eleitoral não é relevante, e porque as institucionalidades transnacionais não têm capacidade de repressão. Então ela sugere a adoção de uma outra lista de “oportunidades”:

*“Here I offer three primary dimensions of political opportunity structure at the transnational level that explain how power is established at the transnational level: (1) the constitution of transnational actors and interests, (2) the definition and recognition of transnational rights,*

*and (3) adjudication of rights at the transnational level.”* (Kay, 2005:722).

Não vemos dificuldades em localizar pontos de contradição entre a adaptação de oportunidades de Kay e as formulações teóricas do próprio Tarrow. No que tange ao ator, no esquema de Tarrow o ator ou é prévio (as redes e vínculos que estão por trás dos movimentos) ou é posterior às mudanças das oportunidades, mas nunca são eles mesmos uma oportunidade como aqui sugere a autora. A segunda oportunidade geralmente é produto e não oportunidade da luta social do movimento, mesmo que isso depois signifique a abertura de uma nova oportunidade; finalmente a terceira nesse mesmo sentido é um *outcome* da luta e não uma condição. É verdade que o que acontece é que logo depois aparecerá uma nova arena de conflito que tem outro sentido do que outorgam Tarrow e os seus amigos à oportunidades. Está no nível da democratização, que, por um lado é parte da luta dos setores que querem participar da vida política do Estado, mas, uma vez estabelecida, a democracia passa a se constituir numa nova arena do conflito político, que é o que aqui ocorre com a criação do NAALC.

Vimos até aqui uma apresentação da idéia de oportunidades políticas e o uso que alguns cientistas lhe deram no estudo do nosso objeto, o movimento social contra o livre comércio. Observamos que, em se tratando de descrever as mudanças institucionais – com origem no Estado e no sistema político das elites em um sentido mais amplo – essa ferramenta é útil. Quando aplicada por Ayres no âmbito doméstico, a realidade encaixava perfeitamente com os princípios da teoria, porém, segundo o estudo de Kay, ela precisa de adaptações quando se fala do nível “transnacional”. Embora essa operação seja necessária, vimos que a própria descrição da categoria “oportunidades políticas” a nosso ver é mais útil de ser utilizada como “mecanismo de entendimento” do que categoria, já que a sua ambigüidade – trivialidade, para alguns – e permite esse tipo de adaptações.

#### **d- A dimensão estratégica e as formas de organização**

No estudo de Ayres foi possível identificar outro elemento de relevância no esquema teórico da mobilização política, elemento que faz parte dos avanços geracionais da ênfase que inicialmente fora dada à questão da organização pela chamada “teoria da mobilização de recursos” e que aqui aparece como “estrutura de mobilização”. No jargão de Tarrow, essas estruturas não são outra coisa que as redes e relações que dão origem e sustentação a um movimento (Gohn 1996).

Sempre lembrando que o foco da preocupação do Tarrow está na origem do

movimento social, vamos ver que as estruturas de mobilização – que podem ser pensadas como as formas em que as pessoas se organizam para se mobilizar – serão colocadas em ação e terão a sua explicação baseada no papel que elas têm nessa origem. Isso levará o autor a priorizar o estudo de determinadas estruturas por cima de outras. O autor não vai priorizar nem nas chamadas *organizações hierárquicas formais*<sup>100</sup>, que tinham sido o foco dos teóricos da mobilização de recursos, nem uma perspectiva que foca na organização da ação coletiva no “ponto de contato com os oponentes”; e também não aquela terceira que identifica as “estruturas de conexão” entre as lideranças e os seguidores, ou entre diversos setores do movimento como alvo das atenções (Tarrow 1994:123). Para Tarrow, o que importa é que as estruturas até certo ponto são condição *sine qua non* do movimento; elas devem estar já presentes na sociedade quando novas oportunidades políticas são abertas; delas depende o sucesso do movimento social. Nesse sentido é que não importa se a organização é formal ou tem estrutura de rede, o que importa sim é que o preexistente tenha a capacidade de facilitar a articulação, coordenação e informação entre esses diversos fragmentos de organização preexistente à mobilização social. Segundo Gohn, Tarrow afirma que eles [os movimentos sociais] são grandes apenas em termos nominais. Na realidade, são uma rede de interlocução de pequenos grupos, redes sociais, e a conexão entre eles (Gohn, 1996).

E segundo o próprio Tarrow:

*The problem for movement organizers is to create organizational models that are sufficiently robust to structure sustained relations with opponents, but are flexible enough to permit the informal connections that link people and networks to one another to aggregate and coordinate contention. The argument of this chapter is that the most effective forms of organization are based on partly autonomous and contextually rooted local units linked by connective structures, and coordinated by formal organizations. (Tarrow 1994:124)*

O problema é que, colocado dessa forma, a mobilização parece preexistir à própria mobilização, e a novidade então é esse segundo nível de mobilização que consegue “confederar” unidades até então dispersas, ou conectadas por vínculos de natureza diferente aos que serão gerados a partir da nova luta. “... *a social movement does not simply presuppose, but is itself an organized and self-conscious field of actors with grievances and common purposes, however shifting and negotiable. So if “mobilizing structures” means something like “organizations and advocacy networks”* (Gamson and Meyer, 1996; 283) *and*

---

<sup>100</sup> McArthy e Zald definem como “a complex, or formal, organization that identifies its goals with the preferences of a social movement or a countermovement and attempts to implement those goals” (1987:20)

*“cultural framing” means something like collective identities, grievances, and shared goals, then they are certainly prerequisites to social movement emergence. Understood in this way, however, the political process model is simply circular, with mobilizing structures and cultural framing built into the definition of a social movement.* (Goodwin e Jasper 2004; 19).

Uma forma de fugir desse problema é pensar que existem organizações pré-existentes que não têm relação com a *política contenciosa*, ou seja, que não têm o caráter de “movimento social”, mas sim de outro tipo de ação coletiva. *Social movement* é um conceito que Tarrow reserva “para aquelas seqüências de política contenciosa que estão baseadas em redes sociais subjacentes e marcos de ação coletiva ressonante, e que desenvolvem a capacidade de manter desafios sustentados contra oponentes poderosos” (Tarrow 1994:2). Ou essa outra que os descreve como: “desafios coletivos, baseados em pressupostos comuns e solidariedades sociais, em interação sustentada com as elites, oponentes e autoridades” (Tarrow 1994:4).

O que diferencia movimento social de outro tipo de ação coletiva ou contenciosa é justamente o fato de ter uma continuidade no tempo, e as chaves para essa continuidade são a estrutura de mobilização (organização) e o *frame* ou marco simbólico discursivo que descreve o problema, a solução e a estratégia do movimento. Ou seja, mesmo tendo como condição a definição de um oponente e, logo, a existência desse oponente, e outros elementos como identidade coletiva e o motivo do desafio, o que faz a diferença é a durabilidade no tempo. *“unless they can maintain their challenge, they will either evaporate into the kind of individualistic resentment... or retreat into isolation. Sustaining collective action in interaction with powerful opponents mark the social movement off from the earlier forms of contention that preceded in it history and still accompany it today.”* (Tarrow 1994:6).

Nesse quadro todo, o papel da estrutura de mobilização, mesmo não tendo sido desenvolvido com profundidade no texto do Tarrow, é uma peça vital do esquema que ele mesmo propõe. E, como vemos, é útil em dois sentidos na hora de avaliar a construção de movimentos sociais na esfera transnacional: 1- precisa ser diferenciado de “episódios” de política contenciosa *a la* Tilly, ou seja eventos que mesmo respondendo a mudanças estruturais, apresentam-se sem conexão em termos de articulação organizativa, uso de determinado repertório de ação ou sentido explicitado do mesmo; e 2- o sentido de articulação que propõe Tarrow é perfeito para arenas políticas que excedem o nível da contiguidade física da mobilização, ou seja, que requerem de mecanismos de conexão que vão além do contato físico das pessoas. No caso dessa obra de 1994, o autor se refere ao nível doméstico nacional da política contenciosa, no caso transnacional essa descrição é multiplicada pela distância real

e cultural do que virá a ser articulado.

#### **e- Repertório de conflito (ou contencioso).**

O repertório de conflito funciona como um conjunto de práticas ou modelos de ação que são reproduzíveis “modularmente” em diferentes cenários sob as mesmas condições de conflito político. Nas palavras de Tilly em *Popular contention in Great Britain, 1758-1834* (1995), ele o define como “as formas nas quais as pessoas agem juntas à procura de satisfação de interesses comuns” (1995, 16) e, depois, em outro trabalho, “a palavra repertório ajuda a descrever o que acontece definindo um conjunto limitado de rotinas que são apreendidas, compartilhadas, e realizadas através de um processo relativamente deliberativo de escolha.” (1992:7)<sup>101</sup>.

Essa é outra das idéias do paradigma em questão que possui uma utilidade empírica muito alta. A idéia de que um conjunto de formas de protesto, organização e outro tipo de práticas seja replicável e explique os caminhos adotados pelas pessoas para agir coletivamente é realmente útil à hora de analisar não só episódios, quanto a relação entre eles. Em particular, isso é útil porque permite detectar a criação e desenvolvimento de novos tipos de ação por contraste com o repertório consolidado anteriormente. Por exemplo, no caso da ação transnacional, o repertório que surge nos anos 90 tem que ser avaliado à luz dos repertórios disponíveis nos cenários domésticos e dos tipos de ação transnacional existentes com anterioridade ao período estudado.

No campo de trabalho desta tese, há inúmeras referências a repertório ou a determinado tipo de ações que fariam parte do mesmo. Alguns estudos priorizam uma análise histórica de algumas ações modulares; são muito interessantes os estudos sobre as contra-cúpulas realizados por Mario Pianta (2002). Outros priorizam o estudo comparativo da aplicação dessas ações modulares, tais como, por exemplo, os Fóruns Sociais cuja “tecnologia” foi criada e aperfeiçoada a partir do Fórum Social Mundial de Porto Alegre, mas que logo depois se espalharia pelo mundo todo, com expressões locais, regionais, temáticas, continentais e nacionais.

A constituição de uma ação como modular é o prelúdio da sua replicabilidade fora do contexto de surgimento. “uma vez que foi estabelecida uma ação coletiva modular, ela foi difundida através da expansão do estado, da imprensa e das associações, e da difusão de

---

<sup>101</sup> Citado por Tarrow (1994: 30)



repertórios de conflito no mundo inteiro.” (Tarrow 1994:8)

Por fim, o repertório de ações pode ser caracterizado de várias formas: pode ser de violência, convenção ou ruptura. O primeiro geralmente é limitado a pequenos grupos dispostos a gerar danos e ser objeto de repressão; convenção, como a própria palavra diz, é centrado em procedimentos convencionais de mobilização, compreensíveis para as pessoas e toleráveis para as elites desafiadas; o terceiro quebra com as rotinas e é a fonte de inovação, é instável e facilmente parte para a violência ou a rotinização (Tarrow 1994:104).

#### **f- Frames.**

Uma vertente da escola norte-americana que aqui estamos analisando incorporou desde relativamente cedo a idéia de *frames*, ou marcos, para dar conta de uma parte importante do fenômeno da ação coletiva na sociedade moderna. Snow foi um dos autores que primeiro trouxe a idéia de marcos simbólicos, discursivos, representações da realidade para esse campo e definitivamente aportou, junto com outros, à inclusão dessa dimensão simbólica dos fenômenos coletivos a tal ponto que acabaria se transformando em uma das categorias articuladoras dessa escola. Para apresentar essa abordagem, primeiro colocamos algumas questões de Tarrow, autor que escolhemos como grande condensador da escola, e depois nos aprofundamos sobre o que o próprio Snow (e Benford ou Gamson) produziram quase vinte anos depois acerca do uso da categoria.

Vimos várias menções a *frames* em algumas das passagens de Tarrow que aqui reproduzimos, utilizadas como ação (“*framing contention*”) ou como coisa (“*collective action frames*”, “*master frames and models of activism*”, “*frames of contention*”). Nelas, a idéia aparece de forma complementar ao processo que ocorre nas origens da mobilização e no processo de construção de um movimento e logo do ciclo contencioso. Porém, trata-se de uma questão mais profunda que envolve várias questões relativas à esfera “cultural” do conflito social, e perguntas como: Em que momento e por quem é conformado o marco discursivo da luta política? Se esses marcos são construídos, eles são novos? Qual a relação com a simbologia cultural prévia? Qual a relação com a luta de interesses real que ocorre no social, ou seja, as mudanças são no nível da estrutura e o discurso vem depois ou a estrutura não existe e, logo, não há mudança na estrutura senão aquela que é percebida/construída discursivamente? E finalmente, como as pessoas interpretam e aderem a esses *frames*? Os autores lidaram com vários dos problemas/elementos apresentados aqui por meio dessas perguntas, que fazem parte do processo de criação e difusão de um determinado *frame*, num processo que pode ser chamado de “*framing*”.

É curioso que à hora de definir *frame*, Tarrow, mais uma vez, utiliza várias acepções que novamente deixam margem para diversas interpretações: eles são ou significados ou sentidos atribuídos pelos autores, ou símbolos culturais – não só textos – do grupo, ou relacionado com identidade (“*framing identities*”) e até com emoções.

Tarrow não tenta dar respostas profundas a essas questões; para ele, é chave o papel dos agentes para transformar símbolos em *frames* contenciosos, e isso não é automático. Símbolos novos interagem com os símbolos da cultura pré existente e só assim é possível a mobilização, ou seja, o apelo que combina o conhecido com o novo, esse é um processo de aprendizado que se dá na luta, as pessoas “aprendem a dar um marco aos seus apelos em torno daquilo [que os une] e dissimular o que os separa.” (Tarrow, 1994:122)

*Social movement scholars conceptualize this signifying work or meaning construction by employing the verb "framing" (Gamson et al 1982, Snow et al 1986, Snow & Benford 1988). This denotes an active, processual phenomenon that implies agency and contention at the level of reality construction. It is active in the sense that something is being done, and processual in the sense of a dynamic, evolving process. It entails agency in the sense that what is evolving is the work of social movement organizations or movement activists. And it is contentious in the sense that it involves the generation of interpretive frames that not only differ from existing ones but that may also challenge them. The resultant products of this framing activity are referred to as "collective action frames. (Benford and Snow, 2000: 614)*

*Frames* viram conjuntos de crenças e significados que têm várias funções: eles servem como guia para a ação, proporcionando uma visão do mundo e da sociedade; e têm como objetivo também o de mobilizar e legitimar ações e campanhas dos movimentos. Na síntese apresentada por Benford e Snow, haveria algumas tarefas centrais do processo de *framing*. Elas são: “*diagnostic framing*”, “*prognostic framing*” e “*motivational framing*”. Tarefas que estão dentro do que Klandermans chama de “mobilização de consenso”, que é a construção simbólica e de significado que facilita os acordos, enquanto a “mobilização de ação” são as idéias que fazem as pessoas saírem da frente da televisão e partirem para a mobilização nas ruas. (Benford e Snow, 2000)

Na origem dos *frames* há processos discursivos, todos os atos da fala, sejam verbais ou escritos. Na categorização dos processos discursivos, fala-se de articulação, amplificação e pontualização, sendo que o mais importante é a articulação, o ato de pôr ordem em objetos e conceitos; geralmente é isso o que irá a distinguir um *frame* novo dos antigos.

Nas formulações iniciais de Snow, ele apresentou a idéia de “alinhamento do *frame*” (“*frame alignment*”), que é o processo pelo qual deliberadamente um *frame* é criado para

recrutar pessoas, mobilizar aderentes ou gerar novos aderentes à causa do movimento. Para tanto, o autor distingue quatro processos básicos de alinhamento: *frame bridging*, criação de vínculos entre diversos *frames*, amplificação da proposta do *frame* para que mais pessoas a ouçam, extensão do *frame* para outras áreas temáticas, e a transformação do *frame* para torná-lo mais amigável às pessoas.

Os autores, finalmente, discutem a noção de oportunidades políticas, que possui viés estrutural e argumentam que as mudanças das oportunidades podem facilitar ou constranger o processo de criação do *frame*, mas a estrutura, longe de ser facilmente legível, tem uma existência sempre “*subject to debate and interpretation and can thus be framed by movement actors as well as by others.*” (Benford e Snow, 2000: 631). Um processo que sempre é contestado por e disputado com os atores detentores do *frame* até então hegemônico.

Segundo autores críticos dessa abordagem, o tratamento que é feito a partir da perspectiva dos frames usa a cultura e o *framing* de uma forma muito maniqueísta e instrumental. Porque é preciso, no nível empírico, em suas palavras: “*be sensitive to the historically shifting and situationally contingent combinations and sequences of processes and events that give rise to varying forms of social movements and collective action more generally. At the theoretical level, we need to recognize that a variety of concepts and theories may help us “hit” this moving target.*” (Goodwin e Jasper 2004; 27)

No nosso esquema, há uma relação estreita entre a identidade construída no nível da organização nacional e local, que tem relação com o processo descrito aqui e com seu vínculo com o ator individual, e com a construção de uma identidade do movimento supranacional. O movimento que vai além da fronteira contribui com os elementos que definem a sua identidade, em termos de leitura da conjuntura, de atribuição de oportunidades e proposta de estratégia, para a construção de uma identidade comum com aqueles que são considerados iguais na arena transnacional, constrói um espaço comum e transforma tudo isso numa identidade supranacional de segundo nível, que, na volta, modifica a identidade primária (doméstica) acrescentando esses construtos coletivos criados na discussão na arena transnacional.

#### **f- Redes, que redes?**

A questão das “redes sociais” ganhou atenção geral com a explosão da globalização, momento no qual um grande número de pessoas, tanto da academia, como da mídia e de outros âmbitos, começaram a chamar de “redes” muitos fenômenos sociais coletivos contemporâneos, influenciados fortemente pela presença das redes de comunicação, e em

particular da Internet. Como dizemos também, nosso objeto de estudo, por vezes, também é chamado, pelos próprios protagonistas, de “rede”.

Mas há pelo menos duas grandes formas de abordagem da questão das redes. Uma delas é o uso pouco preciso mas muito freqüente do termo para descrever, sejam as novas formas de organização surgidas fundamentalmente com o surgimento da internet e as comunicações eletrônicas, sejam os entrançados horizontais de organizações ou indivíduos. Nesse sentido, veremos mais adiante vários usos, similares aos que já vimos em Tarrow e seus colegas, mas muito utilizados na literatura sobre movimentos sociais e em particular sobre a esfera transnacional desses movimentos e organizações. Por exemplo, Marisa Von Bülow, na sua tese sobre a ASC disse que não utilizará a noção de rede como forma de organização “The organizational and metaphorical uses of “network” only bring confusion to the debate, because the concept is not clearly defined, because in most accounts it aprioristically establishes a superior form of organization, and because it turns the attention away from power relations, asymmetries, and conflicts among actors.(Von Bülow, 2007:66).

No entanto, a questão das redes sociais é muito complexa e tem sido objeto de estudo e sistematização. Para fins deste estudo, vamos descrever, primeiramente, o uso acadêmico do termo, como estratégia analítica, para depois ver os usos menos rigorosos, mas também úteis que a idéia de “rede” recebeu.

A abordagem das redes sociais foca no caráter relacional do social, descrevendo fundamentalmente tudo a partir da idéia de *nodos* e *ties* (vínculos), sendo que os nodos são os indivíduos ou organizações da rede e os *ties* as relações que se estabelecem entre um ou mais nodos. Os nodos são os pontos fixos que estabelecem a relação e no nosso caso eles podem ser desde indivíduos até organizações, governos locais, ou outro tipo de entidade; mas o que realmente interessa são os tipos de vínculos que eles estabelecem entre si. Para se ter uma idéia, eles podem ser desde contratos até projetos conjuntos, ou estruturas de troca de experiências, entre uma infinidade de especificações.

*Since ties among formal organizations by definition tend to be less ephemeral than individual ties, the study of such ties provides a glimpse into aspects of the longer-term structures of global civil society* (Anheier e Katz, 2006: 248).

São esses vínculos os que interessam e os que se transformam na unidade de análise do estudo de redes; mas esses vínculos podem se dar em múltiplos níveis de análise, desde o micro (o indivíduo ou as organizações) até o macro, o nível da sociedade que apresenta uma multiplicidade enorme de redes interagindo e se sobrepondo de forma complexa (Gurza

Lavalle et al, 2006:...). Finalmente, há um nível de “hiper-redes” (ou redes de dois modos<sup>103</sup>) no qual redes se entrelaçam gerando redes que combinam redes; essa abordagem vem sendo utilizada de forma sistemática também no nível das relações para além das fronteiras do Estado nação.

Nesse sentido, a análise de redes constitui uma estratégia analítica bastante consolidada, com repertório metodológico versátil e de recursos em crescente expansão, que permite o tratamento empírico das formas (estrutura) e lógicas (fluxos) de vinculação que animam a atuação de conjuntos de atores, atores cujo número pode variar de grupos pequenos a constelações complexas. (Gurza Lavalle et al, 2006:5)

Uma rede é um mapa que mostra esses vários nodos e as relações que se produzem entre eles, os nodos. *“Networks are a way of measuring the patterns and structures of social life, including ... organizational and inter-organizational links. In the global civil society specific organizations and networks can be highly complex structures”* (Anheirer e Katz, 2006: 242)

Relações dos mais variados tipos, estabelecidas ao longo do tempo, de forma muitas vezes fortuita, não intencional, contribuem para a construção de redes densas, que são constantemente alteradas pelos atores e também restringem suas possibilidades de atuação. É a regularidade desses padrões de relação e interação que forma a estrutura de uma rede dada. Assim, uma das principais vantagens da análise de redes aqui empregada é a possibilidade de detectar as posições e papéis desempenhados pelos diferentes tipos de organizações civis em sentido estrutural não metafórico. (Gurza Lavalle et al, 2006:22)

A partir da análise das relações estabelecidas entre os diferentes tipos de organizações civis, bem como da observação de regularidades nessas relações de interação, detectam-se padrões estruturais de interação presentes na configuração do universo desses atores, em uma espécie de “estruturalismo a posteriori”<sup>26</sup> – *a posteriori* uma vez que a estrutura de relações é obtida mediante trabalho empírico.<sup>27</sup> (Gurza Lavalle et al, 2006:22)

Há uma infinidade de tipos de relações entre os atores ou indivíduos e o estudo dos mesmos ajuda a entender ou explicar determinados comportamentos coletivos das redes, ou seja, os estudiosos das redes classificaram os tipos de relações e conseguiram padronizar efeitos que eles têm sobre os membros das redes. A proximidade da análise de redes com as ciências duras fez com que seus membros desenvolvessem um conjunto amplo de medidas

---

<sup>103</sup> *“the two mode networks allows us to deduce ties through coincidental participation in groups or events. Two mode networks arise from overlapping participation of actors in entities such as boards of directors, or in events such as conferences or demonstrations”* (Anheier e Katz 2005:210)

para identificar as variações que ocorrem dentro da rede. Elas foram produzidas por autores de fala inglesa e nessa língua ficaram conhecidas: *betweenes*, *centrality degree*, *centralization*, *centrality closeness*, *clustering coefficient*, *cohesion*, *density*, *integration*, *radiality*, *structural cohesion*, *reach*, *structural equivalence*, *structural hole*.

Deste conjunto de medidas, as que maior aplicação e utilidade têm tido são as medidas chamadas de “centralidade”, que mensuram a importância relativa dos diversos nodos (organizações ou indivíduos) dentro da estrutura da rede: um ator é mais central quanto maior é o número de nodos com o qual ele tem vínculos. “Visto se tratar de medidas estruturais, quer dizer, da avaliação de um ator a partir da sua posição em uma estrutura de relações, assume-se que os modos de inserção dos atores em uma rede constroem ou abrem possibilidades a sua capacidade de ação.” (Gurza Lavalle et al, 2004:13)

*Diani suggests that centrality (a node is considered central when it is connected to more nodes) correlates with leadership and public visibility and has an influence on agenda setting. In the networks he studied..., more central organizations were generally perceived (by outsiders as well as insiders) as representative of the entire network and the issues it promoted. (Anheier e Katz, 2006: 246)*

Vejamos a seguir a passagem do estudo realizado por Gurza Lavalle et al (2004) sobre os movimentos sociais em São Paulo, da perspectiva das redes, do uso das medidas de centralidade e da sua importância na determinação relativa dos papéis e poder dos diversos membros da rede.

Os movimentos sociais são os atores mais centrais no conjunto dos atores da sociedade civil presentes na amostra: recebem um número muito maior de citações diretas de outras entidades (indegree) e também citam diretamente mais (outdegree); além disso, exercem um grau extraordinário de intermediação entre os atores (betweenness), ou seja, pela sua posição estratégica são ponto de passagem fundamental para uma parte considerável de atores da sociedade civil alcançar ou entrar em contato com outros. Contudo, e quiçá pela sua centralidade, os movimentos não preservam relações menos distantes — do que a média — dos atores que no conjunto da amostra têm condições de alcançá-los (incloseness); e tampouco mantêm relações significativamente mais próximas dos autores aos quais eles — os movimentos — conseguem chegar (outcloseness). Aos resultados que ressaltam a grande centralidade e posição estratégica dos movimentos no campo dos atores da sociedade civil, cabe acrescentar que suas relações com outros atores são notavelmente assimétricas (power); isto é, existe desigualdade de vínculos disponíveis entre os movimentos e os atores com os quais se relacionam, tornando os segundos estruturalmente dependentes do repertório de relações dos primeiros. (Gurza Lavalle et al, 2004:15)

Um outro papel considerado relevante no estudo das redes é o de “*brokerage*”, que é

aquela ação pela qual um nodo ajuda a conectar outros nodos à rede, nodos que de outra forma não fariam parte da rede. *Brokerage* “contributed mostly to the integration of the network, and was mostly done behind the scenes. Brokerage was not associated with visibility, as centrality was found to be, but it was found to facilitate communication lines between different subgroups of the movement and to connect divergent organizations. Moreover, Caniglia concludes that brokerage and centrality roles in NGO networks correlate with greater connectedness to international governmental organizations. In other words, NGOs central in the NGO network assume brokerage roles in relation to international organizations more generally. (Anheier e Katz, 2006: 246)

Uma terceira medida apontada como relevante é o grau de diversidade da rede, já que esta “is multiplicative, as it opens channels of communication to ravied populations of organizations. In turn, issue diversity is also linked to strategic diversity, flexibility, and adjustment to change. By implication, the challenge of movements is to balance too much diversity, which can lead to lack of coherence, and too little diversity around single issues that opponents can more easily isolate or otherwise neutralise.” (Anheier e Katz, 2006: 246)

Para o que interessa a nosso estudo, creio importante trazer dois exemplos a mais que verificam a praticidade dessa abordagem no estudo da esfera transnacional. Primeiro, brevemente, um estudo de Anheier e Katz sobre o FSM a partir da perspectiva das redes e, em segundo lugar, uma tese sobre a resistência à ALCA recentemente publicada, de Marisa Von Bülow.

No primeiro caso, os autores consideram a participação de ONGs em eventos auto-organizados no Fórum Social Mundial de Mumbai (2004), que foram 35, enquanto 165 organizações participaram dos mesmos e 10 participaram em dois ou mais. Essa superposição cria uma rede de dois modos de eventos e organizações. A partir dessa situação podem se construir duas redes de um modo: uma inter-organizacional formada por aquelas organizações que co-participaram em algum evento; e uma rede de eventos na qual os participantes comuns unem os eventos uns aos outros: “we see this analysis as an illustration of the 'structured space for debate' and deliberation in global civil society. Such an analysis can lead to the identification of coalitions that cross between standard “disciplinary” boundaries, and can show how issues are perceived and connected in an emerging global public sphere. It can also reveal which issues are more and which ones less central in such discourse, and reveal the dynamics of how issues connect” (Anheier e Katz, 2005:216)

A partir dessa construção Anheier e Katz aplicam algumas medidas para determinar a centralidade dos eventos e a centralidade ou marginalidade dos assuntos, para ver qual é a

estrutura dos vínculos entre os assuntos. E concluem que não há uma forte diferenciação de temas interconectados no discurso da sociedade civil global. Isso poderia estar indicando que a mesma estaria em uma etapa inicial de desenvolvimento, na medida em que sistemas complexos tendem a se tornar mais diferenciados com o tempo. Uma segunda possível conclusão pode ser tirada da natureza fragmentada da rede: o discurso da sociedade civil global é composto de muitas pequenas redes desconexas, que podem ter pouca comunicação entre elas embora compartilhem interesses semelhantes, e continuam fragmentadas mesmo quando elas estão no mesmo espaço e momento. Por fim, uma análise de “*betweenness centrality*” mostra que a estrutura da rede organizacional que emerge dos padrões de participação nos eventos do FSM, aponta que a sociedade civil global está dividida entre um pequeno grupo central de organizações bem conectadas e uma vasta multidão de organizações isoladas de seus parceiros. (Anheier e Katz, 2005:216)

O caso da tese de doutorado de Marisa Von Bülow é mais interessante para nós porque trabalha sobre nosso mesmo objeto de estudo, só que utilizando a abordagem relacional como sustento de seu trabalho empírico, junto com metodologias qualitativas. O foco, então, será o processo político de construção de vínculos entre diferentes tipos de organizações situadas em diferentes países. Ela fará outra adaptação do dogma da teoria das redes sociais ao pensar que, complementarmente à idéia de que são as relações dos atores e não os seus atributos os que importam, as redes são ao mesmo tempo uma condição para a ação coletiva – *a la* Tarrow - e um resultado dessa ação coletiva: “*how actors create new linkages that in turn constrain future action*”. Sua idéia é construir uma história desses *ties* e não ficar só no que aqui foi chamado de estruturalismo *a posteriori*. Para isso, ela considerará que esse vínculos são o produto de processos contenciosos, de negociações, estratégias, etc. (Von Bülow, 2007)

Ela considerará como unidades de análise da sua pesquisa os seguintes *ties*:

(a) *the ties among civil society challengers of trade agreements within national boundaries in Brazil, Chile, Mexico and the United States;*

(b) *the cross-border ties among organizations from these four countries;*

(c) *the field of collective action that is an outcome of these relationships and at the same time affects them; and*

(d) *the relationships between civil society challengers and other (domestic and international) actors.*(Von Bülow, 2007:27)

## **g- Ciclos de conflito**

Assim como *repertoire, cycle of contention* é uma categoria analítica muito utilizada, mas que não possui, segundo seus próprios criadores, uma formulação teórica que dê conta com exatidão do que acontece em um ciclo. Essa característica soma-se ao fato de que,



mesmo tendo uma definição, ela não é precisa e se desmancha nos exemplos que tentam ilustrá-la. Nós consideramos que se trata de mais uma categoria empírica que ajuda a pensar as “ondas de conflito” que ocorrem no interior do social<sup>104</sup>. Nesse sentido, somente resgatando, por meio da análise empírica sistemática, os movimentos sociais em longos períodos de mobilização, poderemos entender seu significado e como são construídos. (Gohn, 1997: 96)

*By a cycle of contention, I intend a phase of heightened conflict across the social system: with a rapid diffusion of collective action from more mobilized to less mobilized sectors; a rapid pace of innovation in the forms of contention; the creation of new or transformed collective action frames; a combination of organized and unorganized participation; and sequences of intensified information flow and interaction between challengers and authorities. (Tarrow, 1994:142)*

O conflito se generaliza e vira um ciclo quando são abertas oportunidades políticas e um grupo de avançada inicia um contencioso que rapidamente se espalha para outros atores que compartilham a demanda; logo articulações e coalizões emergem. No contexto dessa teoria, logicamente muitas perguntas surgem à hora de tentar afinar os limites do “ciclo”. Qual a relação entre ciclo e “movimento social”? Qual a diferença entre “ciclo” e um “episódio” geral de política contenciosa? Quanto dura um ciclo? Que tipo de oportunidades cria um ciclo e que tipo não, se ambas estão na origem da mobilização social? Essas perguntas ficam abertas à interpretação.

A relação entre movimento social – sempre no marco das definições que essa teoria oferece – e ciclo poderia ser variável, já que o ciclo não tem uma duração definida. Sua duração pode ser a mesma do movimento social, que é definido como ação mantida no tempo; contudo, se o ciclo for curto, só teremos episódios de política contenciosa. Outro problema devém do fato de que ciclo só serve na avaliação *ex post* dos acontecimentos; então, na operação atual do mesmo fica sempre muito aberto. Na verdade, só podemos falar de um ciclo quando ele acaba; enquanto está aberto não temos condições de dizer se é um ciclo ou não, no sentido de que pode ser alguma coisa que entre no tipo de atividades rotineiras dos movimentos, ou da sociedade. O tipo de oportunidades que criam um ciclo não se diferenciam das que não criam. O que faz a diferença fica tão amarrado à conjuntura histórica particular que é impossível de decodificar.

Por fim, a idéia de ciclo traz consigo a idéia de começo e fim. O processo de exaustão da mobilização ocorreria naturalmente e começaria de forma concêntrica desde fora – os

<sup>104</sup> O próprio Tarrow, muitas vezes para se referir aos ciclos utiliza “*waves of contention*”

grupos menos engajados com a mobilização – para dentro: os grupos que estão no centro da mobilização e que param a mobilização em último lugar, sendo que às vezes continuam, mas já com outra natureza. Aqui se produz um efeito de faccionalização, no qual o grupo no centro da mobilização radicaliza ainda mais a luta, ao mesmo tempo em que vai ficando isolado dos círculos mais periféricos. O fim do ciclo está, para Tarrow, associado ou ao processo de institucionalização ou de repressão, sendo ambos, claro, respostas diferentes das elites ou do Estado. *“Such periods of generalized disorder sometimes result in immediate repression, sometimes in reform, often in both. But in political-institutional and personal-cultural terms, the effects of cycles go well beyond a movement's visible goals. They are found both in the changes that governments initiate and in the periods of demobilization that follow. They leave behind permanent expansions in participation, in popular culture, and in ideology.”* (Tarrow 1994:8)

Como dissemos, a vantagem oferecida pela categoria é que, de certa forma, contribui a pensar o fim da mobilização. O restante dos elementos está presente nas explicações das demais categorias de análise. Por exemplo, as explicações de por que é importante o primeiro momento do ciclo, não aprofundam muito o que foi falado sobre a origem da mobilização, só que dessa vez entra para explicar como a mobilização se alastra. Segundo Tarrow, a ação desses primeiros levantados mostra as vulnerabilidades das elites, coloca em concorrência os demais atores sociais que iram se mobilizar sobre o risco de perder na distribuição dos benefícios da mobilização; por fim, o fato de o discurso (*frame*) construído no começo possibilitar a identificação dos outros atores com aquele que o formulara originalmente. (Tarrow, 1994).

No nível transnacional, achamos que é de certo interesse pensar na idéia de ciclos de mobilização. Sobretudo porque, como dissemos acima, trata-se de uma idéia que carece de dogmatismo teórico e facilmente permite falar de fenômenos de mobilização relacionados entre si, com vínculos evidentes, seja em termos de organização, seja em termos de oportunidades ou de apelos comuns. Fenômenos que têm um começo claramente identificável, um fim também identificável, e alguns mínimos mecanismos comuns, mesmo sendo eles muito do senso comum. A idéia de ciclo tem um poder baseado na sua capacidade de juntar fragmentos ou eventos de mobilização aparentemente dispersos e colocá-los para funcionar numa lógica comum. É um poder gráfico que permite também identificar o comum das ações em termos de circunstâncias de surgimento, compartilhamento de discurso e muitas vezes identidade de repertório.

### **h- Aprimoramentos e culturização do esquema básico.**

Já na primeira década do século XXI, o esquema básico que retratamos até aqui tenta um reviravolta geral e encaminha seus esforços teóricos para uma crescente “culturização”, oposta às idéias estruturalistas. Os autores explicitamente falam do assunto e tentam construir esse abrandamento contra eles mesmos. Em “*Dynamic of contention*”, McAdam, Tarrow e Tilly tentam fugir do estruturalismo e a sensação de estaticidade dos esquemas até então desenvolvidos. Agora, para eles, é necessário levar em consideração a interação estratégica, a consciência, e a cultura acumulada historicamente para entender os movimentos sociais. Para tanto, apresentam um novo quadro de trabalho a partir do questionamento ao que eles chamam de *check list* clássico - oportunidades, ameaças, estruturas de mobilização, repertórios e *framing* – e propõem um esquema que pretende ser mais dinâmico e “construtivista”.

O conceito de política contenciosa é aprimorado; agora ele terá uma definição primária referente ao contencioso contido e o contencioso transgressivo. O contencioso continuará tendo como referencia o Estado, desta vez explicitado na própria definição. Uma das novidades centrais é o surgimento da idéia de “atores políticos” na própria definição de contencioso. Eles já estarão constituídos no caso do conflito “contido” e podem significar a novidade no contencioso transgressivo. Política contenciosa é agora:

*episodic, public, collective interaction among makers of claims and their objects when (a) at least one government is a claimant, an object of claims, or a party to the claims and (b) would, if realized, affect the interests of at least one of the claimants.* (McAdam et al 2001:5)

*Contained Contention ... (c) all the parties to the conflict were previously established as constituted political actors (McAdam et al 2001:7) & transgressive contention ... c) at least some parties to the conflict are newly self-identified political actors, and/or d) at least some parties employ innovative action.* (McAdam et al 2001:8)

A definição de ator político é curiosa porque ela remete fortemente à utilizada em 1994 para movimento social, lembrando que esses são identificados pela sua continuidade no tempo, ou seja, por apresentar um tipo de desafio que se mantém no tempo. Atores políticos, então, nas suas palavras, “*consist of sets of persons and relations among persons whose internal organization and connections with other political actors maintain substantial continuity in time and space.*” (McAdam et al 2001:12) Essa definição, adotada como provisória no começo de *Dynamics...* de fato é utilizada no texto todo e encima dela é que são construídos os demais elementos do novo esquema.

No caso de estrutura, que tinha uma forte presença através da idéia de estrutura de oportunidades políticas, ela virará “processo social”, que não deixa de ter aquela marca causal ou determinante que tivera nas primeiras formulações. Só que agora, ao invés da ambiguidade das oportunidades, vamos ter processos e mecanismos causais: “*To explain contentious politics is to identify its recurrent casual mechanisms, the ways they combine, in what sequences they recur, and why different combinations and sequences, starting from different initial conditions, produce varying effects on the large scale.*” (McAdam et al 2001:13) E afirmarão também que mesmo as oportunidades estando “objetivamente abertas”, elas só convidarão à mobilização caso sejam visíveis para potenciais desafiantes ou percebidas como oportunidades. Ou seja, a estrutura está aí, não é criada; porém, ela é insignificante e dependeria do ator detectá-la e interpretá-la como oportunidade. (McAdam et al 2001:43).

Nesse novo esquema, os autores vão dar um novo papel à identidade, que antes aparecia como elemento marginal e como prévia ou fazendo parte do *frame*. Na nova proposta, a construção social dos atores e das identidades é um processo dinâmico, e eles são sempre contingentes. Atores e identidades podem preexistir ao episódio contencioso, mas esses episódios impactam nas identidades de todos, seja porque eles interagem na luta, seja porque eles emergem da luta, seja porque há fusões de atores ou outro tipo de efeitos, o contencioso sempre afeta o mapa dos atores/identidades no social.

Eles utilizam a idéia de mecanismos e processos como os motores explicativos que dão conta da dinâmica do contencioso, embora mais uma vez mecanismo receba uma definição tão ampla que pode ser qualquer fenômeno da realidade que o ator veja ou interprete. Já para a descrição da realidade, eles utilizam os episódios contenciosos. (McAdam et al 2001:30)

Mecanismos “são uma delimitada classe de eventos que alteram as relações entre conjuntos específicos de elementos de forma idêntica ou similar em uma variedade de situações” <sup>106</sup> (2001:24)... eles podem ser ambientais (oportunidades), cognitivos (*frames*) e relacionais (*brokerage*). 26

Processos são seqüências regulares de tais mecanismos que produzem transformações similares dos mesmos (geralmente mais complexas e contingentes)... (2001:24)

Episódios são correntes contínuas de contencioso que incluem reclamações que tem que ver com os interesses das partes. (2001:24)

A crítica à idéia de ciclo vai no sentido que colocamos acima: ciclo implica

desmobilização, e para eles isso barra a possibilidade de ter sub-ciclos, ou seja, abrir o conceito para uma perspectiva mais flexível ainda do que a idéia anterior. Agora ciclo será transformado em trajetória e focará mais nos mecanismos e processos que a empurram. (McAdam et al 2001:67).

No que diz respeito à idéia de *frame*, ela mudará de uma ação estratégica dos membros do movimento – geralmente, as lideranças – para a idéia de construção social, que tem um sentido mais interativo do que aquele original de *frame*. Na nova abordagem, a construção deve, como produto da disputa entre o desafiante e o desafiado, ter caráter relacional. No relativo às organizações, aquelas redes e relações pré-existentes, a novidade é que elas podem ou não existir com antecedência aos episódios, só que elas devem ser apropriadas pelo movimento. *“It is a challenger's capacity to appropriate sufficient organization and numbers to provide a social/organizational base – and not that organization itself – which makes mobilization possible... for members [do status quo] and challenger, most of the ongoing interpretation of environmental conditions takes place within formal organizations geared to the defense or advocacy of well established interests and organized around stable collective identities explicitly tied to these aims.”* (McAdam et al 2001:48)

## Capítulo 3

### Sobre a transnacionalização da ação coletiva

#### 1- Movimentos, redes e coalizões sociais... na arena transnacional.

Neste Capítulo 3, apresento algumas questões centrais para a análise do movimento social contra o livre comércio nas Américas nessa área de interseção entre a reflexão sobre os movimentos sociais e as sistematizações teóricas no campo das Relações Internacionais. Debruço-me sobre essa tarefa munido fundamentalmente das ferramentas fornecidas por autores provenientes da área dos movimentos sociais, incluindo, porém, algumas referências necessárias às RRII. A localização deste capítulo deve-se à continuidade que apresenta em relação com a primeira reflexão; veremos que as categorias desta aproximação são as mesmas e a inovação conceitual e metodológica não é muita, sendo a contribuição mais de densidade descritiva.

Continuo aqui com o diálogo que propus já no Capítulo 2 entre as formulações teóricas, meu objeto de estudo e as idéias-chaves que surgiram do trabalho de reconstrução para o Capítulo 1. Esse encontro vem contribuindo para a conformação do mapa cujas regiões vamos explorando, em particular, para identificar as regiões não exploradas e as ferramentas com as quais irei a visitar na Parte III.

#### a- Transnacional

Antes de avançar, é preciso esclarecer o uso do termo *transnacional*, já que foi por essa via que a reflexão sobre os atores não estatais entrou na reflexão disciplinar das relações internacionais (Tostes, 2004). Mesmo já sendo de uso corrente na literatura das relações internacionais e em particular na que estamos trabalhando aqui, sobre as ações coletivas além da fronteira do Estado-nação. Fundamentalmente, o termo faz referência ao fato de que as relações política e sociais no mundo não são simplesmente relações entre Estados-nação, ou seja, internacionais. Nesse sentido, na década de 1970, Keohane & Nye<sup>108</sup> introduziram em

---

107 Berron (2003)

108 More than three decades after Keohane and Nye's (1971) special issue of *International Organization* on the topic, there is still not much that can count as transnational relations theory. (Van Apeldoorn,

sua teoria da interdependência complexa um uso formal ajustado a essa idéia: “*las relaciones transnacionales surgen cuando se flexibiliza el supuesto de que los estados son las únicas unidades*” (Keohane & Nye, 1977:41). Na descrição desses autores, as relações transnacionais apontam para novos e múltiplos canais de contato entre as sociedades que envolvem grupos – empresas ou grupos sociais diversos – que interagem diretamente com outros de outras sociedades ou com outros governos para aumentar os seus benefícios mediante a rede de interações (1977:52). Estas colocações pré-globalização foram, de alguma forma, pioneiras e abriram espaço teórico para pensar versões mais complexas, tais como “*global transactions*”, que ocorreriam dentro do planeta como unidade, ou de relações supra-nacionais que conota ainda relações inter-estatais através das quais os Estados cedem parcelas da sua soberania para instituições comuns – um debate freqüente nas discussões sobre integração regional.

Para Scholte (2005), a categoria transnacional tem justamente o mérito de dar destaque para as relações não governamentais e para vínculos sociais diferentes dos nacionais. No entanto, essa idéia encontraria dificuldades ao tentar caracterizar essas relações, e adolesceria, também, num mundo – para o autor – crescentemente global, de um enraizamento ainda forte no Estado-nação que continua sendo o ponto de referência. Ele prefere a idéia de *globalidade*, que elimina a dicotomia externo/interno, doméstico/exterior, etc. (Scholte, 2005:65). A meu ver, é justamente essa a utilidade do termo: no nosso caso – e há uma grande literatura que defende esta tese – os atores que transnacionalizam a sua ação continuam sendo primariamente domésticos e secundariamente transnacionais. Ou seja, a identidade doméstica é condição *sine qua non* para partir para o global, e estabelecer relações transnacionais.

Existe também uma abordagem crítica do termo “transnacional” que, ancorada numa aproximação que parte do materialismo histórico, enfatiza a importância da estrutura econômica transnacional: “*From this perspective, it is argued that the world of international relations has from the start been inextricably bound up with the expanding capitalist world economy and thus embedded within and shaped by transnational social relations growing out of that globalizing capitalism. The growth of these relations does not lead to an end of international relations, but means that the latter, in content terms, can only be understood in a context that is neither national nor international but instead subsumes both; that is, it is transnational*”. (Van Apeldoorn, 2004:143).

Nós ficaremos aqui com uma noção de transnacional mais descritiva, que se refere, em

primeiro lugar, a esse nível de agencia da ação que é não governamental, e que é produzido no espaço além do doméstico, ou seja, que envolve um espaço geográfico de pelo menos mais de um Estado nação.

#### **b- As teorias sobre o transnacional da ação coletiva.**

A literatura sobre movimentos na arena transnacional tenta responder alguma das seguintes questões:

- 1- Quais os motivos pelos quais os atores sociais decidem agir no espaço transnacional? Quais os conflitos que motivam essa ação?
- 2- Quando e como os atores domésticos saem para a arena global?
- 3- Quem são esses atores domésticos? Quem são os atores transnacionais? Eles existem?
- 4- Que tipo de ações desenvolvem?
- 5- Quais as formas de organização dessa ação coletiva transnacional?
- 6- Por que há similitudes entre diversos países?

#### Sidney Tarrow

Vou começar a análise pelo expoente mais visível da teoria estadunidense hegemônica: Sidney Tarrow. Este autor escreveu em 2005 um livro cujo título é *The new transnational activism*, no qual faz uma leitura dos fenômenos do “contencioso transnacional”, ou seja, dos “conflitos que vinculam ativistas transnacionais com seus pares, com os Estados e com as instituições internacionais” (2005:25). Para o autor, o cenário é definido pelo internacionalismo que é, em suas palavras, “*a dense, triangular structure of relations among states, nonstate actors, and international institutions, and the opportunities this produces for actors to engage action at different levels of this system.*” (2005:25), que abre um espaço de oportunidades para os atores domésticos se encontrarem e gerarem vínculos entre eles. Essa abertura seria diretamente proporcional ao grau de institucionalização da esfera oficial e do nível de interação entre eles. Isto abriria novas oportunidades políticas para os atores agirem. Ele vai insistir no fato de que os atores são domésticos e não transnacionais, e que os recursos que utilizam para entrar e sair do nível internacional são recursos de poder domésticos.

Em seu esquema teórico, o *link* entre o doméstico e o transnacional é operacionalizado através de alguns processos: internacionalização, externacionalização, *global framing*, difusão, mudança de escala e, finalmente, formação de coalizões internacionais. Podemos encontrar esses processos todos operando em diversas situações do nosso movimento e



explicá-los a partir das mesmas.

A *internacionalização* é definida como a resposta a pressões internacionais na política doméstica; *externacionalização* é o processo de protesto nas organizações internacionais ou em atores estrangeiros. No primeiro caso, teríamos a mobilização canadense contra a negociação do CUSFTA; no segundo, a mobilização contra a presença dos ativistas brasileiros nas manifestações contra a OMC em Hong Kong (2005), ou as Cúpulas paralelas à Cúpula UE-ALC em Viena, onde ativistas de quase todos os países latino-americanos compareceram para criticar os Acordos de Associação e os *Economic Partnership Agreements* entre a UE e regiões e países da América Latina. *Difusão* é o processo de transferência de demandas e formas de protestos de um país para o outro; *mudança de escala*, a coordenação de ações coletivas em uma escala superior à original; e formação de coalizões transnacionais, “*the horizontal formation of common networks among actors from different countries with similar claims*” (Tarrow, 2005:32). Esses três são processos facilmente identificáveis também na formação do movimento transnacional contra o livre comércio. A difusão é evidenciada primeiramente na transferência da experiência canadense para os parceiros mexicanos e estadunidenses, os conteúdos da crítica ao acordo e o formato da organização; a mudança de escala diz respeito à perspectiva dos atos domésticos e é evidenciado nesse mesmo processo descrito: os canadenses estendem a oposição ao livre comércio para o restante dos países que começam a negociar acordos na América do Norte. Nesse movimento, também estreitam laços com seus parceiros e, embora na informalidade, começam a construção de uma coalizão social transnacional que logo se estenderia para o restante das Américas.

Por fim, *global framing*, a categoria que mais se aproxima da idéia de identidade que quero explorar no próximo capítulo, tem que ver com os vínculos cognitivos que os ativistas estabelecem entre a realidade na qual estão imersos e os processos globais. Nesse sentido, Tarrow vai utilizar a idéia de *equivalência estrutural* em relação à identificação da situação em um país como sendo similar à de outros países; e a de *pensamento global*, ou seja, o ativismo por causas globais que não atingem necessariamente de forma direta o ativista, mas sim de forma indireta. Os apelos à “globalização neoliberal” e a suas políticas é descrito como um processo que atinge todos os países e povos das Américas, e se enquadra na idéia de equivalência estrutural, enquanto o “pensamento global” é acolhido pelos que lutam por “outro mundo possível” ou pelo “comércio justo” de forma genérica.

Finalmente, e insistindo na tese de que a questão é resolvida ainda no âmbito do Estado nação, Tarrow cria a categoria de *rooted cosmopolitans* (“cosmopolitas enraizados”, numa tradução literal), definida como “*individuals and groups who mobilize domestic and*

*international resources and opportunities to advance claim on behalf of external actores, agains external opponents, or in favor o goals they hold in common with transnational allies”* (2005:29). E, por último, um subgrupo dentro destes, que seriam os *ativistas transnacionais*: *“people and groups who are rooted in specific national contexts, but who engage in contentious political activities that involve them in transnational networks of contacts and conflicts. What makes them different from their domestic counterparts is their ability to shift their activities among levels, taking advantage of the expanded nodes of opportunity of a complex international society”*. (2005:29)

Uma questão que chama muito a atenção desse quadro geral do autor é a importância que ele outorga aos indivíduos, os *rooted cosmopolitans*, que são o “*main subjet*” do seu livro, e chama a atenção porque, embora o papel dos indivíduos seja muito importante nos processos históricos e em particular na transnacionalização da ação coletiva, no caso do movimento social transnacional contra o livre comércio, o agente político não é o indivíduo e sim as organizações ou grupos que ele representa. Uma característica peculiar que identifiquei nesta pesquisa é justamente essa: não há indivíduos participando do processo enquanto tais, e por conseguinte, não há indivíduos e sim organizações (de diverso tipo). Sem dúvida, é possível identificar esse tipo de ativistas no movimento que nós estamos analisando, porém não seria adequado afirmar o nível de centralidade que o Tarrow lhes dá, justamente pelo fato de se tratar de indivíduos que saem para o internacional não só, como afirma o autor, por causa das facilidades e oportunidades estruturais, mas como parte de uma estratégia que é concebida no nível doméstico e tem que ver com o restante dos elementos descritos pelo autor.

As hipóteses de Tarrow em seu livro são:

- *Although framing issues globally and mounting domestic contention against an international institution my lead to internationalization, they produce **no permanent links across borders**.*
- *Diffusion of particular forms of collective action and a shift in the scale of contention help to unify the repertoire of contention across borders, but both are temporary and **can involve a decline in the domestic militancy on which true social movement mus be built**.*
- *Externalization of domestic contention and the formation of durable transnational coalitions are the strongest signs that a **fusion of domestic and international contention is taking place**. (Tarrow, 2005:33) [o sublinhado é meu]*

Em relação à primeira, direi que é preciso avançar na comprovação empírica dessa afirmação, já que, pelo menos no caso do movimento social contra o livre comércio, a

durabilidade dos vínculos e a continuidade da luta que percebemos vão além inclusive do conflito que estava nas origens, a resistência ao livre comércio. A segunda hipótese é lógica no esquema centrado no indivíduo que ele propõe, porque de fato os indivíduos que fazem a ponte muitas vezes perdem o pé da dinâmica doméstica da sua organização, porém, o fato de não se tratar de indivíduos e sim de organizações altera essa situação, porque a organização doméstica é constituída como tal na base de um contencioso político que não é restrito àquele que a leva para a arena transnacional, geralmente é cronologicamente prévio. Concordo com a terceira hipótese, que, diga-se de passagem, apresenta certa contradição com a primeira. Evidentemente, o caso que trabalho nessa tese vem corroborar esta asserção.

### Keck & Sikkink

Outro trabalho pioneiro na reflexão sobre a ação coletiva na arena internacional é o de Keck & Sikkink, elaborado a partir do trabalho “*Activists Beyond Borders*” (1998). As autoras colocam o acento no desenvolvimento do que elas chamam de “*transnational advocacy networks*” (TAN), que seriam diferentes das redes ou organizações que desenvolvem ações nessa arena com fins instrumentais (corporações transnacionais) ou por idéias causais (associações médicas ou científicas), porque elas são guiadas por valores ou princípios.

O marco de análise tem vários aspectos similares aos da tradição teórica do Tarrow: elas enfatizam o fato de as redes aparecerem como produto de determinadas oportunidades – não só políticas – associadas aos fatores estruturais que mencionamos genericamente acima: “*a proliferation of international organizations and conferences has provided foci for connections. Cheaper air travel and new electronic communication technologies speed information flows and simplify personal contact among activists.*” (1998:14). Outras duas questões são importantes para o desenvolvimento dessas redes: um fator relacionado com as oportunidades/ameaças políticas é o bloqueio de canais de diálogo com as esferas oficiais para resolver os conflitos, que faz com que os ativistas façam um apelo internacional que, na seqüência, impacte no próprio país (*o efeito boomerang*); e outro relacionado com a visão dos ativistas que acreditam na vantagem de desenvolver redes transnacionais para resolver o seu problema.

Mais dois elementos típicos dessa tradição também aparecem fortemente como ferramenta de análise: *frames* e estruturas de mobilização. Os *frames*, que dizem respeito à visão e descrição do mundo, têm um papel muito importante na definição de TAN, porque uma de suas características centrais é ser orientadas por temáticas específicas (*issue*) e em particular por um tipo de temática que tange a princípios, valores e discursos (1998:200).

*The ability of transnational advocacy networks to frame issues successfully is especially problematic because, unlike domestic social movements, different parts of advocacy networks need to fit with belief systems, life experiences, and stories, myths, and folk tales in many different countries and cultures. We argue that the two types of issues most characteristic of these networks – issues involving bodily harm to vulnerable individuals, and legal equality of opportunity – speak to aspects of belief systems or life experiences that transcend a specific cultural or political context. (Keck & Sikkink, 1998: 204).*

A respeito da questão da mobilização, as autoras reconhecem explicitamente a origem das ferramentas analíticas que são, aliás, centrais na sua reflexão. O curioso é que, para explicar o funcionamento de uma rede, elas apelam ao que as redes fazem e, em definitiva, o que as estrutura: as campanhas. Porém, para definir campanha elas usam a noção de *diffuse principles network* que seria prévia à campanha, o que gera certa confusão na ordem dos termos. Essa rede difusa de princípios, que não é a TAN e está baseada em princípios, é caracterizada, porém, pelo fato de fazer campanhas. É o que os teóricos da escola estadunidense denominam “mobilization potencial”, que, como veremos, é para eles o substrato organizativo de qualquer tipo de mobilização. Não é facilmente identificável o teor da TAN: ela é prévia ou posterior à campanha? Se ela se constitui na campanha, como parecem assinalar as autoras, qual é relação entre uma rede difusa e uma rede consolidada?

Ao falar de campanhas, elas introduzem outro elemento importante no esquema teórico, o sentido da agência da TAN, porque mesmo as redes sendo estruturas comunicativas (K&K, 1998:3) elas agem como rede, e seus ativistas agem em nome da rede, e essa ação é diferente da ação das agências individuais que fazem parte da rede (1998:5). Essas campanhas entram dentro da definição de advocacia, ou seja, a defesa de uma causa própria ou, e aqui se encontra uma das questões fundamentais, alheia: “*we call the advocacy networks because advocates plead the causes of others or defend a cause or proposition. Advocacy captures what is unique about these transnational networks: they often involve individuals advocating policy changes that cannot be easily linked to a rationalist understanding of their “interests”.*” (K&K, 1998:8). As campanhas dão vida às redes e estão orientadas para ações que envolvem: geração de informação confiável e fácil de entender sobre o assunto problemático; políticas de geração de símbolos que identificam a causa (histórias, imagens, etc.); somar aliados mais fortes à rede para ajudar as vítimas ou membros mais fracos (*leverage*); e, finalmente, *accountability* dos atores poderosos (1998:16).

As TANs também constituem um espaço político de negociação no qual os atores

situados em diversos espaços políticos negociam o sentido social, cultural e político da sua ação conjunta. Esses atores que conformam uma rede são, diferentemente da ênfase dada por Tarrow aos indivíduos, diversos tipos de entidades entre as quais as ONGs têm um papel central, seriam elas os componentes mais ativos, os que estimulam os debates e as ações e os que pressionam os atores mais institucionalizados a se posicionarem. Os atores são:

*Major actors in advocacy networks may include the following: 1) international and domestic nongovernmental research and advocacy organizations. 2) local social movements; 3) foundations, 4) the media; 5) churches, trade unions, consumer organizations, and intellectuals; 6) parts of regional and international intergovernmental organizations; and 7) parts of the executive and / or parliamentary branches of governments. (1998:9)*

Entretanto, os indivíduos também têm um papel importante na rede. Eles aparecem a partir de duas figuras: uma é a de *political entrepreneurs*, que são os ativistas que de fato constroem a rede. *“They create them [networks] when they believe that transnational networking will further their organizational missions – by sharing information, attaining greater visibility, gaining access to wider publics, multiplying channels of institutional access, and so forth.” (1998:14). Eles são os atores centrais das redes (core network actors) e tem a função central de facilitar a integração estrutural da rede, a negociação cultural necessária para compatibilizar diversos olhares e métodos de trabalho, e finalmente contribuir com a construção do frame (1998:6)*

As redes transnacionais de advocacia aparecem então como redes orientadas por valores e princípios em volta, geralmente, de um único tema (*issue*). Com base nesses valores e princípios, elas desenvolvem a sua ação, geralmente campanhas, num espaço transnacional de luta que configura, segundo as autoras, a sociedade civil transnacional<sup>109</sup>. Nesse espaço, o sucesso da rede ou campanha estará determinado por sua densidade e fortaleza estrutural, não por seu poder de mobilização porque, como as autoras reconhecem, os temas das redes não são temas que gerem mobilizações massivas que possam ser sustentadas no tempo.

É evidente que esse arcabouço foi desenvolvido com base num tipo de rede transnacional que muitas vezes junta vítimas (geralmente dos países em desenvolvimento) com organizações dos países desenvolvidos, que, com exceção dos direitos das mulheres e do ambientalismo, não são vítimas diretas do problema. No caso do ambientalismo e da defesa

---

109 “we are much more comfortable with a conception of transnational civil society as an arena of struggle, a fragmented and contested area where “the politics of transnational civil society is centrally about the way in which certain groups emerge and are legitimized (by governments, institutions, and other groups”. (cita a Hurrell and Woods) (Keck & Sikkink, 1999:34)

dos direitos das mulheres, as campanhas transacionais, contudo, refletem em algumas oportunidades uma relação assimétrica entre as situações de uns e outros componentes da rede. Os exemplos que as autoras utilizam falam com eloquência a esse respeito: rede transnacional sobre violência contra a mulher, campanha em defesa das florestas tropicais, campanhas pela defesa dos direitos humanos, campanha contra a mutilação dos pés das chinesas.

Esse formato, que alimenta a conclusão de que o que guia as redes são valores e princípios, fica insuficiente para descrever a realidade do movimento contra o livre comércio nas Américas. É limitado porque, se bem é verdade que se podem identificar alguns mecanismos como sendo comuns ao movimento, há muitos outros que não. O primeiro é que o papel dos movimentos sociais – diferente das ONGs – é central no nosso caso; o segundo é que o movimento é ativado não só por idéias e princípios, mas também pela percepção de ameaça aos interesses dos envolvidos no movimento<sup>110</sup>; terceiro, a relação é menos assimétrica porque os atores, apesar de não serem evidentemente iguais, percebem uma ameaça comum, que afeta em diversas medidas a todos, a saber, todos são possíveis vítimas dos acordos; e finalmente, há no movimento transnacional contra a o livre comércio uma ênfase na mobilização que se manteve por um longo período.

### Smith & Bandy

Uma terceira abordagem é feita no livro *Coalitions across borders* de Joe Bandy e Jackie Smith (2005). O foco do livro é próximo do tipo de fenômeno que trabalhamos nesta tese. Os vários artigos que compõem o volume tratam de coalizões ou espaços coletivos na arena transnacional de diversos tipos (movimento de mulheres, sobre questões trabalhistas e sindicais e corporações transnacionais), e outros entre os quais um artigo de John Foster sobre a resistência tri-nacional ao Nafta. Mas a tentativa é de entender como se organiza a cooperação transnacional entre organizações na resistência à globalização dirigida pelas

---

110 Mark Anner (2001:6) faz a mesma crítica ao analisar o papel dos sindicatos no jogo transnacional e diz: “*Keck and Sikkink suggest that labor transnationalism would take on different dynamics than those of value-based organizations given that labor is a ‘bounded’ organization that seeks material interests (1998:15). While labor transnationalism has its uniqueness, I would suggest that the distinction between humanitarian/non-material transnationalism and labor/material transnationalism is sometimes overdrawn. Certainly Brazilian rubber tappers who fight to defend the Amazon are at least as interested in their economic well-being as in environmental concerns. And women’s movements that fight discrimination are as interested in the material benefits of increased wages as the norm of equality. In a similar vein, garment workers who suffer sexual harassment, physical abuse, and below subsistence wages are as interested in dignity and respect at work as they are in economic betterment. This allows us to examine transnationalism in a broader comparative perspective where labor is studied alongside humanitarian movements. It also suggests the need to account for both material interests and norms when studying transnationalism.*” (2001:6)

elites<sup>111</sup>. Esse foco permite aos autores serem mais descritivos e, até certo ponto, indutivos e os convida a abandonar pretensões de sistematizações rigorosas. Por isso, demonstram flexibilidade na caracterização dessa cooperação, que pode ser temporária, pode focar em alguma política pública ou campanha, ou pode ser sustentada no tempo e abranger um amplo leque de metas coletivas. Os trabalhos do livro comprovam que essa cooperação gera novos entendimentos dos problemas que os ativistas encontram, “*and it fosters new organizing arrangements as well as skills for organizing in a global political arena.* (Smith & Bandy, 2005:2)

Eles observam também que a cooperação estimula e é facilitada pela presença de vínculos de solidariedade entre indivíduos ou grupos sociais. E, entendendo que esses vínculos são desejáveis, os ativistas tendem a gerar estruturas que contribuem a facilitar o fluxo de comunicações e a tomada de decisões coletivas sobre questões que afetam a coalizão. Reunir grupos e organizações diversos é um dos principais objetivos da coalizão que tem como função estruturar o diálogo entre os participantes.

Para as formas mais avançadas de estrutura organizativa, eles utilizam a denominação *transnational social movement organizations* (TSMOs), que geralmente são um momento superior de formas de cooperação menos intensivas. Mesmo admitindo não terem suficiente evidência empírica, eles afirmam que as TSMOs emergem dessas formas mais laxas de relação de cooperação ou são iniciadas por ativistas que têm experiência em intercâmbios internacionais (Smith & Bandy, 2005:4). A criação de tais coalizões envolve desafios similares aos da construção desse tipo de espaços no nível doméstico. As observações dos autores apontam para quatro tipos de metodologias utilizadas com maior frequência: a ação das lideranças do movimento (*brokers*); o desenvolvimento de fóruns democráticos e compartilhados; a criação de cultura flexível de organização e a percepção de sucesso ou legitimidade dos empreendimentos da coalizão. (Smith & Bandy, 2005:40)

Outros achados empíricos dos diversos artigos do livro são sistematizados pelos autores que assinalam também que:

- no período analisado as organizações transnacionais de movimentos sociais foram mudando, de focar em um tema só (*single issue*) para temas múltiplos e que as mesmas têm desenvolvido uma crescente aptidão para unir esses diversos temas (Smith & Bandy,

---

111 “*this book focuses on the transnational alliances of actors who challenge the elite-driven, top-down form of economic globalization, alliances that represent a “globalization from below” (Brecher et al 2000). It seeks to uncover the relationships within a globalizing civil society and increase our understanding of how such relationships develop over the course of collective struggle.*” (Smith & Bandy, 2005:1) Os capítulos de diversos autores, acabam dispersando o foco do livro.

2005:5).

- outro padrão seria que as TSMOs tendem a se organizar com maior frequência só no Norte ou no Sul global, mas que as coalizões mistas são menos numerosas (Smith & Bandy, 2005:6)
- outra questão importante é que a condição para as alianças serem estáveis é que a pré-existência de movimentos nacionais ou locais é a chave da sua criação e sucesso. *“Indeed, organizing resistance at transnational scale is time consuming, resource intensive, and risky (Gordon and Turner 2000:258), thus the very emergence, much less the success, of transnational association is difficult without well-developed national and local movements. (Smith & Bandy, 2005:233)*

Concluem também que, mesmo que o ambiente afete o sentido e as condições de existência das coalizões, o certo é que os atores reagem de forma diferenciada às ameaças ou oportunidades que percebem (Smith & Bandy, 2005:8). E acrescentam que a questão da identidade é chave, já que quando os *“members see themselves as sharing a common identity, their solidarity and motivation to work together is enhanced. However, it can also complicate the expansion of the coalition to include other groups or potential allies. It also can lead to the framing (or outsider's perceptions) of a group's aims in terms of identities rather than underlying interests.”* (Smith & Bandy, 2005:10)

#### Categorias do transnacional. Um breve balanço.

Depois da apresentação dessas três abordagens, que obviamente não é exaustiva, do conjunto dos autores que trabalham a questão, contamos com vários elementos para avançar no balanço das categorias utilizáveis para a análise do nosso objeto de estudo, com o intuito de, ao mesmo tempo em que respondo às questões colocadas pelas hipóteses intuitivas, tento contribuir à explicação do caso.

Proponho nesta tese trabalhar com o conceito *movimento social transnacional*, porque a definição dessa categoria que aqui estou construindo inclui como elemento central o de *identidade*, que permite dar conta da abrangência desse fenômeno social transnacional, tira o foco da forma da organização e do funcionamento coletivo e faz deles uma parte instrumental, localizada na periferia da razão explicativa, como derivado e não como origem da constituição da identidade. Como disse anteriormente, esta tese propõe uma ordem, uma ênfase diferenciada para elementos que estão presentes em várias das construções (“valores”, “frames” e inclusive “identidade”). Não estou, com isso, propondo a rejeição dessas



sistematizações; no nosso caso, muitas das propostas de Tarrow, Keck & Sikkink e Bandy & Smith são adaptáveis e ajudam a entender partes da realidade do movimento. E, em alguns casos, essas mesmas teorias não se adaptam ao que aqui acontece, no entanto, ajudam a entender outros casos de ação coletiva na arena transnacional.

Em relação ao conceito, então, vimos que nas três conceitualizações descritas, são trabalhadas as diversas formas de cooperação transnacional, que Smith & Bandy identificam na proposta de classificação de Johnatan Fox (2002) em redes, coalizões, e movimentos transnacionais (Fox, 2001:220)<sup>112</sup>. Além destas, considero pertinente acrescentar uma quarta forma, que é a de *organizações não governamentais internacionais* (INGOs em inglês), uma versão internacional de ONGs que ajuda na descrição de um conjunto de organizações pré globais, como a Cruz Vermelha, Oxfam e associações de categorias (médicos, cientistas, etc.)<sup>113</sup>.

Durante minha observação e participação, percebi que a idéia de rede, muito utilizada para descrever a Aliança Social Continental, é insuficiente para compreender o amplo conjunto de organizações que se mobilizaram e se mobilizam contra o livre comércio, seja no nível doméstico, seja no nível transnacional. A ASC é uma parte central do movimento, porém, não é o movimento em sua totalidade, não só pelo fato de ter, de cara, uma expressão superadora na Campanha Continental Contra a ALCA, mas também porque não descreve a complexidade do movimento, que é feito de muitas outras lutas que não têm vínculos nem com ASC, nem com a Campanha. Ou seja, a idéia de rede poderia explicar uma parte do movimento, não o movimento em seu conjunto. Inclusive, o movimento social contra o livre comércio é composto de muitas redes diferentes, não só de uma<sup>114</sup>, uma *mega-rede*, segundo Smith & Korzeniewicz (2002: 6).

A idéia de “organização” é inconveniente também porque pressupõe um nível de institucionalização que jamais existiu, nem sequer na ASC, que é o espaço mais estruturado

---

112 Cito algumas formulações das várias utilizadas para a ação coletiva no nível transnacional: *transnational advocacy networks* (Keck & Sikkink), *transnational social movement organizations* (Fox, 2001), *transnacional coalitions* (Tarrow, 2005), *transnacional social movement networks* (Tarrow, 2001), movimento transnacional organizado (Fox, 2001), *Transnational Civil Society Coalitions* (Brown & Fox, 1999), *transnational social movement* (Kay, 2005), INGOs (Anheier et al, 2001), *transnational civil society networks* (Marcelo Saguier, 2007. para definir ASC), redes transnacionais da sociedade civil e movimentos sociais globais (Serbin, 2004), Rede transnacional de ação (Massicotte, 2004)

113 As *International Non Governmental Organizations* (INGOs) seriam as suas predecessoras, “*INGOs are autonomous organisations that are non-governmental, that is, they are not instrumentalities of government; and non-profit, that is not distributing revenue as income to owners; and formal, legal entities*” (Anheier, 2001)

114 Há infinitudes de sub redes temáticas: Jubileu Sul sobre dívida externa, Red Comagri sobre agricultura, Grito dos Excluídos sobre migrações, CADA sobre militarização, entre outras, assim como redes que trabalham acordos específicos (CAFTA, TLC-Andino, OMC, UE-AL, etc.).

dentro da constelação do movimento. Todavia, o conceito é produtivo para descrever alguns dos atores que fazem parte dela: a ORIT, sem dúvida, caberia dentro dessa definição; ou a OCLAE, que não sem surpresa preexistem à chamada globalização e foram montadas na lógica anterior do conflito social no mundo.

Coalizão é o conceito que mais se aproxima à descrição de como o movimento contra o livre comércio foi organizado. Em primeiro lugar, foi a forma que geralmente tomou no nível nacional e, em segundo, porque com base no sucesso dessas experiências replicaria o formato nos diversos cenários transnacionais nos quais operou, que no continente se expressou a través da ASC e da Campanha Continental contra a ALCA. Entretanto, o fenômeno do movimento contra o livre comércio excede esse formato, porque a resistência contra o mesmo superou as instâncias organizativas e suas expressões emergiram com independência de um vínculo formal ou informal com a coalizão, entendendo por isto algum grau de pertença ou participação na coalizão.

Finalmente, a categoria de *movimento social transnacional* aparece em algumas sistematizações (também aparece usado informalmente em vários textos<sup>115</sup>), e às vezes combinado com algum dos três tipos assinalados: “movimento transnacional organizado”<sup>116</sup> (Fox, 2001), ou “redes transnacionais de movimentos sociais” (Tarrow, 2001). Sem dúvida, essa última é a que parece ser mais abrangente: “uma colaboração de organizações de movimentos em pelo menos dois países que intercambiam informação e experiências, provêm apoio mútuo, têm pelo menos parcialmente uma base social organizada, e se envolvem em campanhas estratégicas conjuntas” (Smith & Bandy, 2005:231). Só que também não avança nos motivos da colaboração, que é o aspecto que quero pôr em destaque.

É aqui então que faz-se necessário falar de “movimento social transnacional” como um espaço que compartilha um núcleo identitário comum, que justamente o identifica como tal, mesmo na diversidade de suas expressões organizativas, ao mesmo tempo que lhe outorga os elementos que permitem a sua constituição em agente, a elaboração de estratégias e a possibilidade política de partir para a ação. É por isso que como alguns assinalam, a transnacionalização da luta é um movimento estratégico, que vincula o nacional com o transnacional, os dois campos propostos por Della Porta, Kriesi, and Rucht (1999, 5-13): um descrito como a reação dos movimentos afetados pela globalização nos seus próprios países (“*national mobilization within a globalizing world*”), e o outro como a proliferação de

---

115 Por exemplo, David Held (2003), quando fala dos movimentos sociais que contestam a globalização,

116 “El concepto de “movimiento transnacional organizado” sugiere un sujeto social que está presente en más de un país” (Fox, 2001:220)

movimentos transnacionais que focam em problemas transnacionais (*“mobilization beyond the nation state”*). Este é um caso que faz uma ponte e superpõe os dois níveis (Ayres, 2002:194).

A incorporação da problemática da identidade na definição de movimento social transnacional, e de movimento social em geral, incorpora ao debate um elemento central da problemática que aqui trabalho: a dimensão de conflito político que ela implica. Como veremos mais adiante, a definição de identidade implica a determinação de um outro que tenta suprimir – através da eliminação ou da cooptação – a presença do nós/eu diferente. Nesse sentido, aproximamo-nos da perspectiva neo-gramsciana que, por exemplo, utiliza Massicotte (2004) para descrever o trabalho da Aliança Social Continental. Esta é ali caracterizada como uma rede de movimentos sócio-políticos (2004:15) *“pour souligner le caractère explicitement politique de L'Alliance Sociale continentale. (Massicotte, 2004:17) l'approche gramscienne fait ressortir les interactions et les influences réciproques entre ces divers acteurs qui, souvent, se renforcent mutuellement afin de maintenir l'ordre dominant. Cette approche permet donc de mieux évaluer la capacité de diverses forces d'émancipation tout en prenant en considération les forces du marché, qui font aussi partie de la société civile, mais qui tentent de maintenir le statu quo. En second lieu, l'approche gramscienne reconnaît l'importance des luttes culturelles et idéologiques entre les forces en concurrence à l'intérieur de la société civile, soit pour maintenir, soit pour transformer l'ordre établi”*.(Massicotte, 2004:15).

A aproximação que aqui proponho põe a ênfase na questão da identidade coletiva do movimento, porque é uma forma útil de entender não só “como” o movimento age e surge, mas os “porquês” desse surgimento e o porquê do tipo de ação que ele executa, uma ação que nem sempre obedece, diferentemente das aproximações da escola estadunidense, a um cálculo maximizador de benefícios. A pergunta pela identidade aponta a identificar a formação do interesse antes do que considerá-lo como dado, e quais as motivações para agir coletivamente.

“Identidade coletiva” – não individual – é chave aqui como parte constitutiva da idéia de “movimento social”, seja no nível doméstico como no que nós tratamos, isto é, o transnacional.

Não é o intuito desta tese reconstruir a história do debate sobre o uso do conceito de “identidade” na história do debate analítico sobre movimentos sociais; só colocarei aqui algumas referencias que ajudam a construir um conceito cujas origens se remontam às teorias dos novos movimentos sociais – fundamentalmente europeia – e que encontrou, entre as figuras mais representativas desse debate, Melucci, Pizzorno, Evers, Laclau e Mouffe. Simplesmente direi que a introdução da mesma tem que ver com o objeto de estudo dessa

escola e com o debate com a escola estadunidense, como uma tentativa de resposta às lacunas que a abordagem da mobilização de recursos e do processo político deixaram.

---

117 Fiz uma discussão aprofundada sobre a questão da identidade político-social em minha dissertação de mestrado (2003), apresento aqui o resultado dessa reflexão, que estava orientada para um trabalho empírico que de fato ocorreu na realização da presente tese. Incorporo aqui algumas mudanças ao conceito, produto do diálogo que propus com o terreno empírico.

## Capítulo 4

### Da identidade ao Movimento Social Transnacional. O conceito.

Embora tenha feito apresentações, avaliações, comparações e questionamentos nos capítulos anteriores, com base no diálogo proposto com as elaborações teóricas, concordaria com o leitor que me acusasse de ter deixado muitas questões ainda em aberto, após um debate que percorreu uma dispersão teórica de campos ou ainda muito jovens e exploratórios, ou velhos e hiper desenvolvidos e especializados. Concordaria com esse leitor se não fosse pelo fato de essa abertura estar atrelada ao que proponho aqui como substrato conceitual e que não é outra coisa que a questão da *identidade*. *Identidade* é um conceito tão complexo e pode ser tão abrangente um sentido metafísico do termo que teria o poder teórico de subordinar as colocações fortemente descritivas que apresentei nos dois capítulos anteriores. Essa complexidade é também a sua debilidade, o que a torna um elemento de difícil uso empírico. Eu, claro está, não pretendo dar a ela nem o poder que é capaz de desenvolver, nem um destino etéreo e puramente conceitual. Faço aqui uma proposta de ordem que justamente questiona, ao mesmo tempo que resgata, muitos dos conceitos vistos até agora, com o intuito de contribuir para o estudo dos movimentos sociais transnacionais a partir de uma aproximação pouco desenvolvida.

Não é o objetivo desta tese reconstruir a história do debate sobre o uso de *identidade* na história do debate analítico sobre movimentos sociais; só colocarei algumas referências que ajudam a construir um conceito cujas origens se remontam às teorias dos novos movimentos sociais – fundamentalmente européias – e que encontrou como figuras representativas desse debate Melucci, Pizzorno, Evers, Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, entre outros<sup>118</sup>.

---

118 Fiz uma discussão aprofundada sobre a questão da identidade político-social na minha dissertação de mestrado (2003); apresento aqui o resultado dessa reflexão, que estava orientada para um trabalho empírico que justamente só ocorreu na realização desta tese. Incorporo aqui algumas mudanças ao conceito produto do diálogo que propus com o terreno empírico.

Diferentemente dos dois capítulos anteriores, não faço aqui como regra, exceto algumas exceções, o diálogo com os fatos do movimento contra o livre comércio; mas sim com as teorias que ali apresentei. O primeiro ponto é a apresentação geral da abordagem, depois apresento o que chamei de o conceito em relação à categoria de *movimento social transnacional* e tudo o que ela quer dizer.

### **1- Identidades Políticas. A origem da divisão.**

Supor identidades sociais/políticas é supor o social internamente dividido. O âmbito social, seja este a global sociedade de nações ou uma aldeia no altiplano boliviano, está composto por indivíduos que possuem muitos atributos diferenciais: são camponeses, mulheres, moram na rua tal, acreditam na igualdade de oportunidades para todos, trabalham como marceneiros, estudam na faculdade, e assim por diante numa sucessão que poderia chegar ao infinito. Mas essas características não fazem com que eles formem coletivos, nem fazem em si deles uma identidade coletiva. Porém, essas características, que em maior ou menor medida poderíamos definir como atributos objetivos ou estruturais duros, pelo fato de eles existirem com independência do que deles seja dito, são entendidas por alguns como determinantes à hora de definir as identidades coletivas. Isto é, nessa visão, as identidades coletivas não se instituem, mas são dadas por essa estrutura em caráter quase essencial. Num nível mais complexo desse raciocínio encontramos, por exemplo, a versão mais esquemática do pensamento marxista que considera as classes sociais como determinadas no nível da estrutura produtiva. Há, segundo esta linha do estruturalismo, identidades coletivas *a priori* cuja tradução para a arena política e social é direta, transparente e supõe a permanência do atributo decisivo no tempo.

Foram apresentadas a este estruturalismo várias objeções que suscitaram um progressivo abandono da ênfase no caráter estrutural ou dado da identidade. A idéia da “reificação” da identidade se deteriora diante do caráter em constante mudança das sociedades, que torna os supostos atributos dos coletivos absolutamente instáveis, não porque necessariamente estes o sejam, e sim porque a dinâmica da identidade, como argüiremos a seguir, requer uma constante renovação ou refundação dos mesmos que é operada no nível do discurso.

Este debate tem vários formatos:

- Por um lado, considero compreensível a idéia de que por mais que os indivíduos participem de posições dentro de uma estrutura do social, por mais que compartilhem atributos

topográficos, isso não é suficiente para determinar a presença de identidades sociais, pois aqueles atributos que são ativados pela identidade são apenas uma parte da infinidade de outros tantos que um indivíduo possui. Logo, por mais que existam posições estruturais, estas não são determinantes. Essa idéia está presente em autores como Leibholz (1989) e Schmitt (1992), para os quais existe uma realidade “comunitária”, mas a mesma é inerte e portanto não opera à hora de constituir as identidades coletivas. Em Bourdieu (1980), Novaro (2000), Aboy (2001) e uma parte de Laclau (1996), a questão é similar, porque existe, apesar da performatividade dos atores, um substrato real que opera como um limite para o livre jogo dos sujeitos. Há diferenças entre as diferentes posições, mas sustento que se trata de nuances irrelevantes à hora de considerar o peso da realidade, realmente existente.

- Por outro lado, há a questão de como pensar a estrutura real, aquela na qual o indivíduo possui todos os seus atributos, pois ao analisá-la podemos aprofundar ainda mais a convicção sobre o caráter não determinante de tal realidade. Nesse ponto, é crucial pôr na mesa a questão do discurso. Há muitos autores para os quais a realidade se apresenta diante do homem somente sob as formas discursivas. Por quê? Porque só sob a forma do discurso, assimilável aqui à linguagem, o homem conhece o mundo, atribui significantes e significados ao mundo que o rodeia e, nesse sentido, ordena o mundo segundo a lógica da linguagem e toda a realidade se torna uma realidade “significativa”. No caso de Laclau (1994,1996) isto aparece com maior clareza na idéia de que “estrutura” não é uma estrutura real, e sim uma estrutura discursiva, um marco discursivo que tem existência real na medida em que o social é um todo significativo. E, sendo assim, a labilidade da estrutura se torna ainda mais pronunciada, pois a linguagem é dinâmica e a relação entre significante e significado não é jamais uma relação estável nem única (um significante pode ter mais de um significado), e menos ainda se o pensamos como Saussure(1988), como um sistema relacional, no qual cada significante adquire seu significado na relação diferencial que estabelece com todos os demais. Dentro desse primeiro esquema de Laclau e Mouffé (1985), então, as identidades sociais tomarão o lugar de “posições de sujeito” dentro de uma estrutura discursivamente organizada (veremos mais adiante que essa noção, de toda forma, evoluirá no pensamento desse autor para formas muito menos fixas).

Temos, então, que a estrutura não pode determinar por si mesma a presença de identidades coletivas no interior do social, mas que, no entanto, está dividida e seus indivíduos possuem infinidade de atributos que se apresentam como uma potencialidade em estado de letargia. Porém, essa mesma estrutura, considerada da ótica de sua natureza

discursiva, lança tais atributos dos indivíduos à instabilidade de sua polissemia sincrônica e sua mutabilidade temporal.

Portanto, vemos que o terreno, a estrutura, na qual a identidade se gera e se desenvolve, precisa de uma ação de dois tipos: uma de fixação de significado; e outra de ativação, dentro desse universo fixo, de uma das divisões que passarão a dar nome aos coletivos sociais. É por isso que podemos afirmar que aqui o papel do discurso na formação das identidades coletivas é muito mais relevante do que a realidade realmente existente.

Fica assim estabelecido o terreno sobre o qual erguemos nosso cerco: a realidade é a realidade material dura, porém inerte, e só deixa de sê-lo quando percebemos que tal realidade é uma construção e está modelada por algo que lhe é alheio. Nesse contexto, a idéia de “estrutura de oportunidades” perde todo essencialismo, não porque não o tenha, senão porque fica à mercê de uma outra realidade que é construída no discurso. Mas, como se produz esse movimento?

#### Ativação/fundação da identidade

A ativação da divisão é o momento fundacional, não só enquanto implica uma fixação de significado e, nesse sentido, a criação do mesmo, mas também porque é a partir dela que se desencadeiam processos de identificação individuais cuja agregação resulta nas identidades coletivas no interior do social. Nesse quadro, distinguimos vários elementos: o sujeito que ativa uma divisão e fixa um sentido, as características dessa divisão e desse sentido, os processos de identificação individuais, e o momento de conformação dos coletivos e sua ação.

Em primeiro lugar, observemos as características da divisão e do sentido. O sentido é uma proposta de ordem, e sua natureza é próxima àquela idéia que está presente em Laclau quando este pensa a questão do universal (1994, 1996). É uma proposta acerca de como se ordenam os diversos elementos de uma sociedade, que significado cada um deles adquire dentro da totalidade social. Um exemplo perfeito desse tipo de fixações de sentido é o corpo teórico-político elaborado pelo neoliberalismo, que descreve a forma em que se ordenava o capitalismo, e que se apresentou como uma proposta de leitura diferencial e hegemônica no período analisado, oposta a outros corpos ideológicos. E é só dentro dessas propostas de ordem que a divisão é possível; inclusive é uma proposta que hierarquiza as divisões do social e atribui a umas e não a outras características decisivas (em Marx, por exemplo, burguesia e proletariado). De todo modo, cabe esclarecer que, se bem a procura do tipo ideal nos obriga a formular categoricamente esse quadro, o certo é que nas conjunturas concretas isso se apresenta de forma incompleta, o que não significa que esteja incompleto. Minha tese é que



na realidade as propostas sempre são parciais e deixam grandes regiões do social sem “ordem”, o que implica que nessas regiões haja uma manutenção do velho, que se incorpora de forma silenciosa à nova proposta de ordem, ou então que o vigor da nova proposta de ordem irradiará em momentos posteriores seu esquema explicativo a todas as demais regiões. Por esse motivo, o esquema que apresento é aplicável tanto a sociedades complexas e de grande dimensão como a agregados minúsculos, como pode ser o conformado pelo conjunto dos moradores de uma rua.

Em seguida, devemos nos perguntar por que uma visão de ordem e não outra, por que essa divisão e não aquela. Isso nos conduz a várias questões. A primeira é aceitar que as propostas de ordem e as divisões que dela emergem são propostas particulares, isto é, convivem com muitas outras e nenhuma é universal, verdadeira ou objetiva. Pelo contrário, e aqui vemo-nos obrigados a nos remeter novamente a Laclau: essas propostas são sempre particulares e, em todo caso, o que fazem é cumprir uma função de ordem que podemos definir, desta vez sim, como universal, no sentido de que é sempre requerida pela sociedade já que esta pretende ser tal e não uma disseminação de indivíduos. Nesse sentido, pode-se afirmar que é ordem, pois o contrário é desordem, mas que como a ordem como tal não tem conteúdo próprio, é necessário que propostas particulares ocupem esse lugar, impostando universalidade.

A segunda é que nesse terreno no qual as propostas de ordem são particulares, e portanto as propostas de divisão também o são, devemos nos perguntar qual é o mérito de uma e outra para ter sucesso. A primeira questão que devemos considerar é que se não há uma e sim várias visões da ordem – lembro que sempre que digo “ordem”, também estou pensando nas divisões do social que possibilitam o surgimento de identidades – coloca-se uma situação na que é possível a competição, que diferentes concepções compitam por dar sua forma ao social. É evidente que se o cenário fosse estático, poderíamos falar de uma ordem, de um sistema fechado cujo funcionamento fosse perfeito e abarcasse o social como um todo. Mas como as sociedades são dinâmicas e estão sujeitas a constantes modificações, inclusive as propostas de ordem, o sistema nunca está fechado, sempre está aberto à contingência do novo que está fora de ordem. Porque é isso o que se incorpora ao conflito (a competição) como o fator chave da dinâmica social.

Graças a que existe o fora de ordem – em palavras de Pizzorno (1994), uma realidade não representada – existe a proliferação de propostas que tentam fixar um sentido (ordenar) aquilo que foge a e é negado pelo estabelecido. Mas, por que existe essa proliferação? E o que é que faz com que uma das propostas saia vitoriosa da situação de conflito? A situação de fora

de ordem é facilmente visualizável como falta de ordem; no caso extremo temos as situações de anomia social, nas que a contundência da falta de ordem torna visíveis a função da ordem como tal e a competição entre várias propostas para ocupar esse lugar. Sem dúvida a idéia de ciclo ou momento de mobilização está relacionada justamente com a caducidade da ordem proposta.

Esse mecanismo se repete em todo o social. Para vê-lo, coloco aqui o exemplo dos sindicalistas canadenses nos prelúdios das negociações do CUSFTA. A situação de ameaça da ordem (a possibilidade do fora da ordem) está originada pelo possível deterioramento dos padrões trabalhistas que o nivelamento para abaixo em relação aos padrões estadunidense o CUSFTA traria; esses fatos se inscrevem como novidade e estão fora da ordem anterior – o poderoso Estado de bem-estar canadense -. Os trabalhadores canadenses poderiam ter ficado aquartelados nos seus sindicatos, tratar os acontecimentos como fatos que afetam a sua individualidade e que tem que ver com, como dizia o discurso governista, a perda de competitividade da economia canadense e aceitar essa proposta, ou agir de outra maneira. Sempre haverá uma primeira voz que fará uma primeira apelação: – “Estão em risco nossa qualidade de vida, os nossos empregos, e o destino do Canadá, o nosso estado ter a sua capacidade de ação cerceada por um acordo com os EUA”. Nesse caso, o ciclo é fechado pela derrota da proposta contra hegemônica de ordem, nas eleições de 1988.

Aqui podemos observar vários dos elementos descritos e alguns que descreveremos a seguir. Por um lado, temos a situação de fora de ordem que gera um espaço que possibilita o surgimento de novas propostas de ordem; por outro, temos a conformação de um nós descrito como o conjunto dos ameaçados pela atualidade de uma ordem caduca diante da novidade; por outro, temos a proposta alternativa de ordem – no exemplo, a manutenção da capacidade de regulação do Estado canadense –; e, finalmente, temos a presença do sujeito que formula a proposta. As soluções dessa situação são as que podem dar origem ao surgimento de uma identidade coletiva, a ativação da mesma é parte da ação do sujeito, e seu êxito dependerá do nível de aceitação, identificação, do restante dos “cidadãos canadenses” sobre a realidade do problema e a forma da solução.

Focarei agora na relação que surge entre o sujeito – pensemos que as lideranças sindicais canadenses tiveram que convencer, primeiro, seus pares - , a proposta e o coletivo, pois é a relação chave para entender a ativação da identidade coletiva.

De um lado, devemos prestar atenção ao mecanismo da representação, quer este se refira à simples operação discursiva pela qual a palavra, ou um conjunto delas, tenta expressar algo que teria uma existência autônoma, anterior à linguagem; quer se refira à tarefa do

representante de carne e osso que fala em nome de um coletivo que não está onde ele está e sim em outro lugar. Esse mecanismo é circular e faz com que, num registro cronológico, não possamos determinar com clareza o que está primeiro, se o representante ou o representado. Essa idéia pode ser desafiada por uma situação do tipo: foi eleito pelo sindicato. Mas responderei que, em primeiro lugar, a formação do sindicato se deve a que alguém disse, propôs e ganhou, que tal grupo de trabalhadores precisava conformar um sindicato e assim o fizeram, sob a idéia (representação) de que tal sindicato podia existir ou era necessária, pois inclusive pode-se ler como a imposição de ordem oficial através de uma lei que cria tais sindicatos. Sem dúvida, isso desarma a idéia de um *a priori* do coletivo e gera, pelo contrário, a de certa simultaneidade entre o ato de representação e o da criação da presença original.

Como podemos ver, se consideramos que a estrutura é relativamente inerte em si mesma, jamais poderemos dizer que as identidades (ou os coletivos a serem representados) preexistam à representação pois, de fato, se o fazem, isso não tem nenhum tipo de relevância na dinâmica do conflito social. Com nuances, a maioria dos autores que trabalham o tema da representação diria que a representação requer a pré-constituição daquele que deve ser representado. Tal coisa em nossas sociedades nunca acontece e portanto qualquer tipo de representação que seja pensada nos cânones daquilo que não está é voltar a ser presente, sem dúvida.

Compartilho, frente a esta situação, a idéia que timidamente aparece em Leibholz e Schmitt e que o faz com absoluta clareza em Bourdieu, Novaro, Aboy e, em certa medida, Laclau, acerca do caráter performativo da representação. Se a estrutura é inerte, a sua ativação dependerá da tarefa dos sujeitos, mas tal operação não ocorre num marco de completa liberdade: tal como destacamos acima, aquele que ativa o faz em um contexto que ele mesmo cria, mas que não cria sem parâmetros, e sim com o limite que essa estruturalidade da realidade social dura lhe impõe (no caso dos sindicalistas canadenses, a negociação do acordo por parte do governo). Ora, tal estruturalidade está a disposição do coletivo, ou seja, de todos os indivíduos atuantes nesse tema, e só nesse tema, de forma passiva diante da apelação anterior, como as testemunhas do passado objetivado na lembrança e na lei.

Como procede tal ativação? O que é o ato de criação da identidade coletiva? Como já disse, são aqui importantes a competição entre os diferentes agentes para ver quem hegemoniza<sup>119</sup> o social como um todo, ou o coletivo dentro de um marco da divisão bem-

---

119 Temos sempre presente a idéia de “articulação” de Laclau e Mouffe de *Hegemonia...*, de que os agentes organizam seu relato através de transformação de *element* da realidade extra-discursiva em *moments* dentro da proposta hegemônica.

sucedida, e fundamentalmente a decisão como a origem última de qualquer proposta de divisão e ordem. É por aqui onde se descobre a politicidade da identidade de forma inapelável, é no nosso exemplo, a proposta discursiva do governo canadense, que garante que tudo está bem e só vai melhorar, ou a dos ativistas canadenses que afirmam que tudo vai piorar com o acordo de livre comércio com os EUA.

A decisão atua em dois níveis, o nível individual e o nível no qual o individual assume uma face coletiva ou societal. Aprofundemos esse último aspecto porque é relevante para o tipo de identidades com as quais trabalhamos aqui. São três as referências que temos para definir essa questão. A primeira é a schmittiana, na qual encontramos a idéia de que a distinção constitutiva do político é, sem importar o conteúdo em torno do qual se realize, a distinção amigo/inimigo. Dissemos em outra oportunidade<sup>120</sup> que aqui se põe em relevo a importância da divisão enquanto tal como aquela que permite aglutinar em torno de si o que, com base no outro, é igual e forma o coletivo. Ora, a decisão é mecanismo chave, pois, em minha interpretação, se tal decisão é aquela que o soberano define numa situação de exceção, é evidente que se radicalizarmos – atenuando – tais situações de exceção, levando-as para aquelas onde nos encontramos em momentos **fora de ordem**, veremos que a decisão que está na base da ação e da estratégia é requerida pela ordem e é tomada por aquele que pode fazê-lo por se encontrar na melhor situação de força. Está claro que tal resolução que o torna o soberano só resulta útil ali. Nesse sentido, decisão é poder, e a estratégia dos atores, coletivos no nosso caso, está sempre orientada pela supervivência ou pela imposição definitiva da sua proposta.

A segunda posição é a de Novaro, para quem a decisão, é a “decisão para a representação”. Esta nos situa num lugar onde a capacidade e a importância do sujeito é chave, pois é ele quem decide e o que ele decide é, na verdade, um curso de ação, que é uma proposta assimilável à idéia de ordem que coloquei no início, e que, em algum ponto, está em estrita relação com a “idéia representativa” de Leibholz<sup>121</sup>. Agora, os aspectos de sua proposta são, por um lado, reconhecer esse papel dos indivíduos reais, que o faz avançar fortemente na análise das lideranças na constituição das identidades coletivas. Mas também o tipo de adesão que suas propostas geram, pois estas não têm que ver necessariamente com aquilo que foi mencionado como o passado da ordem presente na memória dos indivíduos. A isso, que ele chama de uma superfície sedimentada de representações passadas, somam-se os princípios de

---

120 Berron (2003)

121 A identidade da comunidade do povo “se expressa constantemente como unidade e é em todo momento realmente existente, (mas) é reproduzida na verdade unicamente pela representação” (Leibholz 1929).

“autoridade e reconhecimento” dos indivíduos que formam o coletivo em relação ao líder. Prefiro relativizar esse tipo de relações, admitindo que há situações em que funciona de forma inequívoca, mas também que não em todos os níveis se podem verificar relações de lideranças fortes. Entretanto, um elemento é, sim, importante e devemos retê-lo como parte de nosso cerco: a identidade coletiva, como diria Melucci (1996), também tem que ver com os investimentos emocionais que os indivíduos realizam e que, nesse sentido, não respeitam nenhum tipo de marco de escolha.

Laclau toma de Derrida a idéia de que a decisão é requerida pela estrutura, que é sempre falha e aberta à contingência. Esta contingência faz com que nenhum conteúdo esteja determinado de antemão para preencher a falta e tentar operar o fechamento da estrutura. Em consequência, se não há nada que determine o rumo do social, o social é intrinsecamente indecível. Mas, na medida em que a decisão opera, é evidente que é tomada por alguém. Esse sujeito é entendido como “a distância entre a estrutura e a decisão”. E a decisão, aqui, nunca terá conteúdo próprio, é um ato de “loucura”<sup>122</sup> que o sujeito leva a cabo graças a sua *força*, absolutamente externa à estrutura – do discurso. Essa explicação é útil em três aspectos: ajuda-nos a reforçar a idéia de que o social tem sempre um conteúdo particular, pois é o produto da decisão dos sujeitos particulares; que tal decisão não tem fundamento último, motivo pelo qual nada nos indicaria, por mais que tudo pretenda fazê-lo, para onde se encaminhará a decisão dos indivíduos. Mas, por último, que tal decisão responde a uma relação de forças, porque, como diz Laclau, a identidade que resta é a identidade que sobreviveu à disputa com outro que ameaçava sua presença. Eu compreendo que pela via lógica se chega a tal conclusão, a denominada loucura da decisão, mas prefiro ser prudente e pensar que o registro de estrutura como passado que deixa sua marca e condiciona os cursos de ação é quiçá mais relevante praticamente do que a racionalidade desenfreada de um sujeito que decide qualquer coisa em qualquer lugar. Quero deixar claro aqui também que, quando me refiro às condições do curso de ação, estas operam também no registro da correlação de forças que faz com que a decisão tome um e não outro caminho.

Uma breve conclusão a respeito do ponto da decisão nos esclarece, de alguma forma, o papel dos sujeitos no processo de constituição das identidades coletivas. Por um lado, do ponto de vista do que significa a decisão, esta pode ser pensada como a forma em que a

---

122 “A instância da decisão é uma loucura, diz Kierkegaard” Uma verdadeira decisão escapa ao que qualquer regra pode esperar subsumir, por isso a decisão tem que estar baseada em si mesma, em sua própria singularidade. Por esse motivo, em opinião de Laclau, “el problema de la relación entre indecibilidad y decisión no puede ser abordado correctamente a menos que nos ocupemos de la cuestión del sujeto.” (Laclau 1996:72)

divisão do social se ativa/propõe. Em segundo termo, ela delata a presença do conflito e a competição, pois o decidido sempre é aquilo que vence o que não foi decidido, e para que tal coisa aconteça é evidente que existe uma situação de negação de uns conteúdos em relação a outros, e que vence o mais forte. Por último, começamos a pensar qual é a origem da força de tal decisão/conteúdo por duas vias: uma através do que Novaro (2000) chama, “a autoridade e o reconhecimento”, que correspondem aos atributos pessoais do líder, visão segundo a qual a idéia representativa – a proposta – toma sua forma quase exclusivamente de quem a formula, e não é nada fora dela. A outra, a partir da posta em funcionamento do que chamamos as testemunhas do passado objetivado na lembrança, isto é, a idéia de que o que resta da estrutura passada também condiciona o êxito da que vem.

Trata-se aqui de saber qual é a medida com a que se medem os adversários na disputa pela identidade. Qual é o indicador com o que se mede o poder? Com exceção de Marcos Novaro, são poucos os que enfrentam essa questão diretamente, embora a maior parte dos autores que tenho citado venham da tradição da teoria política que teria, supostamente, o poder como um de seus focos de análise. Lemos em Laclau uma alusão extensa ao poder, mas pensando-o como nunca absoluto e sempre desafiado, como dotado de uma natureza sempre incompleta pois, nos diz, se o pensamos absoluto, desaparece como objeto de análise. Mas isso, aqui, é irrelevante, apenas indica que a disputa pelo poder nunca está fechada. O que me interessa é ver o que é que faz possível uma identidade, quando supomos que esta surge do conflito, que está ameaçada, e que é produto de uma decisão que já foi tomada e que, para isto, teve que vencer outras.

Minha tese é que a única coisa que possibilita a existência da identidade coletiva é a adesão dos indivíduos à mesma, seja isto por ação ou por omissão, e que o sentido de tal adesão se alcança no campo discursivo mediante o envolvimento de: a) fatores afetivos e irracionais, b) uma certa racionalidade que é produto daquilo que chamamos testemunha do passado objetivado na lembrança e na lei, e que opera como parâmetro de valor, e c) a novidade das propostas e as situações que fazem com que velhos parâmetros identitários não possam servir para avaliar novas situações.

No que diz respeito ao primeiro fator, ele aparece sempre como o fator afetivo, seja este como “investimento afetivo”, seja como adesão à “autoridade e o reconhecimento”. É um aspecto que não resiste à explicação racional, mas que devemos admitir que está presente e que tem importância explicativa. Isso tem momentos de visibilidade extremos, como são os atos de identificação dos indivíduos com o líder. Explico mais adiante como se produz o ato de identificação, mas sabemos que tal ato é sempre requerido tanto no nível individual como

coletivo. O que me interessa nessa passagem é assinalar a importância da adesão afetiva a uma determinada proposta identitária e o papel central daquele que realiza a proposta para conseguir ampliar a adesão à mesma.

A respeito da segunda dimensão, sou consciente de que levo às últimas consequências a crítica ao individualismo metodológico que supõe os indivíduos como detentores de uma racionalidade única e neutra através da qual optam por determinadas opções de ação que os levam, em determinados casos específicos, a configurar sujeitos coletivos. Como já disse, a identidade deixa sua marca na estrutura que no nível individual funciona como memória, e que nos níveis sociais mais amplos funciona, em última instância, como a ordem, a lei e as instituições. A marca da identidade é, nesse sentido, aquilo que em Melucci aparece como as estruturas cognoscitivas comuns que permitem ao indivíduo valorar o ambiente e calcular os custos e benefícios da ação. Em Pizzorno o esquema é similar, com a diferença de para ele a ação que se orienta à formação da identidade está orientada pela busca mesma da identidade para satisfazer a necessidade de estabilidade e reconhecimento, por um lado, e de parâmetros de avaliação, por outro.

Entretanto, analisar o sucesso da proposta identitária apenas com esses dois aspectos nos condenaria a um mundo no qual a identidade se tornaria absolutamente irracional. Pois a chave do triunfo de uma proposta sobre outra partiria de um terreno no qual a racionalidade caduca seria comum, pelo que igualaria os indivíduos em um piso de valoração racional que os levaria a decidir sempre da mesma forma, e os levaria a um mundo fechado no qual a hegemonia de uma proposta seria sempre absoluta. Mas à medida que o fator afetivo entra em jogo, encontramos-nos já em outro mundo, no qual o decisivo é a adesão irracional à proposta e, portanto, a formação das identidades dependeria exclusivamente da sedução daqueles que a realizam, dos líderes.

Há, porém, duas questões a considerar. A primeira é a presença do terceiro aspecto antes mencionado: a novidade. A segunda, a natureza complexa da identidade individual, que relativiza, junto com a novidade, a possibilidade de normalização das racionalidades caducas compartilhadas. Tentarei explicar essa situação: a novidade foge à normalidade da ordem que já não é, se não seria parte da mesma ordem e em nada nos pareceria uma novidade, e sim a repetição do mesmo. Em nosso exemplo dos sindicalistas canadenses, poderíamos dizer que a normalidade caduca era o “poderoso Estado de bem-estar canadense”. A novidade faz com que a situação se torne anômala e desafie a ordem, que por esse motivo fica caduca. As respostas a essa situação só podem ser resolvidas, de acordo com nosso esquema, se uma liderança sindical respeitada propõe a rejeição do acordo. Ora, a novidade sabota a

racionalidade anterior, vigente até então como a identidade dos sindicalistas, que não têm parâmetros para avaliar se a proposta do governo é melhor do que a proposta da liderança sindical, pois não há em seu acervo identitário parâmetros para avaliar a eficiência de cada uma das respostas. Aqui começa a jogar então o complexo da identidade individual, pois o indivíduo lança mão de valores que formam sua identidade individual mas que ativam o que poderíamos denominar outras divisões de sua estrutura: valora a partir de sua posição de sindicalista, de velho, em seu papel de pai de família, etc.

A conclusão que cabe nesse contexto, no que vemos como operam essas três dimensões, é a seguinte: a identidade caduca é desestabilizada pela novidade, porém, tal identidade oferece um primeiro marco de valoração para a decisão identitária que é, por sua vez, influída pelos investimentos afetivos dos indivíduos e, nesse sentido, é importante o papel jogado por aquele que as formula.

Quadro completo:

A última reflexão deste ponto é sobre a política. Talvez na descrição que fiz até agora não tenha ficado claro qual é o lugar da política; porém, toda a colocação do trabalho está prenhe de politicidade. Por quê? Porque o mecanismo que venho descrevendo se sustenta na idéia de que o social, que sempre busca a ordem, requer constantemente da decisão entre as opções particulares que os sujeitos formulam sobre esta. O que tem isto que ver com a identidade coletiva? A identidade política ou social, visto que a distinção entre uma e outra em nosso caso é irrelevante, é sempre uma nova proposta de ordem; uma tentativa de articular os elementos da sociedade em momentos coerentes de um todo discursivo, segundo Laclau; uma forma de representar a “unidade representativa” em Leibholz e a “unidade política” em Schmitt. É a forma em que diversas propostas de ordem lutam por hegemonizar o todo social e, fazendo-o, lutam por sua identidade política, que nesse esquema é sempre combatida e ameaçada pelo outro social. Essa luta se dá no plano discursivo, e não renunciamos a essa idéia. Por quê? Porque se dizemos que a ordem, ou a vitória de uma proposta de ordem, ocorre no plano da aceitação por parte dos indivíduos dessa ordem – o que num registro mais politológico seria uma legitimidade da ordem – a estabilidade do mesmo não pode depender só da força física (que é um dos argumentos mais consistentes para desbaratar a tese do discurso) pois a ordem que se sustenta nessa força, ou é sempre instável e está desafiada de forma dramática por aquelas outras formas de ordem que a ela se opõem, ou é estável e sua estabilidade provém da aceitação por parte dos indivíduos que, como dissemos, respondem àqueles três fatores constitutivos: o investimento afetivo, a racionalidade caduca, e a novidade.



Por último, direi que a luta política por gerar a aceitação de uma ordem promove de forma constitutiva a formação e a ampliação dos coletivos políticos, a ampliação das cadeias de equivalência, em termos de Laclau, só viável enquanto multiplicação de identificadores individuais, e a anulação das diferenças entre estas. A Identidade é Política pois a Ordem é uma ordem cujo nome é o nome da identidade vencedora.

## **2- Melucci, com destino à ação. A identidade como processo.**

Antes de acabar este percurso, considero necessário acrescentar alguns elementos que surgem como contribuição do debate propiciado por uma das referências diletas do pensamento dos NMS, e que tem que ver com uma contribuição para a relação entre identidade e ação, num registro mais operativo.

Suspeitando que a ação coletiva, longe de ser uma realidade dada, é uma “construção social”, Alberto Melucci partirá em busca dos elementos que ajudem a explicar sua natureza, daquilo que a torna possível. Seus “achados” sem dúvida desestabilizaram as clássicas noções de ação e identidade coletiva entendidas como dados dotados de “unidade empírica”. Para ele, tanto ação como identidade coletiva são as duas faces de um mesmo processo, constroem-se num mesmo processo; supõe-se uma simultaneidade.

Em vez de conceber os agentes sociais como portadores de uma identidade que precede a ação (o que ele outros chamam de concepção “reificada” de identidade), sustenta que a identidade coletiva é uma construção social, o fruto de um processo que permite pensar aquilo que aparece como uma realidade dada como o produto de um movimento que não é evidente de imediato:

“Chamo de identidade coletiva o processo de construir um sistema de ação. Identidade coletiva é uma definição interativa e compartilhada produzida por um número de indivíduos (ou grupo em um nível mais complexo) a respeito de orientações de sua ação e o campo de oportunidades e limitações no qual tal ação tem lugar. Por interativa e compartilhada quero dizer que estes elementos são construídos e negociados através de processos recorrentes de ativação da relação que une os atores.”(Melucci 1996:71)

Para Melucci, o processo da identidade coletiva é produzido e compartilhado através da interação das diferentes orientações dos atores em torno a três dimensões: 1) formulação das estruturas cognoscitivas aos fins, meios e âmbito da ação; 2) ativação das relações entre os atores, os que interagem, comunicam-se, negociam e adotam decisões; 3) realização de investimentos emocionais que permitem aos indivíduos reconhecerem-se. Por isso podemos dizer que a identidade coletiva é um processo através do qual os atores produzem as estruturas cognoscitivas comuns que lhes permitem valorar o ambiente e calcular os custos e benefícios

da ação; as definições que formulam são, por um lado, o resultado das interações negociadas e das relações de influência e, por outro lado, o fruto do reconhecimento emocional<sup>123</sup>. Nesse sentido, a ação coletiva nunca se baseia exclusivamente no cálculo de custos e benefícios e uma identidade coletiva nunca é inteiramente negociável. (Melucci 1996:173)

A formação das identidades é despojada de seu sentido unitário e devém um *sistema de ação multipolar* (Melucci 1996:158). Considera-se como o “resultado de intenções, recursos e limites, com uma orientação construída por meio de relações sociais dentro de um sistema de oportunidades e restrições” (Melucci 1991:358). Em consequência, os atores coletivos produzem a ação coletiva, porque são capazes não só de definir a si mesmos enquanto atores coletivos, mas também de definir o campo de sua ação. “Os indivíduos criam um nós coletivo, compartilhando laboriosamente, ajustando pelo menos três tipos de orientações: aquelas relacionadas com os fins da ação (...); aquelas relacionadas com os meios; e finalmente aquelas referidas às relações com o ambiente (por exemplo, o campo no qual tem lugar a ação)” (Melucci 1991:358)

A ação coletiva está condicionada por este processo de construção social do “coletivo”, pois seu significado enquanto identidade coletiva está em construção e negociação. Por esse motivo, o autor pode dizer que é necessário um nível de identificação como pré-condição para qualquer cálculo de ganho ou perda. “A identidade coletiva proporciona a base para a definição de expectativas e para o cálculo dos custos e benefícios da ação. É um investimento contínuo e ocorre como processo.” (Melucci 1994:173)

A idéia de uma autopercepção por parte do ator como pré-condição necessária para a produção da ação coletiva – e no caso de Melucci como ação coletiva mesma – encontra também alguns expoentes em outros autores. Por exemplo, Tilman Evers sustenta que “talvez a noção de identidade seja mais adequada para esboçar os conteúdos básicos dos primeiros passos em direção à constituição de sujeitos de sua própria história (a dos movimentos sociais): tanto a nível individual como coletivo, a primeira tarefa consiste em chegar a uma autopercepção realista de suas próprias características, potenciais e limitações, superando falsas identidades outorgadas de fora, e atravessando as tempestades nas que se alternam excesso e ausência de auto-estima.”(Evers, 1984:18)

Temos então que identidade e ação coletiva são parte de um mesmo processo e acontecem de forma simultânea. Do mesmo modo, da interação da qual resulta esse processo

---

123 “One should consider those levels as empirical indicators of a possible collective identity and, conversely, should use this concept as an analytical tool to dismantle the reified appearance of those empirical dimensions of a social movement and to attain the constructive process behind them.” (Melucci 1996:75)

decorrem também critérios ou parâmetros de ação compartilhados, assim como em definições do cenário onde essa ação transcorre. Essa trama configura um sistema de ação multipolar que implica também investimentos emocionais e afetivos por parte dos indivíduos. Só a partir desse processo da identidade é que poderíamos pensar que os atores avaliam seu curso de ação; já não partimos de um utilitarismo sem critérios, mas sim dos valores próprios de tal identidade.

A estabilidade de tal identidade é um ponto que merece atenção nesse esquema. Se nos encontramos com um processo que é sempre dinâmico, interativo e relacional, como se entende a estabilidade dos critérios de ação? Neste ponto, as definições voltam a se tornar rígidas. Melucci considera o fenômeno da identidade/ação coletiva como um processo carregado de positividade que nasce precisamente da necessidade de garantir a continuidade e permanência do sujeito coletivo no tempo, estabelecendo seus limites em relação a seu ambiente social, regulando sua vida interna e explicitando os critérios de pertença. No decurso da identidade coletiva, experimentam-se simultaneamente processos de organização como ação e aprendizagens acerca desses mesmos processos sociais que formam sua identidade. Em palavras do próprio Melucci, “a identidade coletiva é um processo de aprendizagem que conduz à formação e manutenção de um ator empírico unificado (...) à medida que esse processo atravessa vários estágios, o ator coletivo desenvolve a capacidade para resolver os problemas que o ambiente lhe apresenta e devém crescentemente autônomo em sua capacidade para a ação no interior da rede na que está situado” (Melucci 1996:158). Sendo assim, sugere usar o termo *identization* para denominar esta maneira auto-reflexiva que os atores coletivos contemporâneos têm para definir a si mesmos.

Porém, a estabilização não se esgota no estabelecimento de limites, o acordo sobre algumas dimensões e valores, e no fato de que isso se transforme em matéria de aprendizagem enquanto sintoma de continuidade. Esta é sempre dinâmica e está em permanente estado de tensão; produz também sucessivas tentativas “estabilizadoras” que adquirem por um lado a forma de lideranças e, por outro, como já indicamos, diversos modos de organização. São duas formas que procuram cristalizar o complexo de percepções compartilhadas que conformam a identidade coletiva.

“Por um lado, o autor deve manter uma pertença que, pelo outro, deve ser continuamente produzida. Essa tensão está sempre presente, e provavelmente a circulação adquirida por identidade, o aparente paradoxo que esta contém, capture algo disso ao assinalar a contraditória necessidade de permanência no processo construtivo contínuo.”(Melucci 1996:85)

Finalmente, Melucci incorpora uma dimensão, que poderíamos denominar “relacional”, que se refere à necessária diferenciação que a identidade coletiva, ou grupo, deve levar adiante para se distinguir do todo social. Nessa dimensão, o autor reconhece que não se pode superar o chamado “paradoxo da identidade”, que consiste em que, apesar do reconhecimento de um nós “diferente”, persiste um outro reconhecimento de um nós mais amplo, composto pelos traços culturais compartilhados a nível societal. Ocorre uma espécie de apagamento dos limites que é insuperável, a menos que o grupo assuma uma política de ghetto, mas inclusive nesse caso a identidade estaria dada pelo próprio ghetto que se constitui “contra” o resto da sociedade. Essa dimensão relacional, de algum modo, implica um mútuo reconhecimento entre as partes e um certo nível de reciprocidade. Além do mais, assim como um ator coletivo em seu processo de formação aprende a distinguir a si próprio como diferente dos outros, esse reconhecimento deve ser também compreendido pelos demais, como condição *sine qua non*.

Acredito que as contribuições de Melucci, ao deixar de considerar o “ator coletivo” como algo dado e estático, são enormemente significativas no caminho que tento percorrer nesta Parte II do trabalho. No entanto, parece-me que seu avanço se detém frente à íntima natureza da identidade, que descrevi no ponto anterior e que o nexos entre o individual e o coletivo, se bem já aparece como bidirecional e interativo, não deixa de ser ainda ambíguo. Persiste certo privilégio do ator individual.

Continua-se supondo um a priori – o sujeito individual – como participante da construção dessa identidade que o destaca, quando na verdade não resta a esta outra opção que a de fazê-lo sempre; a não ser assim, as valorações do ator deixariam de pertencer ao universo da identidade coletiva para voltar à do indivíduo. Não se descobre o mecanismo que converte essa ação em uma necessidade, continua-se mantendo em um plano descritivo. Para Melucci, a relação entre o indivíduo e a identidade coletiva dependerá do grau de acesso que este tenha a “certos recursos (cognitivos e relacionais) [que] influam na possibilidade ou não de entrada desse indivíduo no processo interativo de construção de uma identidade coletiva”. Isso supõe, outra vez, que o indivíduo pode ter uma existência às margens da identidade coletiva, pois a identidade coletiva é um produto cujo “consumo” está vinculado às ações coletivas conforme estas têm um caráter mais “espetacular”. Podemos dizer então que não é constitutiva do sujeito individual e sim apenas relevante para o caráter coletivo dos atores sociais.

Melucci não estabelece uma definição clara dos tipos de ações que podem ser chamadas de coletivas, mas induzindo a partir dos exemplos que dá nos diferentes textos,

podemos afirmar que se trata desses fenômenos que aqui nomeamos “espetaculares”: ações reivindicativas, envolvimento em conflitos sociais, agregação positiva de coletivos por solidariedade, formas de organização e fenômenos de liderança, movimentos sociais e partidos, etc. Sem temor a que nossa indução esteja errada, podemos dizer que identidade coletiva diria respeito apenas à esfera pública da vida do indivíduo<sup>124</sup>.

Em suma, encontramos-nos diante de uma resolução ambígua da relação entre o ator individual e o coletivo, que se inclina a certa valoração do primeiro sobre o segundo, evidenciada pela prescindência do ator individual com respeito ao coletivo e por essa “excessiva” concessão ao indivíduo cujo interagir aparece como fonte de toda identidade coletiva. Contudo, suas contribuições sobre a natureza relacional da identidade coletiva, sua idéia de dinâmica de constituição e a abordagem da identidade como “estrutura cognoscitiva” são preciosos elementos que utilizarei em minha análise.

### **3 - Para a operacionalização do conceito: “Movimento Social Transnacional”.**

Proponho, aqui, uma nova ordem para aqueles conceitos e idéias intuitivas que apresentei em várias passagens dos capítulos anteriores, munido agora de elementos e argumentos para sustentá-lo, confiando também em que é possível operacionalizar este arcabouço para a sua apresentação e discussão com o meu objeto de estudo.

Esse arcabouço inclui então os seguinte conceitos:

#### 1- “Movimento Social Transnacional”

Em termos positivos “movimento social” é aquela ação coletiva motivada, ou baseada, numa identidade coletiva nos termos que aqui entendemos por ela, e que acabamos de sistematizar. Por isso é que afirmo que “movimento social” é igual a identidade mais estratégia/ação coletiva, porque um condiciona o outro de forma recíproca. Pode haver infinitas propostas identitárias, porém, sem o processo de identificação coletiva – a ação coletiva - ela não devém identidade e, portanto, não devém movimento.

Em termos negativos, o potencial de desbordamento que esse conceito tem – a possibilidade de se estender para fora de qualquer limite estrutural – faz com que as

---

124 Uma observação interessante é a realizada por Marcos Novaro, que nos últimos anos tem estudado a representação política e sua relação com a identidade. Para ele, a visão de Melucci exalta o papel do ator na geração das relações sociais; sua postura seria “excessiva” ao postular “um self que se desdobra em papéis sociais e personalidades (Friedrich) que continua sendo o centro de imputação das ações (...) E insuficiente porque ignora o que escapa ao jogo intersubjetivo: em particular os mecanismos com os quais a política intervém sobre as identidades (Marramo).”(Novaro 2000:175)

noções de rede, organização, coalizão, e outras fiquem limitadas à expressões organizativas do movimento social, e não definam o próprio movimento social.

São indicadores da presença de um movimento social: ações coletivas e identidade social.

A natureza *transnacional* do movimento está determinada por sua abrangência geográfico-política nos termos explicitados no Capítulo 3: o nível de agencia da ação que é não-governamental, e que é produzido no espaço para além do doméstico, ou seja, que envolve um espaço geográfico e político de pelo menos mais de um Estado nação.

Indicador: abrangência geográfico-política.

## 2- Proposta Identitária e Estrutura dura da realidade

Existem os fatos, que eu chamo aqui de estrutura dura da realidade, e que acontecem com independência das pessoas, e dos atores sociais. A identidade é ela mesma uma proposta de ordem desses fatos que, como vimos, só podem ser apreendidos através da sua enunciação discursiva. Por isso, a estrutura dura opera como um limite para a proposta de identidade que a ordena e, na minha ponderação, esses fatos são menos relevantes do que as propostas. Nesse sentido, as oportunidades não existem; elas são criadas.

Assim, as *expressões discursivas* devêm os indicadores da proposta identitária. Por motivos de praticidade, encurtamos o universo das expressões discursivas a aquelas mais relevantes na lógica da identidade: a definição do nós, do outro e as descrições do cenário político.

## 3- Ação coletiva<sup>125</sup> e repertório único.

Trabalharei, por um lado, com um conceito fisiológico e amplo de “ação coletiva” que descreve genericamente toda ação que envolve um grupo de pessoas – desde o ato da fala até uma manifestação de rua. E digo que essa definição é genérica porque o tipo de ações que esse grupo desenvolve coletivamente conforma ex post um *repertório único* que pode ser sistematizado como sendo-lhe próprio e que, sendo rígidos com a lógica, não pode ser definido *a priori*. A noção de grupo aqui é chave, porque faz referência à identidade coletiva, e essa é a outra forma em que vou trabalhar a ação

---

125 Para “ação coletiva *transnacional*” a definição e indicadores de transnacional é a mesma que para movimento social

coletiva, porque o sentido dessa ação, o seu conteúdo estratégico, tem relação com duas questões que envolvem poder: a *extensão* da identidade – ou seja que mais pessoas se identifiquem com ela – e/ou dependendo do grau de explicitação, a *eliminação do outro*, da proposta de ordem inimiga ameaça.

Indicadores: ações ou colocações estratégicas cujo agente coletivo visa ou a extensão do seu poder, ou a eliminação da ameaça do outro.

#### 4- Momentos/ciclos de mobilização

A proposta identitária precisa ser constantemente renovada, nesse sentido, os três fatores que, como sustentei, garantem sua renovação não são constantes e mudam através do tempo, por isso é possível afirmar que existem ciclos ou momentos de mobilização. Só que para identificar os elementos que determinam o ciclo de um movimento social dado é preciso observar a descrição da realidade que sua proposta de ordem faz, pois encontra-se ali a chave do ciclo. Podem ser, então: elementos emotivos vinculados com crise de lideranças, bem como conflitos fortes entre o “sedimento” da realidade passada e a novidade, os outros dois elementos.

O indicador que proponho trabalhar aqui para ciclo/momento tem relação com esse aspecto e o chamarei de conflitos discurso (identidade) / fatos (estrutura dura da realidade).

#### 5- Os ativistas

O jogo das identidades que observamos na seção anterior demonstra que o papel dos indivíduos é central na formação das identidades coletivas e, portanto, dos movimentos sociais. Porém, não todos os indivíduos têm o mesmo papel ou importância nesse jogo. Chamo aqui de “ativistas” aqueles indivíduos que têm um papel protagônico em alguma das formas de ação coletiva descritas acima. Ou seja, que participam ativamente no desenvolvimento da estratégia discursiva, isto é, na formulação da proposta identitária – a primeira sinalização para a eliminação das propostas rivais – ou do traçado das estratégias de extensão dessa proposta. A diferença entre “ativista” e *militante* ou *simpatizante* está determinada por essa proximidade.

Os indicadores que uso são: um mais simples, para identificar esses ativistas, a saber, se participa ou não nas atividades mencionadas. E outros para avaliar a relevância dessa participação para o conjunto da estratégia do movimento nos diversos

momentos; para tanto, utilizo a percepção dos demais ativistas a respeito uns dos outros.

#### **4- Comentários finais**

Comecei, na Apresentação da tese, propondo o uso de *hipóteses intuitivas*. Na seqüência, reconstruí, à maneira de uma crônica jornalística, os fatos do movimento e, à luz desses fatos, reformulei aquelas hipóteses, que se tornaram uma “proposta de esquema conceitual” no início da Segunda Parte, no Capítulo 2. Agora, no final dessa Parte II e após ter feito a viagem que a metáfora do mapa me propôs, chego a essas propostas conceituais que me satisfazem e que considero instigantes para avançar na Parte III, na qual exporei a formação desse movimento social transnacional contra o livre comércio nas Américas, sua identidade e suas estratégias.

Antes de continuar com esse andar, revisito criticamente, a partir do já percorrido, as hipóteses e as idéias da proposta conceitual oferecida, confiante de voltar a fazê-lo nas conclusões finais desta tese.

1- Usarei a categoria *Momentos/ciclos de mobilização* para dar conta do que chamei, na hipótese 1 da Apresentação, de “um novo momento de internacionalização”, assim como configurarei a identidade do que também ali chamei de “movimentos sociais do campo crítico do neoliberalismo”.

2- Devo demonstrar que o meu objeto é um “movimento social transnacional”. Ao fazê-lo, analisarei a constituição de sua identidade e discutirei a idéia de “identidade” dupla que formulei na Hipótese 2. Veremos também como funciona a proposta de “*old wine in new bottles*” no esquema da identidade aplicado ao nosso movimento.

3- Devo identificar o repertório único de ações do movimento, atendendo à formulação das estratégias e à relação delas com as propostas identitárias e, nesse sentido, ver se há contatos com o que chamamos de realidade sedimentada com as práticas e ações desenvolvidas no contexto da novidade. Por fim, determinar a relevância da relação dos meios com a mecânica da identidade.

4- Como entender a proposta dos “motores de transnacionalização” feita na Hipótese 4? Evidentemente, trabalho o conceito de “ativistas” para medir essa relevância. Agora o faço a partir da perspectiva da formulação da estratégia como contribuição complementar a trabalhos realizados sobre o mesmo objeto utilizando metodologia de redes. Eu proponho mostrar “a cozinha” da formulação discursiva e estratégica.



5- Vou localizar a idéia de *trajetória* (linear e não linear) no jogo da identidade do movimento social contra o livre comércio que formulei no segundo ponto do “esquema conceitual” do Capítulo 2, aprofundando o que conceitualmente coloquei aqui como ações de extensão e a idéia de difusão utilizada, com freqüência, como vimos, na literatura sobre movimentos sociais.

6- Em relação à proposta sobre *níveis de complexidade e níveis de constituição* das identidades, vou explicitar suas utilidades e estabelecer a relação com o esquema conceitual aqui apresentado. Fundamentalmente porque através dessa análise e do trabalho empírico pode-se explicar uma dinâmica de constituição de identidades específicas do âmbito transnacional.

7- Mostrarei por que a transnacionalização – ou internacionalização como chamei na Hipótese 1 – é uma estratégia no sentido estrito que dei aqui à palavra. E como a coalizão é também uma estratégia que, por sua vez, tem efeitos identitários. Em particular, estudo as estratégias orientadas para a eliminação da proposta do outro no âmbito da relação com as instâncias oficiais.

8- Ilustro também, o desbordamento dos conceitos de redes, organização e coalizão.

**PARTE III**  
**O OBJETO E OS CONCEITO**

## Capítulo 5

### Identidades sociais complexas na arena transnacional.

#### A- Introdução

Esta terceira parte da tese procura mostrar empiricamente o funcionamento das categorias conceituais que propus depois do debate com os corpus teóricos dos movimentos sociais e, especificamente, da ação coletiva na arena transnacional, na Parte II. Os três capítulos que conformam esta parte são descritivos, na medida em que recolhem os fatos que fundamentam uma explicação determinada da realidade do movimento social contra o livre comércio, porém obedecem, à proposta e escolha analítica, e nesse sentido, são analíticos.

No Capítulo 5 descrevo o primeiro elemento do conceito de Movimento Social Transnacional, ou seja, as identidades nos seus diversos níveis de complexidade e constituição. Nos Capítulos 6 e 7, são exploradas as estratégias desenvolvidas pelo movimento visando identificar seus principais linhamentos, assim como consolidar o que seria o repertório único das suas ações.

Este capítulo descreve então, na prática do movimento anti livre comércio nas Américas, os complexos processos de criação e recriação da identidade do movimento. Para tanto, faz-se aqui uma reconstrução do fenômeno visando evidenciar as diferentes trajetórias e, por via desse relato, chegar à comprovação do que chamo *multi-linearidade* das identidades, ou seja, o fato de que, longe de constatar uma trajetória linear e única, a construção de *Identidades Complexas Transnacionais* (IdT) é um processo alimentado por fontes de diversa natureza e cujo sentido vai em uma ou outra direção a depender do momento e do caso.

Na definição adotada de IdT, vimos que em sua construção entram em jogo identidades de outros níveis e natureza: em primeiro lugar, o que denomino as Identidades Primárias ou simples, que são identidades setoriais (trabalhadores, camponeses, mulheres, estudantes, indígenas, etc.) ou temáticas específicas (ambientalistas, de direitos humanos, saúde, educação, entre outras); e Identidades Secundárias ou complexas, que são identidades sociais conformadas a partir da reunião de identidades simples, mas cujo resultado identitário

é peculiar e têm *operatividade social concreta*. Referenciadas nessa definição, as identidades são classificadas neste estudo da seguinte forma:

- Identidades Primárias simples (IdP): organizadas nos níveis domésticos e, muitas vezes, como veremos, também transnacional.
- Identidades Secundárias ou complexas domésticas (IdD): as coalizões nacionais contra o livre comércio.
- Identidades Complexas Transnacionais (IdT): o movimento continental e as suas expressões organizadas.

Identidades sociais, para os fins da análise aqui desenvolvida, são conformadas pelos aspectos dos movimentos sociais expressos através das falas (orais ou escritas) dos membros do movimento sobre si mesmos (quem somos nós), sobre o outro/inimigo (quem são eles), e sobre o cenário que define as oportunidades e ameaças para o coletivo enunciado no nós. São atributos das identidades sociais também símbolos (bandeiras, palavras de ordem, heróis/mártires, hinos e músicas, objetos, etc.), bem como um repertório comum de ações. Na reconstrução feita neste capítulo, o foco está colocado nos primeiros atributos: a definição do nós, do inimigo e do cenário (oportunidades e ameaças), acrescentando alguns elementos simbólicos às expressões centralmente discursivas.

Vale lembrar que neste estudo não são trabalhados os mecanismos de formação das identidades primárias, porque a própria dinâmica do fenômeno descrito supõe a presença a priori das mesmas. Acrescentamos que essas IdP funcionam como um *primeiro motor imóvel* de um processo de formação de identidades complexas que tem uma dinâmica que envolve um jogo de *acréscimos e especificidades*. No processo das identidades podem ser advertidos esses dois componentes: o primeiro, “especificidades”, contém aqueles atributos que ele possui no começo do processo, o que chamei de identidade sedimentada; “acréscimos” são os que eles ganham no processo e que, conjugados com os específicos, tributam para uma identidade renovada no fim do processo – que é reconhecido como constante. As especificidades de uns podem devir acréscimos dos outros, ou componentes das especificidades de identidades de segundo grau.

A idéia de processo constante não significa a perenidade das identidades e sim, pelo contrário, o desafio constante da sua sobrevivência. O caso das identidades primárias merece, como vimos no capítulo anterior, reflexões aprofundadas que não são objeto de minha análise e por isso não as realizo aqui. Já o caso das identidades complexas sim é caso desta tese, e

indagar a respeito de sua sobrevivência faz-se necessário. Por esse motivo, é introduzida a noção de *trajetória*, com o intuito de descrever e explicar a criação de identidades complexas e a sua dinâmica real. Trajetórias são os caminhos reais percorridos pelos atores sociais na construção da identidade como atributo do movimento e, portanto, do próprio movimento.

A reconstrução dessas trajetórias é interessante porque permite dimensionar a complexidade do fenômeno e a idéia de não linearidade mencionada acima, que inclui não só o caminho do mais simples ao mais complexo, mas também o inverso e um inter-jogo, como veremos, nos diversos níveis da ação política.

Da mesma forma, quando se fala em trajetória, a remissão ao tempo, momentos e ciclos é inevitável. Os ciclos da Id, que estão em estreita relação com os momentos de mobilização dos que falamos no capítulo anterior, não têm uma geometria única e sim relação com os próprios atributos da Id e a fortaleza dos mesmos. Se na descrição, por exemplo, de uma identidade as oportunidades ou ameaças têm preponderância, a mudança dos dados duros da realidade que possibilitam essa leitura pode produzir uma crise na sobrevivência da Id e, logo, do movimento. Ou, no caso das Id que colocam como centrais objetivos bem definidos, quando eles são atingidos, ocorre também uma crise e possivelmente o fim do ciclo e a desapareção da Id.

A trajetória nos permite introduzir também a idéia de estratégia. Como bem se sabe, estratégia implica a presença de um agente, de uma racionalidade, de recursos, do cenário, dos objetivos e do inimigo. Isso tudo, no esquema aqui apresentado, é proporcionado pela Id, que só para fins explicativos desta noção de estratégia podemos chamar de *Id original*. As identidades complexas – é disso que estamos falando – raramente são espontâneas, pelo contrário, geralmente são produto do sucesso da estratégia da ou das identidades originais. Porque a trajetória de construção de identidades complexas implica um exercício polissêmico, que parte da ação das identidades originais para a construção de identidades em outro nível de complexidade. Ou seja, a criação de uma identidade complexa pode: a) ter o sentido de luta contra o outro no cenário descrito no arcabouço da identidade original e b) ter um sentido de fortalecimento do próprio campo do nós através da conformação verbalizada de uma Id complexa.

A complexidade desse esquema certamente dificulta a possibilidade de apresentar os resultados da pesquisa realizada, mas é necessário ter essa complexidade sempre em mente à medida que avanço, a seguir, na apresentação de seus diversos componentes. Sem esta visão, não resultará fácil a compreensão do fenômeno. Apresento então, em primeiro lugar, as identidades primárias em jogo; depois, as complexas domésticas; e, finalmente, a identidade

transnacional, sempre levando em consideração os atributos da Id, as trajetórias e o processo de acréscimos e especificidades.

### **B- Identidades Primárias.**

Quem são as “bases”, a massa de manobra do movimento contra o livre comércio nas Américas? Quem em cada país faz parte da sua causa? Que tipo de setores e organizações trabalham juntos para derrotar o livre comércio? Quais são os seus inimigos e quais as oportunidades que eles enxergam no período em questão?

Utilizo, para responder essas perguntas, o recurso de analisar a composição das coalizões locais que foram se formando nos diversos momentos dessa luta em cada país. Proporei, a partir dessa observação, uma classificação das mesmas e, a partir dela, tentarei padronizar, com base em alguns exemplos, o tipo de leitura da realidade em chave de identidade que faz com que elas se juntem ao movimento contra o livre comércio e, no jargão aqui proposto, ajam como acréscimos à identidade coletiva que logo criariam e que analisamos no próximo ponto.

Construí, para esse fim, uma tabela de dupla entrada (ver no final do capítulo). A primeira entrada representa as coalizões ou espaços de articulação domésticos; a segunda, uma categorização dos participantes nesses espaços segundo a sua natureza. A coluna das coalizões tem dados sobre 40 agrupamentos de 23 países, só faltando, dos países continentais: Panamá, onde as várias tentativas de conformação desse tipo de alianças não prosperou – a não ser no caso do FRENADESO, uma coalizão que se construiu em volta da questão do Canal – e os estados de reduzido peso demográfico ou ainda sob influência de alguma metrópole européia (Belize, Suriname e Guiana). No caso dos países das ilhas do Caribe, foi verificada a conformação de coalizões nacionais em Cuba e Haiti; na República Dominicana houve tentativas falhas que não progrediram; e nas restantes ilhas de fala inglesa ou francesa a participação nos processos se deu através de organizações engajadas individualmente com o debate de comércio (por exemplo, a OWTU, petroleiros de Trinidad e Tobago), de redes setoriais tais como a CAFRA<sup>126</sup> rede de pesquisa e ação feminista, ou a WINFA rede de agricultores familiares e camponeses do Caribe<sup>128</sup>) ou da integração de espaços multi-setoriais

---

<sup>126</sup> Caribe Association for Feminist Research and Action. Trinidad and Tobago, Barbados, Antigua, Dominica, Belize, Guyana, Jamaica, Suriname, St. Lucia, Grenada, Martinique and St. Vincent and the Grenadines.

<sup>127</sup>

<sup>128</sup> Windward Islands Farmers Association (WINFA) organização que inclui camponeses de Dominica, St. Lucia, Grenada, Martinique e St. Vincent and the Grenadines.

regionais (o *Caribbean Policy Development Center*<sup>130</sup>, e a Assembléia dos Povos do Caribe<sup>131</sup>) de conformação prévia ao período examinado ou com objetivos diversos (duas perspectivas diferentes sobre a questão do desenvolvimento dos países da região, uma com perfil de ONGs e a outra com perfil de organizações populares).

As fontes para identificar as organizações foram: atas de assembleias ou reuniões dos espaços, às vezes fundacionais e outras não; listas publicadas em sites, boletins e publicações próprias; informações diretas proporcionadas pelos membros dos espaços, e listas de organizações assinantes de declarações ou pronunciamentos. Em muitos casos foi impossível identificar todas as organizações membros, em particular em organizações dos primeiros momentos do movimento que perderam os registros impressos ou que não têm registros eletrônicos, e nos casos de coalizões muito extensas e informais nas quais só são visibilizadas as grandes organizações e as demais são listadas por setores (camponeses, estudantes, mulheres, etc.).

As Identidades Primárias identificadas segundo as organizações membros da coalizões são as seguintes (Ver Tabela no final do capítulo):

- 1- Sindicatos, federações e confederações sindicais, assim como centrais nacionais.
- 2- Camponesas ou de Agricultura familiar: organizações de camponeses e organizações de camponesas, organizações da agricultura familiar e de pequenos produtores, de cooperativas agrícolas, e de irrigação.
- 3- Mulheres e feministas.
- 4- Defensoras dos direitos humanos e democracia.
- 5- Ambientalistas.
- 6- Indígenas e negras: inclui organizações de povos e comunidades indígenas e negros remanescentes, e organizações defensoras dos direitos dos e das indígenas e dos e das negras.
- 7- Religiosas: congregações religiosas, comunidades pastorais, comunidades de laicos, pastorais setoriais (social, da terra, das migrações, etc.), organismos eclesiais nacionais, organizações de caridade e trabalho comunitário vinculadas às igrejas.
- 8- Comunicação comunitária ou alternativa: rádios comunitárias, jornais e

---

129

130

131 A Assembléia dos Povos do Caribe (APC) foi realizada em três oportunidades, a primeira em 1994, a segunda em 2001 e a terceira e última em 2003.

publicações populares, redes de rádios comunitárias, centros de direitos à comunicação, trabalhadores da comunicação, agências, redes e organizações de comunicação alternativa (internet).

9- Saúde: organizações que trabalham temas específicos de saúde e do acesso à saúde, da mulher, das crianças, sobre doenças particulares (Aids) e centros de estudo e opinião sobre saúde pública.

10- Comunitárias, de bairros e de luta pela moradia.

11- De atingidos por barragens, obras de infra-estrutura, e outras alterações ambientais.

12- De jovens e estudantes: organizações juvenis autônomas, centros acadêmicos de estudantes nos diversos níveis, organizações políticas e religiosas juvenis.

13- De pequenos empresários, comerciantes, comerciantes por conta própria, artesãos, pequenos produtores de alimentos orgânicos.

14- Associações de usuários e consumidores

15- E o que denominamos genericamente ONGs e que aqui inclui: Organizações de apoio ao desenvolvimento comunitário, ou de comunidades específicas (indígenas, pobres, *desplazados*, favelas) e solidariedade com povos específicos, muito presentes nos países do Norte e em alguns casos de países latinos com Cuba, por exemplo; Centros de Estudos sobre temas específicos (trabalhista, educação, desenvolvimento, etc.) e organizações de apoio ao desenvolvimento, incluindo as chamadas “agências”, que têm uma política de presença nos países, fundamentalmente, Oxfam e Action Aid organizações de origem extra regional que trabalham por meio do apoio financeiro às organizações dos países da região mas que, diferentemente de outras menos atuantes, têm posição política ativa, campanhas temáticas e muita presença em temas sensíveis como pobreza, fome, desenvolvimento, comércio, agricultura, meio ambiente, entre outros.

Um esclarecimento a mais é necessário. Considero aqui também, como já foi dito acima, identidades primárias simples que transcenderam os espaços nacionais e que desenvolveram um tipo de associativismo internacional por essa via participando em muitos casos nas identidades transnacionais complexas como o movimento anti livre comércio das Américas. Chamo essas organizações de primárias porque, mesmo tendo um alto grau de



complexidade decorrente da complexidade de realidades dos seus membros, elas conseguem sistematizar e sintetizar, nas suas colocações, percepções comuns em relação aos atributos de identidades que aqui coloquei como definindo uma identidade social.

Temos, nesse sentido, organizações e redes internacionais:

- 1- de trabalhadores: Organização Regional Interamericana de Trabalhadores, Federação Sindical Mundial e Internacional de Serviços Públicos, e as regionais Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul e Conselho Consultivo Laboral Andino.
- 2- de camponeses e camponesas: Coordenadora Latino-americana de Organizações do Campo CLOC.
- 3- de mulheres: Rede de Mulheres Transformando a Economia (REMTE), Rede Internacional de Gênero e Economia Américas (*IGTN* em inglês), Marcha Mundial das Mulheres Américas e Federação Democrática Internacional das Mulheres - Latino América.
- 4- de estudantes: Organização Caribenha e Latino-americana de Estudantes.
- 5- de indígenas: Coordenadora Andina de Organizações Indígenas.
- 6- de moradia: Federação Continental de Organizações Comunitárias (FECOC).
- 7- de juristas: Associação Americana de Juristas
- 8- de acadêmicos e pesquisadores: CLACSO.
- 9- de ambientalistas: Amigos de la Tierra América Latina y el Caribe (ATALC), e Cone Sul Sustentável.
- 10- de consumidores: “*Consumers International*”
- 11- de defensores dos direitos humanos: Plataforma Interamericana de Direitos Humanos Democracia e Desenvolvimento.

Uma vez estabelecidas as identidades primárias, apresentarei as complexas, supondo por enquanto uma trajetória linear, a conformação de elementos de cada uma dessas identidades que a partir de determinado momento incluem na sua leitura da realidade o livre comércio com diversas ênfases. Para tanto, e dada a quantidade ilimitada de casos, tomo um caso particular de cada um dos tipos definidos anteriormente, considerando mais de um nas ocasiões em que for preciso, e colocando também quando possível a expressão transnacional da identidade setorial. Finalmente, não descrevemos aqui os casos dos partidos políticos, os centros de estudo nem as organizações de desenvolvimento e agências de cooperação. No caso dos partidos porque ou eles não aparecem explicitamente como atores nas coalizões, ou eles trabalham perspectiva generalista da sociedade que impede a sua localização específica. Por outro lado, os partidos são influenciados pelas dinâmicas eleitorais que interferem na

construção de identidades político sociais baseadas em reivindicações específicas. Nos outros casos, mesmo elas tendo relevância, a diversidade temática faz com que elas se encaixem ou trabalhem junto com setores ou temas específicos e contribuam para a construção da identidade desses setores e/ou temas.

### **Trabalhadores e Trabalhadoras**

Para descrever as posições dos sindicatos é conveniente tomar dois exemplos, um que consiga ilustrar as posições dos sindicatos do Norte – os primeiros a se mobilizar – e outra dos sindicatos do sul, que em muitos casos, como veremos, aprenderam deles. No caso do Norte tomamos o Canadian Labor Congress do Canadá (CLC); no caso do Sul, a Central Única dos Trabalhadores (CUT). A presença de uma organização regional foi chave para a construção do atributo identitário em questão, por isso também analisamos aqui as posições da Organização Regional Interamericana de Trabalhadores (ORIT).

Como já dissemos, os canadenses foram dentre os sindicatos do continente os primeiros a reagir ao tema do livre comércio em virtude da negociação do acordo com os Estados Unidos entre 1986 e 1988. O tipo de construção analítica feita a partir da experiência de, entre outros, o CLC marcaria, como venho colocando, as análises posteriores realizadas por outros sindicatos. Inclusive, um dos textos do CLC aqui trabalhado foi feito sob comando da CUT, na época em que ela estava começando a se interessar pelo tema. Por este motivo vou me estender na descrição dos argumentos e caracterizações, sabendo que ao fazê-lo estou montando um arcabouço com elementos que comporão os atributos do restante das outras identidades primárias e inclusive das identidades complexas que a partir dessa experiência iriam surgindo.

Sobre o nós construído pela CLC é interessante colocar que além da leitura primária – trabalhadores e trabalhadoras – há um exercício de extensão identitária na avaliação do que estava ocorrendo que, entre outras, contribuiria para o percurso estratégico adotado na seqüência. Esse nós, nos textos da central sindical, é um nós crescentemente abrangente que parte da identidade sindical:

O eixo da caracterização da CLC sobre os acordos de livre comércio é a seguinte: o Canadá, ao contrário dos Estados Unidos, desenvolveu no período da pós guerra um Estado de bem-estar muito mais amplo e abrangente, que incluiu uma série de garantias e direitos para a sociedade e os trabalhadores muito forte. O acordo de livre comércio com os Estados Unidos implica uma ameaça a esse sistema por que é muito mais do que um simples acordo

tarifário e inclui, fundamentalmente, regras para os investimentos que engessam o poder dos governos nacionais para desenvolver políticas sociais e de desenvolvimento. Por outro lado, e dada a mobilidade do capital que oferece o acordo, a ameaça de deslocamento da produção é usada para nivelar para abaixo padrões sociais desiguais (piores nos EUA, e piores ainda no México) é empurrar os salários para abaixo. Isso é sintetizado como ameaça à soberania do Estado/governo do Canadá e limitação da sua capacidade de governar para o bem do seu país.

Nas palavras dos próprios sindicatos canadenses, a caracterização do cenário de partida registrará as mudanças que aqui aparecem como ameaças e oportunidades nesse cenário inicial e que vai determinando a localização do “nós” e do “adversário”, o outro:

Cenário Inicial:

*In the late 1980s, Canada had a unionization rate which was (and still is) more than double that in the US (35% vs. 15%); generally higher minimum wage and labour standards; and a stronger set of income support programs for unemployed workers.*

*The labour movement and most Canadians have taken pride in the fact that we have had a more generous welfare state and better developed set of public services than in the US, and thus a more equal and decent society.*

A percepção do outro:

*For business and right-wing politicians, this was viewed as a major competitiveness problem.<sup>132</sup>*

*Employers and right-wing governments have pointed to economic integration as a major reason to cut income support programs for workers to US or even lower levels. When it comes to issues like Unemployment Insurance, minimum wages and trade union rights, the employer argument is always that Canada will be made "uncompetitive" if it adopts higher standards than the US.*

O CUSFTA, ou seja, a integração com os Estados Unidos, é um instrumento do outro para acabar com os benefícios nossos e, nesse sentido, pior ainda no caso da integração com o México, que acrescenta o perigo da realocação e a pressão para baixo dos salários:

*We feared that this difference would be undermined by economic integration, and our fears proved well founded.*

*Downward pressures on labour and social standards do very much exist because of integration with the US*

*The addition of Mexico to the CUSFTA has intensified downward pressures on wages and has led to some relocation of production — particularly in the auto*

---

132 “NAFTA - North American Free Trade Agreement: Lessons on Free Trade” (CLC, 19??)

*parts sector:*

Outro perigo é o derivado da perda de poder de manobra do Estado canadense porque o acordo é muito mais do que um simples arranjo tarifário, e aprofunda as vantagens outorgadas aos investidores estrangeiros através, por exemplo, das cláusulas de trato nacional:

*The Canadian Labour Congress opposed the Free Trade Agreement with the US (the FTA) and the North American Free Trade Agreement (NAFTA) because, in our view, these so-called "free trade" agreements went radically beyond the trade liberalization measures of successive post-war GATT rounds, which were largely concerned with the reduction of tariffs. The FTA and NAFTA in effect "constitutionalize" a radical "free market" economic agenda by very closely limiting and confining the role of democratic government vis à vis the market economy.*

*Certainly FTA provisions were explicitly intended to rule out future use of "nationalist" policies which had been pursued in Canada as recently as the 1970s and 1980s — notably review and possible imposition of performance requirements on foreign investors, managed trade in some sectors, and the leveraging of national economic development from natural resources via lower prices and export restrictions as under the National Energy Program. NAFTA provisions similarly made impossible a return to the national. (Text 2)*

*These agreements also increase the bargaining power of mobile capital vis à vis both labour and governments. When investment, production and jobs can be shifted on the basis of profitability alone, without regard to the consequences for any one country or community, the power of corporations to "harmonize" wages, working conditions, taxes and regulations across jurisdictions is not made absolute, but it is inevitably increased. (Text 2)*

*It should be stressed that our opposition was not to a close economic relationship with the US per se, which had been a reality of the Canadian economy for the previous 50 years, but rather to the loss of economic sovereignty which was needed to manage that close relationship in the interests of Canadians.*

*the CLC feared that the "downward harmonization" pressures of international competition would undermine Canada's stronger set of social programs, particularly Unemployment Insurance and Medicare, to the extent that these programs were financed from premiums and or taxes paid by employers and thus contributed to a higher corporate cost structure in Canada, and also to the extent that stronger income support programs, UI in particular, increased labour's bargaining power by providing some cushion against unemployment.*

*by giving greater security to investors and by dismantling tariff and non-tariff barriers on both sides of the border, NAFTA would speed up the already significant shift of manufacturing production and jobs to Mexico in response to low wages and low labour, social and environmental standards. This shift - which it was argued would impact much higher up the value added ladder than conceded by NAFTA advocates — would depress employment, wages, living standards and*

*worker bargaining power in the US and Canada*

*In short, NAFTA would work to the benefit of transnational corporations - at least in the short term sense of enhancing their ability to restructure production in line with "market forces" - but would not benefit workers in either the US, Canada or México.*

A extensão das negociações de livre comércio para o âmbito Continental através da ALCA, faz com que atores sindicais do restante das Américas – por vontade própria ou por canais de comunicação e como parte da estratégia de outros – começaram a incorporar aos seus atributos específicos, acréscimos produto da leitura, interpretação ou aprendizado desse novo elemento duro da estrutura.

É preciso detalhar como essa incorporação é feita no caso da ORIT porque ela seria um desses canais de divulgação de interpretações. Mesmo alguns dirigentes, como vimos no capítulo 1, tendo começado a falar com anterioridade ao ano de 1997, será só no XIV Congresso Continental dessa organização em abril desse ano, em Santo Domingo, que acréscimos associados à ALCA serão feitos aos clássicos apelos da identidade primária dos trabalhadores. Porém, num primeiro momento, como vimos, a leitura será moderada, de interrogação e de leve suspeita em relação à natureza do acordo continental em negociação, junto com a demanda de participação e consulta aos trabalhadores.

*Planteó la realización de una Conferencia Internacional del sindicalismo Continental, paralela a la III Cumbre Ministerial Preparatoria del Area de Libre Comercio de Las Américas- ALCA- que efectivamente se realizó en mayo en Belo Horizonte, Brasil .Allí se insistió en la creación de un grupo tripartito, que en el marco del ALCA analice el impacto de la integración sobre la fuerza de trabajo, y la creación de un Foro Laboral como instancia consultiva del movimiento sindical.<sup>133</sup>*

Já no XV Congresso, no ano de 2001, na resolução número 14, a ORIT faz uma avaliação mais crítica e, além de denunciar a falta de transparência, faz uma caracterização do acordo. Constata que

*El proceso del ALCA no contempla el desafío social del continente ni expresa la voluntad política real de desarrollo económico y social de los pueblos. Es, básicamente, la propuesta neoliberal de liberalización, desregulación y apertura económica centrada en el intercambio de bienes y servicios y en el mercado de capitales. Se tiende a una "carrera hacia el fondo", flexibilizando y desregulando,*

---

133 XIV CONGRESO CONTINENTAL DE CIOSL/ ORIT Santo Domingo - República Dominicana 22 a 25 de Abril de 1997 N° 01. RESOLUCIÓN SOBRE DIMENSION SOCIAL DE LA INTEGRACIÓN.

*especialmente en lo referente a condiciones laborales, el medio ambiente, la apertura comercial y el flujo de capitales.*

Faz uma descrição do cenário da globalização na qual ela só potencia a transnacionalização do capital.

*Por eso las empresas multinacionales y el capital financiero se han fortalecido, convirtiéndose en un factor político internacional que tiende a sobreponerse a los Estados nacionales y a las organizaciones de la sociedad civil, entre ellas las organizaciones sindicales y sociales.*

*El ALCA aumenta la presión sobre los servicios públicos. El protocolo de servicios de la OMC tendrá su equivalente en el ALCA, en camino a la privatización de servicios como los de educación y salud, con lo que las políticas sociales y de Derechos Humanos pasarían al sector privado, con el lucro inmediato como único fin.*

*Para el movimiento sindical no es aceptable la separación de las políticas interna y externa de los Estados, por la cual la democracia, la participación y la legitimidad están confinadas a los límites internos, mientras las tecnocracias negocian, en nombre de los Estados y de los intereses nacionales, los derechos de las grandes mayorías para favorecer solamente a pequeños grupos de privilegiados. El proceso de exclusión social es incompatible con el desarrollo y fortalecimiento de las democracias al interior de los países.*

*La experiencia que tenemos de acuerdos de libre comercio anteriores en el ámbito mundial y regional, es que los beneficios prometidos no fueron realidad. Por el contrario, el resultado fue el de aumentar el poder de compra de las corporaciones multinacionales, limitar la capacidad de los gobiernos de regular los intereses públicos, degradar el medio ambiente y reducir el nivel de vida, derechos y protecciones de l@s trabajador@s.*

As avaliações sobre a ALCA e o livre comércio aparecem na descrição das conjunturas internacionais dos congressos e plenárias da Central Única dos Trabalhadores. Na leitura da CUT, há uma incorporação dos elementos da experiência dos sindicatos do norte à qual são acrescentados elementos do acervo político latino-americano e nacional. Nesse sentido, a caracterização da ALCA é feita em termos de “imperialismo norte-americano” e exploração e perda de direitos e empregos para os trabalhadores e trabalhadoras.

*Fica claro que o imperialismo tem o objetivo de promover uma verdadeira “invasão” dos mercados do hemisfério, sucateando as indústrias nacionais dos países menos desenvolvidos e aumentando a semicolonização do Sul. A exemplo do que foi feito com o México no Nafta, em que o acordo não significa sequer uma união aduaneira (não há uma tarifa comum). No que diz respeito à mão-de-obra é restritivo, prevendo facilidades apenas para o deslocamento de categorias específicas de profissionais especializados, evitando uma emigração massiva de “chicanos” pobres. Lembrando que o licenciamento das atividades profissionais, como advogados e médicos, será*

*baseado em critérios de “competência” e não da formação acadêmica nacional. (IX Plenária Nacional, 1999)*

*O objetivo da ALCA é transformar todo o Hemisfério em um verdadeiro quintal norte-americano, com total liberdade de mercado para seus capitais, produtos e uma superexploração da classe operária. A Central Única dos Trabalhadores deve seguir o caminho inverso, repudiando a ALCA em seu conjunto. (IX Plenária Nacional, 1999)*

E contra versões mais dialoguistas dos companheiros do Norte e da ORIT, para a CUT, a ALCA não pode nem sequer ser melhorada com cláusulas sociais.

*Não existe a menor possibilidade de cláusulas progressistas nesse tratado, ou que assegurem o mínimo de direitos trabalhistas, pois isso iria contra sua essência de superexploração, neocolonização e ingerência do continente, sob a tutela dos Estados Unidos, com alta “competitividade” na disputa mundial. (IX Plenária Nacional, 1999)*

Já no VII Congresso (VII Concut, 2000), a caracterização continua tendo essa dupla aproximação pragmática e ideológica, porém, há uma concessão em relação à questão das regras em relação à proposta da CIOSL da Cláusula social, como reação ao “dumping social”. Só que a CUT teve que lidar com a questão de essa cláusula social ser utilizada como arma de retaliação comercial. Nesse sentido, a proposta de pena que coloca é atenuada.

*A liberalização do comércio e a abertura dos mercados nacionais têm produzido o acirramento da concorrência. A superexploração do trabalho é cada vez mais um instrumento dessa disputa. O trabalho infantil e o trabalho escravo são utilizados como vantagens comparativas na guerra comercial. Essa prática, conhecida como “dumping (rebaixamento) social”, consiste precisamente na violação de direitos fundamentais, utilizando a superexploração dos trabalhadores como vantagem comparativa na luta pela conquista de melhores posições no mercado mundial. Nesse contexto, as conquistas sindicais são apresentadas pelas empresas como um custo adicional que precisa ser eliminado (“custo Brasil”, “custo Alemanha” etc.).*

*A defesa da cláusula social tem o objetivo de combater a prática do dumping social, impedir o uso do trabalho infantil, o trabalho escravo, a discriminação de raça e gênero no mercado de trabalho e promover a defesa do direito de organização e negociação sindical. Essa iniciativa da CIOSL e maior parte das centrais filiadas para que a cláusula social faça parte dos acordos internacionais de comércio deve ser acompanhada pelo revigoramento do papel normativo da OIT e defesa das normas internacionais do trabalho.*

*Para evitar atitudes protecionistas contra os países em desenvolvimento, a CUT defende que a aplicação de sanções negativas por parte da OMC deve ser somente realizada nos casos daqueles países onde persistem a violação dos direitos básicos da OIT. Os governos dos países que buscam soluções definitivas para esses problemas devem se beneficiar de sanções positivas, isto é, de recursos técnicos, financeiros e humanos para combater a prática do dumping social sempre que houver a participação dos trabalhadores e do movimento sindical na formulação e implementação das soluções.*

## Camponeses e camponesas

No caso dos setor camponês, exporei aqui a conformação dos acréscimos identitários vinculados ao livre comércio nas organizações da América Latina, que chegaram por várias vias. Uma delas é uma leitura geral sobre a Organização Mundial do Comércio e o seu predecessor, o GATT (*General Agreement on Trade and Taxes*) através da participação fundacional de muitas organizações camponesas da região em *La Via Campesina*, que tinha sido criada no ano de 1993, na Bélgica, num processo iniciado em 1992, no Congresso da UNAG, no qual participara uma grande delegação internacional e cujas conversas se estenderam até a reunião de Mons (Bélgica). A Via Campesina jogou um papel central no acompanhamento do comércio multilateral já nesses primeiros anos dos 90, e com muito maior força nos anos 2000. Mas a reação camponesa ao livre comércio também foi alimentada pelas análises e a experiência dos primeiros impactos do NAFTA e, a seguir, dos restantes acordos de liberalização comercial bilaterais.

No primeiro Congresso da CLOC (1994), o cenário descrito para a América Latina não fugia das caracterizações tradicionais da época em relação à dominação política e econômica da região e do impacto das políticas neoliberais para o setor camponês:

*América Latina sigue viviendo bajo la dominación política y económica del imperialismo norteamericano. En el marco de la reestructuración del mercado mundial y la conformación de democracias formales y tuteladas en América Latina, se han aplicado políticas de ajuste y se han privatizado y entregado las economías nacionales al capital internacional.*

*Las políticas neoliberales en el agro Latinoamericano se han expresado en francos retrocesos de las reformas agrarias, con legislaciones anticampesinas que tienen como fin lanzar al mercado millones de hectáreas de tierras y facilitar procesos de reconcentración de las mismas. También han ocasionado un alarmante crecimiento de la pobreza, migraciones hacia las ciudades y destrucción de las economías campesinas.*

Dois anos mais tarde, em 1996, circula dentro da CLOC um texto inspirado nas análises da Via Campesina que, feito com um olhar global, não fala nem do NAFTA nem da ALCA; faz uma descrição do livre comércio na qual apresenta problemáticas em alguns casos alheias aos camponeses da região:



*La liberalización de los mercados (libre comercio) únicamente ha contribuido a reducir los precios de los productos. Como resultado, para poder generar capital destinado a pagar la deuda externa, los gobiernos están promoviendo productos no tradicionales para la exportación (comida lujosa, flores y otros productos similares). Sin embargo, los mismos productos son promovidos por distintos países y los mercados para la exportación son en realidad pequeños. Como resultado, la producción de alimentos para consumo doméstico es suplantada con una correspondiente para la exportación. A la vez, este proceso resulta en el alteramiento de la economía misma de los países importadores.*

*Los precios del mercado mundial no pueden servir como modelos para los mercados agrícolas internos. Los países deben tener la habilidad de establecer precios para los productos agrícolas que cubran los costos de producción.*

*Los excesos de producción deben ser evitados y cada país debe tener el derecho a restringir o prohibir la importación de alimentos. Los subsidios para la exportación deben ser abolidos.*

*El dumping de los productos alimenticios en nombre de la ayuda alimentaria es inaceptable. La ayuda alimentaria debe ser permitida únicamente en emergencias reales y debe ser obtenida de los mercados más cercanos al área de la emergencia.*

*Para los países importadores, el comercio internacional de alimentos para animales resulta en la industrialización y concentración de la producción de ganado alrededor de los puertos; desconectándolo de la tierra a costa del medio ambiente. Por consiguiente, los alimentos para animales producidos deben utilizarse en el mismo país o región de origen, o su producción debe convertirse en una producción alimentaria.*

No ano de 1997, a CLOC faz o seu segundo congresso, no qual continua a sua caracterização da globalização e da economia neoliberal de mercado, cujos “*efectos negativos de este modelo se sienten de una manera aguda en el agro, pues la apertura salvaje ha colocado a los campesinos, así como a los pequeños y medianos productores, a los agricultores familiares ante la amenaza directa de su extinción*”. Os elementos para o confronto direto com a ALCA e os TLCs já fazem parte da identidade camponesa nessa época, porém, ainda com certa ambigüidade e sem foco preciso.

No III Congresso (2001), a CLOC vai para as ruas e sobe o tom da crítica e o apelo para a ação:

*Que la liberalización comercial, las contra reformas agrarias y la privatización de la economía en nuestros países, han deteriorado de manera drástica las condiciones materiales de vida de nuestros pueblos.*

*Revisión inmediata a los Tratados de Libre Comercio, que han desarticulado la producción de granos básicos en México; rechazo al Acuerdo de Libre Comercio de las Américas (ALCA) y otros tratados que afectarían la soberanía y autonomía de los países Latinoamericanos, como el Plan Colombia, Plan Puebla Panamá, la Iniciativa*

*Andina y el Plan Dignidad de Bolivia.*

*Rechazamos las políticas impuestas por los organismos financieros y comerciales internacionales, como el Banco Mundial, el Fondo Monetario Internacional, la Organización Mundial de Comercio y el Grupo de los Ocho. Asimismo demandamos la salida de la OMC de los aspectos relacionados con el Sector Agropecuario.*

A revisão dos acordos – lembremos que até então só o NAFTA/CUSFTA tinha sido assinado – é uma amostra do impacto que seis anos de NAFTA tinham trazido para as populações rurais do México, a segunda grande fonte de acréscimos identitários sobre comércio também para os camponeses. No ano de 2002, a CLOC andina junto, com outras organizações, publicam uma declaração na qual dizem:

*Aunque no solo el sector agropecuario sentirá con fuerza los impactos negativos del ALCA, para el campesinado el desafío es mayor pues un elevado porcentaje de las agriculturas familiares corre el riesgo de desaparecer como ha sucedido en México a partir del TLCAN.*

Nesse mesmo ano de 2002, ano do lançamento da campanha continental contra a ALCA e do plebiscito popular no Brasil, João Pedro Stedile, da coordenação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, dedica-se com entrega a explicar por que a ALCA é ruim para os camponeses e camponesas do seu país. Para tanto, utiliza as duas fontes antes citadas: a experiência e as análises vindas da América do Norte e da Via Campesina.

Em um artigo de 2002, em co-autoria com Altamiro Borges, cita um “livrete” da Via Campesina Brasil sobre as principais “conseqüências da Alca para a agricultura brasileira”. Falando da concentração e da produção industrial no campo e as conseqüências disso para o Brasil disse que

todos esses problemas deverão ser agravados com a implantação da Alca, pois as grandes empresas norte-americanas que ainda não atuam no mercado brasileiro, com a redução dos impedimentos e das barreiras, vão se mudar para o Brasil. Por conseguinte, vai aumentar a concentração e desnacionalização das agroindústrias. E, mais grave ainda, elas vão transferir para o Brasil os setores que são muito poluentes, como os frigoríficos, a suinocultura, bem como a indústria do papel e celulose

E acrescenta sobre os perigos em matéria de transgênicos que a ALCA traria

Com o processo da Alca, as empresas estão exigindo liberdade total para a difusão e desenvolvimento das sementes transgênicas, mantendo-se em todos os países latino-americanos o direito de propriedade privada destes novos seres vivos”, denuncia o documento da Via Campesina..

Vingando a Alca, apenas a agroindústria nacional e estrangeira teria acesso às sementes patenteadas. Os pequenos e médios produtores rurais não teriam como comprá-las, já que o seu custo seria acrescido de inacessíveis royalties das corporações.

Para quem dúvida dos efeitos desastrosos da Alca e ainda tem ilusões com a falácia do “livre comércio”, vale a pena conhecer um pouco a experiência do Nafta, o acordo que reúne EUA, Canadá e México e que vigora deste 1994. Para a agricultura mexicana, a mais frágil deste bloco econômico regional, os impactos foram altamente destrutivos e regressivos. As próprias estatísticas oficiais confirmam que houve aumento da concentração fundiária, falência de pequenos e médios produtores rurais, explosão do desemprego de trabalhadores rurais, violento êxodo para os centros urbanos e da migração para o exterior. Hoje a agricultura do país está totalmente submetida à ditadura do agro-business dos EUA.

Para terminar a apresentação dos atores do campo na sua percepção dos acordos, considero pertinente, trazer uma lista dos danos que a *Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas* (CNOc) da Guatemala elaborou em relação à negociação do TLC com os Estados Unidos no marco do CAFTA.

*Las secuelas de la firma del TLC RD-CAUSA son:*

1. *Crecimiento desmedido de trabajos sin ninguna protección laboral.*
2. *Alta tasas de desempleo*
3. *Desregularización laboral.*
4. *Disminución del salario.*
5. *Ausencia del Estado de Derecho.*
6. *Escasas garantías para la libertad de organización sindical y ausencia de Negociación colectiva.*
7. *La importación de productos alimenticios sin garantía de inocuidad.*
8. *La expansión del mercado local por productos transgénicos.*
9. *Trabajo por productividad que afectará las jornadas de trabajo.*

## **Mulheres**

A construção de um olhar dos movimentos e organizações de mulheres em relação aos acordos do livre comércio teve suas formulações iniciais também nos países da América do Norte<sup>134</sup>. E será só depois que as mulheres dos outros países das Américas começarão a focar na questão. O depoimento a seguir da ativista norte-americana da Women's Edge fornece a

134 Como afirma o estudo de Laura Macdonald. “The canadian women's movement, headed by the National Action Committee on the Status of Women (NAC), was perhaps the first women's movement to draw the links between gender and trade, when it did so in the debate in Canada in the late 1980's over the CUSFTA. However, because there was little interest among US social movements in the agreement with Canada, no real transnational movements emerged at this time.... A pioneering feminist economist linked with NAC, marjorie Griffin Cohen, first raised the analytical links between gender and trade. (Macdonald, 2002:27)

percepção de uma organização nacional sobre o acordo. Acrescento também duas outras fontes, sendo que uma é uma declaração de um amplo leque de organizações e redes de mulheres sobre a ALCA. Os principais problemas que Marceline White, de Women's Edge – USA, vê na ALCA em relação à experiência das mulheres na análise e oposição à ALCA nos Estados Unidos são, primeiro, a ausência de atenção dos negociadores para as necessidades específicas das mulheres, o que trará como conseqüência um alargamento da brecha entre homens e mulheres e uma deterioração das condições de vida das mulheres:

*Although women have a large stake in the outcome of trade negotiations, trade negotiators ignore women's specific needs and concerns when negotiating new agreements. Consequently, the FTAA agreement is likely to increase the gender gaps between men and women and increase poverty for many women in the Americas.*

*The FTAA will likely not include measures to support training to upgrade women's skills. At the same time, the FTAA agricultural agreement may lead to falling prices for crops, thus driving more women into maquiladoras as a "survival strategy" to meet their families basic needs. In addition, if other countries compete with Latin America and the Caribbean to attract multi-nationals, wages may drop further. The FTAA will likely not include mechanisms to hold corporations accountable for their actions.*

Outra forma de impacto dos acordos sobre a vida das mulheres é o das privatizações dos serviços que são por eles estimuladas.

*The public service sector has been associated with more highly skilled and waged jobs for women. Women have worked as nurses, doctors, administrators, teachers and social workers. Privatization of social services has already been mandated for many indebted countries through the IMF and World Bank. These privatization plans have disproportionately affected women. Women workers have been the first fired under privatization.*

*Water may be privatized as part of the FTAA, which has serious health implications for women and children. If the price of water is too high for poor families as a result of privatization, women may resort to either rationing water for their families or substituting unsanitary water for clean water when necessary.*

As mulheres reunidas em Quito (2002), além das considerações gerais que já vimos em relação a outros setores e associadas às perdas de soberania e poder de gerar políticas públicas dos Estados, fazem uma detalhada análise por âmbito de atuação das mulheres e destacam:

*\* Producción: condena a la desaparición a unidades productivas medianas y*

*pequeñas, justamente donde hay más mujeres. Promueve la apropiación privada, vía patentes, del patrimonio colectivo generado especialmente por las mujeres indígenas y campesinas durante siglos: semillas, artesanías, prácticas curativas; en adelante se deberá pagar para usar estas tecnologías, diseños y conocimientos.*

*\* Empleo y trabajo: La previsible quiebra de unidades productivas rurales y urbanas, lo mismo que la privatización de empresas y servicios públicos generan desempleo (siendo las tasas femeninas siempre mayores). Se ha producido una verdadera expulsión de fuerza de trabajo, que alimenta migraciones del campo a las ciudades, y hacia países del norte. Como contraparte, puede darse una muy limitada generación de empleos precarios, generalizando una flexibilización laboral regresiva, que desconoce derechos de las mujeres, incluso los derechos sexuales y reproductivos ya que, por ejemplo, se aplican mecanismos de prohibición del embarazo, o se genera un clima de mayor vulnerabilidad ante el acoso sexual. Un claro ejemplo constituyen las "maquilas", en las cuales el 80 por ciento de la fuerza laboral es femenina, y se ha impuesto un modelo de sistemática violación de derechos laborales y humanos.*

*\* Servicios, Salud y calidad de vida: Al someterse todos los servicios básicos (agua, luz, telecomunicaciones, educación, salud) al control privado con fines de lucro, el acceso a los mismo se limita, generándose más exclusiones, privación de derechos, deterioro de la calidad de vida, especialmente de las mujeres que se han visto obligadas a incrementar su trabajo para el cuidado de las familias y comunidades.*

## **Defensores dos direitos humanos**

O histórico trabalho das organizações de direitos humanos na região, sobretudo na América Latina, em relação às guerras civis e violência política, aos governos autoritários e paramilitarismos, e que depois tomaram o rumo dos DESCA (Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais) genericamente fez com que existisse na região da América Latina um conjunto amplo de organizações, algumas das quais perceberam que os acordos de livre comércio teriam impacto nos direitos humanos. O envolvimento dessas organizações se corresponde também com um exercício de intervenção internacional surgida de processos anteriores mas que proporcionou uma sensibilidade particular da parte dessas organizações para com o processo negociador. Tomo aqui fragmentos de um estudo de avaliação realizado pelo *Centro de Derechos Económicos y Sociales (CDES)*<sup>135</sup> do Equador no ano 2004, e um segundo do Serviço de Paz e Justiça (SERPAJ) Costa Rica, em relação ao TLC desse país com os Estados Unidos.

---

135 CDES Centro de Derechos Económicos y Sociales (Ecuador) 2004

“LIBRE COMERCIO Y DERECHOS HUMANOS. LA “VIA RÁPIDA” HACIA LA FELICIDAD... DE POCOS O LA SOBERANÍA, LA GENTE Y LA VIDA”

*El ALCA y los TLC se estructuran en un sistema de normas y procedimientos que vulneran el principio universal de cumplimiento obligatorio del derecho internacional de los derechos humanos. La exclusión de toda referencia a la Carta Internacional de Derechos Humanos indica que el poder del mercado y los intereses de las Empresas y corporaciones transnacionales tendrán prioridad por sobre los derechos humanos de las personas, los pueblos y la naturaleza. (CDES, 2004)*

*El menosprecio que evidencian los acuerdos internacionales de comercio en los mecanismos y regulaciones para su implementación, respecto del derecho internacional de los derechos humanos, constituye una grosera y flagrante violación del Principio de Progresividad de los derechos civiles, políticos, económicos, sociales, culturales, ambientales y de los pueblos indígenas.*

*Desde una perspectiva de vigencia y protección de los derechos humanos, para los ciudadanos y ciudadanas de los países de la Comunidad Andina, la primacía de los acuerdos comerciales es altamente perjudicial, puesto que estos acuerdos desprecian los principios el derecho comunitario andino, donde esta establecido como uno de sus principios generales a los derechos fundamentales de la persona.*

O SERPAJ junto com a *Asociación Costarricense de Derechos Humanos* (ASODEHU) organizaram um seminário em San José (2006) sobre direitos humanos e o tratado de livre comércio, cujas conclusões expressam as preocupações para a proteção desses direitos em relação também à perda de poder regulador do Estado, à criação de instancias não legítimas de julgamento, e à subordinação dos direitos humanos às obrigações em matéria de comércio.

*La naturaleza del TLC y las obligaciones que de este devienen subordinará las obligaciones del Estado en materia de derechos humanos a la protección del comercio y la libre circulación y acumulación del capital internacional.*

*El TLC crea un sistema de Justicia Ad Hoc, que a nuestro criterio privatiza la justicia, a través del mecanismo de Solución de Controversias, trasladando a manos privadas la implementación de la misma, obviando por completo el sistema de justicia nacional y el Sistema Interamericano de Derechos Humanos.*

*Las obligaciones que adquiere el Estado de Costa Rica en materia comercial limita el desarrollo de nuevas normas que den mayor garantía a los derechos humanos e inclusive y más grave, limita el ejercicio de los derechos humanos a las ganancias de las empresas, lo cual contraviene en todo sentido los compromisos que ha adquirido el país en materia de derechos humanos.*

*El TLC se constituye en una limitación para que los pueblos y el Estado aseguren la mejor y más amplia garantía a los derechos de las personas.*

*Los pueblos y los Estados deben poseer la independencia y la libertad para*

*implementar todas las mediadas necesarias para el cumplimiento y la ampliación de los derechos humanos y nunca limitarse por intereses económicos.*

*La aprobación del TLC y la implementación de la agenda complementaria implican un retroceso en materia de derechos humanos y en la garantía de los mismos.*

*Manifestamos que la perversidad de un sistema que privilegia las mercancías, que degrada la vida humana, no sólo constituye un retroceso para los derechos humanos, sino además un peligro que amenaza a los pueblos con la miseria y el deficiente acceso a los recursos básicos para la sobrevivencia.*

## **Ambientalistas**

Os ambientalistas também entraram no debate sobre o livre comércio ao perceber que os direitos concedidos aos investidores por esses acordos poderiam gerar sérios constrangimentos para a regulação de proteção ambiental, posto que regras ambientais podem interferir no mercado e limitar os lucros dos investidores. Para apresentar essa visão exponho aqui passagens de textos elaborados pelo *Sierra Club*, uma das mais tradicionais organizações ambientalistas norte-americanas e das primeiras em entrar na resistência ao NAFTA nesse país. Depois, as afirmações da ativista de Chile Sustentável, Sara Larrain, em um trabalho apresentado ao Fórum da Sociedade Civil na Cúpula das Américas de Quebec (2001); ela representa o olhar da coalizão ambientalista Cone Sul Sustentável, que reúne organizações do Brasil, Uruguai, Argentina e Chile.

A primeira observação do porta-voz do *Sierra Club*<sup>136</sup>, ao fazer uma reconstrução dos impactos do NAFTA para o ambiente, foca no fato da transferência de poder para as empresas transnacionais e deriva disso uma maior ameaça de poluição do ambiente.

*The realization of the North American Free Trade Agreement (NAFTA) ten years ago transferred enormous power from democratic governments to multi-national corporations and faceless global market forces. As a result, communities across North America are at a higher risk to dirtier air, unsafe drinking water, and food-borne illnesses.*

Reclama do poder outorgado aos investidores e demonstra, com um exemplo, as facilidades que eles têm a partir do NAFTA para fugir dos controles ambientais

*NAFTA has given global industries the power to challenge public interest laws that*

---

136 “On NAFTA's Tenth Anniversary, Americans Demand Trade that is Safe, Clean & Fair”  
WASHINGTON - December 23 - Statement by Daniel Seligman, Sr. Trade Fellow, Sierra Club

*might interfere with profits. Under NAFTA's "investor" provisions, a Canadian gold mining company recently sued the United States to escape the clean up and reclamation of a mine site in California. Additionally, a US toxic waste handler successfully sued the Mexican government for \$16 million after a community blocked corporate plans that would dump industrial waste on a site that would threaten local drinking water supplies.*

Descreve também o impacto que o acordo tem em termos do comércio de serviços, sendo que a tendência a desregular implica a diminuição das exigências ambientais na prestação do serviço.

*New rules on "trade in services" could force governments to weaken environmental standards for risky industries, such as trucking, logging, mining, water supply, real estate development, factory farming, and more.*

Afirma ainda que esse tipo de problemas que eles detectaram no NAFTA podem ser estendidos nas negociações comerciais que o sucederam, limitando o poder dos Estados para proteger o meio ambiente a outras regiões.

*CAFTA and the proposed FTAA would not only give foreign investors new powers to challenge community and environmental safeguards; they could force governments to weaken environmental standards covering a wide-range of risky service industries. Like NAFTA, under CAFTA's provisions governments could be barred from setting limits on mining and logging activities in ecologically sensitive areas, and from requiring agribusinesses to use pesticides safely.*

O pedido é claro: *"Investor rules should ensure that global corporations have no greater rights than US citizens have under US law."*

Do sul do continente, Sara Larrain (2001) contesta a idéia propugnada pelos defensores do livre comércio que afirmam que mais comércio é melhor para o meio ambiente porque gera mais renda e recursos para a sua proteção.

*...la relación más comercio es igual a mejor medio ambiente, es solo una posibilidad teórica aún no concretada, en los hechos pues:  
Los acuerdos comerciales no están supeditados al cumplimiento de regulaciones ambientales, ni están bajo las condiciones de los Acuerdos Ambientales Multilaterales.  
Si bien el comercio genera recursos que podrían mejorar el ambiente, no contiene ningún mecanismo automático, ni marco regulatorio interno, que garantice la asignación de parte de estos recursos para la protección o mejoramiento ambiental.*



Ela explica a relação entre liberalização comercial e impacto no nível local ou doméstico a partir da complexa equação segundo a qual

*El espacio ambiental del planeta, tanto para el abastecimiento de recursos, como para absorber desechos y emisiones, es limitado. La apertura comercial, al intensificar la importación y exportación de recursos naturales y de espacio ambiental -tierras cultivables, capacidad de absorción de gases, etc- , facilita la separación de los costos y de los beneficios de la producción en base a la geografía, y así desestimula la internalización de los costos ambientales y sociales a escala local y nacional (Larrain 1997).*

E afirma que o crescimento exportador na América Latina e no Chile não é pensado com base na compatibilização do mesmo com a proteção do meio ambiente. Além disso, denuncia que os governos da região usufruem das vantagens naturais dos seus países indiscriminadamente e rejeitam qualquer tipo de limitação que as normas ambientais pudessem colocar.

*Los gobiernos de América Latina se niegan a incorporar la dimensión ambiental en los acuerdos de comercio, pues en el marco de las actuales ventajas competitivas, las consideran como un nuevo tipo de aranceles y barreras al comercio.*

Finalmente, radicaliza a crítica aos capítulos de investimentos e serviços e pede a eliminação das negociações desses dois temas da ALCA.

*Eliminar el grupo de trabajo , y la actual lógica de la liberalización de las inversiones es crucial para los países de las Américas, especialmente para los del Sur de nuestro Hemisferio, pues bajo un lenguaje de trato equitativo y nacional ocultan mecanismos, expropiatorios y desregulatorios que amenazan las leyes nacionales, o la capacidad de los estados de proteger su ambiente y su población. Particularmente por ejemplo, el capítulo II del NAFTA, cuyo modelo seguramente se copiara para el ALCA,... da derechos a las empresas para desafiar las regulaciones nacionales a través de la solicitud de compensaciones por ganancias no obtenidas; y cuyo procedimiento de resolución de disputas es secreto y antidemocrático. Asimismo los estados nacionales deben poder mantener su autoridad para controlar el flujo de capitales especulativos.*

Outro amplo setor das organizações ambientais, mas também de organizações que lutaram pelo direito à água, como por exemplo a Coordenadora da Água de Cochabamba, Bolívia, convergiram e criaram uma rede específica, a *Red Vida*, que na sua declaração fundacional, no *Foro del Agua* realizado em El Salvador (2003), disse

*El agua debe ser totalmente excluida de las negociaciones de la OMC, el ALCA y los TLC, y no debe ser considerada como materia de 'bienes', 'servicios' o 'inversiones'*

*en ningún acuerdo internacional, regional o bilateral. Por ello, denunciamos, rechazamos y nos movilizamos en contra la pretensión de incluir su tratamiento en la próxima cumbre de la OMC en Cancún.*

## **As igrejas**

A tradição de trabalho comunitário através das pastorais sociais e o caráter progressista das congregações religiosas de muitos países das Américas na tradição da Teologia da Liberação fez com que a comunidade religiosa, que inclui as organizações oficiais da estrutura eclesiástica e as organizações de laicos a elas associadas, considerassem a questão do livre comércio. Outro fator estrutural que contribuiu foi a proximidade da igreja com os movimentos e organizações sociais. O caso do Brasil é bem conhecido em relação ao papel da igreja no surgimento e conformação do MST, e do movimento organizado em volta do Partido dos Trabalhadores a partir dos últimos anos 70. O envolvimento e a opinião das igrejas foi variável, em alguns casos foi chave no impulso ao movimento - além do Brasil, o Paraguai, no qual a Pastoral Social foi crucial na articulação do espaço de mobilização contra a ALCA -, e em outros a Igreja teve que se posicionar sobre o tema a partir da presença do mesmo no debate público de alguns países, em particular aqueles que negociaram nesses últimos anos os TLCs bilaterais com os Estados Unidos.

Para expor a leitura da realidade feita pela Igreja e que determinaria a sua intervenção no tema, apresento aqui trechos do discurso de Monsenhor Victorino (2004) da Costa Rica, sobre o TLC, e do documento do Conselho Episcopal Latino-americano (CELAM) de 2005 sobre a ALCA e o livre comércio em geral.

A interpretação de Monsenhor Victorino tem o poder de ilustrar com simplicidade a lógica da interpretação religiosa dos acordos, nos quais ela enxerga uma ameaça para o bem-estar da pessoa, contraposta à lógica do lucro e do dinheiro.

*La perspectiva de la Iglesia no es de carácter científico. Como cristianos vamos hacia la utopía. El saber de la Iglesia va hacia el “deber” y no hacia lo que es. Lo nuestro es un hablar desde el deber. Pareciera que la Iglesia con su posición contenta al Estado y a la oposición, pero no es así. La Iglesia siempre opta por la persona, no por el dinero. No es lo económico y la ganancia el absoluto, no. Por eso si el TLC implicara aumentar la distancia entre ricos y pobres sería preferible un cierto freno económico.*

*El TLC debe situarse en el campo más amplio de la globalización, un proceso que a simple vista muestra su injusticia. Mejor sería la globalización de la solidaridad. Si se aplicara el TLC el riesgo sería grande, a menos que intentemos frenar sus consecuencias, que los amenazados no lleguen a ser desfavorecidos. El tiempo lo dirá.*

*Desde el pesimismo que se respira entre los pobres, el abismo con los ricos será más profundo. Ojalá que me engañe. Veo el peligro inminente que los más pobres sean una vez más los más sacrificados, aumentándose así la distancia entre pobres y ricos. Tratemos de iniciar nuestra carrera desde el neoliberalismo salvaje hacia la solidaridad.*

O texto do CELAM é mais complexo e elaborado e aponta para vários aspectos específicos que ameaçam o bem-estar das pessoas.

*Ese mismo espíritu de solidaridad ha permeado nuestras discusiones sobre la realidad de la globalización de los mercados y sus efectos en las personas de los más pobres y excluidos. Estamos preocupados ... por los que van a perder por los efectos de los Tratados de Libre Comercio.*

*Como pastores de los pueblos de América Latina y El Caribe, estamos preocupados porque no vemos que los Tratados de Libre Comercio (TLC) que se vienen negociando entre los Estados Unidos y los países de la región sean capaces de incrementar las oportunidades para las personas más pobres y vulnerables, de modo que efectivamente sean incorporadas en condiciones de equidad. Conviene que los países interesados aprendan lecciones de las experiencias de TLC actualmente em curso como las de México y Chile y cómo vienen afectando a dichas personas más pobres y vulnerables.*

Em relação à educação, uma preocupação sempre presente na Igreja, alertam para a mercantilização que aparece no marco das negociações comerciais.

*.a..nos preocupa que en los TLC la educación superior esté siendo manejada en gran parte como una mercancía. La educación, en este contexto, ya no es vista como un "bien público" y un derecho humano fundamental. Por esta razón se recomienda a los gobiernos que no suscriban ningún compromiso en esta materia en el marco del Acuerdo general sobre el Comercio de Servicios (GATS) de la OMC.*

Chamam à participação e pedem para os governos não firmarem tratados sem o acordo das partes e que estes sejam compatíveis com a vigência dos direitos humanos.

*Pedimos que no se firme un TLC mientras no se llegue a un acuerdo satisfactorio y equitativo entre las partes QUE SEA compatible con la vigencia plena de los derechos humanos. Las negociaciones sobre el TLC deben permitir un proceso participativo e inclusivo de diálogo regional y en cada país, de acuerdo a su propia realidad. sugerimos que en los países donde tales acuerdos ya fueron ratificados, se abra paso a una auténtica vigilancia ciudadana a fin de controlar su implementación, denunciar los efectos negativos y proponer medidas en favor de las mayorías. De esta manera los sectores potencialmente afectados podrían presentar sus propuestas y que éstas se tengan en cuenta. En este proceso es necesario hablar con la verdad: "conocerán la verdad y la verdad les hará libres" (Jn, 8,32).*

Fechamos com uma frase lapidária que esquematiza o posicionamento religioso perante os acordos: *“No podemos olvidar que, si bien el mercado tiene su propia lógica y fomenta la eficiencia, no tiene su propia ética para asegurar de por sí dicho desarrollo humano integral.”*

### **Os Indígenas e comunidades negras**

A abordagem indígena do tema acrescenta às questões gerais já apresentadas nas posições de outros setores questões específicas dos povos indígenas, que foram de fato os que – dependendo das conjunturas políticas domésticas – mobilizaram os indígenas. É importante destacar que os indígenas nos países andinos e mesoamericanos são fundamentalmente camponeses e, nesse sentido, a leitura mistura elementos dessa identidade com aspectos especificamente indígenas. Analisamos aqui um texto assinado pelo Ecuarunari (*Confederación de los Pueblos de Nacionalidad Kichua del Ecuador*), a Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE) e uma organização ambientalista, a *Acción Ecológica*.

Em relação à sua atividade produtiva central, vinculada à agricultura, eles avaliam que

*Con el TLC los indígenas y campesinos serán obligados al monocultivo, a utilizar semillas tratadas en los laboratorios de EEUU (transgénicos), y a usar de manera indiscriminada productos químicos que dañan al suelo; se envenenará el agua, y se propagarán enfermedades como el cáncer, las alergias en las personas y en los animales.*

Os indígenas vêem os seus direitos específicos ameaçados pelos acordos de livre comércio.

*Con el TLC se eliminará todos los derechos estipulados en la Constitución Política de la República, incluido los Derechos Colectivos de los Pueblos Indígenas y demás leyes ecuatorianas, imponiendo los intereses de las empresas transnacionales y del gobierno norteamericano.*

Na descrição dos efeitos da desregulação e da liberalização dos serviços, eles detalham, em primeiro lugar, os aspectos mais sensíveis da sua perspectiva, incluindo bens comunitários

*El TLC origina la privatización del agua, el riego, los páramos, aire, luz eléctrica, las telecomunicaciones, la educación, salud, seguridad social, petróleo, minas y biodiversidad, convirtiéndolos en mercancías a beneficio de las empresas transnacionales y por lo que tendríamos que pagar altísimos precios.*

Por fim, outro dos aspectos centrais da crítica é a privatização e patentização a partir das normas de propriedade intelectual dos recursos biológicos e dos seus saberes ancestrais.

*El TLC posibilitará que los recursos biológicos y saberes ancestrales de las comunidades y pueblos, sean registrados como propiedad de las empresas transnacionales, se adueñarán de nuestros territorios y la tenencia de la tierra se concentrará aún más en pocas manos, y en empresas transnacionales.*

Acrescento aqui uma passagem da declaração de Cusco de 2006, momento central da conformação, várias vezes inconclusa, de uma coordenação regional de organizações indígenas. A criação da CAOI (Coordenadora Andina de Organizações Indígenas) rejeita os TLCs recuperando elementos pragmáticos, uma visão histórica baseada em elementos do discurso indígena da região, e caracterizações próprias do acervo das esquerdas.

*Rechazamos la nueva estrategia de colonización capitalista y neoliberal, a través de los TLC, los cuales no son simplemente para regular intercambios comerciales, sino sobre todo para imponer nuevos mecanismos de subordinación del viejo “Estado-Nación”, como son el de detener los controles a los abusos de las Transnacionales, bajo el pretexto de ser “expropiaciones indirectas” que serían denunciadas en tribunales arbitrales extranjeros, sin control público y fuera la leyes y sociedad nacionales. La historia del despojo continúa entonces: luego de imponernos Estados criollos “independientes” pero que mantuvieron la misma sociedad colonial de exclusión; y ahora, cien años después, a pesar de ser Estados fracasados, aceptan el control imperial, en especial para el saqueo de los recursos naturales : agua, minerales, hidrocarburos, madera, biodiversidad, entre otros.*

E reivindicam a “visibilização” das suas demandas e do seu lugar como sujeitos e atores políticos e sociais com um olhar e direitos próprios no cenário internacional

*...proponemos que todas las instancias internacionales (Multilaterales, NN.UU y otras) dejen de invisibilizarnos y sustituirnos, y tomen en cuenta nuestros derechos, y en particular que la Comunidad Andina de Naciones y MERCOSUR, en todos sus procesos y decisiones, respeten nuestros Derechos Colectivos con la debida consulta y consentimiento. Igualmente que la Organización Mundial del Comercio (OMC), respete nuestros derechos de Territorialidad, Autonomía y patrimonio intelectual y cultural, y su carácter colectivo y trans generacional.*

## **Os comunicadores**

Os setor de meios de comunicação comunitária ou alternativa acompanhou as ações dos movimentos, mas ele mesmo não fez manifestações: rádios comunitárias, jornais e publicações populares, redes de rádios comunitárias, centros de direitos à comunicação, trabalhadores da comunicação, agências, redes e organizações de comunicação alternativa (internet).

Em 2004, durante o Fórum Social das América em Quito, um conjunto de redes latino-americanas de comunicação, reunidas no movimento mundial CRIS (*Communication Rights in the Information Society*), entre elas, ALAI - ALER - AMARC – *Political Monitoring Project* TIC en LAC de APC - OCLACC - Radipaz - WACC – ADITAL, emitiram uma carta pública de lançamento da Campanha Continental pelo Direitos da Comunicação (DECAL), que incluiu uma parágrafo sobre a relação desse direito e os TLCs.

*La comunicación es un derecho y no una actividad comercial. En este sentido, rechazamos cualquier intento de considerar las diversas formas de ejercicio de los derechos de la comunicación simplemente como servicios audiovisuales o informáticos y como medios de carácter comercial, tal como se pretende imponer en la Organización Mundial del Comercio, OMC, y en tratados regionales como el ALCA y los TLC.*

Trata-se fundamentalmente da concentração dos meios de comunicação que será ainda mais aguda no contexto da ALCA e dos acordos de livre comércio, o que significa uma crescente ameaça aos direitos da informação. Segundo a ALAI (Agência Latino-americana de Informação)

*En el plano de la comunicación social se ha establecido así, una profunda contradicción entre los intereses de los conglomerados que controlan el mundo de la comunicación con criterio mercantil y el derecho ciudadano al libre acceso a la información objetiva, seria, independiente y de fuentes diversas y plurales. Esta contradicción se agudizó con cada acuerdo comercial tal como el Tratado de Libre Comercio Norteamericano (TLC) y el Area de Libre Comercio de las Américas (ALCA) que se han negociado entre los gobiernos sin la participación y la consideración de la sociedad civil(1).*

Uma outra vertente crítica dos acordos também associada à informação é a dos defensores do livre acesso à informação, em particular a partir de plataformas tecnológicas como a internet. No caso da associação estadunidense IP-Justice (*Intellectual Property Justice*), eles enxergam na ALCA uma ameaça à sua liberdade nos capítulos de direitos de propriedade intelectual presentes nos acordos e denunciam, em nota publicada em 2003,

intitulada "*FTAA: A Threat to Freedom and Free Trade*", que no caso da ALCA o capítulo parece ter sido feito pelos lobbistas da Microsoft.

*The draft FTAA intellectual property chapter reads like a "wish list" from RIAA, MPAA, and Microsoft lobbyists, with provisions that vastly expand both criminal and civil powers against infringers throughout the Americas.*

Entre vários motivos, eles enumeram os seguintes impactos de um acordo desse tipo:

*~ It undermines fundamental freedom of expression rights guaranteed by the UN Declaration of Human Rights and the First Amendment to the US Constitution.*

*~ It would make it illegal for people to bypass the controls on their own digital media collections.*

*~ It contains definitions that would substantially restrict traditional fair use and personal use rights.*

*~ It threatens to force 33 other countries to adopt the new US standard for the term of copyright protection, 70 years after the life of the author, even though the internationally recognized standard is 50 years after the life of the author.*

*~ It permits the copyrighting of facts, data, and other information for the exclusive ownership and control by a few corporate media giants.*

*~ It allows law enforcement and border patrol agents to prosecute infringements without the need for a complaint filed by an injured party.*

*~ It would also force every citizen in the Americas to send Internet domain name legal disputes to a private corporation that is unaccountable to the public or resolution.*

*~ It ignores the privacy and due process rights of suspected infringers.*

*~ It threatens to expand courts' power to seize and destroy personal property that is suspected of being connected to an infringement.*

*~ It forces infringers to turn over personal information about third parties or be sent to prison, no matter how small or insignificant of an infringement.*

*Sacrificed by the treaty's excessive provisions are the individual liberties and consumer fair use rights of all 800 million citizens in the Americas. Also lost are innovation and competition as over-reaching intellectual property laws prevent the creation of software and devices that benefit consumers and artists. National sovereignty is also forfeited as countries lose the ability to decide intellectual property policy matters domestically. Instead, fundamental public policy decisions are dictated to countries by un-elected foreign treaty negotiators.*

### **Os defensores da saúde e as organizações de afetados**

As organizações defensoras do direito a saúde fizeram nesses anos dois tipos de apelo em relação aos acordos de livre comércio em escala global e regional. O primeiro se refere aos capítulos sobre serviços e os perigos que estes acarretam para a saúde pública, dado que abrem o caminho para a privatização e mercantilização total da saúde. O segundo ataca as restrições, como observamos no caso anterior, colocadas pelos capítulos sobre direitos de propriedade intelectual e as limitações que isso implica em matéria de acesso a medicamentos em áreas sensíveis como, por exemplo, a do tratamento da AIDS.

No caso do acesso aos medicamentos, a FEDAEPS, do Equador, declarou, no ano de 2002: *"Con la implantación del ALCA, los países americanos deberán someterse a las reglas de importación y exportación de las transnacionales en el área médica y farmacéutica lo que traerá como consecuencia que la población no podrá adquirir medicamentos genéricos"*.

Essa relação tem mobilizado fortemente as organizações de luta contra a AIDS no Brasil, que desenvolveram uma forte argumentação e ação contra os acordos multilaterais de propriedade intelectual (*Trade related aspects of intellectual property rights* - TRIPs) no marco da OMC, e os capítulos sobre o assunto nos TLCs e a ALCA. Esses acordos impõem restrições à soberania dos Estados nacionais de legislar de forma autónoma sobre direitos de propriedade intelectual e patentes e colocam empecilhos à produção de medicamento genéricos mais baratos do que os patenteados, geralmente, pelos grandes laboratórios internacionais. Os acordos, de modo geral, incluem um prazo de validade das patentes que supõe um período para os laboratórios recuperarem o investimento. Porém, os prazos dessas patentes nos acordos são considerados abusivos pelos ativistas.

Jorge Belocqui, da Abia / Brasil, publica uma matéria na qual faz essa relação e diz:

Se o acesso a medicamentos piorar por causa do impacto das patentes, pode-se argumentar que o direito comercial está prevalecendo sobre o direito à saúde e a vida, o que é uma coisa totalmente inaceitável do ponto de vista ético e moral. (2003:18)



Nas negociações da ALCA os EUA estão pressionando para que os países coloquem ainda mais restrições do que o TRIPs (TRIPs-plus) nas suas leis de propriedade intelectual, renunciando ao licenciamento compulsório em quase todos os casos e estendendo o prazo de vigência da patente a 27 anos... (2003:19)

Devemos exigir que nas negociações da ALCA seja colocado o Direito à Saúde e o Direito à vida como superior a qualquer direito comercial e em particular não ter mais restrições à produção local de medicações para a saúde pública. Devemos exigir que seja retirado o capítulo sobre Propriedade Intelectual da ALCA. (2003:18)

### **As comunidades atingidas por obras**

As comunidades atingidas por barragens e megaprojetos de infraestrutura têm um histórico de luta forte na região da América Central, relacionado ao projeto de infraestrutura regional batizado de Plano Puebla Panamá. Trata-se fundamentalmente de organizações comunitárias locais que têm trabalhado junto com organizações ambientais. Há outros casos de organizações específicas sobre o tema em outras regiões do continente, que também se uniram à luta contra o livre comércio por identificar, nesses tratados, vias para facilitar a construção desse tipo de obras. No Brasil, o Movimento de Atingido por Barragens (MAB) se juntou à Campanha Contra a ALCA, e no Peru, como outro exemplo de destaque, a CONACAMI (Coordenadora Nacional de Afetados pela Mineração) impulsionou as várias campanhas contra a ALCA e os TLCs desenvolvidas no país.

Para exemplificar os acréscimos identitários nesse setor, apelarei às declarações dos Fóruns Mesoamericanos Contra as Represas “Pela Água e pela vida dos povos” nos quais participaram organizações camponesas, indígenas, sociais, ecologistas, ONGs, igrejas católicas e evangélicas, redes, frentes, movimentos, meios de comunicação alternativos, nações indígenas e representantes comunitários:

Na declaração final do Fórum de 2003 eles afirmam

*Que la proliferación de los proyectos hidroeléctricos en nuestros países no obedece a las necesidades energéticas de nuestros pueblos sino que responde a la necesidad de crear la infraestructura necesaria para desarrollar el modelo económico neoliberal a través del Área de Libre Comercio de las América (ALCA), los diferentes tratados de Libre Comercio a nivel continental, el Plan Puebla Panamá y el Plan Colombia, entre otros.*

*Que en la actualidad existen proyectos de construcción de represas en todo el territorio mesoamericano, los cuales se ubican en comunidades indígenas y campesinas caracterizadas por su grandes riquezas y culturales, Dichos proyectos atentan contra la sobrevivencia de nuestros pueblos y la desaparición de sus*

*territorios.*

*Que los impactos económicos, sociales, ambientales y culturales, que ya han provocado los proyectos hidroeléctricos han causado pérdidas irreparables en todo el territorio mesoamericano. Esto evidencia una enorme contradicción entre lo que es el supuesto desarrollo promovido por los gobiernos y las desastrosas consecuencias que ya estamos viviendo en carne propia.*

Nos seguintes fóruns reafirmariam esse diagnóstico e acrescentariam, no fórum de 2005, os planos de infraestrutura da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana ( IIRSA).

### **Os estudantes e jovens**

A reação estudantil aos acordos de livre comércio se deu também em dois momentos, um primeiro relacionado com a larga mobilização social no Canadá no debate sobre o CUSFTA. Devido à dificuldade de acesso a informação direta das organizações estudantis engajadas nessa luta, realizei uma reconstrução dos argumentos a partir de um estudo realizado pela *Fédération étudiante universitaire du Québec* (FEUQ), de 2002, focado na ALCA e no GATS (*General Agreement on Trade and Services*). Depois levanto alguns dados que demonstram os caminhos da incorporação do tema na agenda da OCLAE e de outras organizações estudantis da região.

Os estudantes do Quebec apontam também para o problema da liberalização dos serviços e a ameaça de destruição do forte sistema de serviços públicos canadense, em particular o sistema ensino e de saúde. E, em declaração sobre a ALCA de 2001<sup>137</sup> coloca em destaque a proteção cultural dos “grupos autóctones” - os quebequenses em relação ao Canadá – e pedem a inclusão de uma cláusula de “exceção cultural” nos acordos.

*La FEUQ s'oppose à la ZLÉA dans la mesure où elle cherchera à étendre et à amplifier à tout le continent les dispositions contenues dans l'ALÉNA, ce qui, compte tenu de l'expérience mondiale des dernières années, menacera l'éducation, la culture, l'environnement, la santé, les services sociaux, la propriété intellectuelle, le secteur public, la législation du travail, la protection du consommateur, les programmes favorisant les groupes autochtones ou minoritaires et les ressources naturelles.*

*La FEUQ s'oppose dans le cadre des négociations de la Zone de libre-échange des*

---

137 “Positions et revendications de la FEUQ concernant la Zone de Libre-échange des Amériques” (FEUQ, 2001)

*Amériques (ZLÉA) à toute proposition de déréglementation qui résulterait en la renonciation à des normes diverses en éducation, en matière sociale, de condition de travail et de développement durable.*

*La FEUQ exige que le gouvernement canadien ne signe aucune entente de libre-échange sans que celle-ci ne soit dotée d'une clause générale d'exemption culturelle.*

No chamado “*Étude sur les impacts de la ZLEA et de l'AGCS sur l'éducation: Vers la privatisation de l'éducation*” (FEUQ, 2002), declaram:

*La FEUQ, comme plusieurs groupes de la société civile s'inquiètent de deux réalités : l'impact d'une complète libéralisation du marché et la marge de manœuvre détenue par le gouvernement canadien aux tables de négociation. Nos principales inquiétudes concernent les services publics comme l'éducation et le système de santé. Nous craignons de voir disparaître le système de services publics que les Canadiens et les Québécois ont bâti au cours des ans et qui est destiné à desservir l'ensemble de la société sans égard au rang social des citoyens.*

*Si le libre-échange commercial – avec son corollaire niant toute possibilité de discrimination envers des « entreprises » locales pour des raisons de défense des intérêts collectifs – devait s'appliquer aux services, cela voudrait dire la fin du système universitaire tel que nous le connaissons. Il devient alors nécessaire de faire en sorte que l'éducation ne soit jamais incluse dans les services et qu'il ne soit jamais possible de contester une décision du gouvernement em cette matière. Il en va de l'avenir d'un système fièrement bâti par les générations passées, défendu et amélioré par les générations présentes et garant de la réussite des générations futures.*

A OCLAE entra no debate a partir da sua participação no primeiro Fórum Social Mundial, onde descobre a ALCA e, nas notas do seu presidente, Yovani Diaz Romero, fica claro a posição assumida.

*No debemos ver al ALCA sólo como un proyecto comercialmente desigual. Será también un lastre educacional que tratará de implantar en la educación una suerte de “ libre” para la imposición del pensamiento único, sin tomar en cuenta nuestras identidades nacionales.<sup>138</sup>*

A partir de então o tema terá destaque na organização, que, no ano de 2002, no XIII CLAE (o Congresso da OCLAE), em Guadalajara, incluí como temas centrais dos debates “A Educação nos tempos do livre comércio”, e “A Oclae e os movimentos sociais na perspectiva atual”, que incluiu entre os palestrantes um representante da ASC e o próprio Kjeld Jakobsen pela CUT. Com isso, deixava clara a relevância do tema e insinuava a estratégia de ação para o seu tratamento.

---

138 Movimiento em Movimiento, Boletim da OCLAE junio 2001

## Os usuários e consumidores

Entre as organizações de usuários e consumidores as posições não foram uniformes e, dentro da própria organização internacional (*Consumers International*), deu-se o debate entre posicionamentos mais ou menos radicais em relação ao tema. No entanto, este entrou na agenda de tal forma que foi criado um grupo de trabalho *ad hoc* para acompanhamento das negociações da ALCA.

Os ativistas em defesa dos consumidores colocam então uma demanda de participação nas negociações da ALCA, já que percebem que elas terão impacto nos direitos dos consumidores.

*Es precisamente la ausencia de “las necesidades y los derechos de los consumidores” en las negociaciones en curso, lo que preocupa a Consumers International. Los borradores del ALCA, divulgados en julio de 2001, dejan entrever que la protección de los consumidores podría debilitarse, en particular a partir de las propuestas sobre Servicios, Derechos de Propiedad Intelectual (TRIPS), Agricultura y Competencia.<sup>139</sup>*

Raúl Moreno, presidente do *Centro para la Defensa del Consumidor (CDC)*, de El Salvador, acredita que “*con los Tratados de Libre Comercio y el ALCA se pretende consolidar un proceso privatizador de servicios públicos. Moreno añadió que se prevé un control monopólico en todos los sentidos, que afecta al consumidor; y se reduciría a planes de dominación de las empresas transnacionales, incompatibles con el desarrollo del país*” (2003).

### **C- Identidades complexas. Domésticas**

Com o intuito de simplificar uma tarefa que seria tanto ou mais extensa do que a desenvolvida até agora em relação às identidades primárias, vou reduzir, nesta seção C, o foco para apenas algumas experiências expressivas da conformação do tipo de identidades que estamos tratando. É útil lembrar sempre que estamos trabalhando com coalizões nacionais de oposição ao livre comércio cuja natureza, como fica evidenciado na tabela do final deste capítulo, é a multi-setorialidade, a multiplicidade de origens temáticas e a diversidade das

<sup>139</sup> <http://www.consumidoresint.org/economia/alcaporto2003.asp>

formas organizativas das entidades reunidas. Porém, a tentativa aqui é de demonstrar que elas têm uma identidade comum que faz com que possam ser consideradas parte do mesmo movimento social.

Para cumprir com essa proposta vou acrescentar um elemento de variabilidade extra que, de alguma forma, é uma prova de que mesmo nos diversos cenários pode ser verificada uma identidade comum. Tendo sempre em mente que estamos trabalhando no nível de construção do discurso, tomamos como objeto de análise declarações de posição de coalizões que se opuseram ao NAFTA, à ALCA e aos TLCs bi-regionais (CAFTA e TLC Andino). Supomos também, como já o fizemos no estudo das identidades primárias, que essas declarações são “fotos” que representam o estado da identidade num determinado momento, sabendo que isso tem o custo de perder a evolução das idéias e posições no decorrer da luta, mas reconhecendo também que por questões de tempo não é possível aprofundar aqui essa abordagem cronológica. Na medida do possível, tentei também escolher os documentos fundacionais das coalizões, entendendo que esses primeiros momentos são chave em termos explicativos pois evidenciam as preocupações originais que fazem com que as organizações dêem o primeiro passo para a ação coletiva.

Lamentavelmente não tive acesso a documentos originais da *Pro-Canada Network* e, mesmo entrando em contato com alguns de seus protagonistas, não foi possível recuperar textos produzidos em gráficas e que não têm suporte digital – pelo menos não identificado por mim. O texto mais antigo que chegara a minhas mãos por via da Secretaria da Rede Mexicana de Ação contra o Livre Comercio (RMALC) datam dos anos de 1990 e 1991 e pertencem às três coalizões da América do Norte reunidas em Zacatecas em outubro de 1991.

## **RMALC/NAFTA**

O texto da RMALC que tomamos como fonte aqui data do período de fundação da rede, em abril do ano 1991, como produto do começo das negociações do NAFTA e como parte de uma série de reuniões que fundamentalmente sindicatos do Canadá e do México vinham mantendo desde 1990. Cabe destacar que a rede teve desde seus inícios uma forte predominância sindical, sendo a metade de seus membros, segundo a lista de assinantes dos seus documentos fundacionais, eram sindicatos. Porém, faziam parte da outra metade organizações do campo, de mulheres, de direitos humanos e vinculadas à questão das migrações, ambientalistas, organizações de comunicação comunitária, organizações de origem

religiosa, ambientalistas e centros de estudos temáticos. Essa composição, inspirada no tipo de coalizão desenvolvida no Canadá, fez com que, já desde o começo, o tipo de apelo e os acréscimos identitários da nova identidade complexa utilizassem o que denominaremos, tomando uma terminologia marxista já em desuso, mecanismos de *somatória* e de *abrangência* para dar conta da diversidade.

A idéia de mecanismos de abrangência faz referência à utilização de denominações amplas ou genéricas para falar do nosso nós, por exemplo, “povos”, “cidadãos”, “sociedade”, “a nossa rede”, e outros mais elaborados, que têm a vantagem de, com uma só palavra, abranger uma diversidade de coletivos diferentes, no nosso caso um conjunto de identidades primárias amplo e diverso. A idéia de somatória, pelo contrário, é utilizada nos documentos e no discurso em geral das identidades complexas como forma de incluir, ao mesmo tempo que apelar para essas identidades setoriais ou temáticas primárias.

Nos casos dos três documentos que analisamos como expressivos das identidades complexas conformadas a partir das leituras das negociações de livre comércio, esse tipo de mecanismo é detectado rapidamente e será colocado em destaque em cada situação.

A “Plataforma”, como é denominado esse documento, reúne o ideário político que fez possível a reunião dessas organizações em volta da questão do comércio. É um texto que se coloca em um tom positivo e que reflete o que Héctor de la Cueva, um dos fundadores da rede, descreveu para mim como um clima de hegemonismo neoliberal que fazia com que propostas centradas só na críticas recebessem uma acolhida negativa da parte do grande público. Por isso, o tom do texto procuraria não parecer só “do contra” e faria um esforço por produzir apelos propositivos<sup>140</sup>. Esse foi o tom geral dos três documentos elaborados pelas redes da América do Norte na sua primeira reunião tri-nacional<sup>141</sup>, que fazem a crítica do acordo dizendo que querem outro tipo de acordo. Segundo Arroyo e Monroy, outros dois ativistas da rede, ela “*no nace en oposición a la idea de negociar un tratado comercial con Estados Unidos y Canadá, sino en la búsqueda de la elaboración y lucha por un proyecto de*

---

140 Segundo Brunelle & Dugas (2006) “*Au demeurant, le phénomène le plus marquant dans la “contre-révolution monétariste” mexicaine – au-delà de ses dimensions politiques, voire idéologiques – est la rapidité du revirement de l’opinion publique qui s’est montrée passablement complaisante vis-à-vis de l’adhésion à un éventuel accord de libre-échange avec les EUA30. Ce retournement est imputable en partie à l’efficacité du PRI et à celle de ses instruments de propagande sur les organisations de la société civile. Il est aussi dû au fait que des segments importants de l’opinion publique ont cru voir, dans cette éventuelle ouverture commerciale, une occasion susceptible de desceller l’emprise que le PRI exerçait jusque-là sur la société et d’élargir ainsi l’espace démocratique au plan interne. Ces précisions expliquent sans doute pourquoi les OSC, loin d’opposer une fin de nonrecevoir à l’intégration économique entre les trois partenaires d’Amérique du Nord, choisiront plutôt de proposer des alternatives au projet officiel.*”

141 Em Red Mexicana de Accion Frente al Libre Comercio, “Memorias de Zacatecas”, RMALC, México D.F., 1991.

*desarrollo alternativo al neoliberalismo y dentro de la lucha por la transición democrática.*”(1996: 11) e, no mesmo sentido, o documento de MOTDLE para Zacatecas afirma que *"El objetivo último de un Tratado Comercial para América del Norte es elevar el nivel de vida de los 380 millones de habitantes de las tres naciones, por medio de una iniciativa de desarrollo continental."* (em RMALC, 1991: 33).

Depois dessas notas de contexto, apresento a seguir a análise da “Plataforma” da rede mexicana. Diferentemente do texto da RECALCA que estudaremos na seqüência, esse texto faz uma denúncia velada do TLC a través do que seria o desejável para um acordo, mas o faz pautado por uma agenda da crítica que nós já identificamos na conformação das identidades primárias na seção anterior.

Nesse sentido, as ameaças, ou avaliações críticas do processo, assinalam para:

1- a falta de estudos que avaliem os impactos do acordo e a ausência de consultas à população.

2- o fato de se tratar de um acordo muito mais que comercial que subordina o interesse geral dos mexicanos ao das corporações

3- a demanda de que o incremento do comércio não signifique cortes à soberania e ao nível de vida da população

4- *“Nos oponemos a una posible “trilateralización” de decisiones sobre temas que competen exclusivamente a los gobiernos nacionales.”*

5- propõe uma grande consulta para decidir o destino do acordo.

6- Reinvidicam a sujeição da regulação do trabalho *“efectivo respeto a la Constitucion política de los Estados Unidos Mexicanos y a las leyes nacionales en materia laboral, de inversiones extranjeras y de derechos sobre la propiedad intelectual”*.

7- Colocam a defesa do petróleo e dos recursos naturais, eles não devem ser objeto de negociação

8- *“Adopción del principio de igual salario por igual trabajo en América del Norte (salario mínimo aplicable a toda la región). Es decir igualar los salarios y las prestaciones laborales y sociales de los trabajadores de los tres países al nivel superior existente en la región. De ninguna manera la diferencia en el precio de la mano de obra en los 3 países puede ser una carta de negociación”*.

9- *“Homologación regional de los sistemas de seguridad social, utilizando como modelo los estándares más altos. Los trabajadores mexicanos no queremos ser “esquirolas” que justifican un deterioro de los derechos sociales y laborales conquistados por los trabajadores canadienses y norteamericanos. Nos oponemos a la imposición de normas de productividad y organización del trabajo ajenas a la cultura, las tradiciones y las formas de organización de los trabajadores mexicanos”.*

10- Defesa da “auto-suficiência alimentária” e das instituições básicas da agricultura tradicional mexicana, como o “*ejido*” de uso comunitário.

11- *“Adopción de normas regionales para el uso racional de los recursos naturales y la efectiva salvaguarda del medio ambiente. Homologación de criterios y restricciones en el manejo de desechos tóxicos”.*

12- Defesa da diversidade cultural e do direito à educação.

13- *“Respeto efectivo a los derechos de las nacionalidades, etnias y comunidades lingüísticas en el área”.*

14- Desmilitarização da fronteira México-EU, e fim das agressões aos cidadãos mexicanos nas faixas fronteiriças e solução bi-regional ao problema da migração.

15- *“Terminar con la discriminación sexual en el trabajo. Pago igual por igual trabajo a hombres y mujeres. Cobertura y ampliación de prestaciones sociales y laborales como: guarderías, incapacidades por embarazo, horas de lactancia etc”.*

16- Considerar as assimetrias e diferenças econômicas

Acrescentam algumas demandas próprias da conjuntura política mexicana e fecham, sim, com uma expressão clara da situação de negociação daquele momento e incorporam um elemento novo na construção do que era até esse momento o discurso de oposição ao livre comércio, que é o apelo a estreitar as relações com os povos da América Latina.

*“nos oponemos y un TLC en los términos, condiciones y forma como lo están negociando los gobierno de México, EU y Canadá. Estamos por incrementar las relaciones comerciales y culturales entre nuestros pueblos y sobre todo entre México y América Latina.”*

No que diz respeito à identificação do nós, o texto permite de forma direta identificar os principais pólos do debate feitos com base no uso de mecanismos de abrangência de uso rotineiro, tais como “população”, “nossos povos”, que são colocados em oposição a “os



governos da América do Norte” e “as grandes corporações”. Num nível mais específico, eles falam das decisões táticas adotadas como:

- “*Las organizaciones y personas que hemos decidido conformar la Red*”
- “*Los integrantes de esta red*”
- “*Los trabajadores mexicanos*”

Em contraste com o texto que veremos a seguir, o uso de mecanismos de somatória é trabalhado nesse texto de um modo muito sutil e imperceptível, porque são colocadas propostas temáticas específicas sem falar do sujeito social que está por trás delas: assim, como vimos, fala-se da saúde, da educação, da agricultura, dos recursos naturais de do meio ambiente, dos problemas dos migrantes, das normas trabalhistas e sim, dos trabalhadores e das trabalhadoras.

### **ALCA y TLC-Andino**

Em junho de 2003, o que a partir de então seria a Rede Colombiana de Ação se reuniu, em Bogotá, num Fórum para discutir a ALCA e as ameaças de um TLC que já estava sendo anunciado pelo governo da Colômbia. O Fórum reuniu personalidades e delegados de diversas organizações e pôs o foco na análise da experiência mexicana, estabelecendo as relações dessa experiência com a realidade colombiana e as transformações econômicas impulsionadas na década dos anos 90.

O texto, apesar de ter um caráter fundacional no contexto da realidade colombiana, apresenta o que nós introduzimos no começo desse capítulo como *trajetórias não lineares*, ou seja, peças discursivas que evidentemente não foram produzidas com base na realidade colombiana, que vêm de fora da mesma, mas que servem para analisar essa realidade e avançar numa re-significação da ALCA no momento em que o governo desse país apressa a negociação de um acordo bilateral com os Estados Unidos.

Sobre a experiência mexicana então é dito:

*Los diferentes conferencistas analizaron la experiencia mexicana y los dañinos efectos que sobre la sociedad colombiana tendría este acuerdo... Se examinó la experiencia internacional, particularmente la mexicana, y se tomó nota de las lecciones correspondientes.*

E enfatiza algumas questões centrais da avaliação dos então 9 anos de NAFTA no México, apontando para as seguintes questões:

1- Investimentos e comércio: não é verdade que mais comércio e mais investimentos são sempre benéficos para o conjunto da população de um país.

*...el incremento de las exportaciones no implica un aumento automático del crecimiento y empleo, puesto que la utilización generalizada de insumos importados y la disminución del componente nacional de la producción manufacturera han hecho que el aumento de las exportaciones corresponda a un incremento aún mayor de las importaciones y que los sectores que se desarrollan sean islas desconectadas del resto de la economía, produciéndose una desintegración de las cadenas productivas y una desnacionalización de la industria.*

2- A abertura facilita a estrangeirização da economia e o TLC engessou a capacidade do Estado mexicano para executar políticas de desenvolvimento.

*Las empresas exportadoras desde México en su mayoría son extranjeras y las definiciones del TLCAN no garantizan un contenido nacional de las exportaciones, regulando las compras estatales pero no las gigantescas compras intrafirmas de las multinacionales e impidiendo al Estado cualquier intervención económica en pos de la industrialización. No se exige al capital extranjero contribuir al desarrollo nacional y se permite que agrave los desequilibrios regionales. Si el Estado mexicano quisiera desempeñar un papel activo, violaría las definiciones en materia de políticas de competencia determinadas por el TLCAN.*

3- A abertura diminuiu o nível e a qualidade de emprego, além de degradar o meio ambiente e esgotar os recursos naturais

*En México la inversión extranjera no desarrolló nuevos proyectos sino se limitó a adquirir las empresas existentes... Ahora hay menos y peores empleos y el tipo de desarrollo ha degradado el medioambiente y aumentado el ritmo de agotamiento de los recursos naturales. Las exportaciones crecen pero no la economía, sino las ganancias de las empresas multinacionales.*

4- Um dos piores efeitos foi a falência de milhares de camponeses, a pobreza rural e a perda da auto-suficiência alimentária.

*En el terreno agrario los resultados no podían ser peores: la duplicación de las importaciones agrícolas, incluyendo el maíz y frijol, esencia de la dieta mexicana, han causado la pérdida de la autosuficiencia alimentaria y quebrado a miles de campesinos.*

Como conclusão da análise, o documento diz que os “apologistas” do livre comércio na Colômbia têm ocultado esses efeitos para a cidadania, e adverte que não pode acontecer o que aconteceu no México, no qual grandes contingentes populacionais procuram hoje renegociar o acordo, coloca um alerta tácito à população colombiana.

*La pobreza rural se ha disparado y la crisis agraria ha determinado la iniciación de gigantescas movilizaciones que exigen, entre otros aspectos, renegociar el Tratado de Libre Comercio de América del Norte.*

Há então um sentido estratégico na peça, que a partir de um núcleo que compartilha uma leitura da realidade, assinala mensagens para setores que ainda não fazem parte da luta com base nas experiências dos outros. É um catálogo de ameaças diversas cujo uso é, evidentemente, uma forma de apelo a mobilização.

As ameaças para os colombianos.

De conteúdo:

*El ALCA se convierte en una especie de Constitución supranacional... una garantía para las multinacionales del mantenimiento de la política neoliberal aún en caso de cambios en las cúpulas gobernantes.*

*el Estado perderá toda posibilidad de influir y moldear el desarrollo.*

*continuación y profundización de las políticas de privatización y liberalización que han llevado al país a la ruina.*

*Aspectos fundamentales del ALCA, como la reglamentación en materia de propiedad intelectual, impiden la transferencia de tecnología y el desarrollo científico de los países menos desarrollados y representan una grave amenaza para la salud pública.*

*impondrán estándares educativos y profesionales ajenos a las necesidades del país, se perderá la posibilidad de utilizar los recursos naturales y la riqueza biológica, se sujetará cualquier posibilidad de crecimiento a los intereses de las multinacionales y la justicia colombiana perderá jurisdicción sobre los asuntos económicos más importantes, dejándose en manos de tribunales internacionales.*

*la eliminación de los aranceles condenará ramas enteras de la producción a desaparecer;*

*Colombia se desindustrializará, convirtiéndose en el paraíso de las multinacionales ... el ALCA, determinará la desaparición de renglones enteros de la producción.*

*Los defensores del ALCA suponen que Colombia se especializaría en aquellos productos en los cuales es más eficiente... esto llevaría a abandonar cualquier esfuerzo industrializador y a depender de la producción de unos cuantos cultivos*

*tropicales de bajo precio, sin valor agregado y superproducidos por el Tercer Mundo.*

*se perderá definitivamente la soberanía alimentaria,*

*El ALCA significa sacrificar la producción nacional ante un hipotético y no demostrado acceso al mercado estadounidense.... mientras que se perdería el mercado de la Comunidad Andina, el único en el que han crecido nuestras exportaciones de manufacturas.*

*el ALCA determinará un deterioro sensible del bienestar de la población, aumentando la pobreza, poniendo a los países del continente a competir sobre cuál ofrece mano de obra más barata y con menos garantías laborales.*

*A ALCA sacrifica “la soberanía nacional, ya que este tratado, propuesto por Estados Unidos y negociado a marchas forzadas por medio de la presión y el chantaje, implica la total imposición de los dictados de los organismos internacionales de crédito y del gobierno norteamericano.*

E coloca outro tipo de ameaças produzidas pela forma da negociação e da construção das posições colombianas na negociação.

*Las negociaciones del ALCA, que ya llevan varios años, se acercan a un momento crucial, los últimos gobiernos las han adelantado sin tener en cuenta los intereses de los afectados y las posiciones detalladas presentadas por el país no son accesibles, no solamente al público sino aún a los sectores afectados. Las posiciones que Colombia lleva a las mesas de negociación internacionales no son publicadas anticipadamente, se elaboran con participación de las multinacionales y se quiere conducir al país aceleradamente, con presiones y sin estudios sobre el impacto del acuerdo, a una situación que supeditaría el desarrollo nacional a acuerdos internacionales desiguales e irreversibles.*

Em relação aos conteúdos, pode-se perceber que poucos são “nativos” e que a lógica é exatamente a mesma. A ênfase, porém pode ser detectada na priorização desses temas e na ausência, por exemplo de algumas das questões que apresentei nas identidades primárias tais como as questões das mulheres e dos indígenas – que seriam acrescentada no caso da Colômbia no decorrer do debate nos anos que seguiram a essa declaração. A ênfase na idéia de desenvolvimento industrial, a rejeição da questão ambiental e a ausência de menções, mesmo denunciando como veremos a seguir, a dependência dos Estados Unidos, à questão dos direitos humanos e do Plano Colômbia produto de um olhar peculiar da conjuntura

política do país.

Por outra, parte o texto apresenta vários níveis do “nós” enquanto o autor da ameaça está mais concentrado em três ou quatro figuras principais. Em relação o “nós” é verificado a utilização de coletivos amplos e de coletivos menores porém que fazem parte desses coletivos mais largos.

Um nós amplo, multisetorial e diverso desde a apresentação do Fórum:

Foro estuvo presidida por 30 importantes personalidades de todos los sectores de la vida social y política del país entre los cuales se encontraba el ex ministro de Hacienda Abdón Espinosa Valderrama, Monseñor Fabián Marulanda, secretario general del Secretariado del Episcopado Colombiano, Fabio Arias, presidente encargado de la Central Unitaria de Trabajadores, CUT, el industrial Emilio Sardi, Marta Virginia Diago Castro, Codirectora del Partido Liberal, Raúl Alameda, Secretario Perpetuo de la Academia de Ciencias Económicas, Héctor Moncayo, economista e investigador de ILSA, varios senadores e importantes dirigentes sindicales y agrarios.

Confecciono a continuação uma lista dos “nós” e dos “outros” implícitos e explícitos no documento. Utilizo o recurso do parafraséio em português do texto original citando o parágrafo do que foi extraído e que o leitor poderá ler no final nos Apêndices.

“Nós”	“O outro”
	Os defensores dos lucros das multinacionais, inimigos do desenvolvimento
Os que procuramos a verdade	Os irresponsáveis defensores da ALCA pela fé no livre mercado
Nós que a mostramos	Os apologistas dos tratados que ocultam a verdade sobre a experiência mexicana
Os que não queremos	Os que querem a continuidade da política neoliberal
Os que defendemos os interesses do Estado e da população	Os que querem a redução do poder do Estado
os que reivindicamos a participação popular	Os que negociam a portas fechadas
Los sectores afectados excluidos das	e os setores beneficiados que participam

negociações	(multinacionais)
os que querem um desenvolvimento autónomo	Os que querem reforçar a dependência dos EUA
Os que querem o desenvolvimento científico do país	vs os que só querem proteger os direitos dos investidores e das multinacionais
A população que quer acesso à saúde, educação e os serviços sociais	os que só pensam no lucro das transnacionais
Os que não queremos mais privatizações	os que só pensam nisso
Os que querem um desenvolvimento industrial autónomo	os que querem condenar à Colômbia a produção de algumas poucas variedades de produtos tropicais
Os que querem um desenvolvimento baseado na expansão do mercado interno	s que pensam no modelo exportador.
os que a defendem	Os que querem sacrificar a soberanía nacional

Os que querem criar uma

gran coalición entre todos aquellos que quieran defender la Nación; apreció todos los esfuerzos encaminados a lograr este objetivo por las fuerzas vivas del país y llamó a defender el bienestar de la población, la producción y la preservación de la soberanía nacional.

No final do texto, reproduzindo também uma lógica acunhada fora da Colômbia – a de dizer que nós além da crítica temos propostas – dedicam dois parágrafos às alternativas. Além das estratégias explícitas que estudaremos na parte III dessa tese.

El Foro no realizó una crítica ciega y sin propuestas. teó que Colombia debe fortalecer su mercado interno, defender su soberanía, promover la industrialización, elevar el nivel de vida de la población, dar prioridad en sus relaciones comerciales a la Comunidad Andina y al Mercosur, y diversificar sus relaciones comerciales fomentando las relaciones con Europa y Asia.

Bienvenido el capital extranjero que contribuya al desarrollo nacional, fortalezca el

desarrollo tecnológico propio, se supedita a las metas de desarrollo productivo y social del país y no se concentre en comprar las empresas existentes sino en crear nuevas. Debemos evitar los flujos de capital especulativo de corto plazo y el gobierno debe contar con herramientas para controlarlo.

#### **D- Identidades complexas. Transnacionais**

Chegamos agora ao nível transnacional da formação de identidades, aonde a construção de uma visão comum sempre é mais complexa e aonde os interesses dos atores nacionais muitas vezes são incompatíveis os uns com os outros, ainda mais no caso da reunião de tradições políticas e culturais tão distantes quanto a da América Latina e a dos países desenvolvidos da América do Norte. Por isso é que um elemento chave no surgimento de identidades, e em particular de identidades complexas, é a estratégia dos “convencidos” que desenvolvem ações que procuram intencionalmente a criação dos consensos identitários, mesmo que sacrificando perspectivas e até reunindo visões contraditórias nos princípios, mas convergentes no objetivo.

Explicamos já em algumas passagens desse capítulo e no Capítulo 3 que durante a negociação do CUSFTA não houve interesse da parte dos atores norte-americanos de desenvolver ações transnacionais. Houve explorações infrutuosas da parte dos canadenses, mas como descrevemos quando desenvolvemos a visão sindical dos TLCs, para os norte-americanos o acordo com o Canadá não apresentava problemas.

#### **Identidade Tri-nacional**

Já no caso das negociações do NAFTA temos o surgimento de atividade transnacional e a criação efetiva de uma Identidade Complexa Transnacional composta das visões das três articulações nacionais dos países que negociaram o acordo: México, Estados Unidos e Canadá. Essa é realmente a primeira experiência transnacional que excedeu os contatos setoriais – que também foram feitos, inclusive como estratégia das próprias convergências nacionais – e que manteve continuidade no tempo e não se limitou a contatos ou eventos esporádicos. A identidade atualizada nessa relação não teve, na sua expressão organizacional, um nome específico e os seus membros a chamavam de “articulação tri-nacional”, “rede tri-nacional conformada na prática”, ou a “coordenação tri-nacional” (Arroyo e Monroy, 1996),

mas desenvolveu sim ações transnacionais coordenadas e emitiu documentos de posição conjuntos.

As origens desses contatos, datam do ano de 1990 no qual as organizações principalmente Canadenses e Mexicanas tiveram várias reuniões bilaterais algumas setoriais – sindicatos – e outras mais gerais, e também algumas, porém menos, entre organizações dos três países. Por fim, como já mencionamos anteriormente no ano 1991 teremos o primeiro Foro trinacional amplo e importante em termos de presenças e preparação prévia. Para esse Fórum, por exemplo, as articulações da cada país levou uma contribuição sobre o caráter que deveria ter um acordo de comércio entre os três países. A posição dos canadenses no Canadá era de absoluta rejeição à negociação do acordo e até colocavam a necessidade de reverter o acordo com os Estados Unidos, porém, na busca de consensos com os parceiros mexicanos, essa posição foi reservada para a luta doméstica e se aceitou a trazer um documento propositivo que para não gerar constrangimentos políticos no país, começa com uma nota que disse: “este documento contiene una série de proposiciones de trabajo en torno a una estrategia alternativa para el Acuerdo de libre comercio de América del Norte (ALCAN). *Se trata de un documento de trabajo y no de una posición o declaración de carácter final*”<sup>142</sup>

O documento “Declaración de las organizaciones sociales de México, Estados Unidos y Canadá, reunidas en Zacatecas sobre la agenda alternativa del tratado de libre comercio” (Zacatecas, México, Octubre de 1991), é assinado por Red Mexicana de Acción Frente al Libre Comercio (RMALC), Red Canadiense de Acción (ACN), e Mobilization for Development, Trade, Labor, and Environment (MODTLE).

Representa uma tentativa de reunir, a través do que denominamos método de somatória, as preocupações desses três atores e os seus membros, lembremos que eles mesmos são identidades complexas e formula algumas proposições do “nós” incomuns até então nas trajetórias políticas dos movimentos sociais dos três países.

A primeira frase faz referência a essa realidade: utiliza a somatória ao invés de começar com um mecanismo de abrangência, além da lista é utilizada a expressão “distintos setores sociais”. Ainda mais, a abrangência final é colocada – na minha interpretação como um genérico de forma “*y pueblos en general*”, ou “*nuestros pueblos*” que pode querer representar a diversidade ou a divisão. Não há por exemplo em todo o texto um apelativo para o coletivo da região, por exemplo “os povos da América do Norte”, freqüentes em formulações posteriores influenciadas pela presença latinoamericana.

---

142 “Elementos de un enfoque alternativo en torno al desarrollo y el Comercio en América del Norte”, em “Memorias de Zacatecas” (op cit) pg. 51



Los días 25, 26 y 27 de octubre, nos hemos reunido en la hermosa ciudad de Zacatecas *trabajadores, estudiantes, campesinos, ecologistas, representantes sociales, representantes políticos, investigadores* y pueblo en general de México, Estados Unidos y Canadá preocupados por el rumbo de las negociaciones del Tratado de Libre Comercio y su previsible impacto en otras áreas. [o sublinhado é meu]

Em relação aos governos eles não são um grupo de “improvisados” sustentam a sua preocupação nos efeitos negativos a dois do CUSFTA.. Aqui é se evidenciam duas questões, uma a denúncia dos governos que estariam negociando os acordos sem avaliar os impactos – improvisados – e dois o mecanismo de apelar a experiência passada, nesse caso só tinha a Canadense, para fundamentar as posições.

Nuestra reunión y nuestros planteamientos no son improvisados. Nuestras reflexiones y posiciones son parte de un proceso iniciado hace más de un año, precisamente cuando los efectos negativos del Acuerdo de Libre Comercio entre Canadá y Estados Unidos hicieron crisis en el pueblo canadiense.

São os que constroem uma *proposta popular de integração* e emendam transparência e debate democrático, conhecer o que esta sendo negociado, e alterações numa dinâmica de negociação excludente de “distintos setores sociais”.

O inimigo identificável, porém não exposto com o teor que o é feito em casos que vimos anteriormente são os governos que negociam o acordo e as grandes empresas cujos interesses económicos estão por trás do acordo.

Los tiempos políticos y los intereses económicos de la gran empresa, no pueden estar por encima de los propósitos y las aspiraciones populares.

A seguir identifico as ameaças que representa o TLC para eles, identificadas de forma explícita no texto, e as propostas que são o verso das ameaças e que respondem a realidades concretas. Faço pequenos comentários em cada uma delas que tentam explicitar as origens e que expõem o nível de complexidade da construção coletiva da identidade.

Ameças/propostas “*genéricas*”, *comuns a todos e todas*:

que [se] consolide un modelo depredador del medio ambiente, promotor de un consumismo sin límites y empobrecedor de la mayoría de la población.

que el intercambio comercial debe ser parte de una estrategia de desarrollo continental que garantice la distribución de la riqueza, la elevación de los niveles de vida y la autodeterminación de nuestros pueblos. es decir, un sistema de comercio justo que considere y proteja sus valores culturales, atienda sus necesidades y respete sus aspiraciones.

... una estrategia que privilegie el desarrollo, la complementariedad y la cooperación entre nuestros pueblos.

“Promover una nueva alianza continental, en el marco de un nuevo pacto de desarrollo”

La creación de un mecanismo social trilateral, que garantice el cumplimiento de los Derechos Humanos en base a la Declaración Universal existente.

El establecimiento de un código de conducta para las compañías transnacionales que evite prácticas monopólicas y violaciones a las leyes existentes.

No deben considerarse competencia desleal los programas de seguridad social, orientados a preservar un mínimo de bienestar. El sistema de seguridad social y la industria de seguros, deben ser excluidos de la negociación. (contra los contenidos de los capítulos de inversiones)

No contexto das complexidades na construção de entendimentos tri-nacionais identificamos as origens de algumas propostas/ameaças na declaração

*1- Solução ao problema da dívida:*

Origem Mexicano que nesse momento arrastava ainda os problemas da dívida

*2- Redução do gasto militar nos Estados Unidos:*

Origem canadense.

*3- “Mecanismos compensatórios que reconheçam as desigualdades e os “desplazamientos” de setores produtivos: isto tem uma origem mexicana na referência às desigualdades e estadunidense, medo a realocização das empresas no México.”*

*“Generar un proceso de homologación de las condiciones salariales, de trabajo, salud, educación y en general de vida, a los niveles y estándares más altos.”*

Medo canadense e estadunidense já expressado pelos trabalhadores canadenses a luta contra o CUSFTA e acrescentado aos novos temores dos estadunidenses em relação aos padrões sociais mexicanos.

*5- La Cultura, la Educación y la Comunicación son parte sustantiva de un modelo de desarrollo que respete la idiosincrasia y la autodeterminación de los pueblos. La relación y la*

*interdependencia deben determinarse a partir de las necesidades y estrategias nacionales. La cultura, la Educación y la Comunicación deben ser excluidas de cualquier acuerdo comercial.*

Preocupação comum, porém mais presente nos Canadenses e nos mexicanos que tinham medo da invasão da indústria cultural norteamericana, reflète também as reivindicações quebequenses .

*6- El intercambio comercial debe garantizar la seguridad alimentaria de nuestros pueblos y la autodeterminación sobre los recursos naturales competitivos.*

*En ningún acuerdo comercial deben incluirse para su negociación, los granos básicos, los productos lácteos y cárnicos, en tanto no esté satisfecha la demanda nacional; mientras que, recursos como los maderables no deben estar sujetos a negociación alguna. Deben respetarse las formas de tendencia y organización de la tierra de cada país.*

*Seguridad alimentária:* preocupação comum.

*Recursos madeiros:* de origem canadense.

*Respeito à organização da terra de cada país:* de origem mexicano, faz referencia ao ejido.

*7- Nuestro proyecto de desarrollo, reconoce el papel social de la Mujer. Por lo tanto, es necesario mejorar las normas de protección a sus derechos usando los estándares más altos existentes en nuestras sociedades y tendiendo a su perfeccionamiento.*

Genérico, porém faz referência tácita ao trabalho feminino nas maquilas mexicanas.

*8- En materia ambiental, rechazamos los tiraderos transfronterizos de desechos tóxicos. Las regulaciones ambientales deben mejorarse y establecerse mecanismos de control social que sancionen el cumplimiento de las mismas. Así mismo, deben buscarse políticas fiscales para prevenir y regenerar el Medio Ambiente y los recursos dañados por el modelo económico existente.*

Genérico, mas faz referencia aos problemas na fronteira dos Estados Unidos e México

*9- El acuerdo comercial debe respetar los derechos colectivos de los trabajadores, tales como la Libertad Sindical, la Contratación Colectiva y la Huelga. La garantía para una distribución justa de la productividad es el Sindicalismo democrático, autónomo y representativo. Por ello, debe sancionarse el sindicalismo de protección a los intereses de las empresas.*

Genérico, mas a menção ao sindicalismo de proteção é mexicana aonde já começava a se generalizar o uso dos chamados contratos de proteção.

*11- Asimismo, debe sancionarse en el intercambio el uso de la mano de obra barata como fórmula competitiva.*

*Instrumentar urgentemente un aumento sustancial a los salarios mexicanos, en especial a los mínimos, a fin de avanzar en el establecimiento de un salario mínimo regional, a mediano plazo, sin afectar el nivel de vida de los trabajadores canadienses y estadounidenses.*

Medo estadunidense e canadense em relação aos custos da mão de obra no México.

12- *El trabajo migratorio debe incluirse en el intercambio comercial, para protección y respeto de sus derechos. Debe existir un acuerdo marco para asegurar los derechos legales de los trabajadores migrantes, avanzado en la movilidad laboral.*

Demanda mexicana, é relevante no contexto das diversas formas de abordagem feita nos Estados Unidos sobre o TLC, no qual exitiram posições anti-mexicanas para rejeitar o acordo, nesse sentido Alberto Arroyo (1996) explica que: "Otro punto delicado, cultural y socialmente, fue el tema de migración. Para RMALC, los acuerdos de comercio debían incluir el tema de la migración de trabajadores. Como ha sido evidente en Estados Unidos hay una fuerte cultura adversa a la migración. Desde posturas racistas, hasta las que simplemente reflejan la Competencia por los empleos. Sin embargo, se pudo llegar a una propuesta conjunta trinacional sobre asuntos migratorios que fué entregada a los gobiernos... que no daban crédito a que se presentara en este tema una postura conjunta"

### **Identidade Continental. Dois momentos**

Analisamos aqui o documento que leva os consensos atingidos no momento identificado pela grande maioria dos protagonistas localizam como as origens da identidade continental, o Fórum Nossa América, realizado nos dias 12 e 13 de maio de 1997 em Belo Horizonte, Brasil. A declaração foi assinada por uma organização setorial continental (a ORIT) e sua parte global (CIOSL), três redes canadenses, uma rede dos Estados Unidos, uma rede mexicana, uma organização indígena e uma campesina do México, e centrais sindicais e sindicatos dos EUA e Canadá; mais uma rede de ongs do Brasil e a uma rede chilena. Ou seja, dos trinta e quatro países que negociam a ALCA tão só tinha na época representantes dos países que já negociaram acordos (EUA, Canadá, México), que já tinham assinalado negociar (Chile) e o anfitrião, ou seja 4 de 34. O único elemento continental era a organização sindical. A tarefa expressada no título ("Construyendo la Alianza Social Continental frente al libre comercio") ainda estava longe de se atingir.

Muitos dos elementos já estão aqui e começarão a evoluir com caráter continental a partir desse texto, iniciando de alguma forma a trajetória descendente enunciada ao começo do capítulo.

Os dois textos são muito ricos, proponho aqui a reprodução *in extenso* de muitas passagens dos dois documento à qual acrescento comentários que marcam os elementos identitários peculiares desse momento ainda mais complexo da identidade que aqui analisamos. Os parágrafos que repetem elementos presentes nas caracterizações prévias

foram retirados, podem ser lidos nos anexos dessa tese.

**Texto: “*Construyendo la Alianza Social Continental frente al libre comercio*”**

(todos os sublinhados são meus)

O título é eloqüente: denota um a representatividade da reunião pela negativa, ou seja, pelo fato de que se tem que se construir uma aliança, a tal aliança ainda não está ergo, os que aqui estão são tão só uma parte do continente, é um reconhecimento a essa limitação. Mas, em segundo, é o projeto desse grupo de organizações

En oportunidad de la realización de la III Cumbre Sindical paralela a la Cumbre Ministerial del ALCA, reunida en Belo Horizonte los días 12 y 13 de mayo de 1997, las organizaciones sindicales del continente afiliadas y fraternales de ORIT/COISL y un número de importantes organizaciones sociales presentes, han tenido oportunidad de intercambiar sus respectivas experiencias de trabajo en favor de una dimensión social de la integración.

O “nós” continua sendo, como disse acima de caráter “organizacional”. E mesmo que no título se insinue uma posição oposta ao acordo, o ambíguo “frente” fala do que é dito no final desse primeiro parágrafo, o fato de eles trabalharem em “favor de”.

Como ejemplo de la voluntad de llegar a una efectiva complementación entre las perspectivas y estrategias de acción del movimiento sindical y de otros movimientos sociales, se aprueba esta declaración, que se basa en el documento mencionado y en la experiencia sindical recogida en los diferentes procesos de integración subregional. En este sentido, la declaración puede verse como complementaria a la de la III Cumbre Sindical.

Aqui é colocada a vontade de unir esforços mas essa enunciação fala na verdade do desafio do movimento sinical e os sociais e ongs trabalharem juntos. São clássicas as visões e preconceitos de uns para com os outros: para os sindicatos, as ongs não representam ninguém, para as ongs os sindicatos são ou burocratizados e pouco ágeis ou muito moderados.

1. No puede haber ALCA si va a convertirse en un acuerdo similar a otros ya existentes como el ALCAN/NAFTA...

Ainda não havia nessa época uma decisão de enfrentamento direto com a ALCA, fundamentalmente porque os sindicatos, a pesar das influências canadenses e estadunidenses a

través da ORIT, tinham que equilibrar as posições com setores que sem ter simpatia com os acordos demandavam igual participação que os empresários como base de mudanças na letra dos tratados.

Los tratados sobre comercio no son un fin, sino un medio para combatir la pobreza y la exclusión social, y para obtener un desarrollo sustentable y justo. No sostenemos una postura aislacionista, ni proteccionista tradicional. No somos nostálgicos. Sabemos que nuestras economías no pueden aislarse de la dinámica mundial, pero pensamos que el libre comercio no es la solución. El problema del libre comercio no es simplemente la apertura de fronteras, sino la renuncia a proyectos nacionales de desarrollo, y una grave amenaza a la democracia.

Essa é uma resposta ao clima de hegemonismo neoliberal percebido pelos atores sociais, as palavras “aislacionista e proteccionista” estão associadas à acusações recebidas fundamentalmente pelos sindicatos do norte, embora os que se opunham às políticas de privatizações, liberalização e desregulação na América Latina também foram acusados nos mesmos termos.

No puede haber ALCA si no se garantiza la protección y mejoramiento del medio ambiente, si no se asegura el respeto a los derechos de los migrantes, y si no se pone especial atención a la soberanía alimentaria, y por ello, a la protección y fomento de campesinos y pequeños agricultores familiares o del sector social, sin subsidiar a las grandes empresas agropecuarias.

También deberá protegerse y fomentarse la micro y pequeña empresa urbana, por su capacidad de generar empleo.

Até então o conceito de soberania alimentar não era utilizado, vimos que nos textos anteriores se fala de autosustento ou se segurança alimentar, a incorporação dessa idéia fala de um envolvimento maior das organizações camponesas pertencentes a La Via Campesina, que acunhara o termo. Também são incorporados os e “agricultores familiares” uma denominação muito utilizada no Brasil e desconhecida no restante do Continente.

Pela primeira vez aparecem os empresários como parte do “campo do nós”, em relação a sua distinção das corporações e grandes empresas e pelo seu papel de geradores de emprego

5. No puede haber ALCA si no se protege a la población de la vulnerabilidad e inestabilidad que provocan los capitales especulativos y golondrinas. Chile, a pesar de ser el pionero latinoamericano de libre comercio, tiene protecciones ante las inversiones en cartera: se necesita autorización, el depósito de un porcentaje en el Banco Central, y un tiempo mínimo de permanencia. Respecto de las inversiones extranjeras, deben negociarse requisitos de desempeño, con una regulación que proteja

los derechos laborales.

A crescente financierização da economia na década dos 90 e a aparição desses capitais e de grandes investidores *a la* Soros durante o período fez com que essa menção à volatilidade dos capitais seja explicitada no texto. Embora até então falava-se da mobilidade, sempre tinha sido feito em relação aos investimentos produtivos, agora aparece como parte da especulação no mercado financeiro.

Esta cumbre fue un primer impulso en favor del trabajo de complementación entre el sindicalismo y otras organizaciones sociales, el cual podrá ser concretado en oportunidad de la II Cumbre de Jefes de Estado de las Américas, el próximo marzo en Santiago de Chile, con la realización de la Cumbre de los Pueblos de las Américas, para alcanzar una alianza social continental. Para ello, en los próximos meses, deberán establecerse mecanismos de contacto y coordinación, sumarse nuevas organizaciones a la iniciativa, recopilarse e intercambiarse las mutuas propuestas, y participar conjuntamente en actividades vinculadas al tema.

Insiste na idéia do primeiro passo, no valioso do fato de estar trabalhado juntos e convoca à Cúpula dos Povos.

## **Texto 2: NÃO À ALCA! OUTRAS AMÉRICAS SÃO POSSÍVEIS!**

Em 2001 o nós já esta contínuo – é que diz não à ALCA – e diz Não sem meias tintas como tinha sido até então (em outra parte já explicamos essa mudança)

*“Nós, delegadas e delegados da Segunda Cúpula dos Povos das Américas”, declaramos nossa oposição ao projeto de Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) “elaborado conjunta e secretamente pelos 34 chefes de Estado e governo e pelo Fórum Empresarial das Américas.”*

- Já não se trata de organizações ou redes, mas de delegados e delegadas à Cúpula dos Povos das Américas, ergo, representantes desses povos.
- Declaram abertamente a rejeição ao acordo
- E criticam o fato dele ter sido feito em conluio entre os presidentes e os empresários de forma secreta, ou seja, de costas ao povo das Américas.

Quem somos nós? Nós somos a Aliança Social Continental. Viemos de todas as regiões das Américas a fim de expressar a voz dos organismos sindicais, populares e

ambientais, dos grupos de mulheres, dos organismos de defesa dos direitos humanos, dos grupos de solidariedade internacional, das associações ameríndias, dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, dos estudantes, como também dos grupos ecumênicos.

- Esse “nós” presente em Quebec era muito mais do que a ASC como nós vimos no primeiro capítulo, porém aqui é utilizado para capitalizar politicamente a massividade do sucesso e para mostrar a coesão e poder de um sujeito continental que se posiciona frente a um acordo também continental.
- Faz uma apelo ao uso do método da sumatória acrescentando aqui as “regiões” uma atributo geográfico da identidade que começara a ser utilizado no articulação trinacional mas que aqui cobra maior impacto dada as distancias e diversidade das origens.
- Acrescenta estudantes e grupos ecumênicos ausentes nas referencias anteriores e relacionadas com o torrente mobilizador que se faz presente em Quebec, muitos jóvenes.

*Nós rejeitamos este projeto de liberalização do comércio e dos investimentos, de desregulamentação e de privatização. Nós nos opomos a um projeto neoliberal racista, sexista, injusto e destruidor do meio ambiente.*

Destaco, além de conteúdos presentes que se repetem, a caracterização do projeto que encarna a ALCA como “racista e sexista”. Esse são acréscimos próprios da crescente complexidade da Identidade Transnacional.

Esta não é a primeira vez que presidentes e chefes de Estado nos prometem um mundo melhor. Não é a primeira vez que se solicita aos povos das Américas que esperem os frutos hipotéticos do livre comércio. Tampouco, esta é a primeira vez que somos forçados a constatar que os chefes de Estado não cumpriram suas promessas.

Aqui é explorada mais ainda a contradição entre governos e “povos” que mesmo sendo utilizado no genérico “povos das Américas”, o uso da primeira pessoa do plural na frase seguinte insiste na ideia de que quem tá presente aí, que está falando são “os povos das Américas”.

O projeto da ALCA constitui uma carta dos direitos e liberdades dos investidores, consagra a primazia do capital sobre o trabalho, transforma a vida e o mundo em mercadorias, nega os direitos humanos, sabota a democracia e mina a soberania dos Estados.



Aparece a idéia de “mercantilização” como lógica detrás dos acordos

Os acordos de livre comércio agravam as desigualdades entre ricos e pobres, entre homens e mulheres, entre os países do Norte e do Sul; eles destroem os laços ecológicos entre a espécie humana e o meio ambiente. Somente 20% da população mundial consome 80% dos recursos naturais do planeta. Estes acordos orientam a economia para a exportação em detrimento das necessidades das comunidades locais. Presenciamos a consolidação do poder econômico e jurídico das empresas em detrimento do poder soberano dos povos.

Uma outra identidade primária que é incorporada à construção da identidade transnacional: comunidades locais.

Os acordos de livre comércio podem levar a destruição do tecido familiar e social, o que terá graves repercussões por o bem estar dos jovens.

Aqui mais uma referência aos jovens e, curiosamente, à família.

Os acordos de livre comércio perpetuam a marginalização dos povos ameríndios e a apropriação de seus conhecimentos para fins comerciais.

São incluídos os povos indígenas como tais, nos textos anteriores faziam parte das diversidades culturais, agora viram povos que tem uma conotação que os localiza melhor.

Os acordos de livre comércio provocam uma feminização crescente da pobreza e uma exacerbação das desigualdades já existentes entre as mulheres e os homens. Eles aumentam particularmente as desigualdades salariais, o trabalho em condições penosas e freqüentemente degradantes, sem direito à sindicalização. Eles aumentam também o trabalho não remunerado e não reconhecido que sustenta a família e a comunidade, a violência familiar, como também o comércio sexual das mulheres.

Diferentemente de textos anteriores aqui a perspectiva das mulheres e feministas tem uma fortaleza particular. Isso está significando a incorporação ativa das organizações de mulheres da região. Ausentes por exemplo no Forum Nossa América cujo texto analisei acima.

Nós queremos que se garanta a primazia dos direitos humanos e dos direitos coletivos tal como estão definidos nos instrumentos internacionais sobre os acordos comerciais. Estes direitos devem ser respeitados sem distinção nem exclusão baseada no sexo, orientação sexual, idade, etnia, nacionalidade, religião, convicções políticas ou condições econômicas.

Esse parágrafo da conta da diversidade crescente do movimento um sintoma disso é a

inclusão da “orientação sexual” que sendo uma identidade social não tradicional estava entrando, entre outras, pelo seu protagonismo na briga a partir das limitações ao acesso à medicamentos do AIDs (repare que nas identidades primárias analisamos textos sobre essa problemática produzidos só no ano de 2004, ou seja, depois dessa declaração.

Nós exigimos a suspensão do embargo americano contra Cuba.

Nós reivindicamos a suspensão imediata do plano Colômbia que militariza toda a região e agrava a situação já deplorável dos direitos humanos.

Esses dois apelos finais que fazem parte do acervo de palavras de ordem a incluir em declarações das esquerdas sociais e políticas da América latina são sinais do alargamento político da identidade e da modificação da correlação de força dentro do espaço que isso expressa. E do crescente caráter ideológico da luta, até então, a RMALC mesmo elas incluindo esse tipo de elementos nos seus documentos “doméstico” se poupava de usá-los no diálogo trinacional.

Nós fazemos um apelo às populações das Américas para que intensifiquem sua mobilização a fim de combater o projeto de ALCA e desenvolver outros modos de integração baseados na democracia, na justiça social e na proteção do meio ambiente.

Com isso fechamos esse Capítulo 5 extenso mas necessário na hora de entender de que é feito o movimento transnacional. Até aqui identificamos a sua identidade, a partir de agora o que foi feito no seu nome, a partir da constituição de um nós que pensa estrategicamente e age.

*Identities Domésticas Complexas segundo país, ano de surgimento e Identidades primarias membro.*

Nome do Espaço de articulação	País	Ano de surgimento	Sindicatistas	Campanhas e campanhas	Mulheres	Defensores DDHH e a democracia	Ambientalistas	Indígenas e comunidades afrodescendentes	Religiosas	Meios de comunicação	Associações de luta pelo direito à Saúde	Motivadas por Barragens e megaprojetos	Atividades juvenis/Estudantes	Pequenos empresários, comérciantes e agricultores	Consumidores usuáries	ONGs Centrais de Estado
Autoconvocatória NO al ALCA	Argentina	2002	12	1	3	11	4		2	4		15	7	1		10
MOSIP	Argentina	2006	1	1				1	2						1	2
Movimiento boliviano que lucha contra el TLC, el ALCA y el libre comercio	Bolivia	2002	26	10	6	2	3	7	7	3	1	3	7	5	8	16
REBRIP	Brasil	1999	5	3	2	5	1	1		1	7	2			1	9
Campanha Brasileira de Lucha contra a ALCA	Brasil	2001	7	5	1			1	7			0	2		1	5
Pro Canada network/ Action Canada Network	Canadá	1987	7	1	1	1	1	1	1							3
Common Frontiers	Canadá	1988		7			1		2				1			
Red Chile de	Chile	1992			1	1	1		1							2





sobre as Negocições Trilaterais (CQNT)																						
RQIC	Quebec	1994										1							2			6
ASC - Uruguay	Uruguay	2003										1							1			1
MODTLE	USA	1991/19 93											3								1	6
ART	USA	1993/20 06										2		1					8			17
CTC	USA	1991																				3
CTC	USA	1992																	4			2
ASC - Venezuela	Venezuela	2003																		1		

## Capítulo 6

### **Identidade + Estratégia = movimento social**

#### **Introdução**

Ao longo das mais de 170 páginas que precedem esta terceira parte, tentei percorrer um caminho lógico que me levou da formulação das minhas hipóteses intuitivas para a reconstrução e apresentação do objeto de estudo que essas proposições pretendem explicar. Fiz uma reconstrução cronológica. Localizei a origem da movimentação no Canadá na década de 80, de onde se estendeu para México e Estados Unidos, em seguida para Chile e Brasil, em busca de construir um movimento continental. Finalmente, espalha-se pelo restante do continente na luta contra os acordos da ALCA ou bilaterais. Cheguei até 2006 e percebi o final de um processo, ou seja, que o movimento estava mudando. Com essa imagem do movimento ainda em minha retina e com a ajuda - ou com o guia - das minhas hipóteses intuitivas, fiz a discussão com as elaborações teóricas sobre os movimentos sociais, sobre redes e, fundamentalmente, as recentes reflexões acerca dos movimentos sociais na arena transnacional. A segunda parte desta tese é, em definitiva, o produto desse encontro – entre minhas hipóteses iniciais, a reconstrução histórica do objeto e os corpus teóricos abordados.

Segundo as conclusões teóricas expostas nessa Parte II, esquematicamente, um movimento social se compõe fundamentalmente por duas questões: 1) uma identidade coletiva, a partir da qual, 2) o coletivo definido pela identidade age. Isto é,

$$\text{movimento social} = \text{Id} + \text{estratégia/ação}$$

De acordo então com esta idéia, que cumpriu a função de fornecer um esquema de elementos teóricos para analisar o movimento cuja história reconstruí no capítulo inicial, dei-me ao trabalho de ordenar analiticamente a experiência desse movimento. Assim, baseado no que defini no esquema da complexidade das identidades, procurei apresentar no Capítulo 5 os três níveis de identidade detectados no processo da ação dos movimentos sociais no campo transnacional. Nesse sentido, reconstruímos o mecanismo da identidade no nível primário, no

nível complexo doméstico e, finalmente, a identidade complexa transnacional.

Dizemos que, dentre os atributos da identidade, os que têm uma operatividade central são aqueles que descrevem o “nós”, o “outro” (inimigo), e os elementos do cenário que possibilitam a decisão e o desenvolvimento das estratégias. Acrescentamos que essa descrição é feita a partir da leitura de elementos duros da estrutura do real, que são fatos que ocorrem com autonomia dos atores; no nosso caso esses fatos não são outros do que as negociações comerciais. Por esse motivo o movimento anti livre comércio nasce e se articula a partir da sua leitura desses elementos duros, mas pode se dizer que há uma leitura primeira que, depois de feita, operará ela mesma como elemento duro da realidade de outros e que incide na leitura desse outro.

Vamos analisar as estratégias e ações do movimento em relação a cenários que contemplam a presença de: 1- a negociação do CUSFTA, 2- A negociação do NAFTA + a resistência ao CUSFTA, 3- a negociação da ALCA + 1 + 2 + a resistência tri-nacional, e 4) a negociação do CAFTA e o TLC-Andino + 3 + a resistência à ALCA. Por motivos de espaço e pela sua presença relativa na mobilização, embora marcante no caso de Seattle, não incluo aqui as negociações da OMC nem dos Acordos de Associação com a UE.

Agora, seguindo esta lógica e a definição de movimento social, nesta terceira parte, analisarei esmiuçadamente as estratégias/ações que fazem com que estejamos falando de um movimento social transnacional contra o livre comércio. Considerando que cada movimento social, segundo o cenário de ameaças e oportunidades que a sua identidade descreve, elabora uma estratégia determinada de ação, exporei aqui o repertório de estratégias específicas executadas pelos movimentos nos diversos momentos dessa mobilização em relação aos acordos de livre comércio. Vale lembrar a distinção sempre presente entre objetivos de *extensão* e de *eliminação*, e o reconhecimento de que não há uma divisão estrita entre ambos e sim que, sendo a “eliminação do outro” o objetivo final, a extensão é uma das estratégias prioritárias para alvejar esse fim. Dou destaque para as primeiras duas estratégias específicas porque considero que elas estão no bojo desse repertório único do movimento social contra o livre comércio nas Américas.

- Estratégias organizativas: visam ações orientadas à criação de coalizões mais amplas cujo resultado – quando bem sucedido - tem um efeito não só organizativo, mas também identitário;
- Estratégias de transnacionalização: visam estender o escopo da ação do movimento que



descreve como mais eficientes para influir na negociação do acordo, coordenar a pressão sobre os governos além das fronteiras dos Estados de origem.

- Estratégias de divulgação dos conteúdos da identidade: essa mesma complexidade, somada ao desconhecimento geral de um tema novo como esse, fez com que estratégias concretas de divulgação fossem postas em prática para paliar a falta de informação e aumentar, dessa forma, a extensão da identidade. O monitoramento das negociações foi uma das ações específicas do movimento, e a educação popular apareceu também com frequência como uma das principais formas de ação nesse quesito.
- Estratégias de adaptação ao tema: dada a complexidade técnica e dinâmica envolvida nas negociações de livre comércio, os movimentos implementaram ações para dar conta desse desafio.
- Estratégias de mobilização pública: a disputa pública pelos conteúdos dos acordos e a continuidade ou suspensão dos acordos implicou a implementação de estratégias duais e muitas vezes conflitantes desde o começo que oscilaram desde a incidência (lobby) aos governos, até a mobilização e confrontação direta passando pelas chamadas estratégias de pressão, um ponto médio entre ambas. Há uma ênfase particular para as chamadas “cúpulas paralelas” ou especificamente as “cúpulas dos povos”, e as consultas populares.
- Estratégias de relacionamento com os governos: critérios de relacionamento com as diversas instancias oficiais, que determinam um certo tipo de ações nesse âmbito.

### **1- Leituras situacionais do CUSFTA**

Sustento nesta tese a idéia de que identidades primárias já organizadas e seus ativistas, em determinado momento, perceberam as ameaças que as negociações do livre comércio implicavam para eles. Nesta percepção, cujos eixos centrais já vimos em cada um deles, os atores decidem agir e para tanto desenham um conjunto de estratégias. No debate sobre o CUSFTA, uma das primeiras estratégias ideadas foi a da criação de coalizões largas para enfrentar o governo na sua decisão de avançar para a assinatura do acordo.<sup>143</sup>

---

143 Lamentavelmente não posso reconstruir essa história a partir dos documentos produzidos pelos próprios atores, realizo aqui uma reconstrução secundária na base de textos produzidos por acadêmicos e

No Canadá houve uma série de estudos e fatos contextuais que contribuíram a gerar inquietação entre esses vários setores potencialmente atingidos pelos conteúdos do acordo que fizeram com que, em determinado momento das negociações, decidissem agir. Entre eles Brunelle & Dugas (2006) e Tory Mathers assinalam o chamado “Rapport MacDonald” como a faísca que acendeu o fogo da ACN<sup>144</sup>. Entre os fatores que eles mencionam como importantes encontram-se os seguintes:

La première était que le *Rapport de la Commission sur l'Union économique et les perspectives de développement du Canada*, mieux connu sous le nom de Rapport Macdonald<sup>145</sup>, prévoyait qu’“une libéralisation des échanges se ferait surtout sentir sur notre secteur manufacturier”. Le rapport ajoutait toutefois ce raisonnement sibyllin: “Ce secteur ne représente à l’heure actuelle que moins de 20 pour cent des emplois au Canada. Donc, au pire, une libéralisation des échanges n’aurait d’effets directs que sur le cinquième de la main d’oeuvre canadienne” (*Rapport*, t.I, p. 369)...

En deuxième lieu, le rapport Macdonald avait également indiqué qu’un tel accord pouvait avoir des effets négatifs sur “l’encouragement au développement économique régional”, ainsi que sur les “initiatives culturelles”. (*Rapport*, t.I : 395).

En dernier lieu, le rapport soulignait que le libre-échange “obligerait les provinces à abandonner une partie de leur liberté en ce qui concerne l’utilisation des politiques portant sur les barrières non tarifaires. Cette contrainte les priverait sans doute d’une partie de leur champ de manoeuvre politique et gouvernementale” (*Rapport*, t.I : 401). Or, dans le contexte canadien, cette mesure touchait directement les travailleurs, puisque ce sont les gouvernements provinciaux qui ont la juridiction la plus vaste en matière syndicale et sociale.

E acrescentam alguns outros fatos que chamaram a atenção da população: o debate público entre o negociador canadense e o estadunidense em torno da inclusão ou não de

---

acadêmicos/ativistas do Canadá, assim como de informação extraída de entrevistas em profundidade com alguns desses ativistas.

144 “The Macdonald Commission, as it was more commonly known, was to recommend how Canada could best overcome its economic woes. As Bleyer reports, it was the commission’s procedural process, in conjunction with its final report, that ‘played key roles in the forging of the logic that was eventually to lead to the formation of the Pro-Canada, later Action Canada Network’ (1992, 105). Many labour and community groups objected to the commission’s apparent failure to consider the presentations that those groups had made to it. The problem was clearest on the free trade issue: despite being widely criticized by these groups, a bilateral trade agreement nonetheless became the centrepiece of the commission’s final report (Bleyer 1992, 105).

The commission issued its recommendations in the fall 1985, by which time the Mulroney Conservatives had come to power. The commission’s key suggestion that a radical reduction in state intervention in the market was the solution to Canada’s economic crisis was perfectly aligned with the new government’s agenda. Combined with the recommendation that Canada pursue ‘free trade’ negotiations with the United States, the Macdonald Report served to widen the already growing gap between the business community and the ‘social movement sector.’ As Bleyer explains, ‘The final result was the public drawing of clear lines of demarcation between the neoconservative corporate vision of Canada and a “popular sector” perspective’ (1992, 105)” Mathers (2000: 5)

145 Rapport de la Commission royale sur l’Union économique et les perspectives de développement du Canada, Approvisionnements et services, Ottawa, 1985.

programas sociais no acordo, considerados como “barreiras não tarifárias” pelo estadunidense; a publicação de uma pesquisa sobre a perda das preferências nas compras públicas dos governos, e a sinalização do Governo de que estava questionando no nível doméstico a universalidade de certos programas sociais (ajuda às famílias e programas para os idosos) (Brunelle & Dugas 1996).

Determinada a abrangência do acordo e percebendo que vários setores haviam se pronunciado criticando questões pontuais, foi surgindo a idéia de impulsionar a reunião desses atores em volta de um espaço comum inspirados num movimento de solidariedade contra a pobreza ativado pela Igreja (*Social Solidarity Network*), impulsionada por John Trent (*Council of Canadians*), Tony Clarke (trabalhando com a *Catholic Bishop Conference*), e Duncam Cameron, da Universidade de Ottawa, que depois teriam uma participação de destaque na ACN (Brunelle & Dugas, 2002).

Essa idéia, a primeira colocação estratégica que eu enxergo no processo, foi secundada pelas principais centrais sindicais do país, assim como organizações setoriais nacionais num total de mais de 20 entidades. Segundo Tory Mathers, havia na época uma boa disposição dos sindicatos para a criação de coalizões com outros grupos sociais: *“Coalitions also encourage union members to identify with a larger outside social movement, rather than just the trade union movement... by engaging in coalition building, unions demonstrate that they want to mobilize with the community, rather than merely being charitable to the community. Thus, the formation of labour-community alliances not only presents a better image of unions to the general public but helps to foster a greater sense of collective identity among the membership itself.”*(2000:9).

O processo de geração de consensos que se alastrou até abril de 1987 e que finalmente consolidaria a criação da *Pro-Canada Network* durante a *“Maple leaf Summit”*<sup>146</sup>, convocada pelo *Council of Canadians*, e com foco em organizações baseadas em Ottawa convergeram nessa Cúpula:

*Canadian Labour Congress (CLC),*

*Council of Canadians,*

*National Action Committee on the Status of Women (NAC),*

*The Churches' Coalition on Economic Justice or GATT-Fly (Kairos Canada),*

---

146 “1987: The council organize a “Canada Summit” to coincide with U.S. Presidente Ronald Reagan's visit to Ottawa. The Pro-Canada Network (later the Action Canada Network) is created and its members tape the Canada Summit Declaration to the front Door of Parliament hill's Centre Block.” em *Council of Canadians, The Council of Canadians: 20 years of action. CANADIAN PERSPECTIVES – AUTUMN 2005*

*National Farmers' Union,*  
*Association of Canadian Television and Radio Artists,*  
*National Anti-Poverty Organization,*  
*Assembly of First Nations,*  
*Canadian Federation of Nurses' Unions,*  
*Canadian Peace Pledge Campaign,*  
*One Voice-Canadian Seniors Network,*  
*Canadian Teachers' Federation.*  
*Academics Against Free Trade,*  
*Canadian Council of the Arts, and the*  
*Canadian Wildlife Federation*

A grande maioria dessas organizações representava as identidades primárias que caracterizamos no capítulo anterior. A estratégia de criação do coletivo implicou também a decisão sobre outras questões: em primeiro lugar, decidiu-se que só seriam membros da coalizão organizações sociais não partidárias e que os partidos políticos não fariam parte da mesma (Ayes, 1996) (Brunelle & Dugas, 2002, 2006). Em segundo lugar, a participação na rede se dava através de organizações e não de pessoas individuais. (Ayes, 1996). Em terceiro lugar, que a articulação incluía e estimulava desde a sua fundação a coalizões regionais e provinciais tais como a Coalizão do Quebec e a de Ontário contra o livre comércio. Esta última tinha surgido de forma simultânea à *Pro-Canada* e decidiu logo depois da *Maple Leaf Summit* somar-se à coalizão nacional que ela propunha.

Uma expressão dessa vontade unitária teria sido, embora num momento posterior da luta, a mudança do nome original (*Pro-Canada Network*) que propiciava leituras nacionalista que dividiam ao invés de juntar os povos anglófonos e francófonos. O nome, como bem colocam Brunelle e Dugas, mudou então para *Action Canada Network*, que faz referência a *todos* os canadenses (2006). Isso aconteceria no ano de 1990 (Clarke, 2007).

Este foi o primeiro passo estratégico e de constituição da Identidade Complexa que, a partir de então, implementaria uma nova estratégia, sendo que se percebe como sujeito da ação, essa estratégia conjunta será modulada pela decisão conjunta de se opor à negociação do acordo e a trabalhar por alternativas.

O passo seguinte foi organizar o que estava disperso e para isso a PCN devia se transformar em um instrumento de coordenação e comunicação entre as organizações membro das redes, um mecanismo que tivera alcance nacional. Tony Clarke, coordenador da PCN na

época<sup>147</sup>, assinala que a estratégia da PCN sustentou-se em três pilares básicos: a divulgação de informação de qualidade sobre os acordos através de uma iniciativa de pesquisa e acompanhamento, 2- a construção de uma aliança nacional sustentada não em organizações de caráter federal, mas em coalizões regionais ou provinciais, e 3- e finalmente o que eles chamaram de o grito por eleições (*the cry for elections*) (Clarke, 2007).

As assembléias, que recebiam o nome de Assembléias Nacionais da PCN, eram realizadas para determinar a estratégia da campanha nacional envolvendo na sua determinação, além das organizações nacionais, as coalizões provinciais que eram muito atuantes e não tinham escritório nas capitais. Ayres sintetiza esse papel em relação aos rumos estratégicos colocados por Clarke do seguinte modo:

*The Assembly first drew up strategies and action plans for the beginning phase of the protest campaign. The participants at the first Assembly had met to hammer out<sup>148</sup> the strategies for phase one of the protest campaign, and a general consensus existed regarding two core objectives: defeating the FTA and launching a public process for determining alternative economic policy directions for Canada. (Ayres, 1996)*

*Three strategies geared towards the achievement of these objectives emerged: to mobilize public opinion and to create a critical awareness of the major issues involved in the accord; to delay or block the FTA implementing legislation, thereby provoking a federal election over the issue, and to stimulate provincial refusals to implement the FTA. (Ayres, 1996)*

E foram criados quatro comitês: um comitê de estratégia e um comitê ampliado que faziam a coordenação da campanha e que reunia a lideranças de alto perfil das organizações a cada duas semanas para ir monitorando o avanço das ações entre as assembléias (Ayres, 1996).

Um comitê de pesquisa e análise (a estratégia de adaptação ao tema) que foi chave para interpretar e gerar opinião encima dos documentos do acordo e proporcionar compreensibilidade para as lideranças e o restante dos membros da coalizão em tempo e forma. O grupo foi composto por pesquisadores renomados provenientes dos distintos setores dos filiados a PCN, assim como acadêmicos e especialistas em economia, política, sociologia (Ayres 1996).

O Comitê analisou o texto “Elementos do Acordo” e o texto final do acordo, liberado

---

147 Os primeiros coordenadores da PCN foram John Trent e Maud Barlow, ambos do Council of Canadians, Maud, nesse mesmo 1987 saiu para se candidatar pelo partido Liberal para as eleições, Tony Clarke entraria no seu lugar deixando a assessoria da Conferencia dos Bispos do Canada.

148 Ayres utiliza essa expressão porque a fonte que cita é a Primeira Assembléia da coalizão se ocorreu mais de 6 meses depois da Cúpula *Maple Leaf*, quando a campanha de fato já estava andando.

dois meses mais tarde (dezembro de 1987), cujo produto foram informes breves sobre os diversos pontos e um documento crítico do acordo de 75 páginas. Segundo as palavras do coordenador do grupo, *"we provided groups that wanted to oppose the agreement with something to oppose-we created a process to explain what was wrong with the agreement."* (em Ayres, 1996)

Um elemento que foi de muita utilidade para esse grupo e, conseqüentemente, para a rede toda foi um subproduto da tentativa de sensibilizar aos grupos e parlamentares dos Estados Unidos. Nesse ponto, John Foster, ativista/acadêmico canadense, descreve a frustração que apresentei em relação à obtenção de compromissos de mobilização dos parceiros norte-americanos. Ele afirma que, apesar de a resposta ter sido mínima, essa ação teve alguns ganhos justamente em relação a obtenção de informações oficiais sobre as negociações que o governo canadense recusava fornecer.

*Grâce à ses liens avec des membres du Congrès américain, la coalition a réussi à percer le secret des négociations et la campagne canadienne de Action Canada Network a été menée rondement. Cette démarche a permis aux militants d'acquérir une meilleure capacité d'analyse et de recherche sur ces questions. La coalition canadienne a ainsi réussi à engager un véritable débat de société autour des enjeux sociaux et culturels du libreéchange. (Brunelle & Dugas, 2002)*

E, finalmente, um comitê de mídia e comunicação (a estratégia de divulgação) que visou manter informada, prioritariamente, a ampla base da rede e que usufruiu das estruturas das organizações na medida em que elas funcionavam como a principal rede de comunicação com um público "interno" de milhões de pessoas. O problema avaliado era a necessidade de informar essa base por canais diferentes das fontes de informação "mainstream" que, na avaliação dos membros da coalizão, não "estava conosco". Para isso, foi desenvolvida uma estratégia de comunicação que priorizou a comunicação através dos órgãos de comunicação das organizações envolvidas (Clarke, 2007).

Segundo Ayres, essa estratégia fez com que pelo menos *"the anti-free trade movement, at a minimum, was a public information and education movement, its success rested on the ability of the PCN to control, influence, and disseminate critical information about the free trade agreement. Lacking the monetary resources to counter the Mulroney government with its own mass media campaign, the PCN concentrated its efforts where its strengths lay, "in grassroots communication with its broad-based constituency."* (Ayres, 1996:478)

Para tanto, por exemplo, contou com a participação ativa do sindicato dos funcionários públicos (CUPE), que através de ferramentas e divulgação impressas forneceu fluidamente

essa base. Na história que o sindicato conta de si mesmo no seu site, situa entre os fatos relevantes do ano 1999 o seguinte:

*CUPE plays a leading role in the Pro-Canada Network campaign against the Mulroney-Reagan free trade agreement (FTA). CUPE's anti-free trade documents and materials, employing the slogan "Canada: Don't Trade It Away", are used by the campaign throughout the country. 70,000 copies of CUPE's "The Facts on Free Trade" are distributed. (CUPE <http://cupe.ca/history/timelines>)*

*"Facts of the trade" foi de fato o boletim de comunicação interna da coalizão, junto o largamente espalhado "Pro-Canada Dossier" que "linked national and regional groups fighting the FTA. The Dossier became a major network communication vehicle, providing information, analysis and action strategies to PCN members." (Ayres, 1996)*

As manifestações de ruas foram um elemento importante do movimento que se propôs, por meio delas, influenciar o debate público, chamar a atenção da mídia para poder assim transmitir a sua mensagem para a população em geral. As mobilizações foram *"many dozens"* e não contaram com números grandes de participação, mas tiveram sucesso no quesito mencionado. O repertório de ações incluiu: manifestações na fronteira entre o Canadá e os EUA, atos culturais contra o livre comércio, abaixo-assinados e passeatas (Ayres, 1996).

Não só a reunião de pessoas nas ruas ou no espaço público contribuiu a atingir esse objetivo, mas também o apelo a simbologias ou atos criativos foram importantes nesse sentido. Por exemplo, na *"Maple Leaf Summit"*, os manifestantes, muitos deles grandes lideranças sindicais e outros ícones da militância social e do âmbito acadêmico do Canadá, colaram com fita crepe na porta do Parlamento canadense o comunicado final da cúpula. Ayres cita as palavras de um participante que disse: *"We scotch-taped it-didn't nail it-to the Parliament door, because we said that we were good Canadians and we didn't want to hurt the wood, and we said that and the public really like it"*<sup>149</sup>.

A relação com o governo esteve determinada pela ausência de um diálogo formal e da transparência denunciada pelos ativistas. Os sindicatos, por exemplo, recusaram o chamado por causa da frustrante experiência de diálogos anteriores. Segundo Macdonald & Schwartz, *"Although the Canadian style of consultation allowed room for organized labor, the umbrella Canadian Labour Congress (CLC) refused to participate, influenced by its failed experience in consulting over wage and price controls in 1975. At the time of CUFTA, in 1987, only*

---

149 Interview, Apr. 21, 1992, Ottawa, ON (Ayres, 1996)

*about 4 percent of the members of SAGIT represented unions” (2002:143).*

Foi por isso que o ponto central da estratégia de pressão aos governos foi a “campanha parlamentar”, que não é outra coisa que tentar influenciar a posição dos parlamentares, fundamentalmente porque esse âmbito seria crucial depois da assinatura do acordo entre Mulroney e Reagan.

Na sua análise das oportunidades, como vimos, Ayres (1996) diz que a crise política do Canadá facilitou o fato inesperado de a ACN trabalhar junto com os Liberais, além dos mais esquerdistas New Democrats. Esses dois partidos trabalharam para evitar a aprovação da lei de implementação do livre comércio e, nessa batalha por ir adiando o avanço parlamentar da norma, estreitaram os diálogos com as organizações sociais. Essa política acabou forçando o primeiro Ministro Mulroney a chamar eleições gerais em 1988<sup>150</sup>.

Na última etapa das eleições, quando a coalizão tinha conseguido transformar o ato eleitoral em um quase plebiscito em volta da questão do livre comércio, eles decidiram investir os seus últimos recursos em uma estratégia que poderia, consolidando a tendência ascendente do voto para candidatos do Partido Liberal ou do NDP – contrários ao acordo, consagrar uma vitória do movimento anti livre comércio. A estratégia, segundo o relato de Tony Clarke, foi a publicação de um cartilha de quadrinhos contra o livre comércio, divulgada como *insert* em vinte e dois jornais das diferentes regiões do Canadá. Foram distribuídos mais de dois milhões e meio de exemplares três semanas antes das eleições, que atingiram, segundo o cálculo deles, oito milhões de pessoas. 53 % das pessoas votaram por partidos contrários ao acordo.

Três semanas depois das eleições, uma assembléia da PCN decidiu continuar o trabalho da rede ampliando os temas da sua agenda (como aumento do desemprego, privatizações, e outros). De toda forma, o momento alto da participação de massa decresceu (Clarke, 2007).

Comentários:

Identificamos nessa primeira etapa vários elementos que conformarão, no futuro, elementos centrais do repertório de ações do movimento social contra o livre comércio nas Américas, e que se replicam nas experiências que se sucederam depois. Junto com um amplo leque de outras atividades de tipo organizativo, de mobilização, de formação e de mídia, a meu ver, ou

---

150 “The FTA sailed through the U.S. Congress. Although some farm groups and labor union representatives expressed concerns, the American social compact was not an issue in the FTA. In fact, Americans paid little attention to the agreement. The U.S. Congress overwhelmingly approved the FTA, in the House 366-49 and in the Senate 83-9.” (Aaronson, 2001:112)



muito particulares ou tão comuns como irrelevantes para descrever o movimento (por exemplo, seminários, oficinas, coletivas de imprensa, notas de imprensa, etc.).

Destaco aqui as seguintes ações:

- 1- A criação de coalizões multi-setoriais cujos membros são organizações – nacionais, regionais e locais – como modelo de estratégia organizativa para a ação coletiva de enfrentamento dos acordos de livre comércio.
- 2- A priorização dos trabalhos de pesquisa e avaliação dos conteúdos e impactos dos acordos e o monitoramento dos mesmos.
- 3- A execução de estratégias específicas de educação sobre o tema para os membros das organizações, e para o público em geral.
- 4- O trabalho de lobby ou incidência sobre os parlamentares.
- 5- As ações diretas de mobilização, em particular o assédio aos negociadores e as cúpulas sociais paralelas.
- 6- A criação de instâncias horizontais de participação e comunicação para os membros da coalizão.

No que diz respeito à natureza cíclica da ação, essa experiência permite realizar a seguinte observação:

Há um refluxo na ação da PCN logo depois da derrota das eleições de 1988. Esse refluxo caracterizaria um ciclo em relação à mobilização contra o CUSFTA dentro da descrição do cenário que a PCN fez, dos desafios e da estratégia que se deu. Porém, a PCN continuou inercialmente durante o interregno que foi desde as eleições até 1993, ano em que o debate sobre o livre comércio, puxado pelo NAFTA, voltou à cena. Esse interregno inercial – que já veremos vai se repetir – esteve caracterizado pela busca de novos temas, o que nós caracterizariamos como novas propostas identitárias, que não conseguiram consolidar novos consensos – no debate sobre a constituição, por exemplo – e que só conseguiram re-estabilizar a PCN/ACN quando a identidade fundacional foi reeditada no ano das eleições de 1993.

Finalmente, as estratégias de transnacionalização não vingam nesse primeiro período, mas já são ensaiadas como forma de confrontação com a iniciativa dos governos em relação ao livre comércio.

## **2- Leituras situacionais do NAFTA**

No Capítulo 1, vimos que as negociações do NAFTA se alastraram por mais de três anos. Elas começaram em 1990, de maneira informal, e concluíram em novembro de 1993 com a ratificação final no Congresso estadunidense. Foi um período de intenso debate que teve, entre outros fatos relevantes, a derrota do governo republicano de Bush pai, para o democrata Bill Clinton. Essa mudança fez com que as negociações se estendessem e incluíssem os acordos chamados “paralelos” sobre meio-ambiente e trabalhista. Também houve eleições no Canadá. Todos esses fatos influíram e foram influenciadas pelo debate sobre o livre comércio e sobre as ações dos atores sociais da região.

As primeiras versões da ação transnacional contra o livre comércio se deram sob a influência de estratégias domésticas complexas e em algumas ocasiões duais. No caso dos atores canadenses, eles permaneciam juntos na *Pro-Canada Network*, porém, depois da derrota nas eleições de 1988, a visão sobre os rumos a seguir começou a mudar entre seus integrantes e a solidez dos consensos construídos foi se perdendo<sup>151</sup>: havia aqueles que queriam anular o CUSFTA e não negociar/ou interromper as negociações do NAFTA (a *CLC/Canadian Labor Congress*), e aqueles que duvidavam da estratégia da revogação e queriam negociar um melhor NAFTA (fundamentalmente os quebequenses). No México, uma coalizão só mantinha “uma estratégia dual”<sup>152</sup>, e nos Estados Unidos coexistiam pelo menos duas grandes coalizões com estratégias diferenciadas: uma fazendo ênfase em questões nacionalistas para se opor, e outra com um viés mais internacionalista e de busca de alternativas.

Vou expor com detalhe essas estratégias diferenciadas por país, para depois ver como foi resolvida a questão no nível tri-nacional, sempre levando em consideração que não são compartimentos fechados e que houve interação entre estratégias internacionais e nacionais. Também faço uma reconstrução do que aqui considero um cenário que contém não só a negociação do NAFTA mas também o processo de resistência ao CUSFTA do período imediatamente anterior. Nessa reconstrução admito certa estetização do relato que considera o aspecto central da estratégia de transnacionalização liderada por alguns grupos e ativistas dos três países, no que considerarei uma estratégia linear de extensão da identidade.

## 2.1 Leituras canadenses

É importante descrever a situação no Canadá porque serão eles, segundo a nossa tese, os que impulsionarão a transnacionalização do movimento, da sua identidade e da estratégia.

---

151 Tony Clarke, entrevista (2007)

152 Arroyo e Monroy (1996)

Lembremos que durante os anos da negociação do CUSFTA os canadenses já tinham tentado alguns contatos com os seus pares estadunidenses. Vimos que para alguns autores essas primeiras incursões tiveram um ganho em termos de acesso a informação nos contatos com uma ou duas ONGs e com congressistas estadunidenses. Porém, os próprios ativistas me confirmaram em entrevistas que a resposta esteve muito aquém da esperada<sup>153</sup>. Nesse segundo momento, a estratégia canadense voltaria à cena, e eles multiplicariam os esforços e as iniciativas para convencer seus pares mexicanos e estadunidenses a resistirem contra o livre comércio.

Nas palavras de Aaronson, *“Canadian social activists came to understand that they must educate their counterparts in other nations to the costs of trade agreements to policies and priorities they valued. When Mexico proposed a continent - wide free trade agreement among the three nations, Canadians such as environmentalist Steven Shrybman traveled to the United States to urge their sister environmental, consumer, and civi organizations to oppose such an agreement.”*(Aaronson, 2001:111)

Ocorreram sim algumas mudanças entre um período e outro. A primeira é, como vimos, certo desgaste da ACN, que continuou sendo uma referencia importante, mas que no processo de transnacionalização da ação foi perdendo a centralidade que havia tido no período da luta contra o CUSFTA. Embora tenha permanecido como o espaço guarda-chuvas da resistência popular ao livre comércio, agora em relação às negociações do NAFTA, e o pedido de revogação do CUSFTA<sup>154</sup>, é preciso analisar a criação de um novo espaço de articulação dentro da própria PCN e o surgimento com mais protagonismo de um espaço renovado no Canadá francófono que, atuando dentro da PCN, começarão a desenvolver uma dinâmica crescentemente autônoma. Essas tendências, como veremos mais tarde, acabariam perdurando no tempo e condenando a PCN a uma transformação que acabaria gerando a sua lenta extinção<sup>155</sup>. Finalmente, as lideranças sindicais do Canadá anglofôno que tinham dado sustento central à rede, aos poucos foram se afastando da ACN (Katz, 2007), depois de um último grande esforço de mobilização no ano 1993.

---

153 Traynor (2006), Clarke (2007)

154 Bleyer (2001:226)

155 *“Senior ACN executive member Geoff Bickerton reported that the network has entered into a new phase of development, since many of its member organizations have become more like coalitions themselves. That is, many of the ACN’s affiliates have grown stronger and taken on more responsibility, evolving from single-issue organizations into more broadly based groups covering a multitude of issues. As a result of this change, the ACN has reassessed its own role in the coalition-building process. While at one time the network was primarily concerned with initiating campaign and protest action in its own name, the new ACN will take on more of a facilitative role, bringing diverse groups together and finding the best means of making these coalitions as effective as possible.”* (Mathers, 2000:6)

A criação de um novo espaço de coalizão, intra-coalizão. *Common Frontiers* (CF) surge no ano 1988 da reunião do *Latin America Working Group*, o *Canadian Labor Congress* e uma série de organizações de origem religiosa, junto com ONGS<sup>156</sup> de desenvolvimento, entre outras, de fala inglesa. CF, segundo Sheila Katz, uma ativista atual da rede, surgiu como se fosse um comitê internacional da própria PCN, com um núcleo de organizações que tinham contatos com América Latina; de fato, deram-se uma política que incluiu a criação de “*Fronteras Comunes*”, uma ONG que, com base no México, fazia o nexo entre as organizações mexicanas e as canadenses.

Ken Traynor, ex coordenador de *Common Frontiers*, confirma essa descrição e explicita os objetivos e o papel de CF no período das eleições de 1988 e mais fortemente depois da derrota, sempre no marco da ACN/PCN.

*CF was originally established as an off shoot of the ACN during the election campaign over the Canada USA FTA. A delegation of people went to visit the maquilas in Mexico and came back to talk about it during the election campaign. ... a number of people from the Steelworkers, the CAW, the United Church John Dillon and the Latin America Working Group decided to continue to investigate issues on the Mexican border and research the situation. Within six months there were indications that incorporating Mexico into the NA economic space was under serious consideration and so CF was given the job to follow these developments and to seek out counterparts in Mexico and the USA. CF used to report at ACN assemblies on developments and they were the primary contact with the Mexicans and Americans. ... CF was the facilitator of contacts and analysis. CF member organizations were all ACN members too. (Traynor, 2007)*

*Common Frontiers* desenvolveria nesses anos de negociação um papel central na transnacionalização da ação coletiva e a extensão da identidade anti-livre comércio, o foco dessa tese. Ficou sob responsabilidade dela toda a política externa da ACN que, enquanto isso, desenvolveu uma política canadense conturbada e caracterizada pela quebra dos consensos construídos em volta do tema do livre comércio no período anterior. O debate sobre a Constituição canadense, que envolveu temas vinculados à questão federal – a relação entre o governo federal e as províncias – e o Quebec, culminou num plebiscito em outubro de 92 – conhecido como Charlottetown referendum - que dividiu os membros da ACN. O debate sobre o livre comercio voltou em 1993 em volta das eleições gerais desse ano e a rede se

---

156 *Common Frontiers* hoje tem como membros: *Americas Policy Group of Canadian Council for International Cooperation (APG)*, *Canadian Auto Workers (CAW)*, *Canadian Consortium for International Social Development*, *Canadian Environmental Law Association (CELA)*, *Canadian Federation of Students (CFS)*, *Canadian Labour Congress (CLC)*, *Communications, Energy and Paperworkers Union of Canada(CEP)*, *Council of Canadians*, *Ecumenical Coalition for Economic Justice (ECEJ)*, *Inter Church Committee on Human Rights in Latin America (ICCHRLA)*, *Inter Pares Low Income Families Together (LIFT)*, *Maquila Solidarity Network*, *Oxfam Canada*, *Rights and Democracy*, *Sierra Club of Canada*, *Steelworkers Humanity Fund (SHF)*, *United Church of Canada - Latin American and Caribbean Division*.

propôs reeditar as eleições sobre o livre comércio de 1988, desta vez com a perspectiva de conseguir um governo de aliança entre o Partido Liberal e o NDP (Bleyer, 2001).

O outro elemento dessa conjuntura de desgaste do consenso foi a potenciação internacional da rede francófona que para fazê-lo terá um novo nome: Coalizão Quebequense sobre as Negociações Tri-nacionais (CQNT<sup>157</sup>). A mesma foi criada no ano de 1991 e herdeira da CQOL a coalizão regional de oposição ao CUSFTA. Já desde o início declara o seu interesse na internacionalização da ação. Em sua declaração conjunta de fundação<sup>158</sup> afirma que:

*La Coalición, en colaboración estrecha con las organizaciones y grupos similares en México, en el resto de Canadá y EU trata de favorecer un debate lo más amplio y democrático a propósito de estas negociaciones*

*Las negociaciones entre nuestros países serían deseables en la medida en que el Acuerdo diera lugar a.... el debate democrático más amplio debe rodear las negociaciones que se abrirán en junio próximo ante los tres gobiernos*

Os movimentos, no Quebec, não compartilharam o ímpeto da ACN. A CQOL, a rede quebequense, foi muito mais fraca e nunca atingiu o grau de atividade da ACN, que tinha as suas expressões mais fortes em Ottawa e Toronto, as regiões canadenses de fala inglesa. Segundo alguns autores, essa debilidade relativa da resistência ao livre comércio no Quebec tem que ver justamente com a própria posição política dos seus atores centrais, além de fatores externos como a leitura dos setores nacionalistas do Québec, alimentada pelo próprio Mulroney, de que o livre comércio era bom para o reconhecimento jurídico do Quebec na confederação Canadense (Brunelle & Dugas). Esses fatores internos estão vinculados à fragilidade das pontes “*susceptibles de faciliter et de soutenir la convergence entre les mouvements sociaux du Canada et du Québec*” (Brunelle & Dugas, 2006:13), e às divergências de posicionamento político em relação ao livre comércio. No contexto político descrito, as organizações sociais do Quebec, sobre tudo as sindicais, não ousaram fazer apelos de forte ruptura como os canadenses de fala inglesa: “*la perspectiva quebequense de los*

157 Faziam parte da Coalizão quebequense Associação Quebequense dos Organismos de Cooperação Internacional, Central dos Professores do Quebec, Centro de Estudos e Documentação da América Latina (CEDAL), Confederação dos sindicatos Nacionais (CSN), CUSO-Quebec, Desenvolvimento e Paz, Federação dos Trabalhadores e as Trabalhadoras de Quebec (FTQ)

158 “Declaración Conjunta” Coalición Quebequense sobre las negociaciones Trilaterales Canadá, Mexico, Estados Unidos, abril de 1991.

*sindicatos, (...) favorecía la integración económica y el libre comercio, pero que quería cambiar el modelo del acuerdo”* (Massicote, 2001:6)<sup>159</sup>. Essa situação, porém, traria impactos positivos na transnacionalização porque, mesmo com uma postura moderada, os quebequenses se deram uma política internacional ativa que contribuiu muito com o processo em geral, e encaixaria bem com as posições dos mexicanos.

A posição da ACN continuou ainda sendo de rejeição geral ao acordo, inclusive durante esses primeiros anos da negociação do NAFTA foi largamente discutido o tema da ab-rogação do acordo Canadá-EUA. Logo depois da filtração do chamado rascunho de Dallas, a ACN, junto com *Common Frontiers*, e outro centro de estudos (*Canadian Center for Policy Alternatives*) ratificam a sua leitura do acordo e concluem que *“free trade’ is no solution at all to the fundamental problems of the Canadian economy. ‘Free trade’ has destroyed a substantial part of our existing capacity... [and] has failed to promote positive economic renewal. The transformation of the FTA into a NAFTA would compound the problem”* (Nafta Thoughts V 2 No 2 abril 1992).

Como já dissemos anteriormente, os canadenses não insistiram durante esse período em ações de diálogo com o governo, mesmo no momento da inclusão dos acordos paralelos, que foi rapidamente rejeitado por insuficiente.

O objetivo da estratégia de transnacionalização foi explicitada desde o começo do período. Traynor, por exemplo, afirma: *“we felt that NAFTA could not be defeated unless there was serious opposition in Mexico and clearly the real decision was going to be made in the United States Congress not Mexico City or Ottawa.”* (2007). É interessante ver também que os próprios canadenses, junto com os mexicanos, coordenaram uma ação conjunta para atrair as organizações norteamericanas. Nesse sentido, em virtude da larga experiência canadense e da facilidade lingüística, a tarefa foi encomendada a eles: *“after our early meetings with the Mexicans they urged us to engage the Americans too and try to influence their thinking on the FTA issues”* Traynor, 2007). Entretanto, é preciso salientar o fato de que a estratégia canadense priorizou, no começo, a relação com os mexicanos e não a relação com os estadunidenses, um pouco como efeito da frustração das tentativas realizadas durante a luta contra o CUSFTA, outro como efeito de um certo anti-americanismo canadense. Bleyer afirma, nesse sentido, que *“Taking the first step in Mexico reflected both the experience of American indifference in the campaign against bilateral free trade and a vision of “jumping*

---

159 Para Bleyer (2001) *“Québec organizations committed to opposing the FTA had from the outset emphasized detailed policy critique over broad-stroke cultural and economic nationalist arguments regarding trade liberalization.”* (233)

*over the U.S. – the beast in the middle” to first build alliances in a society that also shared a border with the world’s economic superpower. (2001:231)*

Detalho aqui algumas outras pistas concretas que ajudam a entender os objetivos da política de transnacionalização das organizações canadense das duas regiões, e algumas ações específicas por eles desenvolvidas para atingir tal objetivo. No final deste ponto veremos como elas interagem com as estratégias mexicanas e estadunidenses e geram um novo e inédito conjunto de ações transnacionais.

1- Compartilhar a experiência com parceiros dos outros dois países, organizar-se e reunir esforços frente aos Estados Unidos.

*On the Canadian side we felt it was key for us to have Mexican counterparts understand our own analysis and history with free trade issues. We felt we could help stimulate the debate in Mexico by providing them with the analysis we had done for our own battles with the US on FTA.(Traynor:2007)*

*El primer encuentro bilateral "Canadá-México" fue en la sede del FAT, en octubre de 1990... Los Canadienses querían compartir su reciente experiencia del libre comercio con los homólogos mexicanos, en previsión de las negociaciones del TLCAN. Ellos esperaban poder unir sus esfuerzos con los mexicanos frente al proyecto del libre comercio y frente al más poderoso de los "tres amigos": los Estados Unidos. Como las posiciones iban en la misma dirección - principalmente que el TLC Canadá-Estados Unidos tal como existía, fue doloroso para muchos sectores de la población canadiense y que por eso, sería importante organizarse y colaborar para incidir en las negociaciones del potencial TLCAN. (Massicotte 2001: 6)*

2- Trabalhar para obstruir o acordo no Congresso dos Estados Unidos. E para isso providenciar informação aos congressistas americanos e às organizações sociais em luta nesse país.

*In general, both Canadians and Mexicans paced more expectations on the possibilities of obstructing, changing, or defeating the NAFTA project in the US Congress than in either the Mexican political structure or the Canadian Parliament. US groups - motivated and empowered by increasingly active and widespread domestic networks and coalitions - utilized evidence and analysis provided by their Mexican and Canadian counterparts to reinforce both their testimony in Congress and their educational effort outside the Beltway.(Foster, 2005:216)<sup>160</sup>*

3- Gerar análises comuns sobre os conteúdos do acordo.

---

160 Ver também Arroyo e Monroy (1996:27)

*"Bruce passed along a proposal put together by Ken Traynor of Common Frontiers to develop a trinational analysis team to examine the text of the agreement when it is made available. Bruce pointed out that the Pro-Canada network produce a similar critique for the US-Canada FTA that proved to be an enormously effective tool. (Nafta Thoughts V 2 No 2 april 1992)*

4- Participar na luta eleitoral de 1993. Em janeiro de 1993 a assembléia da ACN decidiu voltar a mobilizar e investir pesado nas eleições que seriam realizadas no outono do hemisfério norte, tentando re-editar a experiência de 1988. Um grande ato de massa no dia 15 de maio desse ano, fechou a chamada The ACN Caravan e reuniu entre 60 e 100 mil pessoas foi realizado(Bleyer, 200:261).

## **2.2 Leituras estadunidenses**

Como ainda não tive oportunidade de apresentar o caso estadunidense, antes de começar a avaliação da estratégia, descreverei a situação da resistência ao livre comércio nos Estados Unidos.

A atenção sobre os assuntos do livre comércio nesse país, como já foi mencionado outras vezes, só veio com a sinalização da vontade dos governos de Salinas (México) e Bush pai de estender o acordo de livre comércio que já havia com o Canadá para o México. Até então houvera apenas alguns contatos por iniciativa dos canadenses que tentaram criar alianças com os parceiros estadunidenses sem sucesso.

Entre essas iniciativas está a do ativista Steve Shrybam, da *Canadian Environmental Law Association*, que havia desenvolvido vínculos com algumas contrapartes ambientalistas dos Estados Unidos e no período de campanha contra a ratificação do CUSFTA, já havia convidado Ralph Nader, o criador da ONG *Public Citizen*, para uma atividade no Canadá. Shrybam teria escrito sem sucesso para um outro ativista, Mark Ritchie, durante esse mesmo período. Porém, alguns meses depois, o próprio Ritchie, presidente do *Institute of Agriculture and Trade Policy* (IATP), um Centro de Estudos de Minneapolis que vinha trabalhando sobre questões agrícolas, comércio, questões alimentárias e ambientais, convidou-o conversar sobre comércio e meio-ambiente com um grupo de ativistas sociais em Washington, D.C. (Aaronson, 2001)

Como resultado destes primeiros contatos, e já sendo pública a vontade de negociar um acordo com o México, alguns ativistas estadunidenses pertencentes a organizações com escritórios em Washington criariam um grupo de estudo para pesquisar as implicações do comércio no sistema nacional de regulação. Muitos desses grupos já vinham trabalhando



sobre o GATT e instituições multilaterais de financiamento (ajuste estrutural). O grupo incluiu o que seria o núcleo central da movimentação social a partir de então sobre comércio, e em particular sobre a negociação do NAFTA, alguns deles famosos porque mais tarde acabaram acordando a assinatura do tratado com o governo Clinton. Os grupos se reuniram na sede do *National Wildlife Federation* e entre eles se encontravam: Chuck Fox da ONG ambientalista *Friend of the Earth*; Howard Lyman da *National Farmers' Union*; Segundo Mercado Llorens de *United food and Commercial Workers Union*; Lori Wallach de *Public citizen*; Edy Dubrow de *International Ladies Garment Workers Union*; Barbara Warden de *United Auto Workers*; Pharis Harvey da *International Labor rights Federation*; John Cavanagh do centro de estudos *Institute for Policy Studies*; e Karen Hansen Kuhn do *Development GAP*. Como assinala Aaronson (2001), o grupo era muito diverso e, sem muita surpresa, as estratégias que desenvolveram os levaram por rumos diferentes (Aaronson, 2001:122), mantendo, no entanto, um nível racional de convívio e às vezes de iniciativas conjuntas.

Em 15 de janeiro de 1991, juntos, esses grupos organizaram o primeiro fórum de preparação para o que seria a negociação do NAFTA, denunciando que os preparativos estavam sendo feitos sem debate público sobre os efeitos que poderia ter um acordo dessas características sobre os estadunidenses<sup>161</sup>. Na noite do fórum, que teve a participação de delegados de organizações do Canadá e do México, os ativistas estadunidenses se reuniram com os canadenses da ACN “e dessa reunião surgiria a idéia de criar também nos Estados Unidos uma Rede” (Karen Hansen-Kuhn, entrevista).

A partir de então, as diferenças iam separando o trabalho das redes. Estas diferenças se sustentaram 1- em ênfases diferenciadas no método que acabaram acarretando formulações identitárias diferenciadas e conseqüências em relação a tri-nacionalização das ações; e 2- em relação aos diversos egos dos ativistas que muitas vezes impedia relações mais harmoniosas. Surgiram assim, já em 1991, dois grandes espaços de articulação cuja caracterização é diferente dependendo do autor ou ator que a faça, mas ainda assim há uma coincidência entre vários deles quanto a que entre os espaços havia matizes no uso de apelos nacionalistas, e em relação às questões ambientais.

A primeira rede, a *Citizens Trade Campaign* (CTC), de ativistas mais nacionalistas que “consideraron que el proceso de integración económica amenazaba la “soberanía” estadounidense... y argumentaban que el TLC quedaría por encima de la autoridad del trabajo local y nacional, de las leyes y estándares ambientalistas y para el consumidor (Nader,

---

161 Entrevista Karen Hansen-Kuhn.

1993)”162 (Fox, 2001:235), teria decidido desenvolver uma estratégia política com eixo no lobby nos congressistas estadunidenses com o objetivo imediato de impedir a aprovação do *Fast-Track* para o presidente Bush. (Brunelle & Dugas, 2006)

Outros afirmam que o grupo “*focused on sustainable developemnet issues*” (Aaronson, 2001:123), porém o interessante aqui é que, para além do enfoque que acrescentaram as identidades primarias que conformaram CTC, houve um senso estratégico que fez com que o objetivo de sensibilizar os congressistas através da pressão direta ou da influência na opinião pública, os fez trabalhar com técnicas profissionais de campanha e fazer em determinado momento uma pesquisa de *focus group* para determinar os aspectos para os quais os estadunidenses médios eram mais sensíveis em relação à integração com os mexicanos. Dessas pesquisas surgiu um tripé de temas que faziam referência fundamentalmente a três aspectos de segurança vinculados com trafico de drogas, transporte de mercadorias por terra (caminhões) e segurança dos alimentos importados<sup>163</sup>. Com base nesses estudos foi elaborada uma série de materiais e linhas de campanha contra o NAFTA que fez com que os argumentos tivessem um tom anti-mexicano e até certo ponto juntasse a direita xenófoba que se opunha ao tratado no congresso. Isto teria gerado um ponto de tensão com a outra coalizão que sentiu que “*la forma en que evolucionó ese debate fué bastante anti-mexicano*” (Hansen Kuhn, entrevista).

A outra rede, *Movement for Development, Trade, Labor and Development* (MODTLE), mais internacionalista, teria como mandato, segundo Karen Hansen Kuhn (2006), criar uma coalizão social ampla nos Estados Unidos e desenvolver alternativas ao projeto dos EUA e, por outro lado, de “*nouer des liens avec des coalitions semblables ailleurs en Amérique du Nord.*” (Brunelle & Dugas, 2006:17).

*This stragey of developing an alternativa NAFTA had little impact on the negotiations, but it did attract the attention of the press. In a story about this two-pronged strategy, the Wall Street Journal described the involved individuals as a motley group of actitists opposed to trade agreements. so the U.S. component of this effort called themselves MODTLE (Aaronson, 2001:124)*

A leitura geral do sucedido no período para alguns autores é o desenvolvimento de

---

162 Segundo o mesmo Fox, “*A estos populistas de izquierda se les unieron luego los populistas nacionalistas conservadores, liderados por Ross Perot y Pat Buchanan, quienes terminaron por colocarlos en la sombra.*” (Fox, 2001:235).

163 “*Algunas campañas pro-consumidor a favor de la salubridad de los alimentos también tenían la intención de plasmar la imagen de México como una amenaza extranjera, que resonó en los estereotipos culturales populares, heredados historicamente, de los "mexicanos sucios" (aun cuando los alimentos que representan la mayor amenaza para la salud pública, en términos de llevar enfermedades peligrosas, es claramente interna: la industria de las empacadoras de carne)*” (Fox, 2001:235)

uma estratégia de dois tempos, o primeiro deles dedicado a criação dos espaços de articulação. *“La stratégie à laquelle ces organisations ont eu recours s’est déployée en deux temps. En janvier 1991, elles mettent sur pied deux réseaux parallèles ayant chacun une mission spécifique. (Brunelle & Dugas, 2006:17)”*

Outro ator relevante que fará movimentações nesse período, mas cuja atitude estará carregada pelas ambigüidades produzidas pela conjuntura eleitoral, é o dos sindicatos. A posição deles nesse período oscila entre fazer críticas junto com a inédita relação com os ambientalistas, ou apoiar a eleição do Bill Clinton e tentar obter algum proveito da mesma.

*Cependant, afin de contourner le reproche un peu facile qui lui était adressé de s’opposer à l’ALENA pour des motifs essentiellement corporatistes, l’AFL-CIO a cherché à approfondir son analyse des enjeux de l’accord et à élargir ses alliances. À propos des enjeux, l’organisation syndicale a invoqué d’autres questions sociales comme le travail des enfants, les migrations illégales ou le “dumping social”. Quant aux alliances, elle a cherché, pour des raisons surtout tactiques, à se rapprocher d’un autre adversaire des accords de libre-échange, le mouvement écologiste. En effet, les relations étaient demeurées tendues entre organisations syndicales et environnementales, essentiellement parce que les premières reprochaient aux secondes d’ignorer ou de sous-estimer les effets négatifs de l’imposition de normes environnementales aussi bien sur les niveaux d’emplois que sur les perspectives de création d’emplois. (Brunelle & Dugas, 2006:17)*

Entretanto, a relação dos trabalhadores estadunidenses com a campanha sobre o TLC foi levada através de alguns centros de estudo vinculados à questão trabalhista (*International Labor Rights Federation*, por exemplo), ou de alguns sindicatos específicos (os eletricitários, às vezes os metalúrgicos e os Teamsters – caminhoneiros- com o viés que assinalamos). A central sindical norte-americana, a AFL-CIO, não entraria na contenda até depois da comprovação da inocuidade dos “acordos paralelos”. Houve sim algumas lideranças ou assessores que participaram esporadicamente de reuniões ou ações (Mark Anderson, por exemplo), porém nunca de forma institucional. Existiam pelo menos três problemas que desalentavam a central: 1- a persistência nos sindicatos progressistas, em particular nos mexicanos, da visão sobre o papel da AFL-CIO no período da guerra fria<sup>164</sup> (que explicamos no Capítulo 1); 2- os vínculos fortes existentes entre essa central e a Confederação de Trabalhadores de México (CTM), central mexicana priista, alinhada com Salinas e que naquele então era defensora ativa do acordo, e 3- o envolvimento da AFL-CIO com a campanha de Clinton e os vínculos com o partido Democrata que, já no governo, neutralizou

---

164 *“the anticommunist activities (particularly in Latin America) of the American Federation of Labor and Congress of Industrial Organization (AFL-CIO), and the tendency of the U.S. labor movement to employ racist rhetoric and policies to scapegoat foreign workers and immigrants for job losses in the United States, tainted relations among North American unions.” (Kay, 2005:717)*

o potencial ativismo sindical contra um tratado que agora era promovido pelo governo eleito com o apoio ativo deles. Segundo Karen Hansen Kuhn, as mudanças de posições da AFL-CIO só mudariam em 1995 com a eleição de John Sweeny, que chegou para renovar a central num período de declínio do sindicalismo tradicional.

É necessário dizer que, segundo os próprios protagonistas da cena, existiu um grau razoável de diálogo entre MODTLE e CTC. Uma amostra disso é o fato de existirem pessoas que faziam a “ponte” entre elas, que participavam nas reuniões das duas coalizões. Outro fato é que algumas organizações, pelo menos formalmente, apareciam nos dois grupos de organizações (IATP, por exemplo). Finalmente, o fato de elas soltarem declarações e publicações de análise de forma conjuntas, assim como a organização de atividades.

As evidências empíricas parecem até certo ponto assinalar um caminho diferente do indicado por alguns autores que tentaram enxergar aqui divergências identitárias fortes. Nada demonstra fortemente que, como afirma Aaronson (2001), existissem uma divisão entre *abolicionistas* do NAFTA e *reformistas* do acordo. Entre aqueles que “*focused on improving NAFTA, others focused on developing alternatives to NAFTA, and still others focused on lobbying against it.*” (Aaronson, 2001:122). Nada indica que o grupo “reformista” nos Estados Unidos acreditasse que tal reforma fosse possível, o que acaba evidenciando que o fato de propor alternativas era um estratégia não só “elegante”, mas também eficiente para outros fins, entre eles o estreitamento de vínculos com os mexicanos, e em segundo lugar com os canadenses. Coincidiu sim com os autores que atribuem esse viés à composição do grupo das alternativas, ONGs que vinham trabalhando a partir de uma perspectiva sensível aos problemas dos países em desenvolvimento, em particular *The Development Gap*, que teve uma influência decisiva na formação da coalizão e o já mencionado *International Labor Rights Federation* cujo representante, Pharis Harvey foi o primeiro coordenador de MODTLE.

Passado um ano do início dos movimentos oficiais par ao acordo, e depois de um ano de funcionamento, em 31 de janeiro de 1992, os membros de MODTLE fizeram uma grande reunião para refletir sobre os rumos e a estratégia a seguir. Na fala de apresentação da reunião, Pharis Harvey, disse: “*Who would have thought fourteen months ago, that we'd be here today, a coalition of traditionally suspicious sectors, having awakened Congress to the social issues around the free trade, having forced labor and environmental acknowledgement, having found real colleagues in Canada and Mexico, Having influenced Mexican legislation, and having put trade on the national agenda and in the election in such a way that the Bush Administration is having to be very cautious in addressing the American public on trade*

*related issues...*" (NAFTA Thoughts V2 No 2 Abril 1992)

Em fevereiro de 1992, perante a leitura do rascunho de Dallas, as duas coalizões juntas *"conclude by stating that, unless the agreement "is rewritten from the botton up, from the preamble to the annexes, it has virtually no chance of garnering support from major constituency groups, including gamily farmers, environmentalists, the religious community, labor, and consumer advocacy groups."* CTC+MODTLE (em Nafta Thoughts V2 No 2 abril de 1991)

Em dezembro de 1992, uma publicação voltou a unir os diferentes grupos que, na iminência da assinatura do acordo, juntaram-se para publicar uma análise a partir de sua visão sobre a NAFTA, acerca do qual afirmam que eles estão *"unidos na sua convicção que este acordo deve ser rejeitado ou fundamentally recast"*. Na introdução da publicação *"U.S. Citizens' analysis of the North American Free Trade Agreement"*<sup>165</sup>, *Citizens Trade Campaign, Alliance for Risponsible Trade* (ex MODTLE) e *Fair Trade Campaign* colocam os que tinham sido até então os eixos diversos de campanha:

- 1- o acordo comum de que *"na sua forma atual, o NAFTA terá conseqüências de grande alcance para muitos setores, incluindo as áreas trabalhista e ambiental"*
- 2- não, apesar da importância do NAFTA, conhecimento público e compreensão dos conteúdos atuais, porque
- 3- as negociações foram secretas
- 4- o governo não informou nem sequer o Congresso.
- 5- reclamam do *"legalese"* da linguagem do acordo
- 6- chamam a um diálogo democrático sobre os problemas relacionados à integração económica
- 7- que inclui *"declines in wages and employment levels, a diminishing of labor rights and standards, environmental degradation, dislocations in rural communities, massive migration, and human rights violations."*

Durante a campanha eleitoral de 1992, Clinton promete aos seus apoiadores, os sindicatos e uma parte do movimento ambientalistas, acrescentar os dois acordos paralelos ao tratado geral.

---

<sup>165</sup> A equipe de produção da análise estava composto por John Audley (Sierra Club), Steve Beckman (UAW), Beth Burrows (Trade Campaign), John Cavanagh (Institute for Policy Studies), Lance Compa (National Lawyers Guild Free Trade Task Force), Cam Duncan (Greenpeace USA), Karen Hansen-Kuhn (The Development Group for Alternative Policies), Pharis Harvey (International Labor Rights Education & Research Fund), Thea Lee (Economic Policy Institute), Karen Lehman (Institute for Agriculture and Trade Policy), Nikos Valence (Fair Trade Campaign), e Lori Wallach ( Public Citizen)

*La administración estadounidense diseñó acuerdos laterales que lograron dividir a las principales organizaciones ambientalistas y proporcionó alguna protección política a los dirigentes sindicales -quienes estaban divididos en privado en torno a cuán intensamente debían oponerse a su abierto aliado Clinton, con respecto al TLC (Mayei; 1998; Audley, 1997; Dreiling, 1997). Al mismo tiempo, una inusitada coalición de ambientalistas y dirigentes latinos también llevó a la creación de nuevas instituciones bilaterales para amortiguar los costos ambientales y sociales del TLC (Hinojosa, 2001). (Fox, 2001:235)*

"Not this Nafta" (1993) foi um documento para os Estados Unidos assinado por Karen Hansen Kuhn (ART), Tony Clarke (ACN) e Carlos Heredia do *Equipo Pueblo/RMALC* (MX), ou seja, um documento trinacional para influenciar um público doméstico. O documento chamava a atenção sobre os efeitos do livre comércio para os estadunidense e em particular para os efeitos sobre o emprego e as condições de trabalho: *"Canada has experienced its most profound recession since the 1930s. Canadians have lost more than 567,000 jobs, including over one-fifth of the country's manufacturing workforce, as companies consolidate production and moved to the lower-wage, less-unionized areas of the United States." E contestava o argumento do Governo dos EUA que dizia que se opor ao acordo era se opor ao bem-estar dos mexicanos, "It's myth that Mexicans would feel betrayed were this NAFTA not ratified by the U.S. Congress."*

Finalmente, fazia questão de se diferenciar do olhar nacionalista do candidato concorrente de Clinton y Bush, o independente Ross Perot, que tinha incluído a rejeição do NAFTA como ponto da sua plataforma de campanha, e definia, por oposição, um “nós” muito mais amplo e sensível.

*The movement against this agreement extends well beyond organized labor and Ross Perot. It includes grassroot environmental, family-farm, religious, human-rights and development groups in all three countries. They have joined to reject NAFTA and to develop and articulate to their respective governments a different vision and concrete proposals for a set of economic relations that would raise labor and environmental standards, lift incomes and increase living standards throughout the continent.*

Finalmente, a dinâmica da campanha na opinião pública produziu uma polarização entre o não ao NAFTA e os defensores do mesmos. É importante dizer que os acordos paralelos sobre ambiente e assuntos trabalhistas havia dizimado uma boa parte da oposição. Por exemplo, em setembro de 1993, antes das votações no Congresso americano, seis dos

mais importantes grupos ambientalistas formalmente apoiaram o tratado<sup>166</sup>. Segundo Chaloult & Fernández (2001), os sindicatos que teriam alterado uma tendência prévia a ter estratégias más radicais do tipo “sim ou não” teriam mudado nesse período para um tipo de atuação mais moderada, e este seria um caso típico dessa nova estratégia. “Esse acordo trabalhista tanto como o que foi celebrado a respeito da proteção do meio ambiente são considerados pelos dirigentes sindicais e pelos ecologistas como dois dos maiores êxitos alcançados por suas organizações na luta contra a perda de fontes de trabalho e a deterioração ambiental”. (Chaloult e Fernández, 2001: 169)

Todavia, ficou claro que esse tipo de retórica tinha mais impacto na opinião pública do que as propostas alternativas: *“En contraste, el ala internacionalista de la oposición estadounidense al TLC reconocía que algún tipo de integración era inevitable, y al principio promovieron el tema "No este TLC". A la hora de la firma del Tratado, sin embargo, entre los críticos el lema "No al TLC" triunfó. Los internacionalistas estadounidenses trabajaron de cerca con sus contrapartes mexicanas y con los movimientos sociales antirracistas en Estados Unidos, pero sus objetivos internacionalistas requerían una campaña de alfabetización económica y concientización social masiva, de largo plazo, mientras que la dinámica de la campaña legislativa impuso en el movimiento una lógica política de corto plazo, que privilegió al discurso y a las coaliciones nacionalistas.”* (Fox, 2001:236)

#### Comentários.

- 1- Houve na experiência estadunidense a tentativa de recriar um espaço de convergência similar à PCN do Canadá, essa tentativa esteve influenciada pela intervenção explícita de ativistas canadenses nos Estados Unidos. Porém, a tentativa não vingou num espaço só, foram criadas duas grandes redes inspiradas no modelo canadense.
- 2- Sob a identidade geral de questionamento ao livre comércio do movimento social estadunidense, foram priorizadas estratégias discursivas que alternativamente fizeram convergir ou divergir as duas coalizões – as expressões organizativas do movimento. Uma fez apelos mais nacionalistas, às vezes vistos como anti-mexicanos (CTC); a outra, mais internacionalistas.
- 3- Produto do internacionalismo maior, a estratégia da segunda coalizão foi mais moderada nas suas colocações sobre o acordo e priorizou um discurso que enfatizou a

---

166 “On September 14, 1993, six major environmental groups (WWF, National Resources Defense Council, Environmental Defense Fund, National Wildlife Federation, national Audubon Society, and Conservation International) formally endorsed NAFTA.” (Aaronson, 2001:132)

busca de alternativas, que foi o que a levou para o questionamento dos conteúdos, mas não da possibilidade de negociar um acordo (*not this nafta*).

4- O formato de monitoramento, pesquisa e divulgação e educação popular também foi implementado na experiência estadunidense.

5- As atividades de lobby no Congresso foram mais intensas, em parte devido a uma tradição nessa prática por parte das organizações sociais estadunidenses, em parte devido a pressão dos colegas do Canadá e do México.

6- Uma frente importante de lobby nos EUA foi a pressão feita encima do Partido Democrata em virtude dos vínculos do mesmo com setores do movimento, em particular dos sindicatos e algumas organizações ambientalistas.

7- Foram implementadas ações diretas também, embora com uma intensidade menor àquela dos canadenses no período de resistência ao CUFSTA.

8- Pode-se identificar também que no caso da estratégia estadunidense, o transnacionalismo é, até certo ponto, 1- passivo, no sentido que eles são alvo da ação dos vizinhos mas não buscam agir fora do seu próprio cenário de forma ativa, 2- que tem que ver com uma posição política *apriori* da parte das identidades primárias que conformaram as coalizões, em particular com a mais “internacionalista”, e 3- com um uso instrumental dos vizinhos na construção das coalizões e na sensibilização e o lobby aos congressistas estadunidenses.

### 2.3 Leituras Mexicanas

A estratégia da RMALC, desde sua fundação, trazia elementos que indicavam sua afinidade para ações transnacionais. Como vimos, não só ela mesma é produto dos efeitos da estratégia de outros, da idéia, da sugestão e, como veremos, até do formato de outros; como também será talvez a melhor aluna dos canadenses porque ela mesma impulsionará a transnacionalização das ações com insistência.

A idéia da rede surge do contato dos mexicanos com os canadenses que, durante o ano de 1990, foram em algumas oportunidades para o México. Daquele primeiro encontro, em outubro de 1990, na sede do FAT, surgiria a idéia de criar a rede cujo processo de construção levaria até abril de 1991. Os ativistas mexicanos enxergaram na proposta canadense uma oportunidade interessante em meio a um panorama político adverso e no qual os setores populares se percebiam em condições desfavoráveis

Era uma via prometedora pues em aquellos momentos estabamos em la cúspide del



neoliberalismo, Salinas era de los hombres que em México por lo tanto aún en los sectores populares y de izquierda había ganado conciencias la visión de que no había otro camino que no el propuesto por el neoliberalismo. (De la Cueva, 2007)

Seguindo o exemplo útil dos canadenses, os objetivos da Rede no momento da criação estiveram orientados pelos eixos participação/transparência, articulação e transnacionalização foram os seguintes, extraídos do documento *Red Mexicana de Acción Frente al Libre Comercio, Definición y Objetivos* (1992)<sup>167</sup>:

### 1- participação/transparência

*A. Difundir entre las organizaciones sociales información referente al proceso de integración económica de América del Norte, sus posibles costos para nuestra sociedad y a las acciones que para enfrentarlo desarrollan en el área*

*B. Impulsar la participación de la sociedad civil en el debate sobre el TLC*

*C. Impulsar análisis específicos, por ramas productivas y sectores sociales de los impactos potenciales de dicho tratado.*

*D. Definir estrategias comunes para influir en la opinión pública y para demandar del gobierno condiciones mínimas para garantizar que ningún pacto comercial lesione la soberanía nacional ni los derechos constituidos por los mexicanos.*

### 2- Transnacionalização.

*E. Fortalecer la relación con las organizaciones sociales de Canadá y EU, preocupadas por la actual agenda del libre comercio de los gobiernos de la región, y dispuestas a desarrollar formas permanente de solidaridad, de cooperación permanente y acción común entre sus pueblos.*

*D. El TLC que hoy negocia el gobierno mexicano significa el punto a través del cual el gobierno de EU y las grandes corporaciones transitarían para imponer tratados similares a los gobiernos latinoamericanos y en general a toda América latina. Las organizaciones que integramos la Red Mexicana impulsaremos acciones comunes con organizaciones y la sociedad civil del continente, para fortalecer las relaciones entre nuestros pueblos y en esa medida, contribuir a impulsar un auténtico mercado común latinoamericano.*

Os ativistas mexicanos tinham certeza de que era necessária uma resistência tri-nacional para parar o acordo; “no se concibió nunca que la resistencia sólo em México era suficiente para detener el tratado, había que articular com organizaciones de Estados Unidos y Canadá” (De la Cueva, 2007)

### 3- Alternativas

*F. Impulsar la reflexión de la sociedad civil sobre alternativas de desarrollo económicamente viables, socialmente justas, ecológicamente sanas.*

---

167 Em *Libre comercio o explotación libre?* (1992:83)

Para isso formularam um plano de ação que incluía (passagens tomadas do texto citado acima):

- abertura de espaços de incidência

*participar activamente en las discusiones de las instancias de los poderes Legislativo y Ejecutivo del país, y mediante la movilización popular, para promover la inclusión de nuestra agenda alternativa*

- análise dos temas do acordo e elaboração de propostas

*Desarrollar los trabajos de análisis y elaboración para concretar una Carta de Derechos Sociales y Humanos de los Trabajadores de Norteamérica (Can-Mex- EU) Es necesario ir estableciendo una relación solidaria de colaboración con organizaciones sociales de los países latinoamericanos para promover la necesidad de un acuerdo de cooperación e integración latinoamericana*

Esta foi umas das linhas centrais do trabalho tri-nacional e foi impulsionada fundamentalmente a partir da visão dos mexicanos que tiveram o apoio dos colegas estadunidenses de ART/MODTLE, dos quebequenses e a aceitação concessiva do conjunto da ACN, mesmo eles defendendo posições mais fortes no Canadá. Esse trabalho que acabaria tendo sua máxima expressão no documento *"Una iniciativa justa y sostenible de comercio y desarrollo para América del Norte"*, foi trabalhado de forma conjunta pelas três coalizões. Segundo Fox (2001), *"el proceso trinacional de construcción de consensos estableció un precedente histórico (ART/CTC/ RMALC, 1994). Incluso la red estadounidense más nacionalista llegó a suscribirla. Las redes trabajaron a partir de borradores que ponían entre corchetes sus puntos de disensión, en una imitación consciente del proceso oficial de negociación del tratado. Uno de los puntos de contención más importantes giraba alrededor de la cuestión de si el no cumplimiento (presuntamente mexicano) de los estándares ambientalistas y sociales mínimos deberían ocasionar sanciones comerciales. (Fox, 2001:236).*

Compatilhamos da opinião de Massicotte que defende a idéia de que *"la multiplicación y consolidación de los nexos transnacionales permanentes por parte de las OCS mexicanas. Argumentaré que eso fue una estrategia explicita de intercambio mutuo e iniciativas conjuntas para mantenerse, promover de manera eficaz sus proyectos respectivos en un contexto global compartido de adopción de la agenda neoliberal"* (Massicotte, 2001:3). Nos documentos fundacionais, como disse, a vontade de transnacionalização foi explicitada

por meio da formulação de uma lista de 7 linhas de ação tri-nacionais, contra 6 linhas nacionais.

- trabalho internacional por ramo ou setor

*1- Promover el desarrollo de las relaciones entre las organizaciones sociales, a través del intercambio y cooperación por rama o sector, estableciendo los mecanismo específicos de coordinación y cooperación entre los tres frentes de organismos sociales vía el Secretariado técnico y la Comisión de Relaciones*

Foram impulsionadas muitas reuniões por setores sindicais (indústria automobilística, trabalhadores da educação, eletricitários, setores das igrejas, entre outros) nos anos de 1990 a 1993. Houve, nas palavras de De la Cueva, um “boom” de relações tri ou bi nacionais que inclusive ultrapassaram a coordenação que propunham as redes. As relações pré-existentes entre setores cobraram um ímpeto inédito no período. (De la Cueva, 2007)

- Discussão tri-nacional de alternativas conjuntas; vejamos aqui que a meta é convidar para junho, para uma reunião cujas características depois seriam aplicadas na reunião tri-nacional de Zacatecas, em outubro.

*2- Proponer una reunión, aproximadamente en junio, de carácter trinacional entre organizaciones sociales de Canadá-EU-México donde establezcamos la posibilidad de un proyecto común sobre cooperación entre nuestros pueblos.*

- Ser a “sombra dos negociadores”

*3- Seguir sistemáticamente las entrevistas e intercambios entre las instancias de gobierno de CAN-UE-Mex, para que las organizaciones sociales realicemos actos de protesta en cada país y lugar de reunión.*

*El propósito fundamental es que cualquier acto masivo de cada país contenga nuestros planteamientos sobre el TLC.*

De fato, segundo os próprios protagonistas, eles teriam atingido essa meta e conseguido montar atividades de monitoramento e pressão pública em “*Toda reunión de negociación a nivel de ministros y las principales de negociación de los llamados acuerdos paralelos fue acompañada por algún evento o acto trinacional de las redes ciudadanas en el mismo país, ciudad y en ocasiones en el mismo hotel en el que se reunían los ministros de los tres países. Lo anterior aseguraba la presencia de los medios informativos nacionales e internacionales.*” (Arroyo & Monroy, 1996:27)

E depois detalha uma série de atividades pontuais para o ano: reuniões em paralelo para manifestar as propostas alternativas, manifestações para denunciar quem ganha e quem perde com essa integração, um primeiro de maio trinacional sobre o NAFTA com intercâmbio de sindicalista de um país pro outro, desenvolver uma “petição” com as principais colocações das organizações de cada país para manifestar a rejeição do TLC.

Organizativamente, a idéia de criar uma rede sob um conceito novo que concebia uma idéia de articulação horizontal diferente das experiências anteriores das frentes anti-imperialistas foi, segundo Héctor De la Cueva, um dos principais ativistas da rede (entrevista, 2007), um dos elementos que mais entusiasmaram da idéia canadense.

Para o trabalho proposto, foram criadas várias comissões de trabalho, e especificamente uma Sub Comissão Executiva de Relações nacionais e internacionais, cujo trabalho específico seria a articulação com as organizações dos EUA, Canadá e América Latina.

Como fica claro no texto analisado acima, no período de negociação do NAFTA, a posição da RMALC manteve uma posição ambígua em relação à rejeição total do acordo e a incidência nos seu conteúdos.

*Tácticamente no se manifiesta desde el principio contra el TLCAN debido a que no se conocía su contenido concreto. Se podía suponer el sentido y orientación de dicho acuerdo debido a la ideología neoliberal de sus promotores, pero nadie conocía su contenido; además la guerra ideológica, en ese momento, estaba ganada por la propaganda salinista y el aparente éxito económico del momento.... No se trataba de oponernos a la negociación de un acuerdo con Estados Unidos y Canadá, sino de lograr que dicho acuerdo beneficiara a nuestros pueblos. (Arroyo, 2002)*

Por coerência discursiva, eles se reservaram a opinião até conhecer o conteúdo do tratado, mas, depois de conhecido, a estratégia mudaria para impedir a ratificação.

*...se toma una primera postura en marzo de 1992 al conocer el llamado Borrador de Dallas y definitivamente en octubre de 1992 cuando presentamos nuestro balance de la negociación. A partir de este momento el objetivo, junto con nuestros aliados internacionales, fue impedir su ratificación por los respectivos congresos, aunque en el caso de México se siguió buscando incidir con propuestas en los llamados acuerdos complementarios en materia laboral y ambiental. (Arroyo & Monroy, 1996:15)*

Uma das tarefas centrais estabelecidas foi a de realizar reuniões de incidência no Congresso dos Estados Unidos de América. A avaliação era de que, mesmo tendo possibilidades de incidir em um setor político parlamentar mexicano (Partido de la Revolución Democrática / PRD), as chances no Senado eram nulas: “*En México, el Senado sería sólo levantados*” (Arroyo & Monroy, 1996:27) e, por isso, a única

oportunidade de bloqueio estava com os parlamentares americanos. Uma lista das atividades internacionais da RMALC elaborada por Manuel García Urrutia Martínez enumera “*entrevistas con representantes de organizaciones sociales, congresistas, senadores y funcionarios gubernamentales de Eu y Canadá. Una representación de la RED estuvo en Washington, D. C. a fines de abril [1991] haciendo constancia de la labor de “lobbying” del gobierno mexicano en los pasillos del Congreso norteamericano*”, e acrescenta: “*Hemos tenido diversas entrevistas en México y EU con representantes del Congreso norteamericano y con funcionarios públicos, principalmente del área laboral y hemos expuesto nuestra verdad*” (1992,86)

4. Divulgação de informações qualificadas ou secretas na imprensa, e realização de atividades de impacto mediático, porém de baixo custo de mobilização.

*El 21 de marzo de 1992 la fundación Lázaro Cardenas y la RMALC en una sorpresiva conferencia de prensa dieron a conocer a la opinión pública dicho documento [el borrador de Dallas](Arroyo & Monroy, 1996:32)*

Em relação ao diálogo com os governos, o posicionamento das organizações mexicanas obedeceu à mesma lógica. Certo pragmatismo fez com que eles não rejeitassem os convites, em particular porque os convites surgiram como resposta às demandas colocadas pela Rede, porém um alto ceticismo em relação aos resultados que poderiam atingir por essa via.

*Los objetivos que nos planteamos desde la RMALC para reunirnos con los negociadores mexicanos fue obtener información de primera mano sobre el contenido de la negociación y las propuestas mexicanas y difundir hacia la sociedad a lo interno de las organizaciones de la RMALC dicha información (Arroyo & Monroy, 1996:40)*

Por outro lado, a Rede sentiu a pressão da opinião pública sobre os movimentos “de esquerda” que não contribuem com propostas: “*la RMALC se propuso desde sus orígenes ser fundamentalmente propositiva. Superar la imagen que el mismo Estado ha creado de la oposición de izquierda (por desgracia, no sin que sectores de dicha oposición faciliten el trabajo) de ser simples gritones que se oponen a todo y no proponen nada serio y viable. en los hechos ello resultó muy incomodo especialmente para la SECOFI[Secretaria de Comercio y Fomento Industrial].*” Mas, no decorrer de uma série de quatro entrevistas que foram mantidas com essa instância oficial de consulta, perceberam a esterilidade do movimento “*Logramos que nos oyeran, pero no que se asumieran nuestras propuestas. Se logró que nos reconocieran como interlocutores, pero la incidencia fué minima.*”(Arroyo & Monroy,

1996:39). Uma vez estabelecidas as diferenças, e sempre considerando a dualidade estratégica da RMALC, o foco dos seus esforços foi alterar os conteúdos dos acordos paralelos (trabalho e meio-ambiente) para assim conseguir que eles virassem “*una verdadera cláusula social del TLCAN*”.(Arroyo & Monroy, 1996:41).

Também o diálogo com o governo viu-se conturbado pela condena dos membros do governo mexicano às atividades de lobby e intercâmbio que os ativistas mexicanos desenvolviam junto a seus pares nos Estados Unidos (Arroyo, entrevista, 2007) .

Na avaliação dos membros da rede, no texto “*RMALC 5 años de Lucha*”, o sucesso da rede residiu fundamentalmente na estratégia orientada para o transnacional e nos vínculos gerados a partir dela, assim como nos esforços dedicados à pesquisa, e elaboração de propostas. Todavia, isto contrastou muito com o fracasso relativo na mobilização de massas e na impossibilidade de mudar uma correlação de forças que avaliaram com altamente desfavorável:

*Su debilidad fue parte de la correlación de fueras nacionales del momento que nos era fuertemente desfavorable. En particular, la RMALC salió muy poca a la calle... El hecho de que en una etapa de la RMALC una proporción importante del trabajo haya sido de análisis y elaboración de propuestas alternativas ha influido en una de sus debilidades: la poca participación de las bases de las organizaciones, sobre todo de las sociales, en el trabajo cotidiano. se ha hecho un gran esfuerzo de formación e información y las principales propuestas si han sido consensuadas en reuniones amplias con mayor asistencias de organismos civiles u organizaciones no gubernamentales que de grupos de base de los sindicatos u organizaciones sociales (Arroyo & Monroy, 1996:21)*

#### Comentários:

- 1- Os mexicanos montaram uma estratégia de ação que tentou replicar a experiência canadense. Uma grande parte do tipo de ações que vimos aqui tem uma inspiração no modelo da PCN/ACN, fundamentalmente o pacote vinculado com a estratégia organizativa, e as ações orientadas a entender as propostas oficiais e difundir uma leitura delas, assim como as reuniões paralelas, entre outras.
- 2- A situação política mexicana fez com que essa estratégia tivesse uma viabilidade diferenciada: a coalizão impulsora, mesmo sendo ampla, não tinha o poder de mobilização que tinha o grupo de organizações reunidas na *Maple Leaf Summit*, e isto condicionou muito esse aspecto central.
- 3- Essa situação de debilidade mobilizatória impulsionou o desenvolvimento dos atributos fortes dessa coalizão, entre eles os vínculos internacionais, a capacidade de

análise e a habilidade para impactar na grande imprensa através de atividades espetaculares. A ênfase na transnacionalização é uma decorrência da debilidade na mobilização doméstica (“o efeito *boomerang*” é aplicável neste caso).

4- A difícil situação política também fez com que os ativistas da rede, desde o começo, propusessem trabalhar a partir de uma perspectiva de elaboração de alternativas ao invés de uma oposição aberta ao acordo.

#### **2.4 Leituras tri-nacionais. Estratégias e ações.**

Como veremos a seguir, a transnacionalização da ação coletiva é o produto da vontade e da negociação dos atores dos três países que, como vimos na construção das suas identidades, ou nas leituras estratégicas apresentadas acima, têm elementos de continuidade e elementos de ruptura ou especificidades nacionais, ou até sub-nacionais no nível das regiões ou dos olhares diferenciados dos próprios atores de um país.

Em primeiro lugar, é útil descrever o que seria o caminho da transnacionalização das ações nesse primeiro momento; em segundo, a conformação de um primeiro repertório de ações comuns que incluem, a meu ver, até a opção por um tipo de estratégia organizativa abertamente informal.

Esse caminho, ou trajetória, seria o seguinte:

1- Em um primeiro momento os canadenses saíram para os dois países – primeiro foram para México, depois para os EUA - alertando dos perigos do livre comércio e preparando o terreno para desenvolver uma estratégia conjunta para, de uma só vez, o NAFTA e o CUSFTA. Fazem-no através de uma sub-articulação, *Common Frontiers*, que opera os assuntos internacionais da ACN.

Nesse primeiro período, nos anos de 1990 e 1991, é organizada uma série de reuniões bi ou tri nacionais que tiveram esse objetivo de inaugurar uma relação com base na identificação de um problema comum (Arroyo, 2002). Como sub-produto dessa primeira ação surgiriam as coalizões mexicana e estadunidenses.

Na declaração de Zacatecas, a estratégia de reunião é explicitada:

*Frente a la estrategia de los gobiernos del área y las grandes corporaciones, que pretenden enfrentar a los trabajadores y los pueblos de América del Norte, la Red*

*Mexicana de Acción Frnete al Libre Comercio pugna por el desarrollo de estrechos y permanentes lazos de solidaridad comerciales y culturales entre los mismos (RMALC, ACN, MODTLE, 1991)*

2- Os mexicanos, cuja rede mais dinâmica nasceu como produto dessa estratégia canadense e como réplica da ACN, inicia uma política ativa de transnacionalização da resistência, baseada fundamentalmente no fato de que isso era o que sustentava o seu poder doméstico na discussão sobre o NAFTA, e que era no congresso estadunidense onde viam maiores chances de parar ou alterar o acordo.

As evidências indicam que nesse segundo momento, a iniciativa foi fortemente influenciada pelo ímpeto e vitalidade da coalizão mexicana. E promovem uma série de atividades fundacionais em solo mexicano, entre elas a mais importante, o encontro de Zacatecas.

3- Nos Estados Unidos, canadenses e mexicanos encontraram interlocutores diversos, porém, os mais internacionalistas, os que incorporam o internacionalismo no programa de ação, foram os grupos que se reuniram na coalizão MODTLE/ART, diferente da corrente identitária mais nacionalista sustentada pela outra agrupação, CTC. Isto, segundo os mexicanos, não teria impedido que eles tivessem relações com o CTC, mas num nível de confiança diferenciado (De la Cueva, 2007)

4- Consolida-se um espaço informal de ação, que embora seja muito fluído, nunca se conformará como instância de coordenação formal. A partir desse momento, o trinacional da ação é estabelecido e a negociação de ações e tipo de intervenção são consolidados.

*Ella se realiza en lo cotidiano a través de fax, conferencias telefónicas simultáneas, recientemente por correo electrónico y en reuniones internacionales casi que casi siempre han tenido una finalidad no sólo de coordinación y discusión, sino planear alguna acción o acto político. (Arroyo & Monroy, 1996:21)*

Este primeiro momento foi de grande intensidade e constitui o ato fundacional de uma trama de relações acima da qual iria logo se construir um corpus de ações comuns, porém, num nível de ação de uma intensidade e coordenação política e temporal evidentemente menor que as dinâmicas nacionais.

As estratégias que tiveram sucesso, além da própria conformação do espaço, focaram 1- no intercâmbio e socialização da informação, 2- na elaboração de propostas alternativas, 3-



no lobby conjunto encima de representantes de governos e parlamentares dos três países, 4-nas atividades conjuntas em paralelo às reuniões oficiais incluindo declarações e coletivas de imprensa das três redes.

1- Sem dúvidas o exemplo mais contundente dessa ação, além das reuniões fundacionais do espaço, é o momento de divulgação do chamado “rascunho de Dallas”.

*Quizá uno de los logros más significativos fue romper el secreto de la negociación al conseguir y hacer público el llamado borrador de Dallas que contenía el estado de la negociación y de los acuerdos al mes de febrero de 1992. De hecho, gracias a la acción de la sociedad civil tanto los parlamentarios como las sociedades de los tres países conocieron por primera vez el contenido concreto de lo que se estaba negociando.*(Arroyo 2002)

Foster (2005), quando se pergunta sobre o que teria motivado as organizações em cada país a fazerem o esforço de agir além da fronteira, destaca este tipo de ação como um dos aspectos chave, fundamentalmente pelo caráter “opaco” das estruturas burocráticas canadense e mexicana:

*At the level of detail regarding proposals and negotiations, the Canadians had established links with US congressional and lobbying sources that proved to be relatively durable and fruitful channels of information exchange. The mexicans made use of these sources, but through the pacement of visiting scholars/activists in Washington, they were able to develop some autonomous intelligence and analysis. Intelligence gained through these channels assisted the coalition's planning in terms of key meeting or policy decision dates, subjects requiring attention, and policy analysis.*(Foster, 2005:216)

Para o caso das organizações estadunidenses, a relação com a informação tinha um caráter diferente e tinha que ver com a busca de provas e testemunhas dos impactos na população das medidas propugnadas pelo acordo.

*US groups - motivated and empowered by increasingly active and widespread domestic networks and coalitions - utilized evidence and analysis provided bu their Mexican and Canadian counterparts to reinforce both their testimony in Congress and their educational effort outside the Beltway.*(Foster, 2005:216)

2- Elaboração de propostas alternativas.

*El objetivo de la Red trinacional fue, desde un inicio, elaborar propuestas buscando incidir en la negociación del Tratado de Libre Comercio de América del Norte, para lograr una inserción de nuestros países en la globalización que beneficiara a la mayoría de la sociedad y no sólo a las grandes empresas.* (Arroyo, 2002)

Como coloquei da descrição das perspectivas nacionais, a elaboração das alternativas

surgiu fundamentalmente como proposta mexicana e se estendeu como política comum no nível internacional a partir do intercâmbio entre as redes. Nesse processo, o papel de Zacatecas foi importantíssimo porque, puxadas pelos mexicanos, as redes do Canadá e dos Estados Unidos tiveram que contribuir ao debate com propostas sobre como deveria ser o acordo. A questão chave é que essa elaboração não significou, em particular no caso do Canadá, mudanças dos posicionamentos na contenda doméstica. Os canadenses continuaram a defender posições mais abolicionistas no Canadá e apoiaram os seus parceiros que como vimos, mantinham táticas duais para as quais a elaboração de “alternativas” era funcional. Nesse sentido, a assinatura do texto *"Una iniciativa justa y sostenible de comercio y desarrollo para América del Norte"* por parte da CTC também não significou o abandono das suas posições abolicionistas mais fortes opostas às dos mexicanos que, sim, influenciaram fortemente a posição moderada de MODTLE/ART.

### 3- “Lobby” conjunto e eventos educativos, fundamentalmente no Congresso dos Estados Unidos

*In general, both Canadians and Mexicans paced more expectations on the possibilities of obstructing, changing, or defeating the NAFTA project in the US Congress than in either the Mexican political structure or the Canadian Parliament. (Foster, 2005:216)*

Por exemplo, em 1993, no período prévio à votação no Congresso dos Estados Unidos não havia apoio explícito por parte da maioria e, contrario a isso, muitos representantes dos partidos e por motivos de um leque amplo que ia desde posições conservadoras até progressistas encontravam-se em dúvida sobre o sentido do seu voto. Nesse contexto, *“las redes deciden realizar un trabajo de cabildeo que tiene como base un documento de análisis del contenido del Tratado, así como una propuesta alternativa... se rechazaba el tratado negociado y se propone una alternativa”* (Monroy & Arroyo, 1996:4).

*Pensamos que íbamos a ganar; y después Clinton entró comprando los votos y perdimos por poco más de 20 votos (Hansen Kuhn, 2006)*

Todos os entrevistados e os documentos, fundamentalmente do México, assinalam esse dado. Porém, ao contrário dos mexicanos, os canadenses também tentaram influir – com chances de sucesso – no parlamento e em particular no processo eleitoral de 1993. As ações sobre os parlamentares mexicanos foram restritas, como disse, aos representantes do PRD, que de fato tinham uma colaboração estreita com a RMALC e as organizações que trabalhavam o tema – representantes do porte de Cuauhtemoc Cárdenas e Jorge Castañeda,

por exemplo, participaram do encontro de Zacatecas.

#### 4- Atividades paralelas às reuniões de negociação ou cúpulas ministeriais.

ACN:

*As sessions moved from city to city, NAFTA opponents from the three countries were on-site, sharing strategy and staging joint actions challenging their governments.* (Bleyer, 2001:255)

RMALC:

*...se organizaron actos públicos trinacionales paralelos a cada una de las reuniones ministeriales de los negociadores oficiales, en la Cumbre de las Américas de Miami y eventos políticos similares* (Arroyo& Monroy, 1996:21)

MODTLE/ART

*Hicimos reuniones paralelas a casi todas las reuniones de negociación [do NAFTA]... cada vez intentando tener más entendimiento entre las tres redes y presentar nuestras críticas a la prensa y también pensar em las alternativas.* (Hansen Kuhn, 2006)

Houve uma grande quantidade de atividades em paralelo às reuniões dos negociadores. A começar pela própria reunião de Zacatecas, que foi em simultâneo à III reunião ministerial de negociação do Acordo. Elas tiveram diversos formatos e combinaram sempre reuniões de estratégia e avaliação das negociações, com contatos com a imprensa e/ou atividades de rua que geralmente não reuniam um número grande de ativistas, mas que faziam apelo à ações chamativas ou audazes que acabavam captando a atenção da imprensa e dos governos. Também incluíram contatos com os delegados oficiais, muitas vezes forçados pelos membros da sociedade civil; em Zacatecas, por exemplo, o encarregado canadense das negociações chamou Tony Clarke para uma reunião depois de uma discussão pública entre ambos, que acabou em uma reunião entre mexicanos, canadenses e estadunidenses da sociedade civil com os negociadores chefes dos três países. Ativistas canadenses, mexicanos e estadunidenses comentaram nas entrevistas realizadas, e observei em vários documentos também, lembranças anedóticas e simpáticas sobre entradas “de gaiato” nos hotéis das reuniões oficiais (Reunião no Hotel Presidente, 25 e 26 de julho de 1992), ou sobre o chamado sem autorização dos donos do Hotel a uma coletiva de imprensa nas instalações do mesmo, no qual estavam reunidos os negociadores (Hotel Camino Real); ou uma coletiva de imprensa em Washington na qual participaria Jessie Jackson para protestar contra a votação do acordo no Congresso dos Estados Unidos.

Houve uma grande mobilidade de ativistas e todos mantiveram o compromisso de se

movimentar na região para apoiar os parceiros dos países vizinhos. Além dos mexicanos e canadenses, os estadunidenses também confirmaram que “*apoyamos eventos en México y Canadá con participación de varios miembros [de ART]*” (Hansen Kuhn, 2006)

Comentarios:

Houve resultados concretos da implementação das diversas estratégias forjadas no nível tri-nacional/transnacional da ação do movimento contra o livre comércio na América do Norte. E, fundamentalmente, consolidou-se um padrão de transnacionalização conformado pelos elementos acima descritos e que serviriam de referência geral para o futuro.

1- A conformação das redes nos três países e a efetiva realização de instâncias de coordenação de políticas. E um aumento no fluxo de relações entre atores sociais mobilizados pela negociação do acordo, o que De la Cueva chama o “boom de relações”.

*Uno de los avances logrados en este período, es la construcción de relaciones entre las redes trinacionales que agrupa a muy distintos grupos: especialistas en cabildeo, organismos sociales como sindicatos o grupos campesinos, derechos humanos, ambientalistas, mujeres, indígenas, etc. Estas redes se opusieron desde distintas ópticas a la firma de un Tratado que consolidara un proceso de integración subordinado y dependiente para los países del hemisferio con respecto a los Estados Unidos...*(Lujan, 1996:4)

2- Aumento da visibilidade e do impacto público das intervenções das redes, e o reconhecimento das redes como interlocutores formais ou informais dos negociadores do acordo. Segundo John Foster, acadêmico e ativista da ACN: *Perhaps most importantly, negotiators and political officials had to deal, however reluctantly, with these coalitions as necessary interlocutors in the policy process.* (Foster, 2005:217)

3- Uma maior transparência do processo que, lembremos, foi uma das principais demandas colocadas por todos os atores e coalizões no processo. Depois da filtração do rascunho de Dallas foram liberadas outras versões (Virginia).

4- Para alguns, a incorporação dos acordos paralelos sobre meio-ambiente e direitos trabalhistas também foi uma vitória produto da mobilização tri-nacional. Essa é a opinião, por exemplo, da coordenadora da RMALC na data de assinatura desses acordos, Berta Luján:

*Un triunfo relativo que tuvieron las redes fue la inclusión de los llamados Acuerdos Paralelos del Tratado, en materia laboral y ambiental. La Demanda de que el tratado Incluyera aspectos de protección a derechos sociales fue levantada casi dese el inicio*

*de la negociación. Al final, por motivos electorales, el gobierno de Clinton promovió la incorporación de éstos acuerdos, y a pesar de la negativa inicial de los gobiernos mexicanos y canadienses, éstos se firmaron.*(Luján, 1996:5)

5- Para alguns analistas como Massicotte (2001), que analisou em particular a transnacionalização da ação dos movimentos mexicanos, estes através do intercâmbio de informação e experiências tiveram como ganho *“una respuesta más poderosa y más adecuada de cada una en su propio ámbito de lucha política y social. Estas redes permiten también la coordinación de iniciativas conjuntas que, a veces, tienen mayor impacto debido a la coordinación transfronteriza.* (Massicotte, 2001:4). O mesmo sustenta Jonathan Fox, ao examinar as relações das coalizões mexicana e norte-americana e diz *“it is likely that these relationships had more impact on the national networks and coalition themselves than on broader processes”* (em Foster, 2005:217)

### **3- Leituras situacionais da ALCA**

Este padrão de transnacionalização, que tinha sido estabelecido na experiência tri-nacional, junto com a difusão das leituras identitárias via as organizações internacionais pré-existentes – em particular, como vimos no Capítulo 1, a ORIT tem um papel de importância –, serviram de veículo natural para a expansão para o momento seguinte, de continentalização da ação coletiva.

O primeiro momento, o momento que de forma paralela poderíamos comparar com o ano de 1990 e o início de 1991 da rede tri-nacional, também não está registrado em ata alguma nem aparece nos planos de ação das redes. Porém, é preciso salientar que a idéia genérica da continentalização esteve sempre presente nos documentos declarativos tri-nacionais – *“Promover una nueva alianza continental, en el marco de un nuevo pacto de desarrollo”* (Declaración de Zacatecas) – e foi também explicitado como vontade nos planos de ação da RMALC – *“Construir una Red Continental frente a los procesos de integración subordinada hegemonizados por Estados Unidos. En este aspecto se ha estado trabajando desde tiempo atrás.”* (Arroyo & Monroy, 1996:50)”. Esse momento vai desde 1994 até 1997, na reunião de Belo Horizonte.

Os movimentos desses primeiros anos foram erráticos, mas é possível identificar algumas tentativas de criação de ações continentais sustentadas a partir da experiência tri-nacional à qual agora se acrescentava a recentemente criada RECHIP. Dentre elas, a que mais

chama a atenção, pelo fato de ser esquecida pelos próprios protagonistas<sup>168</sup>, foi a criação de uma rede que envolvia essas quatro redes e que no seu primeiro número se anunciou como o boletim da “*Red Hemisférica para el Desarrollo Sustentable y el Comercio Justo*”<sup>169</sup> composta pela ACN, a RMALC, a RECHIP e ART. Declarava na sua página o seguinte:

*La Red Hemisférica agrupa a organizaciones ambientales, sindicales, religiosas, de agricultores, de mujeres, de consumidores, y ONGs con trabajo en temas de desarrollo y políticas públicas, que coinciden en enfrentar las actuales propuestas oficiales en pro del libre comercio con alternativas diseñadas para lograr un Desarrollo Sustentable y un Comercio Justo en las Américas.*

*NUESTRA AMERICA intenta fortalecer la comunicación y el entendimiento mutuo entre los miembros de la Red Hemisférica y otros grupos interesados, para contribuir al desarrollo de estrategias conjuntas y apoyar esfuerzos civiles relacionados con el comercio y la integración económica. En los Estados Unidos, esta publicación reemplaza a NAftaThoughts, un boletín producido hasta ahora por The Development GAP para ART.(1996)*

Essa coordenação se estendeu até a própria reunião de Belo Horizonte, e fundamentalmente focou os seus esforços na manutenção do espaço de diálogo entre as redes envolvidas, em particular em volta do NAFTA, segundo é possível ler nos quatro números que foram publicados. Nesse último número, podem-se achar os nexos com outra dinâmica que vinha sendo desenvolvida no continente e que é reportada por *Common Frontiers* (CF) numa nota sobre a proposta da CUT para a reunião de Belo Horizonte. Devemos lembrar duas questões relevantes que comentei acima: a primeira é que CF contava com a participação ativa do *Canadian Labor Congress* no seu seio; a segunda é que CF, encarregada das relações internacionais da ACN, irá assumindo um papel crescente até apagar por completo a presença daquela.

O reporte anunciava o que é considerado pelos membros da ASC como o ato fundacional dessa coalizão, um fórum alternativo paralelo à reunião dos ministros de comércio dos países da ALCA em Belo Horizonte, Brasil. O objetivo do Fórum era

*... to advance the social perspective on regional integration in the hemisphere. To this end, the CUT is in the process of inviting representatives of unions and other civil-society organizations from North and South America. It is doing so in cooperation with ORIT, the Latin American regional coordination of trade union centrals affiliated with the International Confederation of Free Trade Unions (ICFTU).(OUR AMERICAS, Vol. 1, No 4 May 1977)*

168 Em particular perguntei sobre o boletim a Karen Hansen Kuhn, que participou da elaboração do mesmo, mas ela não lembrava do fato como sendo relevante na construção da transnacionalização que estava em cernes.

169 “*Nuestra América*” publicado por ART/ACN/RMALC e RECHIP. Fevereiro de 1996

E anunciava a realização, junto com as atividades sindicais, de reuniões e seminários setoriais organizados por outras entidades da sociedade civil, assim como “*a meeting of the Hemispheric Network for Just and Sustainable Trade Development, which includes RECHIP, RMALC, ART and ACN-Common Frontiers. Participants in that meeting will discuss joint strategies and actions over the coming months.*” (OUR AMERICAS, Vol. 1, No 4 May 1977)

A matéria de CF, então, ilustra a convergência das duas estratégias mais dinâmicas que levaram à continentalização da ação coletiva contra o livre comércio. A descrita tenuemente como continuidade linear da ação das redes, e uma segunda promovida pelos sindicatos, um ator importante do processo, envolvido de forma explícita nas negociações do livre comércio a través dos mecanismos de participação do NAFTA, e que já contava com uma estrutura de organização continental que operava como espaço de intercâmbio e circulação de informação. O interessante é que mesmo tendo uma dinâmica autônoma daquela das redes, há uma relação direta através do CLC com a experiência tri-nacional das redes da América do Norte. Sem dúvida, é isso o que fez com que finalmente os caminhos paralelos acabassem convergindo em Minas Gerais.

Uma das chaves desse período, segundo as observações realizadas, fundamentalmente como produto das entrevistas, é o destaque que tiveram alguns ativistas na expansão do processo. A estratégia sindical, empurrada com força pelo departamento de relações internacionais da CLC, que tinha recentemente mudado de direção política para uma orientação menos fixada à lógica da guerra fria e da velha ORIT<sup>170</sup>, tinha incorporado, em 1994, Sheila Katz, uma experiente ativista vinda da Oxfam, que falava espanhol e havia morado na Costa Rica por vários anos, com o intuito de desenvolver as relações com os sindicalistas da América Latina. Do mesmo modo, a chegada de Sweeney à presidência da AFL-CIO foi uma indicação da mudança dessa poderosa central sindical para uma política pós guerra fria e de relacionamento e abertura para os demais atores da sociedade civil<sup>171</sup>. Finalmente essa mesma central contou com Stanley Gacek, que tinha fortes vínculos afetivos com o sindicalismo brasileiro – além de falar português e espanhol – e que contribuiu enormemente, segundo o relato dos sindicalistas do sul, para a construção de olhares conjuntos sobre a situação política da região.

Este grupo de sindicalistas utilizou o marco da ORIT, e diversas oportunidades de reunião, para estreitar os vínculos com os brasileiros (em particular, Kjeld Jakobsen e Rafael Freire, da CUT) e com Victor Baez, líder sindical paraguaio que trabalhava na ORIT e

---

170 Sheila Katz, entrevista (2007)

171 Karen Hansen Kuhn entrevista (2006)

compartilhava os ares do novo sindicalismo brasileiro, assim como a renovação proposta no marco da AFL-CIO. E foi esse núcleo que na construção de uma série de Fóruns paralelos – cuja dinâmica detalho no Capítulo 7 – consolidaram a certeza de que era preciso aumentar a pressão sobre os negociadores da ALCA e, para tanto, alargar, à semelhança das experiências do norte, a aliança para outros setores sociais. E trabalharam para isso, sendo que Belo Horizonte foi apenas o começo do processo<sup>172</sup>.

Das reuniões de Belo Horizonte, surgiram três orientações macro de clara inspiração nas experiências anteriores, porém com tons próprios. A implementação destas três orientações fundaria nos fatos, e já não nas intenções, a primeira expressão organizada do movimento contra o livre comércio nas Américas. Essas foram:

1- Construir uma Aliança<sup>173</sup> Social Continental à semelhança das experiências da América do Norte, ou seja, multi-setorial, horizontal e aberta<sup>174</sup> mas com extensão continental.

2- Desenvolver uma proposta alternativa à ALCA, que depois viraria “Alternativas para as Américas” e cuja primeira versão seria apresentada em Santiago, 1998.

3- Organizar a primeira “cúpula dos povos” em Santiago de Chile, de forma paralela à Cúpula das Américas, a reunião dos presidentes do continente, menos Fidel Castro.

A construção de uma coalizão continental contra o livre comércio foi o produto de três estratégias organizativas:

A primeira teve a sua cristalização na reunião de formalização da ASC, em San José de Costa Rica (12 a 14 de março de 1999), e consolidou uma estrutura baseada na experiência de trabalho da organização da cúpula dos povos de Santiago, para a qual tinha sido eleito um comitê organizador, que depois da cúpula viraria o comitê operativo provisional composto originalmente por RMALC, ORIT, ART, CF e RQIC<sup>175</sup>. A reunião resolveu confirmar e ampliar essa instância e acrescentar outra de Coordenação Geral que teria como característica a *“representantividad de sectores, regiones y género, excluidos, amplia, flexible, que permite diversidad; horizontal; operatividad; eficaz; democrática; búsqueda de consensos”* (Ata da

172 Victor Baez, entrevista (2006)

173 O nome de “aliança”, relatam Hector de la Cueva e Kjeld Jakobsen, surgiria em conversas mantidas em 1996 durante reuniões organizadas pelos sindicatos canadenses em Ottawa na qual os dois ativistas se conheceram e discutiram sobre a pertinência de chamar a esse espaço de “pacto social” ou “aliança social” sendo que esse último acabou vingando (Entrevistas a ambos, 2006 e 2007)

174 Jakobsen, entrevista (2006)

175 Atas da reunião (1999)



reunião, 1999). Essa última menção ao consenso é a única explicitação de forma de resolução de diferenças dentro da rede. Não são explicitados critérios de membresia e só se faz referência a que afirma parte da ASC *“todos aquellos sectores o parte de ellos, com potencial de transformación, que se identifiquen y asuman los principios y objetivos”* dela. E assinala para uma política de expansão setorial que possibilite trabalhar com:

- *los actores y com los procesos de coordinación internacional que ya estan em marcha: indígenas, sindicatos, sectores campesinos, movimiento de mujeres, ambientalistas y otros.*
- *Incorporar otros sectores que aún están ausentes: Juventud, sectores de la Iglesia, Universidades, Movimientos comunitarios, cooperativas, Minorías étnicas, Consumidores, Sectores Culturales.*

Essa primeira estratégia organizativa evidentemente priorizou a expansão do movimento e por isso foi ampla, flexível e ativa na conquista de novos atores e setores. O quadro fecha com a nomeação de uma Secretária Executiva rotativa, que nesse primeiro período estaria sob a responsabilidade da RMALC .

A segunda estratégia organizativa do movimento tem estreita vinculação com o sucesso e crescimento do mesmo. A segunda cúpula dos povos de Quebec consolida o processo de extensão via difusão da identidade do movimento anti livre comércio das Américas, porém, o faz num clima novo de radicalização das expressões anti-globalização e através da incorporação também de setores vindos de tradições mais radicais – entre os mais destacados os camponeses, jovens e setores das esquerdas políticas. Essa nova onda de militância anti livre comércio exerceu pressão sobre as expressões organizativas existentes em três sentidos: por um lado para neutralizar o poder de alguns membros da ASC identificados com experiências traumáticas do passado que ainda persistiam no imaginário dos ativistas das esquerdas (em particular a ORIT), por outro, que a presença de setores moderados impedia a adoção de políticas mais fortes em relação ao processo oficial; finalmente, perante a percepção de fechamento dos membros “fundacionais” da ASC em uma atitude que o jornalista equatoriano Osvaldo Leon caracterizou como o “patrimonialismo” dos membros fundadores da ASC<sup>176</sup> (2006). Essa nova estratégia, decidida em 2001 como sub-produto da formulação de uma Campanha Continental de Luta Contra a ALCA, adquiriu um caráter ainda mais aberto, reduzindo o espaço de decisões a uma grande Coordenação Continental conformada por Comitês Nacionais da Campanha e por membros das redes regionais

participantes dela.<sup>177</sup>

A questão dos comitês nacionais é uma herança forte da idéia de redes nacionais que está nas origens do movimento e que foi tomada pela ASC desde a sua fundação, sem que isso seja explicitado, porém, nos documentos senão até depois da criação da Campanha. A campanha propôs o critério do “unitarismo” dos espaços como continuidade do critério da multi-setorialidade, mas com um nível de institucionalidade menor do que as redes. Dependendo do país, esses espaços se constituiriam como complementares (Brasil, por exemplo, aonde a REBRIP/ASC trabalhou sempre em equilíbrio e complementariedade com a campanha Jubileu Sul Brasil), ou concorrentes (Colômbia).

Por fim, foi estabelecida num momento posterior, uma Secretaria composta pelas Secretaria Executiva da ASC – nesse então já no Brasil – e a Secretaria da campanha Brasileira / Jubileu Sul Brasil<sup>178</sup>.

A terceira estratégia tem que ver com uma dupla situação: o fim das negociações da ALCA e a abertura da agenda do espaço organizativo inercial da ASC, assim como com o natural declínio do espaço da Campanha Continental contra a ALCA; e a necessidade de resolver a constante tensão gerada pela ambigüidade da co-existência dos dois espaços organizativos (ASC e Campanha). O problema estourou finalmente em Havana, durante o VI Encontro Hemisférico, e teve como resolução um esquema que propôs voltar a um comitê operativo mais amplo e participativo – que integrou representações por regiões, setores e redes – e que recebeu o nome de Grupo de Coordenação Continental, um conselho hemisférico que mantém a estrutura da Coordenação criada em San José. E propôs um processo de reconstrução dos espaços nacionais que, ou permaneceram estancados pelas tensões internas (Peru), ou perderam o tempo do ritmo da mobilização social (ART), ou diretamente sumiram depois de anos de existência (ACJR do Chile). Esse processo, diz nas atas da reunião, aponta para o início de

*un trabajo conjunto entre los participantes nacionales actuales de la ASC junto con los miembros de redes temáticas o regionales en cada país para realizar una transformación de los espacios de convergencia y coordinación nacional inclusivos de todas las realidades, sensibilidades y luchas relevantes a nivel de cada país y se articulan en la instancia continental que representa la ASC. El objetivo es evitar el estancamiento y otras dinámicas negativas que se han producido a lo largo de estos años en los hasta ahora designados “Capítulos nacionales” de la ASC en algunos países. tornarlos más.*

*Este proceso debe atender al espíritu de unidad en la diversidad que sostenemos a*

177 Ata da reunião da Coordenação de Rede em Quito, maio 2002.

178 “Estrategia de Lucha Contra el ALCA” La Habana, novembro de 2002

*nivel continental. La tarea será acompañada por el Grupo de Coordinación Continental. Comenzará aquí en La Habana, y el Consejo Hemisférico decidirá cuando concluye.*<sup>179</sup>

Até aqui as principais características das estratégias organizativas do movimento. No capítulo seguinte coloco a estratégia que tem que ver com a relação com os governos, e faz referência às ações de mobilização e incidência, de dentro e de fora das reuniões com os negociadores oficiais. Essas descrições incluem a construção das Cúpulas dos Povos, e os elementos centrais do que fora a Consulta Continental sobre a ALCA, princípio organizativo central na expansão do movimento pelo continente todo.

#### **4- Desbordamento, trajetórias não lineares e “ciclo”.**

A trajetória relativamente linear descrita nos primeiros três pontos deste capítulo encobre uma realidade não menos importante do movimento, que é a não linearidade da extensão da sua identidade. Podemos ter percebido que, depois de Belo Horizonte, a estratégia do movimento foi de expansão em uma trajetória que, partindo do continental, se propunha expandir para os setores e países ainda não engajados no movimento<sup>180</sup>, quebrando uma linearidade ascendente, porém conservando a trajetória própria de um núcleo humano que mantém vínculos explícitos. Mas, nesse processo, que não é só governado pela vontade dos atores, ocorreram fatos que quebraram a linearidades das trajetórias, e produziram o “desbordamento” do movimento.

O primeiro desbordamento é o desbordamento “controlado”, proposto pela criação da Campanha Continental contra a ALCA. O segundo desbordamento é o da proliferação de espaços que ultrapassaram a capacidade política dos espaços vinculados organizativamente à articulação continental, ou espaços que nunca tiveram contato direto com essa articulação. No primeiro caso, há um destaque para os processos na região da América Central, que começam nos primeiros anos da negociação da ALCA, com vínculos mediados por organizações com inserção internacional, porém descoladas das dinâmicas de mobilização dos países; sem dúvida o caso da criação e rápida morte da Mesa Alternativa Nicaragüense Frente al ALCA (MANFA) tem que ver com o conflito suscitado com o processo dos Fóruns Sociais Meso-americanos; ou a proliferação de espaços de mobilização que deslancharam no Peru (Campanha “*TLC así NO*”) e no Equador (“*Ecuador Decide*”) com o começo das negociações do TLC-Andino que fazem parte do mesmo processo de desbordamento

179 *Consejo Hemisférico ASC*, La Habana, 3/5 de mayo de 2007

180 Víctor Baez, entrevista (2006)

organizativo dos conteúdos da identidade social, e que descrevem trajetórias não lineares.

Por fim, a idéia de ciclo apresenta, como assinali acima, dois desafios em relação às análises do movimento social contra o livre comércio nas Américas: o primeiro é que o ritmo da mobilização de massa tende a efetivamente ser cíclico, ou seja, a se adaptar aos cenários propostos pela identidade que implicam em mudanças, aparição e desaparecimento de ameaça e, em definitiva, mais ou menores possibilidades de mobilizar massivamente. Isso é comprovado no caso do Canadá, dos Estados Unidos e em relação aos acordos bilaterais da América Central com os Estados Unidos e, no nível macro, no refluxo da mobilização contra a ALCA. Porém, o segundo desafio é o que coloca o fato de o ganho organizativo resultante da mobilização tender inercialmente a se manter e tentar sobreviver fazendo novas propostas identitárias para seus membros – a multiplicação de temas registrada, por exemplo, nas prioridades elaboradas nos planos de ação da ASC a partir de 2005. Essa inércia é corroborada pelo fato de a identidade, no caso do nosso movimento, ser complexa e se apoiar em organizações que, fora do movimento, também se movem.

## Capítulo 7

### **Negociações da ALCA: Assimetrias da sociedade civil e as táticas dos movimentos sociais**

#### **Introdução**

O objetivo deste último capítulo é explorar os diferentes tipos de intervenção da “sociedade civil” nos processos oficiais de negociações comerciais deslanchados nas Américas a partir do acordo de livre comércio entre o Canadá e os Estados Unidos, passando pela negociação do NAFTA e chegando até a ALCA. Esta última negociação, pelo fato de ser a mais abrangente e de caráter continental, será o foco desta exploração.

A tese central aqui defendida é que existem assimetrias entre pelo menos dois dos grandes conjuntos de atores da chamada “sociedade civil”: o setor empresarial e o conjunto dos demais setores da sociedade civil. São analisadas aqui as diversas estratégias desses setores para aumentar o nível de incidência/pressão no processo e também as respostas institucionais que lhes foram dadas dos âmbitos oficiais. As estratégias da sociedade civil não empresarial recebem um tratamento mais demorado, por serem elas mais complexas e diversificadas.

Uma segunda tese é que, como resposta a essa assimetria, os movimentos e organizações sociais do segundo conjunto adotam táticas de ação que fogem da institucionalidade proposta, no entendimento de que esta não é o canal adequado para a expressão dos seus interesses.

Para atingir o alvo da explicação e fornecer um marco conceitual que permita tratar o tema, propomos aprofundar a análise de duas categorias, a de “sociedade civil” e a de “assimetrias”. Na primeira, avaliando algumas considerações teóricas sobre “sociedade civil global” e estudando o tratamento da categoria nas falas dos próprios atores e dos governos. Para “assimetrias”, numa abordagem de caráter estritamente conceitual, trabalhamos os conceitos de Krasner, Keohane, Cameron & Toulmin, entre outros.

Isto feito, partimos para uma localização dos atores em questão, após a qual virá a descrição das suas escolhas estratégicas em termos do “que” e do “porque” de tais escolhas.

Reconstruímos finalmente o roteiro das ações e alguns resultados, começando pela primeira Cúpula das Américas (1994) e chegando até a última delas, a IV em Mar del Plata, 2005.

### **Que sociedade civil é essa?**

Faremos três tipos de considerações: a primeira tem que ver com o debate teórico em torno a “sociedade civil” e “sociedade civil global”; a segunda foca o suposto teórico de que a definição de sociedade civil opera politicamente; e a terceira, a análise do tratamento que os governos deram à questão em relação ao que é anunciado e o que é na prática implementado.

No tocante à teoria, é este um debate de longa data. Tem como referência, entre outros, Gramsci, para o qual “sociedade civil” é aquilo que estaria entre o Estado e o mercado, aquela esfera pública de interação social que nem pertence ao Estado nem tem que ver com a economia. Essa definição, que não aprofundaremos aqui, tem sido a referência nos debates contemporâneos sobre sociedade civil e foi, de certa forma, o ponto de partida da discussão sobre o fenômeno daquilo que muitos pesquisadores agora chamam de “sociedade civil global” (SCG). Uma das definições mais difundidas entre as inspiradas nessa concepção é utilizada na análise descritiva da sociedade civil global, segundo a qual “*global civil society is the sphere of ideas, values, institutions, organizations, networks, and individuals located between the family, the state and the market and operating beyond the confines of national societies, politics, and economies*” (Anheier et al, 2001:17).

Além do fato de a grande maioria dos estudiosos reconhecer a dificuldade que enfrenta à hora de definir o que é a SCG, um dos debates importantes é justamente aquele que trabalha a inclusão ou não do mercado nessa definição. A pergunta concretamente é ver se os empresários, e em particular os agentes das empresas transnacionais, fazem parte dessa sociedade civil ou possuem um outro status.

Os defensores da idéia de que os atores econômicos da globalização – fundamentalmente as *Transnational Corporations* ou TNCs –, entre os quais se destaca o inglês John Keane, fazem um apelo ao fato de que os atores econômicos são a peça fundamental da globalização tal como ela se desenvolveu na década de 1990, e seria um erro colocá-las em outro lugar. Tomando a idéia de “*turbocapitalism*” de Luttwak (1999), Keane defende a inclusão das forças do mercado desde que este seja definido como uma espécie de capitalismo impulsionado pelas empresas e o seu desejo de se livrar de “*taxation restrictions, trade union intransigence, government interference, and all other external restrictions upon*

*the free movement of capital in search of profit. Turbo-capitalism has strongly deregulatory effects, and on a global scale.*” Por isso, *“Global civil society as we know and experience it today could not survive for a day without the market forces unleashed by turbo-capitalism. The converse rule also applies: the market forces of turbo-capitalism could not last a day without other global civil society institutions, like households, community associations, regions, and linguistically shared social norms like friendship, trust, and non-violent cooperation.”* (Keane, 2001:31).

A idéia é que negócios sem sociedade civil não podem funcionar e, por isso, é preciso incluí-los à hora de analisar a nova esfera pública global. Isso não pode ser negligenciado e a distinção artificial entre mercado e sociedade civil global não deixa ver essa lógica central do capitalismo de hoje, que é a mútua alimentação dos dois elementos: *“the tendency of turbocapitalism to nurture and simultaneously disorder the structures of global civil society within which it operates”* (Keane, 2001:32).

Agora, é preciso pensar que o debate recolhido nas palavras de Keane, Anheier e outros está prenhes da realidade que, por outro lado, nós estamos analisando; esta tem que ver justamente com a expansão desse “turbo” capitalismo, através da invenção de novos arranjos institucionais na economia crescentemente globalizada, como são os acordos de livre comércio. Isto para dizer que a experiência dessa sociedade civil global é construída no debate real que acontecia – e ainda acontece – em cenários concretos como os que aqui são estudados: a negociação da ALCA e os seus predecessores, o CUSFTA e o NAFTA, por não falar da OMC e outras experiências literalmente globais.

Eis aqui o ponto central da questão da categoria “sociedade civil”: ela é utilizada na realidade como categoria que distribui e ordena o âmbito das práticas concretas dos governos e da própria sociedade. O que defendemos aqui é justamente isso, que a própria definição adotada no projeto político e nas suas normas, resoluções e no discurso dos diversos atores reflete posicionamentos políticos que incluem ou excluem partes significativas dessa sociedade, ou que condicionam as práticas institucionais que são operadas a partir delas.

Tomemos um exemplo: o fato de dizer, no caso da Comunidade Andina de Nações nos anos de 1960, que o sentido desse processo de integração apontava à substituição de importações e que em virtude disso era chave a participação do capital e do trabalho, e para isso foi implementado um tipo de arranjo de participação institucional que incluiu um Conselho Consultivo Trabalhista Andino e um Conselho Consultivo Empresarial Andino.

No tocante à ALCA, vejamos a definição de sociedade civil explicitada nos dois momentos que consideramos chave do processo, a saber, o momento fundacional do processo

negociador da ALCA – a Cúpula das Américas de 1994 em Miami – e o momento no qual é decidida a criação formal de um mecanismo para acolher as propostas da “Sociedade Civil” entre os temas da negociação.

No primeiro caso, o Plano de Ação acordado pelos presidentes dos 34 países em Miami, no seu parágrafo 3, sobre “Revigoração da sociedade/participação comunitária” diz: “Uma sociedade civil sólida e diversificada, organizada de várias formas e em diversos segmentos, incluindo indivíduos, setor privado, setor trabalhista, partidos políticos, setor acadêmico e outros atores e organizações não governamentais, imprime profundidade e durabilidade a democracia.” Uma definição ampla que começa pelo “setor privado” e o “setor trabalhista” para, curiosamente, partir para os partidos políticos e outros setores. “Setor privado” é a denominação adotada no âmbito da OEA para o mundo empresarial “nacional ou regional” e a sua introdução nos textos da ALCA vem daí. A mesma denominação será utilizada na declaração da I Reunião Ministerial, na cidade de Denver, só que dessa vez, junto com o “*private sector*”, ao invés de atores, teremos as *problemáticas* trabalhista e ambiental. A sociedade civil, na visão dos ministros das Américas nessa cúpula, fica reduzida ao setor privado (Ministros da ALCA, 1995).

A definição na Declaração Ministerial de San José de Costa Rica, em março de 1998, é quatro anos posterior à da primeira Cúpula das Américas (Miami, dezembro de 1994) e três da primeira reunião em Denver. Essa definição é chave porque é nela que o processo da ALCA vai estabelecer um mecanismo concreto de interlocução com a sociedade civil. Vejamos o que diz o ponto sobre “outros assuntos, participação da sociedade civil”:

Reconhecemos e recebemos com satisfação o interesse e as preocupações expressas pelos diferentes setores da sociedade civil com relação à ALCA. O setor empresarial e outros setores produtivos, grupos trabalhistas, ambientais e acadêmicos têm sido particularmente ativos nessa matéria. Incentivamos esses e outros setores da sociedade civil a que apresentem seus pontos de vista sobre assuntos comerciais de forma construtiva. Portanto, estabelecemos um comitê de representantes governamentais, aberto a todos os países participantes, o qual deverá escolher seu Presidente. O comitê receberá essas contribuições e as analisará, bem como elevará o conjunto de opiniões à nossa consideração.

Nesse sentido, valorizamos contribuições oferecidas pelo setor empresarial por meio dos Foros Empresariais das Américas de Denver, Cartagena das Índias, Belo Horizonte e São José. (Ministros da ALCA, 1998)

Aqui temos várias questões a avaliar. A primeira é que se mantém a definição do primeiro pelotão de atores – empresários, trabalhadores, acadêmicos e ambientalistas – e fica



aberta a possibilidade de acrescentar mais setores com a fórmula “outros setores”. Ou seja, observamos aqui, assim como na definição da Declaração de Miami, um conceito amplíssimo que inclui, sim, o setor empresarial dentro da sua própria descrição embora, como se vê na última frase, tenha uma posição diferenciada dos restantes setores do “social”.

Recuperando o debate teórico que apresentamos anteriormente, a definição adotada nos âmbitos oficiais, mesmo sendo pouco detalhada ao definir “outros setores” concebe a sociedade civil como um todo que inclui os agentes do mercado. Porém, veremos que esse tratamento, na prática, revela-se contraditório e dá lugar para pensarmos na questão das assimetrias como chave para a análise da relação entre governos e sociedade civil nas negociações comerciais.

### **Um outro cenário das assimetrias.**

Há uma extensa literatura nas relações internacionais que considera as assimetrias como fator que ajuda a entender o comportamento dos atores nas relações entre os Estados. Essa literatura inclui autores do chamado realismo e neo-realismo, mas também da teoria da interdependência. O fato comum entre eles é a abordagem do sistema internacional em termos de relações entre Estados. Nesse sentido, geralmente as assimetrias ocorrem entre países ou conjunto de países do sistema. Uma das vozes pioneiras desse tipo de estudos é a de Krasner, que encarou o estudo das relações entre os países do terceiro mundo e os países desenvolvidos e afirmou que justamente a *“political weakness and vulnerability are fundamental sources of third world behavior”* (KRASNER, 1985).

O foco é então colocado no tipo de estratégias que esses atores estabelecem, em um contexto de diferença de poder, para minimizar as perdas e tirar o melhor proveito delas. Essas estratégias implicam, entre outras coisas, a priorização de alguns cenários sobre outros; no caso, por exemplo, dos países do terceiro mundo, os fóruns internacionais que têm relação com o estabelecimento e manutenção de regimes internacionais, e a adoção de comportamentos diferenciados de poder: *“Relational power behavior refers to efforts to maximize the values within a given set of institutional structures; meta-power behavior refers to efforts to change the institution themselves.”* (KRASNER, 1985)

Na versão do chamado institucionalismo neoliberal de Keohane são considerados alguns fatores domésticos que incidem nas relações assimétricas entre estados. Assim, *“large*

*states are often more fragmented than small ones, creating the opportunity for the small country to pursue alliances with groups in the state or society of the larger country*” (Cameron e Toulim, 2000:22). Isso aproxima a análise à perspectiva do “*two level bargaining*” que tenta dar destaque não só à arena internacional como também à arena doméstica, em particular porque esta é decisiva em termos do processo de ratificação pelo qual o governo deve passar no processo de negociação da política externa.

Uma perspectiva complementar das assimetrias é aquela que considera as assimetrias entre os diversos atores envolvidos na política internacional, considerando que não só os estados atuam, mesmo que esses tenham o monopólio da decisão. A questão é ver quando atores diferentes dos Estados, como é o caso estudado da sociedade civil, entram em cena, se eles mantêm relações assimétricas e como isso determina o tipo de estratégias que eles executam.

Nesse cenário, as assimetrias podem ser consideradas em vários níveis. Por um lado, temos as diferenças entre os próprios atores da sociedade civil – reconhecendo que estamos utilizando a versão ampla do termo – em relação ao governo, ou seja, quem é mais influente sobre o governo, ou quem é tem maior interlocução. Chamaremos esse de nível 1.

Por outro, temos um nível – que chamaremos de Nível 2 – no qual temos de avaliar as assimetrias que ocorrem naturalmente entre a sociedade civil como um ator único e o governo, entendendo que o último seria mais poderoso em relação às decisões de políticas públicas e de possibilidades de gerar consensos na opinião pública a favor delas, mas considerando que o apoio da população é decisivo na hora da “ratificação”. É aí que o peso dos atores da sociedade civil assume uma dimensão importante.

Neste trabalho, reconhecemos a importância desses dois níveis e vemos que não só é possível, mas também útil uma leitura que parta dessas assimetrias para avaliar os caminhos e as estratégias adotadas por esses diversos atores, nos diversos níveis, nas negociações da ALCA.

## **A Sociedade civil: dos atores assimétricos. O papel do Estado**

O intuito deste ponto é examinar um dos níveis no qual é possível falar de assimetrias. Aqui serão feitas algumas constatações documentais e de fatos que falam de um tratamento diferenciado aos atores da sociedade civil por parte dos governos na negociação da ALCA. A primeira constatação está vinculada ao fato de a ALCA ser definida, na concepção dos

governos, como um acordo que, embora amplo e com muitos temas de negociação, era essencialmente comercial. Como foi dito acima, o projeto traz consigo uma formatação que opera um corte na sociedade civil já que, mesmo tendo feito declarações como as já citadas do plano de trabalho da I Cúpula das Américas, observaremos que há, sim, um ator privilegiado. Esse ator é sem dúvidas o “setor privado”, o empresariado nacional e regional dos países das Américas. E é esse ator quem tem, nas palavras do ministro de comércio do Canadá, Pettigrew, uma posição chave em relação às negociações.

*Trade negotiators cannot operate in a vacuum, and need to understand business, markets and market change to create the rules and policy framework to suit a business environment that you have already forged. To do that, they have to be where business is – so don't be surprised if you run into more than one trade negotiator over the next few days here in Toronto. They have to understand what your perspectives are on the main issues being negotiated.* (em Macdonald e Schwartz, 2002:148)

Segundo a professora Maria Regina Soares de Lima, a ALCA “repete um padrão dual - mobilização de atores privados e exclusão de atores da sociedade civil - mantendo um viés empresarial”<sup>181</sup>.

Essa posição de privilégio será levada à prática através de políticas de inclusão no processo que, longe de incluir a ampla variedade de setores da sociedade civil dos países das Américas, terá como alvo principal incluir esse ator que, na prática – já não só nas falas –, começa a se revelar como assimétrico na sua relação com os governos.

Na primeira reunião ministerial do processo de negociação da ALCA, em Denver, em junho de 1995, ocorreram duas coisas que falam alto da situação descrita acima: A primeira foi que a voz dos empresários foi reconhecida – “acolhida” – na declaração final do encontro com um status acima do de outros atores, como os sindicatos e as organizações ambientais.

No ponto 11 da declaração é dito:

Estamos comprometidos com a transparência no processo da ALCA. Na medida em que avança a integração econômica no Hemisfério, *acolhemos* a contribuição do setor privado e dos processos apropriados para lidar com a proteção do meio-ambiente e a melhor observância e promoção dos direitos dos trabalhadores, *através dos nossos respectivos governos* [as itálicas são nossas].

Essa discriminação não foi bem recebida pelos setores sindicais que, através da AFL-

---

181 Conferência ministrada no “Fórum Continental Área de Livre Comércio das Américas. Atores sociais e políticos nos processos de integração”. São Paulo, 27 a 29 de novembro de 2000

CIO e a ORIT, tinham também organizado uma conferencia simultânea à reunião ministerial e entregue as conclusões às autoridades comerciais. Para alguns autores esse fato significaria que “a ALCA começa mal, dando espaço oficial para que o setor empresarial participe do processo, enquanto que aos trabalhadores lhes é negado o direito de influenciar no debate.” (de Campos, 2001, s/n)

Enquanto isso, já passando para o segundo fato significativo de Denver, ocorreu lá o primeiro de uma larga série de fóruns de empresários das Américas (ABF), esse primeiro chamado de *Western Hemisphere Trade and Commerce Forum* e organizado pelo próprio Departamento de Comércio dos Estados Unidos<sup>182</sup>, contando com a participação de perto de 3000 homens de negócios das Américas. Segundo Mercedes Botto, a atitude do governo norte-americano foi chave e fez com que os empresários fossem os primeiros em participar das negociações comerciais (Botto, 2003).

O processo, além de ser organizado nesse primeiro momento pelos governos, continuou a ser encorajado por parte das instâncias oficiais das negociações e contou com o apoio entusiasta do presidente da OEA.

*The year 1995 has also witnessed the launch of another process that will be crucial to the ultimate outcome. I am speaking of what has been going on, in parallel, within the private sector. The people who have a direct stake in the success of the FTAA—people like yourselves in the business community—have also been organizing in addition to this official, government-lead activity. This is significant because an FTAA must make sense to the same people who make liberalized trade policies and use them as tools to create jobs and stable economies. (Gaviria, 1995: s/n)*

Como é assinalado por alguns autores, a vontade de ouvir a opinião empresarial não se detém no fato da formalização do ABF – e, a seguir, da Rede Empresarial para a Integração Hemisférica – como parte do organograma da ALCA (Botto, 2003): as propostas dos empresários realmente eram incluídas nos textos do rascunho do acordo. Assim o abaliza o seguinte fragmento de um texto oficial destinado ao ABF-Canadá : “*plusieurs des recommandations proposées par les participants au Forum de San José se reflètent dans le mandat des équipes de négociations de la ZLEA et dans le Plan d’action issu du Sommet des Amériques de 1998*”<sup>184</sup>. E, em relação a essa citação, Brunelle e Dugas (2006) concluem que “*l’ABF un statut privilégié, les représentants des gouvernements ont accordé à ses*

182 Informe do Banco Interamericano de Desenvolvimento  
<http://www.iadb.org/int/intpub/nota/hemcont.htm>

183 BOTTO, 2003

184 ABF-Canada, *Document d’information, Cinquième Forum des gens d’affaires des Amériques*, novembro 1999. Citado por Brunelle e Dugas (2003:6)

*recommandations un effet utile sans commune mesure avec celui qui était réservé aux recommandations des OSC*”(2003:6) (organizações da sociedade civil).

Para corroborar tudo o que foi dito até aqui, Botto defende a idéia de que o governo estadunidense, liderado então por Bill Clinton, mantinha depois da experiência de negociação da NAFTA uma sensibilidade especial em relação à participação da sociedade civil, na lógica acima mencionada dos dois cenários paralelos e que de acordo a essa sensibilidade criou uma estratégia de círculos burocráticos concêntricos que iriam além dos confins do Estado, passando primeiro pelos empresários, depois pelos sindicatos e finalmente pelo restante das ONGs (Botto, 2003).

Consideramos como suficiente a evidência documental, as falas oficiais e os fatos que revelam a assimetria no que consideramos os momentos iniciais da negociação da ALCA, dos quais partimos para a avaliação das estratégias dos atores assimétricos da sociedade e as respostas institucionais a eles dadas pelos governos. Acrescentamos também a visão de analistas de diversas escolas, mas não incluímos as interpretações da própria sociedade civil sobre esses fatos; sobre elas falaremos mais adiante. Finalmente, não aprofundamos aqui o tratamento do segundo nível de assimetrias que consideramos no ponto anterior, por supor que essa relação assimétrica faz parte do próprio Estado de direito moderno, mesmo que possa ter sofrido algumas alterações nos anos da globalização.

### **A estratégia do mais forte.**

Os empresários adotaram duas estratégias próprias de quem já está no jogo e quer estabilidade institucional e maior nível de articulação própria para jogar melhor.

No que diz respeito à estabilidade institucional, após o primeiro e bem sucedido ABF, brigaram por institucionalizar a participação dentro do esquema formal das negociações, tema que recebeu, logo no começo, um sinal favorável da parte dos ministros. Segundo o que constatamos na declaração de Denver, na declaração final estes consideram que os fóruns “*instruct*” os negociadores para que estes negociem os seus interesses, estabelecendo desde então um tratamento privilegiado em comparação ao dado aos demais atores da sociedade civil.

E através da consolidação do ABF como instância de representação da voz dos negócios das Américas, reconhecida quase a par do chamado *Comité Tripartite* conformado

pela OEA, o BID e CEPAL, e da própria Secretaria Administrativa da ALCA. Foram realizados oito ABF, sempre de forma paralela às reuniões de Ministros, que ao longo do tempo consolidaram uma estrutura de funcionamento que incluía oficinas (*workshops*) sobre os temas da negociação da ALCA, que geralmente foram coordenadas por funcionários das organizações do *Comité Tripartite*, por embaixadores de instituições internacionais ou por representantes dos grandes grupos empresariais das Américas. A abertura ou as grandes conferências geralmente eram feitas por Ministros de Comércio dos países da ALCA, ou pelo representante das organizações mencionadas. No último dia, os empresários apresentavam as recomendações elaboradas nas oficinas aos Ministros de Comércio.

Neste quesito a estratégia foi bem sucedida, embora seja necessário dizer que o status “privilegiado”, assinalado por muitos analistas, é expressando por algumas das instituições que, por exemplo, fazem parte do *Comité Tripartite*, e ficou até o final do processo como uma questão não totalmente esclarecida. Mesmo tendo o reconhecimento e apoio político verificado nas inúmeras menções ao fórum nos documentos oficiais, nas declarações de ministros e negociadores, e na participação ativa de ministros e altos funcionários dos governos, da OEA e de instituições de comércio multilateral como a OMC<sup>185</sup>, os empresários continuarão pedindo em cada ABF maior acesso à informação e um grau de institucionalização maior da sua participação, em suma, vias mais claras de acesso ao processo negociador.

Os fragmentos que reproduzimos abaixo são uma amostra explícita dessa política que será uma constante nas recomendações e conclusões do *workshop* sobre “questões institucionais”.

**Tabela 1. Conclusões ABF segundo ano e tema**

ABF/Ano	II/1996 <sup>186</sup>	VIII/2003 <sup>187</sup>
<b>Institucionalização da participação</b>	- <i>Crear una forma efectiva para lograr que para el año 2005 la</i>	Tópico no. 1: comparecimentos no FEA dos negociadores oficiais

185 Outro exemplo da estreita relação existente entre a negociação oficial e o ABF é o fato de a Ministerial de Miami, a última, e o VIII ABF terem o mesmo diretor executivo, o Embaixador Luis Lauredo, antigo representante dos EUA na OEA e membro de um prestigioso buffet de advogados desse país.

186 Parágrafos extraídos de Informe a la plenaria final, taller: el papel del sector privado en la creación de ALCA 2005, Cartagena, 18 a 21 de marzo de 1996. <http://2005.sice.oas.org/FTAA/cartage/sumcon/workss4.asp>

187 Parágrafos extraídos de RECOMENDACIONES FINAIS DO VIII ABF, Miami. [http://2005.sice.oas.org/FTAA/miami/ABF/papers/FR\\_p.pdf](http://2005.sice.oas.org/FTAA/miami/ABF/papers/FR_p.pdf)

	<i>asesoría y los intereses de la comunidad empresarial tengan una influencia efectiva en el proceso de negociación de ALCA por parte de los gobiernos.</i>	<p>A visita dos Negociadores Oficiais responsáveis por capítulos específicos do acordo da ALCA em discussão nos workshops <i>deveria ser institucionalizada.</i></p> <p>Tópico no. 6: qual deve ser o papel da sociedade civil na ALCA? A participação nos moldes atuais de Organizações Comerciais deve ser institucionalizada na ALCA.</p>
<p><b>Acesso à informação</b></p>	<p>- <i>Garantizar que el sector privado esté suficientemente bien informado acerca de los objetivos de ALCA y del progreso que se puede lograr con el fin de: analizar las implicaciones de ALCA en cuanto a los intereses comerciales y hacer los ajustes necesarios;</i></p>	<p>Tópico no. 3: a transparência deve ser expressamente incluída na ALCA?</p> <p>Preâmbulo A transparência e o acesso à informação são importantes para permitir a participação igualitária e justa na ALCA.</p>

A nossa interpretação dessa situação a partir da leitura das assimetrias é que, mesmo o setor empresarial sendo o ator mais poderoso no Nível 1 dos descritos acima, a assimetria do Nível 2, em relação ao Estado, é mantida e explicitada por meio dessa constante ausência de resposta formal dos governos ao pedido de maior institucionalização do canal de participação. E essa maior institucionalização não podia ser providenciada justamente pela armadilha à que conduzia a definição ampla de sociedade civil, que, incluindo outros atores – muitos deles sem dúvida menos confiáveis para os governos, ou abertamente opostos ao processo –, não permitia formalizar discriminações sem que esses mesmos governos tivessem que pagar os custos domésticos de fazê-lo. Ficou claro que à hora de institucionalizar, a única saída dos governos foi um mecanismo tímido que incluía a todos no mesmo nível.

A segunda estratégia dos empresários foi a construção de uma rede empresarial estável para dar continuidade e seguimento às negociações no meio-tempo das Reuniões ministeriais. A partir de Cartagena seria estabelecida a Rede Empresarial de Integração Hemisférica (REIH), uma iniciativa do setor empresarial organizado de todas as Américas para prover um

mecanismo de coordenação e *networking* para o intercâmbio de informação no processo de negociação da ALCA. A REIH teria reconhecimento formal a partir da Ministerial de Belo Horizonte e participação ativa nas reuniões de trabalho do grupo sobre medidas de facilitação do comércio. Os empresários utilizaram a rede também para pressionar no nível nacional, outras das preocupações explicitadas em várias das recomendações dos ABFs. A REIH teve um funcionamento relativamente ativo durante o tempo em que a ALCA funcionou e contribuiu para o processo através de várias propostas escritas enviadas ao mecanismo de recepção de contribuições da Sociedade Civil criado em 1998. Funcionou até 2004; hoje está parado.

### **A estratégia dos sindicatos I .**

Desde os primeiros momentos das negociações da ALCA, como já foi comentado acima, os sindicatos constataram que o tratamento recebido da parte dos governos nessa negociação estava rebaixado em relação ao padrão de relacionamento estabelecido fundamentalmente nos Estados Unidos no processo de negociação do NAFTA. Nesse ponto, o caso dos EUA é, sem dúvida, dos três países o mais importante. É mais importante do que o do Canadá por que, neste país, o perfil da oposição sindical foi tão alto que os governos não depositaram esperanças nos mecanismos de participação e as consultas à sociedade quase não funcionaram. No caso do México, o governo priista sempre contou com a maioria sindical através da poderosa CTM e se recusou a utilizar mecanismos formais de consulta à sociedade. Ao contrário desses casos, nos Estados Unidos a prática foi diferente e o governo democrata do Presidente Clinton conseguiu aprovar o acordo no momento em que reconheceu o peso do *lobby* ambiental e trabalhista exercido no parlamento por meio de deputados da própria base democrata. Essa experiência, como veremos, não só foi produtiva para o próprio Clinton, como o foi também para os trabalhadores que ganharam confiança e consciência – e raiva também, porque o anexo trabalhista acabou sendo muito fraco – à hora de reclamar e solicitar atenção sobre seus direitos.

Nesse contexto, então, diante da ausência de uma chamada oficial para uma consulta ou outro tipo de contato entre negociadores e trabalhadores no mesmo estilo que o organizado para os empresários, os sindicalistas dos Estados Unidos se juntaram à ORIT e chamaram a uma conferência – que depois seria lembrada como Primeiro Fórum Trabalhista das Américas



– em paralelo à Ministerial de Denver.

Desse primeiro Fórum saiu uma declaração que, em minha opinião, mostrava os dois elementos que fariam parte da estratégia sindical nessa primeira etapa das negociações: o pedido de espaços de participação, consulta e maior transparência nas negociações; e o pedido de inclusão de elementos trabalhistas específicos no conteúdo das negociações (Jakobsen e Martins, 2002).

As reivindicações apontavam para a obtenção, da parte dos governos, do mesmo nível de atenção que os empresários. A proposta dos sindicatos, sob a liderança da ORIT foi a de criar um grupo adicional aos que já tinham sido criados para negociar os diversos temas do acordo e um fórum regional para de manter discussões tripartites a fins de tratar as formas de integrar as cláusulas sociais na ALCA. Mas, como reconhece Botto, o primeiro obstáculo eram os próprios governos que “*were reluctant to recognize them as transnational actors and to provide institutionilzed channels for participation. These [the trade unions] were really the main absentees from the agenda of the Summits of the Americas.*” (Botto, 2003:80). A maioria dos governos continuou afirmando – por exemplo, no caso das reivindicações sobre a cláusula trabalhista – que esse tipo de questões era competência da OIT. E sobre a participação, como vimos, a resposta foi encaminhar as consultas para o nível nacional.

A percepção de rejeição foi explicitada até pelo Secretário de Assuntos Econômicos e Sociais da ORIT que, na época de Denver, afirmou que “quando representantes sindicais solicitaram participação, e lhes foi negada. Portanto, o processo de integração não é voltado para a sociedade civil, ou para as pequenas e médias empresas, que foram impedidas de terem representação formal na estrutura de negociações da ALCA... O problema da ALCA reside na total falta de transparência; o acordo é menos transparente do que a própria OMC”. (Baez, 2000, s/n).

Em Cartagena não houve avanços substantivos. Os ministros, dessa vez, acertaram uma reunião e receberam as conclusões do Fórum Trabalhista, mas no período seguinte não houve sinais de que as reivindicações dos sindicalistas fossem ouvidas. Nesse meio-tempo, começou o segundo movimento estratégico, que consistiu em subir o tom da reclamação e começar uma estratégia de mobilizações a cada momento mais forte, e para isso foi preciso sair à procura de novos aliados que compartilhassem as mesmas sensações sobre o processo. Temos então um segundo momento, no qual os mais fracos no jogo assimétrico, ao constatar as assimetrias, começam a formular estratégias adequadas para atingir os seus objetivos, no caso dos sindicatos das Américas: tratamento igual ao dos empresários, e inclusão de termos trabalhistas nos conteúdos do acordo.

## **A estratégia dos sindicatos II ... e da sociedade civil.**

A pressão é intensificada a partir da reunião ministerial de Belo Horizonte, em 1997. Nessa reunião acontecem dois fatos marcantes: o primeiro é o apelo à mobilização de rua como fator de pressão sobre os negociadores; o segundo é o primeiro movimento para a criação de um espaço continental de convergência de movimentos e organizações sociais com o movimento sindical.

Cerca de dez mil pessoas participaram das passeatas realizadas em Belo Horizonte em protesto contra as negociações da ALCA, caso elas conduzissem a um acordo similar ao NAFTA e, pelo modo no qual elas vinham sendo realizadas, de costas para a cidadania. Solicitavam também a instalação urgente de mecanismos de consulta e transparência nas negociações. A declaração final do encontro, que reuniu os sindicatos com outras organizações da sociedade civil que convocaram a passeata, chama a consolidar essa aliança e a se reunir em Santiago de Chile para realizar a I Cúpula dos Povos, evento social paralelo à Cúpula das Américas:

*Esta cumbre fue un primer impulso en favor del trabajo de complementación entre el sindicalismo y otras organizaciones sociales, el cual podrá ser concretado en oportunidad de la II Cumbre de Jefes de Estado de las Américas, el próximo marzo en Santiago de Chile, con la realización de la Cumbre de los Pueblos de las Américas, para alcanzar una alianza social continental. Para ello, en los próximos meses, deberán establecerse mecanismos de contacto y coordinación, sumarse nuevas organizaciones a la iniciativa, recopilarse e intercambiarse las mutuas propuestas, y participar conjuntamente en actividades vinculadas al tema.*

E ameaça na frase final:

*Trabajaremos en nuestros países para derrotar cualquier acuerdo que no coincida con estas demandas. (ORIT et al: 1997)*

A estratégia das passeatas e a mobilização vai se consolidando ao longo do tempo e, de fato, chegará um momento no qual se transformará em hegemônica. Por enquanto, ela é uma tática para chamar a atenção dos governos mediante o impacto que a concentração de pessoas tem na mídia e, através dela, no público em geral. A mensagem, que relaciona as negociações com uma multidão de pessoas reclamando, associa o processo negociador com o fato de ele ter algum problema, ou alguma importância, que faz com que essas muitas pessoas decidam

se mobilizar contra. Esse e outros raciocínios finalmente levam a atenção do público para o governo, o agente da negociação comercial, que a partir de então é interpelado publicamente e tem que se explicar, coisa que dificilmente faria num contexto de sigilo ou só de vozes que – como as empresariais – elogiam o processo. Essa é uma das estratégias dos menos poderosos na relação de assimetria estabelecida no que aqui denominamos o Nível 2.

Os efeitos sobre o processo oficial foram imediatos, e já na seguinte reunião ministerial seria criado um mecanismo formal para a recepção de propostas da sociedade civil: *“After meeting with a group of Canadian NGOs prior to the San José trade ministerial meeting, the Canadian trade minister at that time, Segio Marchi, pushed for the creation of a Committee of Government Representatives on the participation of civil society.”* (Macdonald e Schwartz, 2002:147)

O que ocorreu realmente foi que alguns outros países decidiram, perante a evidência dos fatos, que era sensato acompanhar as iniciativas que até então os Estados Unidos e o Canadá vinham defendendo e que encontravam no México um dos seus principais oponentes. Foi criado então o Comitê de Representantes Governamentais para a Participação da Sociedade Civil, que tinha a tarefa de fazer um chamamento à sociedade civil hemisférica para a apresentação de propostas escritas, para que fossem sistematizadas e apresentadas aos ministros e negociadores da ALCA. No período em questão foram realizados três “convites públicos” à sociedade civil (1998, 2000 e 2001) e foram recebidas aproximadamente 200 contribuições.

A partir de 2003, depois da reunião Ministerial de Quito, junto com essa metodologia foi estabelecido também um mecanismo de reuniões e consultas temáticas. Foram três reuniões: sobre Agricultura (junho de 2003), Serviços (setembro de 2003) e Direitos de Propriedade Intelectual (janeiro 2004) e finalmente um seminário regional.

Um dos motivos dessa nova estratégia foi o fato de o “*mail box*” – como foi apelidado o primeiro mecanismo – ter sido fortemente criticado por amplos setores da sociedade, que o consideravam um órgão que “pode ser comparado a uma caixa de sugestões”, pois diante da falta total de transparência – em clara alusão à não publicação dos rascunhos do acordo – equivalia a “pedir a um cego comentários sobre um filme” (Baez, 2000:s/n). Um segundo problema foi que, uma vez que o primeiro rascunho foi liberado em 2001, houve a constatação, por parte de atores de peso da sociedade civil, que nem sequer uma das suas sugestões tinha sido levada em consideração no texto, nem entre colchetes, como a maior parte dos parágrafos aparecia.

A AFL-CIO incluiu no texto que enviara ao “*mail box*” uma crítica rança nesse sentido,

e disse:

*Estas propuestas [enumeradas no começo do texto], conjuntamente con otras de la sociedad civil, han sido presentadas a los negociadores del ALCA durante todo el proceso del ALCA. La AFL-CIO ha remitido comentarios al SOC en dos oportunidades y ha presentado periódicamente propuestas a los negociadores estadounidenses. Lamentablemente, ni una sola de esas recomendaciones aparece en el actual borrador de texto del ALCA. (AFL-CIO, 2003)*

Tudo fez supor aos membros da sociedade civil que esse tipo de respostas institucionais, longe de constituir verdadeiros e legítimos mecanismos de consulta, constituíam formas de adiar as críticas desses atores, ao mesmo tempo em que cobriam o processo com o verniz de legitimidade habilitada pelo fato de contar com mecanismos – mesmo eles sendo falhos – de participação e consulta à sociedade. Qualquer protesto podia ser elegantemente contornado com um convite a enviar contribuições ao invés de se opor a tudo. Essa suspeita encontra apoio na explicação oferecida por um negociador canadense que pede por maior envolvimento da sociedade civil e descreve a consulta à sociedade como “*a way of explaining trade policy to uninformed Canadian and gaining support for government policies rather than as a way of eliciting information and analysis about the impact of trade decisions from a broad range of groups.*” (Macdonald e Schwartz, 2002: 148)

A reunião Ministerial de Toronto, em 1999, foi o último dos momentos de relativa harmonia na relação sociedade civil / processo oficial de negociações. Nesse contexto, o esforço denodado do governo canadense para prevenir qualquer tipo de confronto com a sociedade civil<sup>188</sup>, e o próprio fato de a sociedade civil canadense ter passado pelas derrotas do CUSFTA e do NAFTA, fizeram com que o tipo de ato fosse tal vez um dos mais “*insiders*” registrados nesse recorte histórico que analisamos. No informe da reunião elaborado pela coalizão social canadense *Common Frontiers*, são descritos os procedimentos de trabalho realizados pela sociedade civil e destacado o fato de eles terem entregado as recomendações aos ministros. Porém, o cantar é o mesmo nas conclusões e destacada a discriminação e os privilégios outorgados ao setor empresarial:

*One of the principles informing civil society’s dialogue around trade policy discussions is that business cannot be the only constituency represented in consultations or to have privileged access to ministers and policy makers. In order for government to balance the views of different sectors of society, there must be representation from all areas. The unbalanced nature of the governments’ consultation process led to enormous legitimacy problems with regards to APEC and negotiations around the Multilateral Agreement on Investment, and it stands in marked contrast to*

---

188 Ver também BOTTO 2003 que fala das diversas respostas dadas no nível nacional à questão da participação da sociedade civil e como isso influenciou o comportamento dos países na escala hemisférica.

*structures developing around trade agreements such as MERCOSUR.* (COMMON FRONTIERS, 1999)

Um mês depois dessa reunião viria Seattle e, com isto, a ordem no repertório de ações possíveis sofreria uma forte reviravolta, que mudaria as táticas dessa sociedade civil para com a ALCA. Os impactos das manifestações sociais frente à Cúpula de Ministros da OMC reunidos em Seattle foram de três tipos: o primeiro, fundamentalmente, na intensidade das ações, perante a evidência de que aumentar o tom e a belicosidade podia trazer bons resultados. Como de fato ocorreu com a suspensão da Cúpula, seja porque isso tenha sido um efeito direto encima dos negociadores, seja porque fez com que a conferência saísse à luz pública e, assim, como dissemos acima, com a atenção do público sobre o porquê das mobilizações, exercia-se maior pressão sobre os governos. O segundo impacto foi o fato de que um maior número de pessoas e organizações começou a enxergar na OMC o mesmo tipo de questões que no continente se expressavam a través da ALCA e decidiram se envolver no tema, geralmente atraídos pelo tom de protesto estimulado no caldo de cultura dos impactos negativos da globalização neoliberal na região para amplos setores da sociedade. Finalmente, um terceiro impacto foi sobre da radicalização dos posicionamentos: muitos setores da sociedade civil organizada e de partidos políticos de esquerda que até então permaneciam alheios à questão começaram a se envolver e a elaborar diagnósticos mais radicais do que os até agora utilizados pelos movimentos hegemonzados pela visão mais moderada dos sindicatos e das ONGs do Norte. Os setores mais radicais se engajaram na “luta” e pressionaram os primeiros e mais moderados movimentos para abandonarem as estratégias de diálogo mantidas até então. Em particular foi forte o impacto de Seattle sobre uma articulação social que um mês antes tinha montado a reunião de Toronto bem nos padrões de “negociação” sindical que, como dissemos, vinham se mostrando ineficazes.

Finalmente, essa situação teve um reflexo político discursivo, que foi a adoção do “Não à ALCA” como palavra de ordem do movimento. Essa decisão adotada em Quebec (2001) faria com que as relações entre o processo oficial e essa grande parte da sociedade civil estivessem finalmente quebradas. O fato de dizer não à ALCA, e à lógica que esta propunha, barrou a partir de então qualquer estratégia de diálogo que pudesse legitimar um processo que, como um todo, era considerado nocivo para os povos.

Começa então um jogo político entre *Insiders* e *Outsiders* no sentido que Korzeniewicz e Smith dão aos termos, na medida em que eles identificam os atores que participam dentro ou fora do processo oficial de negociações e para isso adotam estratégias

diferenciadas. Segundo os autores, *“the insiders are those that attempt to work closely with the official process, sometimes compromising their demands so as to make them more politically viable. The outsiders are those that exercise external pressure, articulating their demands in a more explicit manner and often against governmental positions.”* (Korzeniewicz e Smith 2001:5). No jargão do debate dos movimentos, esta questão adotou os termos de “incidência” (*insiders*) versus mobilização (*outsiders*), agrupando em um e outro termo dois setores da sociedade civil que começaram a se diferenciar com maior nitidez a partir da definição adotada no Quebec. O grupo dos sindicatos e a Aliança Social Continental (ASC) passaram a conformar o setor mobilizacionista/outsider na geografia da política das negociações da ALCA.

Aprofundando a análise em relação às estratégias do movimento, veremos então que são eliminadas do seu repertório as vinculadas ao diálogo com os governos e que, a partir desse momento, as ações relativas à articulação continental e à mobilização social terão maior peso.

No quesito da articulação, aquela Aliança Social Continental mencionada na declaração da sociedade civil em Belo Horizonte será fortalecida no período seguinte e complementada com o lançamento de uma Campanha Continental de Luta Contra a ALCA (2002), que foi uma tática do movimento para fazer mais inclusiva a luta e ir além do movimento sindical e ONGs de alguns países.

Já no que tange à mobilização, as estratégias foram fundamentalmente duas: o aprofundamento da tática das passeatas e grandes mobilizações de rua em paralelo às reuniões ministeriais e cúpulas de presidentes. Como foi mencionado, a III Cúpula das Américas em Quebec (2001) foi um momento alto e violento da mobilização, com ações de rua massivas, seminários e fóruns paralelos que se estenderam por três dias, paralisando completamente a cidade e atrapalhando o desenvolvimento da cúpula presidencial. Essa nova intensidade ali iniciada seguiria os ministros e presidentes até Mar del Plata, quando foi realizada a IV e última Cúpula das Américas e as negociações da ALCA ficaram suspensas (ver Tabela 2. “Negociação da ALCA, atividades empresariais e atividades da sociedade civil por ano de realização”).

A segunda estratégia de mobilização foi a realização de uma “consulta popular” sobre as negociações da ALCA com o intuito duplo de: 1) contestar a falta de transparência das negociações oficiais, 2) estender através de uma ação comum os limites dos movimentos para todos os cantos do continente, fazendo com que um número crescente de organizações sociais se envolvessem na contestação do acordo, e finalmente, 3) transmitir uma imagem de

fortaleza e extensão continental do movimento.

No jogo assimétrico, os movimentos sociais desenvolveram táticas que os tornaram menos assimétricos em um jogo de geração de maior volume próprio e erosão pública do processo e dos governos que faziam parte dele.

## **Resultados e Conclusões**

Constatamos ao longo desse capítulo a existência de muitos fatos que dão suporte às teses que abriram a discussão apresentada na introdução. Podemos afirmar que existiu um tratamento diferenciado dos diversos atores da sociedade civil no contexto das negociações da ALCA. Essa diferença significou uma assimetria entre eles, sendo que um – o dos empresários – tinha acesso privilegiado aos negociadores, seja através do reconhecimento do ABF como espaço quase oficial no organograma da ALCA, seja pelas muitas referências oficiais feitas em relação à importância e influência dos mesmos em relação a uma negociação preeminente comercial.

Porém, constatamos que mesmo tendo um tratamento “especial e diferenciado”, essa relação com os governos nunca foi institucionalizada pelo fato de que, logo no começo, o processo da ALCA adotou uma definição de sociedade civil que inibia politicamente o estabelecimento de mecanismos formais de discriminação entre os membros da sociedade civil. Nessa ocasião, podemos confirmar a operação de uma assimetria no nível 2, a assimetria entre o poder do Estado e a sociedade civil, nesse caso empresarial.

Perante a verificação de se encontrar na posição desvantajosa, o ator assimétrico menos favorecido tentou articular estratégias de pressão leves que incluíam apresentação constante de petições públicas e aos negociadores para a inclusão de temas e pela transparência do processo, em uma luta para abolir as assimetrias no denominado Nível 1. O sucesso dessas estratégias foi difuso seja porque as respostas institucionais dos governos foram falhas – um mecanismo de recepção de propostas que não levava a nada -, os conteúdos não foram nunca incorporados e a transparência das negociações nunca chegou.

Já no segundo momento, os atores sociais não-empresariais abandonam a briga no nível 1 – a luta pela igualdade de influência e reconhecimento – e partem para uma luta no nível 2 das assimetrias, entre o Estado e a sociedade civil, que agora inclui os empresários no mesmo campo que os governos. Neste estágio do processo, há um ajuste do repertório de ações do movimento que se adapta para atender a dois objetivos: ganhar dimensão continental através da articulação com outros movimentos para jogar no mesmo campo que o adversário e

multiplicar os cenários de confrontação, e aumentar o grau e a extensão da mobilização. O suposto que está por trás dessa estratégia é que os governos, em última instância, e através dos mecanismos de ratificação – eleitoral ou legislativo –, devem atender às exigências da clientela doméstica na qual o impacto da mobilização tem maiores chances de ser bem sucedido; seja porque significa a interpelação aos governos sobre temas ou a partir de perspectivas que de outra forma não surgiriam, seja porque dá visibilidade a opiniões e problemas que de outra forma não surgiriam, criando novas opiniões e multiplicando a mobilização.

O fato de as negociações da ALCA terem entrado em um impasse indefinido foi conclamado pelos movimentos em questão como uma vitória. As evidências e interpretações apontam para muitos outros fatores, porém, podem ser estabelecidos vínculos entre aqueles governos que forçaram o impasse que fora consagrado na última Cúpula das Américas, e os setores da sociedade civil que abraçaram a causa contra a ALCA. Sem dúvida o processo de mobilização social deixou uma marca forte no acervo político cultural de setores das esquerdas políticas que chegaram aos governos da região nos últimos anos. Nesse caso de assimetrias múltiplas, e sem dúvidas por caminhos não lineares, David venceu Golias.



**Tabela 2. Negociação da ALCA, atividades empresariais e atividades da sociedade civil por ano de realização.**

<b>Ano</b>	<b>Atividade Oficial</b>	<b>Atividade Empresarial</b>	<b>Atividades Sociedade Civil</b>
1994	I Cúpula das Américas, Miami		
1995	Reunião Ministerial, Denver		Conferência Sindical Organizado pela ORIT. Entrega de documentos aos ministros.
1996	Reunião Ministerial, Cartagena	II Americas Business Forum	Conferência Sindical
1997	Reunião Ministerial, Belo Horizonte	III Americas Business Forum	III Cúpula Sindical "Nossa América". Primeira Passeata.
1998	Reunião Ministerial, San José  II Cúpula das Américas, Santiago de Chile	IV Americas Business Forum	Reunião sindical e social. Passeata  I Cúpula dos Povos. Atividades de Rua.
1999	Reunião Ministerial, Toronto	V Business Forum of the Americas	"Our Americas: Towards a Peoples' Vision of the Hemisphere" Americas Civil Society Forum (facilitated from Canadian government)
2000			
2001	VI Reunião Ministerial, Buenos	VI Foro Empresarial de las Américas,	Passeatas sindicais e sociais.

	Aires  III Cúpula das Américas, Quebec	Buenos Aires	II Cúpula dos Povos. Passeatas e distúrbios.
2002	Reunião Ministerial, Quito	VII Americas Business Forum	Encuentro Continental de Reflexión e intercambio: Otra América es Posible Jornadas de Resistencia Continental Contra el ALCA Asamblea Continental de los Pueblos
2003	Reunião Ministerial, Miami	VIII Americas Business Forum	Foro: Alternativas a la globalización neoliberal: voces de las Américas
2004	CNC Puebla Reuniões informais Buenos Aires		
2005	IV Cúpula das Américas, Mar del Plata		III Cúpula dos Povos

## **PARTE IV AS CONCLUSÕES**

## Conclusões

### 1- Movimento Social (Transnacional)

O conceito de “movimento social transnacional” que aqui propusemos funciona bem para categorizar o *Movimento Social contra o Livre Comércio nas Américas*, por isso, a primeira conclusão geral é a afirmação que trata-se de um MST porque possui uma identidade claramente identificável que oferece as condições para o desenvolvimento de ações coletivas públicas. A dimensão identidade é central porque ela permite captar as múltiplas formas de organização e ações desenvolvidas a partir dela e em diversos contextos outorgando unidade a essa multiplicidade que não sempre está formalmente conectada. Nesse sentido, a definição de “movimento” não é patrimônio do âmbito transnacional, que tão só define o âmbito de ação do mesmo, se não que é aplicável em diversos níveis e conjunturas. Por exemplo, o “movimento” de mulheres no Brasil se for definido a través de categorias mais estruturadas não poderia ser descrito como movimento e ficaria reduzido às várias ONGs, redes e coalizões de mulheres existentes, o conjunto desses grupos, sob uma mesma identidade, conformam o movimento.

### 2- Redes, Organizações e Coalizões

Organizações, coalizões e redes são as diversas formas organizativas que adotam os membros do movimento social transnacional, sendo que podem coexistir muitas delas ao mesmo tempo, assim como ter formas preponderantes e, em alguns casos, como o como o que nós aqui trabalhamos, ter algumas expressões particulares com um certo nível de expressividade do conjunto (a ASC/Campanha de Luta contra a ALCA). Porém, a proposta de conceito que propusemos aqui, que inclui a noção de *desborde* em relação aos processos nos quais a identidade cobra uma velocidade de expansão que ultrapassa os núcleos originários e perde o link orgânico com o mesmo, implica o reconhecimento da diversidade organizativa do movimento, e inclusive a diversidade no seu interior.

A Aliança Social Continental e a Campanha Continental de Luta contra a ALCA são coalizões sociais transnacionais, com graus diferentes de organicidade, mas definidas pela reunião de atores sociais de mais de um país e de desenvolver estratégias comuns de ação orientadas para fora de si mesma. Neste sentido são diferentes de uma rede que não tem por objetivo reunir os seus membros para agir de forma conjunta fora da rede, e sim de facilitar a troca de informação entre os seus membros.

### **3- A transnacionalização da ação em questões que envolvem políticas públicas tem como alvo ainda os governos nacionais.**

O fato das decisões ainda ser, mesmo que em muitos casos formalmente, atribuição exclusiva dos governos nacionais continua a ordenar o espaço do conflito político ou social. Nesse sentido, a arena política que define o engajamento prioritário dos movimentos sociais e as suas diversas expressões é o Estado Nação, porque é ali, em última instância o lugar aonde o rumo das políticas pode ser alterado. A ação coletiva transnacional tem como alvo a decisão dos governos nacionais, seja para mudar a decisão de terceiros governos em relação com o governo do país de origem, seja para impactar a decisão deste último (diversas versões do efeito *boomerang* descrito por Keck & Sikkink). O caso do movimento transnacional contra o livre comércio das Américas não é a exceção, vimos vários exemplos que confirmaram essa conclusão, assim como a própria constatação dos impactos das mudanças em alguns governos da região nas negociações comerciais.

Isto não quer dizer que não existam arenas de debate internacionais, existem muitas com diversos graus de formalização e organicidade, porém estas simplesmente não tem o poder de decidir se não para os seus membros de e de forma voluntaria, não compulsória.

### **4- A arena transnacional não é autônoma.**

O fato da arena transnacional em questões de poder público – tal como ela é hoje - não ser autônoma, ou seja que não se regula a si mesma, condiciona a possibilidade de surgimento de expressões do movimento social a uma composição complexa que necessariamente inclui expressões atreladas à contextos de Estado Nação.

## **5- Identidades Primárias e Complexas.**

O conceito de “identidade” que trabalhei no Capítulo 4 volta a distinção entre identidades primárias e identidades complexas absolutamente descritiva e instrumental. Porém, não renunciei à ela porque ajuda a visualizar não só a operação real do conceito, que se dá acima de uma realidade sedimentada que inclui a essas *identidades primárias*, mas porque concretamente ajuda a ver essa operação no nosso caso que é explicitamente um caso de somatória de diversos atores por identificação com uma proposta identitária que tem espaço para eles – no jogo de *acréscimos e especificidades*. Essa complexidade é a complexidade da realidade, já não da teoria, para a qual a distinção primária/complexa é irrelevante.

## **6- A organização.**

As formas de organização do transnacional não divergem das ensaiadas pelos movimentos sociais na arena doméstica. Por isso, é certamente irrelevante o foco que alguns pesquisadores colocam nesse tipo de abordagem. Redes, organizações e coalizões, as expressões organizativas que conformam o movimento social transnacional, de fato existem no espaço dos estados-nação, sejam eles enormes como o Brasil, Estados Unidos ou Canadá, assim como os pequenos países da América Central. Neste sentido, uma parte da hipótese que formulei no começo desse trabalho está confirmada, a organização ocorre baseada nas experiências domésticas dos atores que a empurram, porém a experiência não seria o determinante porque haveria uma condicionalidade organizativa quase estrutural que – e isso não é o objeto dessa tese – estaria vinculado a um “repertório epocal” condicionado pelos fatos duros da realidade (a presença da internet, por exemplo).

## **7- Estratégias e repertórios da ação.**

Na relação das dimensões identidade/ação de *movimento social* distingo estratégia e ação como sendo a primeira a lógica por trás da segunda, e esta a realidade da primeira, ou seja, a estratégia só existe através da ação, a sua expressão na realidade dura. Os repertórios da ação, são conformados na base das ações coletivas dos membros do movimento social, na base da sua “identidade coletiva”. A arbitrariedade da conformação dessa identidade, dizemos, é constringida, além de por elementos emotivos e pelas percepções que ficaram como sedimento da Id prévia, pela novidade que provocam os fatos da realidade dura, neste sentido

é “epocal”. Nesse sentido, se constrói na repetição e na criação. O repertório inclui uma diversidade variável de estratégias que levam a ações, como disse no capítulo 4, no âmbito da distinção entre estratégias de extensão da Id e as de confrontação com a Id inimiga. No nosso caso há um destaque central para: 1- a formação de coalizões multisetoriais, (essa primeira eu chamei de *estratégia organizativa*) 2- a transnacionalização da ação, 3- a realização de cúpulas paralelas às reuniões oficiais e mobilizações, 4 - a realização de consultas populares, e 5 – a realização periódica de reuniões articulação e seminários de divulgação. Assim como uma multiplicidade de ações organizativas, de denuncia, educação e formação, e de interação com os governos.

## 8- As trajetórias

A dinâmica do movimento é diversa e está influenciada pelas suas estratégias e pela novidade da realidade dura que tem uma origem alheia às próprias ações. Ao introduzir a idéia de Identidade Complexa abri um campo propício para descrever a dinâmica dessa passagem do *simples* para o *complexo* por esse motivo foi preciso incorporar a noção de trajetória com o intuito de descrever e explicar a criação de identidades complexas e a sua dinâmica real. Trajetórias são, disse, os caminhos reais percorridos pelos atores sociais na construção da identidade como atributo do movimento e, portanto, do próprio movimento. A reconstrução dessas trajetórias permitiu dimensionar a complexidade do fenômeno e a idéia de *não linearidade*, que inclui não só o caminho do mais simples ao mais complexo, mas também o inverso e um inter-jogo, como veremos, nos diversos níveis da ação política. A trajetória nos permite introduzir também a idéia de estratégia. As identidades complexas – é disso que estamos falando – raramente são espontâneas, longe disso, geralmente são o produto do sucesso da estratégia da ou das identidades originais. Porque a trajetória de construção de identidades complexas implica um exercício polissêmico, que parte da ação das identidades originais para a construção de identidades num outro nível de complexidade. Ou seja, a criação de uma identidade complexa pode: a) ter o sentido de luta contra o outro no cenário descrito no arcabouço da identidade original e b) ter um sentido de fortalecimento do próprio campo do *nós* através da conformação verbalizada de uma Id complexa.

No caso do “Movimento contra o livre comércio nas Américas” foi facilmente identificável a trajetória linear que parte do Canadá e vai até o Continental. Assim como as trajetórias não

lineares de extensão do movimento, sejam elas as denominadas “de cima para baixo”, como aquelas autônomas que não tem contato com o núcleo central dos promotores originários da identidade, e que se expressa a través do “desborde” do movimento.

### **9- O papel dos indivíduos**

O papel dos indivíduos é importante na formulação da identidade e das estratégias do movimento (ativistas). Descrevemos como eles agem seja no mecanismo da proposta identitária, seja na importância que eles têm para impô-la ao conjunto. Isso ficou claro, no nosso caso na reconstrução do processo de geração da identidade – as leituras das realidades propostas por algumas lideranças - mas fundamentalmente nos momentos de tomadas de decisões sobre rumos estratégicos – que estão na origem do movimento e por isso são relevantes. Ilustramos essa importância com maior ênfase na fase de continentalização do movimento na sua faz organizada em volta da ASC.

Por outro lado, vimos também que mesmo esse papel sendo importante, as estratégias de transnacionalização devem ações executadas por indivíduos como expressão da delegação da sua organização. Não há indivíduos isolados agindo na arena transnacional na que a ASC atua, todos são delegados ou representantes de organizações e é isso o que lhes dá legitimidade. Contrário às redes e até as organizações transnacionais, este estilo de transnacionalização da ação coletiva está determinado pela natureza de coalizão das expressões mais importantes, coalizão é sempre de organizações pré-existentes.

### **10- A natureza do conflito que coloca o movimento social contra o Livre comércio.**

Movimento social, é expressão de conflito e conflito, na lógica da identidade que utilizamos significa imposição e hegemonia de uns sobre os outros. O movimento social contra o livre comércio é uma expressão do conflito político suscitado pelas leituras de atores sociais já existentes – são poucos os que se somaram, e muitos dos que o fizeram são produtos das mesmas políticas, por exemplo, os *piqueteros* da Argentina - sobre as propostas do que aqui caracterizamos “políticas neoliberais” que predominaram a partir dos anos 90 mas que tem uma origem anterior - o CUSFTA é uma dessas expressões. O “movimento contra o livre comércio” foi a expressão transnacional mais constante, organizada e transnacional da resistência social à hegemonia neoliberal no planeta, inclusive do que o chamado “movimento



antiglobalização”, uma expressão que o contém, porém cuja identidade não teve contornos definidos o que fez com que perdesse estabilidade.

### **11- As assimetrias da participação**

Em relação especificamente a relação com os governos o tipo de estratégia foi variável e vai desde a confrontação sem diálogo a través da mobilização, ao diálogo e uso das estruturas oferecidas pelos governos para influências na negociação ou obter informação privilegiada. O repertório não é homogêneo porque apresenta disputa e contradições entre as diversas expressões do movimento e muitas vezes nelas mesmas. Porém, constatei o que chamei de assimetria da participação como elemento central da caracterização do movimento em relação à atores concorrentes (os “outros”) em relação ao acesso aos tomadores de decisão. De fato a caracterização mais freqüente é a de existência de um inimigo só “as Corporações Transnacionais” e os governos como instrumentalizando a agenda destas.

### **12-. O ciclo de mobilização**

Da mesma forma, quando se fala em trajetória, a remissão ao tempo, momentos e ciclos é iniludível. Os ciclos da Id, que estão em estreita relação com os momentos de mobilização dos que falamos no Capítulo 4, não têm uma geometria única e sim relação com os próprios atributos da Id e a fortaleza dos mesmos. Se na descrição, por exemplo, de uma identidade as oportunidades ou ameaças têm preponderância, a mudança dos dados duros da realidade que possibilitam essa leitura pode produzir uma crise na sobrevivência da Id e, logo, do movimento. Ou, no caso das Id que colocam como centrais objetivos bem definidos, quando eles são atingidos produz-se também uma crise e possivelmente o fim do ciclo e a desapareção da Id. Esse é o caso do movimento que estudei nessa tese. O movimento andou de ciclo em ciclo de mobilização dependendo dos ritmos e da geografia da negociação, comprovei isso nos casos nacionais, regionais e até continental. Agora, todos eles deixaram o que denominei uma “infra-estrutura organizacional” que persiste como o sedimento da experiência da luta, do seu sucesso ou da sua derrota. A supervivência dessa infraestrutura depende da habilidade dos ativistas para recriar uma nova identidade, sem dúvida diferente da anterior, e no caso do movimento contra o livre comércio, sem dúvida diferente em termos de coalizão.

## **Cronologia, Bibliografia, Anexos**

## Cronologia: Ações dos Movimentos vs Negociações Comerciais

### Ano Ações do movimento

### Negociações Oficiais de Livre Comércio, e fatos relevantes

**1985**

*Março, 18*

“Cúpula de Shamrock”, reunião entre Mulroney, o Primeiro Ministro do Canadá, e Ronald Reagan, presidente dos Estados Unidos na Cidade de Quebec.

*Junho 11.*

O presidente dos Estados Unidos (EUA) Ronald Reagan promulga o acordo de Livre Comércio com Israel, primeiro de uma longa série que marcariam um novo eixo da política comercial desse país, logo estendida ao mundo todo.

**1986**

*S/D*

Criação da “*Coalizão Quebequense de Oposição ao Livre Comércio (CQOL)*” no Quebec, Canadá.

*Maio*

Início de negociações entre os EUA e o Canadá (Canada United States Free Trade Agreement - *CUSFTA*)

**1987**

*Fevereiro, 26 a 1 de Março*

Conferência “*Livre Comércio, a Auto-Determinação e a Justiça Econômica*” Orleães, Ontario, com a participação de grupos sindicais, agricultores, pescadores, mulheres, ecologistas e grupos ecumênicos canadenses e quebequenses com a participação de convidados dos Estados Unidos e México.

*Abril.*

“Canada Summit” em paralelo à cúpula dos presidentes. A criação de *Pro-Canada Network* depois conhecida como *Action Canada Network* surgiria como iniciativa dessa reunião. Uma declaração é levada às portas do Parliament Hill’s Centre Block.

*April, 5 e 6.*

O Presidente dos Estados Unidos visita Ottawa e encontra o primeiro ministro do Canadá, Brian Mulroney.

*Outubro, 4.*

O Acordo de 20 capítulos do CUSFTA é concluído.

**1988**

S/D

Criação de *Common Frontiers* no Canadá anglo falante. Viagem de uma equipe de pesquisa da rede para o México com o objetivo de visitar as “maquiladoras” e dialogar com organizações da sociedade civil do México no Distrito Federal.

**Janeiro, 2.**

O Primeiro Ministro Brian Mulroney (Canadá) e o Presidente Ronald Reagan (EUA) assinam o acordo do CUSFTA.

**Dezembro 24 e 30**

O acordo é ratificado na câmara dos Deputados (24/12). Recebe logo depois a aprovação final no Parlamento Canadense (30/12)

**1989**

**Janeiro, 1.**

Entrada em vigor do acordo do CUSFTA.

**1990**

**Agosto.**

Começa a negociação prévia do *North American Free Trade Agreement* (NAFTA) “o primeiro acordo entre países ricos e desenvolvidos”

**Outubro, 5 a 7.**

Encontro “*México-Canadá: As Organizações Sociais frente ao Livre Comércio*”

Reunião de organizações sociais do México (60) e Canadá (36).

**1991**

**Janeiro.**

*Primeiro Foro Trinacional sobre NAFTA*, Washington, DC. Atividade no Congresso dos EUA. 500 pessoas participam da atividade. Em contato com os canadenses da Canada Action Network surge a idéia de criar uma rede nos EUA.

S/D

Criação do que seria a herdeira da CQOL no Quebec, a *Coalizão Quebecense sobre as Negociações Trilaterais* (CQNT)

**Junho.**

Iniciam-se as negociações formais do futuro Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta).

**S/D**

Criação de *Mobilization on Development, trade, labor, and Environment* (depois chamada ART, Alliance for Responsible Trade). Tours educativos no interior dos EUA, iniciativas na imprensa e participam em atividades no México e Canadá

*Citizens Trade Campaign***Abril, 11.**

Criação da Rede Mexicana de Ação frente ao Livre Comércio (RMALC).

**Outubro, 26 a 28.**

Foto "*A Opinião Pública e as Negociações do Tratado de Livre Comercio: Alternativas Ciudadãs*", Zacatecas. A partir dessa reunião as organizações da sociedade civil passaram a organizar fóruns semelhantes em paralelo a todas as reuniões de negociação trinacionais.

**1992****S/D**

Divulgação pública do "rascunho de Dallas" e a avaliação da sociedade civil. Primeira ação pública do espaço Trinacional da sociedade civil.

**S/D**

Criação da *Red Chile de Acción por una Iniciativa de los Pueblos* (RECHIP)

**S/D**

Durante esse ano e o seguinte sucederam –se ações de "advocacy" e imprensa nos três países junto lobby conjunto de delegações mexicanas, canadenses e norteamericanas no parlamento dos EUA.

**Segundo Semestre**

Sindicalistas e ambientalistas dos EUA fazem campanha para a eleição

**Março.**

Vazamento do chamado "Borrador de Dallas" do NAFTA (a data do rascunho é 21 de fevereiro)

**Junho, 3 a 14.**

United Nations Conference on Environment and Development (UNCED), Rio de Janeiro.

**Agosto.**

Fim da negociação oficial do NAFTA.

**Novembro, 3**

Bill Clinton é eleito presidente dos Estados Unidos de América

**Dezembro 17,**

de Bill Clinton com conteúdos sobre livre comércio / NAFTA.

Os chefes de governo dos três países assinam o acordo do NAFTA

**S/D**

Estados Unidos propõe a negociação de um acordo de livre comércio ao Chile.

## 1993

**Setembro.**

Assinatura de dois acordos paralelos ao Nafta: o Acordo Norte-Americano de Cooperação sobre o Trabalho (Anact) e o Acordo Norte-Americano de Cooperação sobre o Meio Ambiente (Anacma), devido aos esforços do governo dos EUA, pressionado pelos movimentos ambientalistas e sindicais do país.

**Novembro, 17 e 20**

Ratificação do NAFTA primeiro na Câmara dos Deputados e depois no Senado

**S/D**

Depois de 6 meses de romance com Clinton e de perceber que os acordos complementares eram só maquilagem a AFL-CIO volta à campanha contra o NAFTA.

**Novembro**

Redes dos três países da América do Norte, realizam uma semana de intenso lobby e ações de imprensa prévias a sessão de ratificação do Nafta no Congresso dos EUA

## 1994

**Janeiro, 1.**

Levantamento Zapatista, Chiapas, México.

**Janeiro, 1.**

Entrada em vigor do NAFTA,

**S/D**

Depois da entrada em vigor do NAFTA a Rede Quebequense sobre Negociações Trilaterais transforma-se na *Rede Quebequense sobre Integração Continental* (RQIC) nome que matem até hoje

**Abril, 15.**

Acordo de Marraquech, Fim da Rodada Uruguai do GATTs.

**December.9 a 11.**

Ativistas da RMALC, Common Frontiers e ART vão a Miami, fazem contatos com a imprensa e reuniões de estratégia sobre o que vêm: a ALCA

**Dezembro, 9 a 11.**

Primeira Cúpula das Américas, Miami, Florida, EUA, aqui aparece a ALCA pela primeira vez.

## 1995

**Janeiro, 1.**  
Estabelecimento da OMC

### **Junho 1995,**

A ORIT organiza o primeiro foro laboral paralelo a reunião Ministerial em Denver, Colorado. Várias ONGs do México, Canadá e os EUA fazem coletivas de imprensa e protestos em paralelo a reunião dos Ministros de Comércio.

### **Setembro 21 a 21 de novembro.**

RMALC submete à uma consulta pública, por meio do Referendo da Liberdade, um programa econômico alternativo para o México; mais de 400 mil pessoas participam da consulta

### **Setembro, 4 a 15**

IV Conferencia ONU sobre Mulheres, Beijin.

## 1996

### **Febrero**

“*Red Hemisférica para el desarrollo sustentable e comercio justo*”  
Iniciativa informal da RMALC para envolver às organizações chilenas, publicaram 4 números do boletim *Nuestra América*.

### **Março. 20 e 21**

A ORIT organiza um segundo Fórum Laboral em paralelo à reunião de Ministros de Comercio. Os Ministros de Comércio rejeitam sugestões dos Ministros de Trabalho e dos sindicalistas reunidos na cidade. Cartagena, Colombia.

### **Março. 20 e 21**

ALCA, II Reunião Ministerial de Comercio Cartagena, Colômbia

## 1997

### **Fevereiro.**

A ong estadunidense Public Citizen, adquire uma copia de uma rascunho do OCDE do *Acordo Multilateral de Investimento* (AMI), e

### **Dezembro, 9 a 13.**

OMC, I Conferência Ministerial, Singapura

coloca na internet. Começa assim uma mobilização contra o acordo que vai até 1998 quando o acordo é descartado pela OCDE. “The story of the MAI is a cautionary tale about the impact of an electronically networked global civil society.”

**Maio, 12 - 13.**

Foto “*Nuestra América*”, organizado pela Organização Regional Internacional do Trabalho (ORIT), junto com um amplo fórum simultâneo das organizações e redes da sociedade civil do continente, é toma a decisão política de constituir uma *aliança social continental*, Belo Horizonte, Brasil<sup>189</sup>

Passaeta contra o livre comércio e o imperialismo dos EUA no final das reuniões de sindicatos e sociedade civil.

**Agosto, 26**

*Marcha dos 100 mil* em Brasília organizada pela Frente de Oposição Democrática e Popular

**Novembro, 24 e 25**

Manifestações contra a APEC são reprimidas com gás lacrimogênio, Vancouver.

**S/D**

Reunião preparatória da *I Cumbre de los Pueblos* em Santiago de Chile.

**Março**

Um Fórum Ambiental e um Laboral foram organizados em paralelo à reunião ministerial em San José de Costa Rica.

**Março, 18 e 19**

ALCA, IV Reunião Ministerial de Comercio San José de Costa Rica.

**Abril, 18 e 19.**

II Cúpula das Américas, Santiago de Chile, Chile

**1998**

**Abril 18 y 19.**

---

189 Declaração conjunta com a lista das organizações assinantes <http://www.laneta.apc.org/asc/belo.html>



*I Cumbre de los Pueblos*, organizada pela RECHIP, ART, RMALC, Common Frontiers, RQIC e a ORIT. Mais de 1000 delegados de todas as Américas comparecem. É apresentado o primeiro rascunho de Alternativas para as Américas.

**Mai, 18 a 20.**  
OMC, II Conferência Ministerial, Genebra.

**Dezembro.**  
Reunião de Presidentes do Mercosul.

#### **Dezembro**

Organizações sociais realizam uma atividade paralela à reunião do Mercosul participantes da reunião da sociedade civil discutem a idéia de criar uma rede sobre comercio no Brasil, surge a idéia da REBRIP?

#### **Janeiro, 28 a 30.**

O outro Davos, local?

#### **Abril, 27**

Presentação ao Comitê de Relações Exteriores e Assuntos de Comercio sobre a ALCA, Toronto, Canada.

#### **Mai.**

Constituição Formal da ASC, San José, Costa Rica. E 1ra reunião organizativa do Comitê de Mulheres da ASC.

#### **Junho.**

1er Fórum Paralelo da Sociedade Civil Para o Diálogo Europa, América Latina e Caribe, paralelo à Cimeira UE/AL Rio de Janeiro.

#### **S/D**

No Brasil, Action Aid e outras ongs dão passos para a criação d e uma “*Rede OMC*” em preparação à Ministerial da OMC em Seattle

**Junho.**  
Cimeira UE/AL Rio de Janeiro.

## **1999**

**Novembro, 1 a 5.**

“*Our Americas: Towards a Peoples’ Hemispheric Agreement.*” Organizado por Common Frontiers e a RQIC, junto com outros membros da ASC. O 200 delegados internacionais presentes, reunem-se com 18 dos 34 Ministros de Comércio dois documentos críticos sobre a ALCA são apresentados. Uma pequena passeata também é realizada

**Novembro, 3 e 4**  
ALCA, V Reunião Ministerial de Comercio, Toronto

**Novembro, 30 a Dezembro 3.**

Grandes manifestações se concentram em Seattle para protestar cona a OMC e a globalização neoliberal. Forte esquema de segurança e confrontos marcam o que para alguns foi o começo co movimento anti-globalização.

**Novembro, 30 a Dezembro 3.**  
OMC, III Conferência Ministerial, Seattle

**Dezembro.**

Surgimento da IGTN – Rede Internacional de Género e Comercio, (dezembro) Grenada

**2000****Janeiro.**

FSM I, Porto Alegre.

**Setembro, 1 a 7.**

Campanha Jubileu Sul – Brasil, organizou o *Plebiscito sobre a Dívida Externa*. Nele mais de 6 milhões de votantes expressaram a sua vontade de libertar a Nação do jugo das dívidas externa e interna e dos ajustes impostos pelo FMI, que também inviabilizam a construção de um projeto próprio de desenvolvimento.<sup>190</sup>

**Setembro, 25 a 28.**

Mobilizações contra o FMI em Praga.

**Novembro**

A ASC envia uma carta à Secretaria da ALCA e aos ministros de comércio do Brasil, Argentina, Chile, México e os Estados Unidos solicitando aos governos a publicação dos textos da ALCA. 300 organizações assinaram a carta.

**Dezembro.**

Reunião preparatória em Bs As da Ministerial da ALCA. na sede da CTA, dando início ao núcleo mobilizador de Argentina

**Dezembro.**

Começa a negociação para um TLC entre os EUA e Chile

## 2001

**Janeiro, 25 a 30.**

Fórum Social Mundial (I), Porto Alegre.

**Febrero,**

A ASC começa a redigir uma declaração abertamente contra a ALCA.

**Abril, 5 a 7.**

Fórum e atividades frente a Reunião Ministerial da ALCA. Três diferentes passeatas são organizadas produto do não entendimento entre três agrupamentos sindicais. A Centra de Trabajadores Argentinos (CTA) junto com grupos da sociedade civil internacional organizam a maior delas (10.000 pessoas). ASC declara-se formalmente contra a ALCA. Buenos Aires.

**Abril, 7**

ALCA, VI Reunião Ministerial de Comercio, Buenos Aires.

**Abril, 16 a 21.**

II Cumbre de los Pueblos, Québec.

**Julho**

O Primeiro Rascunho da ALCA é publicado

**Julho, 18 a 22**

Manifestação de 300.000 contra o G8, duros choques entre policiais e manifestantes, mais de 400 ativistas feridos. Na sexta dia 20 de julho o militante de 23 anos, Carlo Giuliani, é morto por um disparo dos Carabinieri.

**Julho, 18 a 21**

Reunião do G8, Genova

**Setembro, 11**

O Atentado contra as Torres Gêmeas, em Nova York, levanta dúvidas sobre a continuidade do movimento global.

**Setembro, 13 e 14.**

1era Assembléia da REBRIP

**Outubro, 26 a 28.**

Reunião do Conselho Hemisférico de ASC em Florianópolis. O plano de Ação para a realização da Consulta Continental sobre a ALCA é construído, surge a idéia de criar uma Campanha Continental de Luta contra a ALCA.

**Novembro:**

Encontro Hemisférico de Luta Contra a ALCA (I), Havana, Cuba

**Novembro, 19 a 21.**

Lançamento Campanha Brasileira de Luta contra a ALCA, Plenária Nacional da Campanha Jubileu Sul-Brasil, São Paulo.

**Novembro, 9 a 13.**

OMC, IV Conferência Ministerial, Doha, Qatar. Lançamento da “Rodada Doha de Desenvolvimento.”

**2002****Janeiro, 30**

Diversas redes – entre elas a ASC e vários dos seus membros – realizam uma reunião preparatória do lançamento da Campanha Continental Contra a ALCA

**Janeiro, 31 a 5 de fevereiro**

II Fórum Social Mundial, Porto Alegre.

**Fevereiro, 4**

Lançamento Campanha Continental contra a ALCA, 50.000 marcham em contra a ALCA.

**Março.**

Conferencia Internacional sobre Financiamento ao Desenvolvimento.

**Março.**

Monterrey paralela da sociedade civil

Monterrey – México.

**Agosto, 22 a 25.**

Foro Social Mundial Temático em Argentina, Buenos Aires.

**Setembro, 1 a 7.**

10 milhões votam no Plebiscito contra a ALCA no Brasil (1º a 7 de setembro)

**Outubro, 27 a 1 de novembro.**

Encontro continental “Outra América é possível”, Quito. (ver KHK)

**Novembro, 25 a 28.**

II Encontro Hemisférico de Luta contra a ALCA, Havana

**Novembro, 1**

ALCA, VII Reunião Ministerial de Comercio, Quito

**Dezembro.**

Culmina a negociação para o TLC entre os EUA e Chile.

**2003****Janeiro, 23 a 27.**

III Fórum Social Mundial, Porto Alegre.

**Janeiro, 27.**

Começa a negociação do CAFTA

**Fevereiro, 15.**

Marcha Global contra a Guerra no Irak

**Setembro, 9 a 14.**

Atividades da Sociedade Civil em paralelo à V Conferencia Ministerial da OMC (10 a 14), Cancun.

**Setembro, 10 a 14**

OMC, V Conferência Ministerial, Cancun

**Novembro, 19 a 22.**

Atividades paralelas à Reunião Ministerial de Negociação da ALCA,

**Novembro, 20 e 21**

ALCA, VIII Reunião Ministerial de Comercio Miami

Miami.

## 2004

**Janeiro, 16 a 21.**

IV Fórum Social Mundial, Mumbai.

**Janeiro, 26 a 29.**

III Encontro Hemisférico de Luta contra a ALCA, Havana

**Dezembro.**

Fim negociações do CAFTA

**Janeiro, 1.**

Entrada em vigência do TLC Chile EUA

**Janeiro, 13.**

Cúpula Extraordinária das Américas, Monterrey, Nuevo Leon, México.

**Fevereiro, 2 a 5.**

Reunião do CNC da ALCA, Puebla.

**Março.**

República Dominicana adere ao CAFTA

**Mai, 26 a 29.**

Enlaçando Alternativas, Guadalajara.

**Mai, 18.**

Começo negociação TLC-Andino (USA, Colômbia, Peru, Equador e Bolívia como observador).

**Julho.**

Acordo de Julho da OMC, Genebra.

**Julho, 25 a 30.**

Fóro Social das Américas, Quito.

**Janeiro, 26 a 31.**

V Fórum Social Mundial, POA

## 2005

**Abril, 27 a 30.**

IV Encontro Hemisférico de Luta contra a ALCA, Havana

**Novembro, 1 a 5.**

III Cumbre de los Pueblos, Mar del Plata. Mais de 50 mil pessoas fecha a Cumbre em ato com a presença do Presidente da Venezuela, Hugo Chavez.

**Novembro, 4 e 5.**

IV Cúpula das Américas, Mar del Plata. Os Presidentes não conseguem acordo sobre a continuidade da ALCA. A negociação fica adiada por tempo indeterminado por falta de mandato aos negociadores.

**Dezembro, 11 a 18.**

Semana de Ação dos Povos VI Reunião Ministerial da OMC (13 a 18)  
Hong Kong

**Dezembro.**

Peru fecha a negociação do TLC com os EUA

**Dezembro, 13 a 18.**

OMC, VI Conferência Ministerial, Hong Kong

**2006****Janeiro, 24 a 29.**

Foro Social Mundial Policêntrico, Caracas

**Fevereiro, 27.**

Colômbia fecha a negociação do TLC com os EUA

**Abril, 12 a 15.**

V Encontro Hemisférico de Luta contra a ALCA, Havana

**Maior, 9 a 13.**

Enlaçando Alternativas 2, Viena

**Maior.**

Lançamento negociações UE-SICA e UE-CAN

## Bibliografía Geral

- Aaronson, Susan Ariel. (2001). *Taking trade to the streets. The lost history of public efforts to shape globalization*. Universtiy of Michigan Press.
- Abal Medina, Juan Manuel (h) y Castiglioni, Franco María. (1999). “Crisis y transformación: los nuevos partidos políticos. El Frente Grande Frepaso y Forza Italia en perspectiva comparada”, *Metapolítica*, nº 10, Vol. 3, México.
- Peredo Beltrán, Elyzabeth. (2006). “La Cumbre de la Esperanza”, em [www.integracionsolidaria.org](http://www.integracionsolidaria.org)
- Morales, Evo. (2006). *Construyamos con nuestros pueblos una verdadera Comunidad Sudamericana de Naciones para “Vivir bien”*, carta. La Paz, 2 de octubre de 2006
- Abal Medina, Juan Manuel (h). (1998) “El partido Frente Grande, análisis de una experiencia inconclusa”. *América Latina Hoy*, nº 20, Salamanca.
- Abel, Andrea. (2003). “NAFTA's North American Agreement for environmental cooperation: a civil society perspective”. *Americas Program Policy Report* (Silver City, NM, Interhemispheric Resource Center, March 17.
- Aboy Carlés, Gerado. (2001) “*Las dos fronteras de la democracia argentina. La formulación de las identidades políticas de Afonsín a Menem*”, Homo Sapiens Ediciones, Rosario.
- Aboy Carlés, Gerado. (2001). “*Las dos fronteras de la democracia argentina. La formulación de las identidades políticas de Afonsín a Menem*”, Homo Sapiens Ediciones, Rosario.
- Acosta Espinoza, Nelson. (1999) “*Dispositivos simbólicos e identidades políticas en Venezuela*”, CELAC, Valencia.
- AFL-CIO, (2003), Comentarios de la American Federation of Labor and Congress of Industrial Organizations y de United Steelworkers of America al Comité de Representantes Gubernamentales sobre la Participación de la Sociedad Civil del Área de Libre Comercio de las Américas, Whashington, Estados Unidos, 1 de mayo.
- Agrasoy, Emre, (2004). “NAFTA: as a Means of an U.S. Hegemony Creation in the Region?”.
- Aguilar Sanchez, Carlos (comp). (2003). *Los (mal)tratados de libre comercio*. DEI, San José, 2003.
- Aguilar Sanchez, Carlos. (2004). “Mesoamérica em la hora de la resistencia popular”, em OSAL, Año V N 13, 2004.



- Aguiton, Christophe e Cardon, Dominique. (). “O Forum e a Rede. Uma análise sobre a forma de administrar os fóruns sociais”. Comunicação para o colóquio “Culturas e Práticas Participativas: Uma Perspectiva Comparativa” – LAIOS/AFSP.
- Albert, Michael. 2003). *WSF: where to?*, [www.countercurrents.org](http://www.countercurrents.org).
- ALCA - CUARTA REUNIÓN MINISTERIAL DE COMERCIO, (1998), Declaración Conjunta, San José, Costa Rica, 19 de marzo.
- ALCA – CUPULA DAS AMÉRICAS, (1994), Plano de Ação, Miami, Estados Unidos, 9 ao 11 de Dezembro
- Alonso, Angela e Costa, Valeriano. (2002). “Por uma sociologia dos conflitos ambientais no Brasil”. Alimonda, Héctor (org.) *Ecologia Política. Naturaleza, Sociedad y Utopia*, Buenos Aires, CLACSO.
- Alvarez, Sonia E., Dagnino, Evelina e Escobar, Arturo (orgs.). (2000). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos : novas leituras*. Imprensa Belo Horizonte : UFMG.
- AMERICAS BUSINESS FORUM, (2003), RECOMENDAÇÕES FINAIS DO VIII ABF, Miami. [http://2005.sice.oas.org/FTAA/miami/ABF/papers/FR\\_p.pdf](http://2005.sice.oas.org/FTAA/miami/ABF/papers/FR_p.pdf)
- Amoore, Lousie ed.. ( 2005). *The Global Resistance Reader*, Routledge, Oxon.
- Anderson, Sara, et al.. (1996). "No Laughter in NAFTA: Mexico and the United States Two Years After"  
[http://www.developmentgap.org/trade/No\\_Laughter\\_in\\_NAFTA.html](http://www.developmentgap.org/trade/No_Laughter_in_NAFTA.html).
- Anheier, Helmut and Themudo, Nuno. (2002) “Organisational forms of global civil society: implications of going global”, in *Global civil society 2002*, Sage Publications, London.
- Anheier, Helmut e Katz, Hagai. (2005). “Network approaches to global civil society”. em H. Anheier, M. Glasius and M. Kaldor (eds.), *Global Civil Society 2004/5*, London, Sage.
- Anheier, Helmut et al eds. (2005), “*Global civil society 2004/5*”, Sage Publications, London.
- Anheier, Helmut, Glasius, Marlies e Kaldor, Mary. (2001), “Introducing Global Civil Society”, em H. Anheier, M. Glasius and M. Kaldor (eds.), *Global Civil Society 2001*, London, Sage.
- Anner, Mark. ( 2001) *The Paradox of Labor Transnationalism: Northern and Southern Trade Unions and the Campaign for Labor Standards in the WTO*, paper apresentado na Annual Meeting of the American Political Science Association, Hilton

San Francisco and Towers, August 30 – September 2.

- Arceo, Enrique. (2002) *ALCA. Neoliberalismo y Nuevo Pacto Colonial*. CTA Ediciones, Buenos Aires.
- Archibugi, Daniele. (2003). “A critica analysis of the self-determination of peoples: a cosmopolitan perspective”. *Constellation*, Volume 10, N 4, Oxford.
- Aritzer, Leonardo. (2004). “Civil Society in Latin America: uncivil. Liberal and participatory models”, in Glasius et al., *Exploring civil society. Political and cultural contexts*. Routledge, New York.
- Arroyo, Alberto e Monroy, Mario. (1996). *Red Mexicana de Acción Frente al Libre Comercio. 5 años de lucha (1991-1996)*. RMALC, México, 1996
- Arroyo, Alberto. (1998). "Los retos de construir un nuevo proyecto nacional". em *Espira, Estudios sobre Estados y Sociedad*, Vol. VI, No. 11, 1998.
- Arroyo, Alberto. (1998). "Uma Experiência de Participação Civil na Definição de um Projeto Nacional em um Mundo Globalizado". em *Propostas/FASE*, No. 79, Rio de Janeiro, 1998/9
- Arroyo, Alberto. (2001). *Resultados del Tratado de Libre Comercio de América del Norte en México: lecciones para la negociación del Acuerdo de Libre Comercio de las Américas*. RMALC, México.
- Arroyo, Alberto. (2002) *Organización de los pueblos de América frente a la globalización*. Mimeo.
- Arruda, Marcos e Anderson, Sarah. (2002). “Uma outra integração é possível: soberania sim, alca não”. ASC, Rio de Janeiro.
- Ascherson, Neal et al. (2000). Round Table Debate on the Global Significance of 1989, Public lecture 12, Centre for the Study of Global Governance, London School of Economics and Political Science.
- Ayres, Jeffrey M. (1999). “From the Streets to the Internet: The Cyber-Diffusion of Contention”, *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, Vol. 566, The Social Diffusion of Ideas and Things. (Nov., 1999).
- Ayres, Jeffrey M.. (1996). “Political Process and Popular Protest: The Mobilization against Free Trade in Canada”, *American Journal of Economics and Sociology*, Vol. 55, No. 4. (Oct., 1996).
- Bandy, Joe e Smith, Jakie (eds.). (2005). *Coalitions Across Borders*. Rowman & Littlefield. Lanham.
- Barlow, Maude. (2001). “The Free Trade Area of the Americas and the Threat to

- Social Programs, Environmental Sustainability and Social Justice in Canada and the Americas”. *International Forum on Globalization*, San Francisco, February.
- Bauman, Zygmunt. (2001 [1999]) *En busca de la política*, Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica.
  - Bauman, Zygmunt. (2004 [2002]). *La sociedad sitiada*, Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica.
  - Bauman, Zygmunt. (2005). *The demons of an open society*, conferência no LSE, London, Thursday 20 October 2005.
  - Beaulieu, Elsa. (2006). *Social movements, social change and transnationalization: towards a feminist and anthropological framework*, paper apresentado no workshop “Transnationalisation des solidarités et mouvements des femmes” Département de science politique Université de Montréal, 27-28 avril 2006
  - Beck, Ulrich. (2003). “The analysis of global inequality: from a national compolitan perspective”. *Global Yearbook 2003*, Sage. Londres.
  - Beck, Ulrich.(1997 [1999]). *Hijos de la libertad*, Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica.
  - Beck, Ulrich.(1999 [2000]). *Un nuevo mundo feliz*, Barcelona, Paidós.
  - Bell, Beverly. (2002). “Social Movements and Economic Integration in the Américas”. *Americas Program Discussion Paper*. (Silver City, NM: Interhemispheric Resource Center, November 1.
  - Bello, Walden. (2004 [2002]). *Desglobalización, ideas para una nueva economía mundial*; Barcelona, Icaria Editorial.
  - Benford, Robert D. e Snow, David A. (2000). “Framing Processes and Social Movements: An Overview and Assessment”. *Annual Review of Sociology*, Vol. 26.
  - Berlinguer, Marco. (2006). *Networked politics Rethinking Political Organization in an Age of Movements and Networks*, Mimeo, Bologna.
  - Berrón, Gonzalo. (2003). *Sobre a identidade política*. Dissertação de Mestrado, USP, São Paulo.
  - Berrón, Gonzalo. (2006). “Dos frentes de lucha contra el libre comercio”. *ALAI, América Latina en Movimiento*, Diciembre. <http://alainet.org/active/17615>
  - Berrón, Gonzalo. (2007). “De la lucha contra el ALCA1 a la “integración de los pueblos”: Movimientos sociales y los procesos de integración”. *Res Diplomática, Segunda Época*, Instituto del Servicio Exterior de la Nación (ISEN), Buenos Aires.
  - Berrón, Gonzalo. (2007). “Social Movement Strategies and Integration of the

- Peoples”, em *GSP Forum*, Global Social Policy Journal, September 2007, Volume 7, Number 3
- Berrón, Gonzalo e Freire, Rafael. (2004). “Los movimientos sociales del Cono Sur contra el mal llamado “libre comercio””. *OSAL, Observatorio Social de América Latina*, CLACSO, Año V N° 13, Enero-abril 2004.
  - Bieler, Andreas e Morton, Adam D. (2001). “The Gordian Knot of Agency–Structure in International Relations: A Neo-Gramscian Perspective”. *European Journal of International Relations*, Sage.
  - Blee, Kathleen M. e Taylor, Verta. (2002). “Semi-structured Interviewing in social movement research”, em Klandermans, Bert e Staggenborg, Susan Eds., *Methods of social movements research*, University of Minnesota Press, Mineapolis.
  - Bleyer, Peter. (2001). *Cross-Movement Coalitions and Political Agency: The Popular Sector and the Pro-Canada/Action Canada Network*. Tese de Doutorado, LSE, Londres.
  - Borges, Altamiro (org). (2002). *O sindicalismo diante do risco-Alca*. mimeo.
  - Borges, Altamiro (org). (2002). *Para entender e combater a ALCA*, Ed. Anita Garibaldi, São Paulo.
  - Borrás Jr., Saturnino. (2004). *La Via Campesina. An Evolving Transnational Social Movement*, TNI Briefing Series, Ámsterdam.
  - Botto, Mercedes. (2001). “La participacion de la sociedad civil en los procesos de integración comercial: los casos del TLCAN, Mercosur y ALCA”. *Serie Brief FLACSO-PIEI*, N° 3, pp 1-4, 4 pp, Buenos Aires, marzo 2001.
  - Botto, Mercedes. (2003). “The FTAA and the participation of civil society: scope and challenges of a new regional agenda”. *Integration & Trade Journal*, BID-INTAL, N° 19 (July-December, 2003).
  - Bourdieu, Pierre. (1980). “L’identité et la représentation”. *Actes de la recherche*, n° 35, Paris.
  - Bourdieu, Pierre. (1987). “*Choses dites*”, Les Editions de Minuit, Paris.
  - Brown, L. David e Fox, Jonathan. (1999). *Transnational Civil Society Coalitions and the World Bank: Lessons From Project and Policy Influence Campaigns*. [http://papers.ssrn.com/paper.taf?abstract\\_id=254272](http://papers.ssrn.com/paper.taf?abstract_id=254272)
  - Brubaker, Rogers y Cooper, Frederick. (2001). “Más allá de 'identidad'”. *Apuntes de investigación CECYP*, Año V, N° 7, Buenos Aires.
  - Brunelle, Dorval e Dugas, Sylvie. (2006). “Les mouvements sociaux d’opposition au

- libre-échange en Amérique du Nord”. *Cahiers de Recherche - CEIM*, Montreal, Janeiro 2006.
- Brunelle, Dorval et Deblock, Christian. (2000). “Les mouvements d’opposition au libre-échange dans les Amériques et la constitution d’une Alliance sociale continentale”. *Nouvelles pratiques sociales* Volume 13, numero 2, Décembre 2000. « Des pratiques adaptées aux nouveaux temps de vie » <http://www.erudit.org/revue/nps/2000/v13/n2/000818ar.html> 2000, Montréal
  - Brunelle, Dorval. (1999). "As Novas Práticas Sindicais frente ao NAFTA" Université du Québec à Montréal”, *Cahier de recherche* 99-09, Montreal, Novembro 1999.
  - Brunelle, Dorval. (2001). “Towards a 'Free Trade Area of the Americas'. Chasing the Holy Grail of Free Trade”. *Le Monde Diplomatique*, Paris.
  - Burity, Joanildo A. “*Deconstrução, hegemonia e democracia: o pós-marxismo de Ernesto Laclau*”, Biblioteca Virtual de CLACSO.
  - Burity, Joanildo A. (1999). “*Globalização e identidade: desafios do multiculturalismo*”, Trabalho apresentado en la Mesa Redonda Multiculturalismo, Relações Interétnicas e Globalização, I Conferência Latino-Americana e Caribenha de Ciências Sociais, CLACSO e Fundação Joaquim Nabuco, Recife.
  - Cameron, Maxwell A. e Tomlin, Brian W., (2000). “*The Making of NAFTA. How the deal was done*”, Cornell University Press, Ithaca.
  - Campbell, Bruce org.(2005). “Living with Uncle: Canada-U.S. Relations in a Time of Empire”, *Canadian Centre for Policy Alternatives*, Ottawa, 2005.
  - Campos, Arnaldo de. (2001). *Agricultura na OMC - estágio atual das negociações*, DESER/Action Aid, Curitiba, Brasil disponível em [http://www.ftaa-alca.org/spcomm/soc/Contributions/Quito/cscv46\\_p.asp](http://www.ftaa-alca.org/spcomm/soc/Contributions/Quito/cscv46_p.asp)
  - Caputo Leiva, Orlando. (1998). “El Acuerdo Multilateral de Inversiones (MAI) y su aplicación anticipada en Chile”.
  - Carrasco, Diego [http://www.ftaa-alca.org/spcomm/soc/Contributions/BAires/csw151a1\\_e.asp](http://www.ftaa-alca.org/spcomm/soc/Contributions/BAires/csw151a1_e.asp)
  - Castells, Manuel. (1999 [1996]). *O poder da identidade*; São Paulo, Paz e Terra.
  - Castells, Manuel. (2003 [2000]). *A sociedade em rede*; São Paulo, Paz e Terra.
  - Cavanagh, John and Anderson, Sarah (2002), “Happily Ever NAFTA?”, *Foreign Policy*, No. 132. (Sep. - Oct., 2002).
  - Chaloult, Ives e Fernandez, Wilson,. (2001). “A Alca e as novas alianças sindicais norte-sul”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Ano 44 nº 2.

- Chandhoke, Neera. (2003). "The limits of global civil society". *Global Civil Society 2002*, Sage, Londres.
- Chebel, Malek. (1986) "*La formation de l'identité politique*", Presses Universitaires de France, Paris.
- Cohen, Jean L. and Aratao, Andrew. (1994). "*Civil Society and Political Theory*", MIT Press, Massachusetts.
- Cohen, Jean. (1988). "Estrategia o identidad: paradigmas teóricos nuevos y movimientos sociales contemporáneos". *Teoría de los movimientos sociales*, FLACSO. Buenos Aires.
- Colas, Alejandro. (2001). "The promises of international civil society: global governance, cosmopolitan democracy and the end of sovereignty?". [www.theglobalsite.ac.uk](http://www.theglobalsite.ac.uk)
- Colas, Alejandro. (2002). "The Class Politics of Globalization", in Hazel Smith and Mark Rupert (eds) *Historical Materialism and Globalisation*, Routledge. <http://www.bbk.ac.uk/polsoc/staff/academic/alejandro-colas>
- Colas, Alejandro. (2004). "Global civil society: analytical category or normative concept?" in David Chandler and Gideon Baker (eds) *Global Civil Society: Contested Futures*, Routledge, London and New York. <http://www.bbk.ac.uk/polsoc/staff/academic/alejandro-colas>
- Colas, Alejandro. (2004). "The Power of Representation: Democratic Politics and Global Governance". *Review of International Studies: 'Politics of Governance/Politics of Resistance'*. <http://www.bbk.ac.uk/polsoc/staff/academic/alejandro-colas>
- COMMON FRONTIERS, (1999), "Final report", Our Americas: Towards A Peoples' Vision The Hemisphere, Americas FTAA Civil Society Forum, Toronto, Canada, 1 a 5 de novembro.
- Comor, Edward. (2001). "The Role of Communication in Global Civil Society: Forces, Processes, Prospects". *International Studies Quarterly*, Vol. 45, No. 3. (Sep., 2001), pp. 389-408.
- Compa, Lance. (2004). *L'Alena et L'ANACT: les enseignements de dix années de mise en oeuvre*. Texto apresentado no Séminaire sur la dimension sociale de l'intégration économique des Amériques, Cornell University.
- Cooley, Alexander e Ron, James. (2002). "The NGO Scramble. Organizational Insecurity and the Political Economy of transnational Action", *International Security*, Vol. 27, N 1, Summer 2002, Massachusetts.

- Coronado Marroquin, Jorge e Grau, Ariane. (2006). *Los Foros Mesoamericanos, un proceso de búsqueda de la integración desde los pueblos frente al libre comercio*, Mimeo.
- Costa, Sergio. (2003) “Democracia cosmopolita: déficits conceituais e equívocos políticos”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* - VOL. 18 Nº. 53, outubro.
- Cox, Laurence. (2001). “Barbarian Resistance and Rebel Alliances: social movements and *Empire*”. *Rethinking Marxism*, Volume 13, Numer 3/4.
- Cunningham, Hilary. (1999). “The Ethnography of Transnational Social Activism: Understanding the Global as Local Practice”. *American Ethnologist*, Vol. 26, No. 3. (Aug., 1999), pp. 583-604.
- Dagnino, Evelina. (2004). “¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?”. En Daniel Mato (coord.), *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, pp. 95-110.
- De Ita, Ana (ed). (2004). *OMC, estación Cancun: el descarrilamiento*. UNORCA, México.
- de la Torre, Verónica. (2005). “Ciudadanía mundial sin Estado Mundial: la mundialización de los movimientos sociales y la reconfiguración de su relación con los Estados”, mimeo.
- de la Torre, Verónica. (2005). “Las redes transnacionales de ciudadanos como vigorizadoras de la sociedad civil latinoamericana”, em *Reflexión Política*, Año 7, No 13, Bucaramanga, 2005.
- della Porta, Donatella. (2005). *Making the polis: social forums and democracy in the global justice movement*. Texto preparado para o seminário Transnational Contention, Cornell University, <http://falcon.arts.cornell.edu/sgt2/contention/default.htm> .
- Derrida, Jacques. (1994). “*Espectro de Marx*”, Ed. Relume Dumará, Rio de Janeiro.
- Desai, Meghnad and Said, Yahia. (2002). “The new anti-capitalist movement: money and global civil society”. *Global Civil Society 2001*, Sage, London.
- Desai, Meghnad and Said, Yahia. (2004). “Trade and global civil society: the anti-capitalist movement revisited”. *Global Civil Society 2003*, Sage, London.
- Desmarais, Annette. (2000). “Via Campesina, Un nuevo movimiento mundial”, La Jorana, <http://www.jornada.unam.mx>, 5 de setembro, 2000
- DiMaggio, Paul; Hargittai, Eszter; Neuman, W. Russell; Robinson, John P.. (2001). “Social Implications of the Internet. *Annual Review of Sociology*, Vol. 27. (2001), pp.

307-336.

- Drainville, André. (2005 [2002]). "Quebec City 2001 and the Making of Transnational Subjects". Amore, Louis *The Global Resistance Reader*; Routledge, Oxon.
- Drover, Glenn; Leung, K. K. (2001). "Nationalism and Trade Liberalization in Quebec and Taiwan". *Pacific Affairs*, Vol. 74, No. 2. (Summer, 2001), pp. 205-224.
- Dujon, Verónica. (2002). "Local actors, Nation State, and Their Global Environment: Conceptualizing successful resistance to the anti-social impacts of globalization". *Critical Sociology*, Volume 28, issue 3.
- Dyer-Witheford, Nick. (2001). "Empire, Immaterial Labor, the New Combinations, and the Global Worker". *Rethinking Marxism*, Volume 13, Numero 3/4, 2001
- Edelman, Marc. (2004). "Transnational peasant and farmer movements and networks". *Global Civil Society 2003*, Sage, London.
- Eisenstadt, Samuel N. and Giesen Bernhard. (1995). "The construction of collective identity". *Archives européennes de sociologie*, Tomo XXXVI, N°1, Boston.
- Enaudeau, Corine. (1999). "*La paradoja de la representación*", Ed. Paidós, Buenos Aires.
- Escobar, Arturo (n.d.). "Actors, Networks, and New Knowledge Producers: Social Movements and the Paradigmatic Transition in the Sciences". <http://www.unc.edu/~aescobar/Boafinal.rtf>
- Escobar, Arturo. (1994 [2005]). "Bienvenidos a Cyberia. Notas para una antropología de la cibercultura". *Revista de Estudios Sociales* no. 22, diciembre.
- Escobar, Arturo. (2004) *Mas allá del tercer mundo. Globalización y diferencia*. Instituto Colombiano de Antropología e Historia, Bogotá.
- Estevez López, Ariadna. (2007). "La Transición a la democracia em el TLCAN: Un significativo vacío", em *Perfiles Latinoamericanos*, No 027, México, 2007
- Evans, Peter. (2000). "Fighting Marginalization with Transnational Networks: Counter-Hegemonic Globalization". *Contemporary Sociology*, Vol. 29, No. 1, Utopian Visions: Engaged Sociologies for the 21<sup>st</sup> Century. (Jan., 2000), pp. 230-241.
- Evers, Tilman. (1984). "Identidade a face oculta dos novos movimentos sociais". *Novos Estudos*, n° 4.
- Fairbrother, Malcolm. (2004). "Why did Labor loose the NAFTA Debates? State, Capital and Pop internationalism", *ILE Grad Student Conference*, February 20-21, 2004
- FASE, CUT, CEDEC, INESC, (2000), Forum Continental Area de Livre comércio das



Américas. Atores sociais e políticos nos processos de integração, São Paulo, 27-29 de novembro.

- FORO EMPRESARIAL DE LAS AMERICAS, (1996), Informe a la plenaria final, taller: el papel del sector privado en la creación de ALCA 2005, Cartagena, 18 a 21 de marzo de 1996. <http://2005.sice.oas.org/FTAA/cartage/sumcon/workss4.asp>
- Foster, John e Dillon, John. (n.d.). “NAFTA in Canada: The Era of a Supra-Constitution”. [www.kairoscanada.org/e/economic/trade/NAFTACanada.pdf](http://www.kairoscanada.org/e/economic/trade/NAFTACanada.pdf)
- Foster, John. (2005). “The trinacional alliance against NAFTA: sinews of solidarity”, em Bandy, Joe e Smith, Jackie (eds.). (2005). *Coalitions Across Borders*. Rowman & Littlefield. Lanham.
- Fox, Jonathan, (2001), “Evaluación de las coaliciones binacionales de la sociedad civil a partir de la experiencia México-Estados Unidos”, *Revista Mexicana de Sociología*, Vol. 63, No. 3. Jul. - Sep., 2001.
- Fraser, Nancy. (2003). “From discipline to flexibilization? Rereading Foucault in the shadow of globalization”. *Constellations*, Volume 10, N 2.
- Fraser, Nancy. (2005). “Transnationalizing the Public Sphere”. [www.republicart.net](http://www.republicart.net)
- Friedman, Elisabeth Jay; Hochstetler, Kathryn; Clark, Ann Marie, Latin. (2001). “Sovereign Limits and Regional Opportunities for Global Civil Society in Latin America”. *American Research Review*, Vol. 36, No. 3. (2001), pp. 7-35.
- Gaviria, Cesar, (1995), discurso na Miami CLAA Conference the Caribbean and Latin America, Miami, FL, December 4, 1995. <http://www.dttc.oas.org/trade/SGspeech.asp>
- Giddens, Anthony (et al.). (2001). “Globalization: Where Next?”, Public lecture, 8 October 2001, London School of Economics and Political Science (LSE), London.
- Gills, Barry K. (2002). “Democratizing globalization and globalizing democracy”. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, Vol. 581, Globalization and Democracy. (May, 2002), pp. 158-171.
- Giugni, Marco; McAdam, Doug e Tilly Charles (eds.). (1999). *How social movements matter*. University of Minnesota Press, Minneapolis.
- Glasius, Marlies, e Kaldor, Mary. (2003). “The state of global civil society: before and after september 11”. *Global Civil Society 2002*, Sage, Londres.
- Glasius, Marlies, Lewis, David and Sckinelnin, Hakan ed.. (2004). *Exploring civil society. Political and cultural contexts*. Routledge, New York.
- Gohn, Maria da Glória (org). (2003). *Movimentos Sociais. No início do Século XXI. Antigos e novos atores sociais*. Editora Vozes, Petrópolis.

- Gohn, Maria da Glória. (1997 [2005]) *Teoria dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos*. Edições Loyola, São Paulo.
- Gonzalez, Erika. (2007). “El sindicalismo mexicano en tiempos del Tratado de Libre Comercio”. *ALAI*, <http://alainet.org/active/17924&lang=es>.
- Goodwin, Jeff e Jasper, James M. Eds.. (2004). *Rethinking Social Movements. Structure, Meaning and Emotion*, Rowman and Littlefield Publisher, Oxford.
- Gordon, Sara. (1997). “La cultura política de las organizaciones no gubernamentales en México”. *Revista Mexicana de Sociología*, Vol. 59, No. 1. (Jan. - Mar., 1997), pp. 53-67.
- Graeber, David. (2004). "Fragments of an Anarchist Anthropology". *Prickly Paradigm Press*, Chicago.
- Greenhalgh, Luiz Eduardo. (2002). *Campanha nacional contra a ALCA*. Brasilia.
- Grossman, Gene M. e Helpman, Elhanan. (1995). “The politics of free trade agreements”. *The American Economic Review*, Vol. 85, No. 4. (Sep., 1995), pp. 667-690.
- Grugel, Jean. (2006). “Regionalist governance and transnacional collective action in Latin America”. *Economy and Society*, Vol 35, Number 2 May.
- Gurza Lavallo, Adrián, Castello, Graziela e Bichir, Renata Mirándola. (2004). “Quando novos atores saem de cena - Continuidades e mudanças na centralidade dos movimentos sociais”. *Cultura e Política, Revista de Sociologia Política*, no 5, UFSC, Santa Catarina, outubro.
- Gurza Lavallo, Adrián; Graziela Castello e Renata Mirandola Bichir. (2006). “Os Bastidores da Sociedade Civil – Protagonismos, Redes e Afinidades no Seio das Organizações Civis”. *Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP*, SP, novembro.
- Gurza Lavallo, Adrián. (2003). “Sem pena nem Gloria. O debate sobre a sociedade civil nos anos 1990”. *Novos Estudos*, N 66, Julho.
- Hamm, Marion. (2002). “Reclaim the Streets! Protestas globales y espacio local”. [www.republicart.net](http://www.republicart.net)
- Hamm, Marion. (2003). “Activismo em espacios físicos y virtuales”. [www.republicart.net](http://www.republicart.net)
- Hansen Kuhn, Karen (et al.). (1996). No Laughter in NAFTA: Mexico and the United States two Years After. [http://www.developmentgap.org/trade/No\\_Laughter\\_in\\_NAFTA.html](http://www.developmentgap.org/trade/No_Laughter_in_NAFTA.html)

- Hansen Kuhn, Karen. (2003). *Back to Miami: a History of Citizens' Events. Parallel to the Official FTAA Meetings*. Alliance for Responsible Trade, Washington DC.
- Hansen-Kuhn, Karen, Clarke, Tony and Heredia, Carlos. (1993) "NOT THIS NAFTA: A TRINATIONAL CitiZENS' PERSPECTIVE", The Development GAP, Washington DC, 1993
- Hardt, Michael. (2002), "Today's Bandung?". *New Left Review*, 14, Mar Apr.
- Harris, Richard L. (2002). "Resistance and Alternatives to Globalization in Latin America and the Caribbean". *Latin American Perspectives*, Vol. 29, No. 6, Globalization and Globalism in Latin America and the Caribbean. (Nov., 2002), pp. 136-151.
- Held, David and McGrew, David. (2002b). "Globalization/Anti-Globalization", Polito Press, Cambridge.
- Held, David. (2001). "Globalization, Corporate Practice and Cosmopolitan Social Standards". Texto apresentado na conferência Globalisierung und Sozialstandards, Feldafing/Starnberger, 30/31 March.
- Held, David. (2002a). "Law of States, Law of Peoples: Three Models of Sovereignty". *Legal Theory*, 8,2.
- Held, David. (2003). *Global Social Democracy: Toward a New Global Covenant*, Centre for the Study of Global Governance, London School of Economics and Political Science, London.
- Hellinger, Doug. (1996). "In Clinton's Second Term It's Business, as usual" [http://www.developmentgap.org/trade/In\\_Clinton's\\_Second\\_Term\\_Its\\_Business\\_as\\_Usual.htm](http://www.developmentgap.org/trade/In_Clinton's_Second_Term_Its_Business_as_Usual.htm) , Washington DC.
- Herkenrath, Mark. (2006) "Social Movements and the Challenges of Transnational. Coalition-Building". Texto apresentado no 16 ISA World Congress of Sociology, Durban (South Africa) Africa), 23-29 July.
- Hernández Navarro, Luis. (2004). "Vía Campesina : une histoire de survivants". *La Jornada* ([www.jornada.unam.mx/](http://www.jornada.unam.mx/)), México, 15 juin 2004.
- Hirschman, Albert O. (1995). "Conflitos sociais como pilares da sociedade de mercado democrática". *Novos Estudos*, nº 42.
- Hirst, Paul e Thompson, Grahame. (1998 [1996]). *Globalização em questão*, Petrópolis, Editoria Vozes.
- Holzscheiter, Anna. (2005). "Discourse as capability: Non-state actors' capital in global governance". *Millenium Jorunal of International Studies*, Vol. 33, No 3, 173-

746.

- Houtart, François e Polet, François. (2002 [2001]). *El otro Davos. Globalización de resistencias y de luchas*, La Habana, Editorial de Ciencias Sociales.
- Houtart, François. (2003). *Crisis del neoliberalismo y Recreación de las luchas de los pueblos*, Bogotá, Universidad Nacional de Colombia.
- Howard, Leslie. (1997). "Thinking Globally, Acting Locally: The Strategies of Subnational and Transnational Actors in Mexico and Canada in Response to NAFTA". Paper preparado para "Economic and Political Responses to the New Global Order: Local, National and Regional Strategies", LASA, Guadalajara, 1997.
- Iglesias, Esteban. (2006). *Las cuestiones democráticas em Rawls y Habermas*. Mimeo, Rosario.
- Jackson, Andrew. (2005). "Canadian Workers, the Canadian Corporate Elite and the American Empire: Contradictions of Deep Integration, and a Note on Alternatives" *Canadian Labor Congress, Research Papers* 35.
- Jakobsen, Kjeld (coord.). (2003). *A política internacional da CUT*, CUT, São Paulo.
- Jakobsen, Kjeld e Martins, Renato. (2002). *Quem ganha e quem perde com o livre comércio nas Américas*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.
- Jakobsen, Kjeld. (2005). *Comércio Internacional e desenvolvimento. Do Gatt à OMC: discurso e prática*. Ed. Fundação Perseu Abramo, São Paulo.
- Jeffrey, C. Alexandre. (1998). "Ação coletiva, cultura e sociedade civil. Secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.13 n.37 São Paulo Jun. 1998
- Johnston, Hank. (2002). "Verification and Proof in Frame and Discourse Analysis", em Klandermans, Bert e Staggenborg, Susan Eds., *Methods of social movements research*, University of Minnesota Press, Mineapolis.
- Johnston, Josée e Laxer, Gordon. (2003). "Solidarity in the Age of Globalization: Lessons from the Anti-MAI and Zapatista Struggles". *Theory and Society*, Vol. 32, No. 1. (Feb., 2003), pp. 39-91.
- Jordan, Lisa and Van Tuijl, Peter. (2000). "Political Responsibility in Transnational NGO Advocacy". *Elseveir Science LTD*, Great Britain.
- Junqueira Neves, Maíra. (2007). *A participação internacional das organizações não governamentais por meio de redes sociais*. REBRIP. Dissertação de Mestrado. PUC, São Paulo.
- Justin, Ruben. (2002). "In Quito, the FTAA Goes on the Defensive," *Americas*

- Program*, (Silver City, NM: Interhemispheric Resource Center, November 12.
- Kaldor, Mary; Anheier, Helmut; Glasius, Marlies. (2004). “Global Civil Society in an era of regressive globalization”. *Global Civil Society 2003*, Sage, Londres.
  - Kaldor, Mary. (2003). *Global Civil Society*, Polity Press, Cambridge.
  - Kaldor, Mary. (2003). “Civil Society and Accountability”. *Journal of Human Development*, Vol. 4, No. 1.
  - Katz, Hagai e Anheier, Helmut. (2006). “Global connectedness: the structure of transnational NGO networks”. *Global Civil Society 2005/6*. Sage. Londres.
  - Katznelson, Ira . (1985). “Working-class formation and the state: nineteenth-Century England in American perspective”. *Bringing the state back in* Peter Evans et altri (ed) Cambridge University Press, New York, 1985
  - Kay, Tamara. (2005). “Labor Transnationalism and Global Governance: The Impact of NAFTA on Transnational Labor Relationships in North America”. *American Journal of Sociology*, Volume 111 Number 3, November 2005.
  - Keane, John. (2001). “Global Civil Society?”. H. Anheier, M. Glasius and M. Kaldor (eds.), *Global Civil Society 2001*, Sage, London.
  - Keane, John. (2003). *Global civil society?*, Cambridge niversity Press, Cambridge.
  - Keck, Margaret E. e Sikkink, Kathryn. (1998). *Activists beyond borders*. Cornell University Press, Ithaca.
  - Klandermans, B. Staggenborg, S, e Tarrow, S. (2002). “Blending methods and Building Theories in Social Movment Research”, em Klandermans, Bert e Staggenborg, Susan Eds., *Methods of social movements research*, University of Minnesota Press, Mineapolis.
  - Klandermans, Bert e Staggenborg, Susan Eds. (2002). *Methods of social movements research*, University of Minnesota Press, Mineapolis.
  - Klein, Naomi (1999 [2003]). *No logo*. Paidós, Buenos Aires.
  - Kobrin, Stephen J. (1998). “The MAI and the Clash of Globalizations”. *Foreign Policy*, September 22.
  - Kolb, Felix. (2003). “The Impact of Transnational Protest on Social Movement Organizations: Mass Media and the Making of ATTAC Germany”. Texto apresentado na conferencia ‘Transnational Processes and Social Movements’. Villa Serbelloni, Bellagio, July 22-26.
  - Korzeniewicz, Roberto Patricio e Smith, William. (2001). “Protest and Collaboration: transnational civil society networks and the politics of Summitry and Free Trade In the

- Americas”. *The North-South Agenda*, Papers, 51, September
- Korzeniewicz, Roberto Patricio e Smith, William. (2003). “Transnational Social Movements, elite projects, and collective action from below in the Américas”. *Regionalism's Third wave in the Americas*, eds Louis Fawcett and Monica Serrano, Routledge Press, New York, no prelo.
  - Krasner, Stephen D. (1985). *Structural Conflict. The third World Against global Liberalism*. University of California Press, Berkeley.
  - Kriegman, Orion. (2006). “Dawn of the Cosmopolitan. The Hope of a Global Citizens Movement”. GTI Paper Series, 15, Boston.
  - Laclau, Ernesto e Lilian Zac. (1994). “Minding the gap: the subject of politics” en Laclau Ernesto (comp.), *The making of political identities*, Ed. Verso, London.
  - Laclau, Ernesto y Mouffe, Chantal. (1985). *Hegemony & Socialist strategy. Towards a radical democratic politics*. Ed. Verso, London.
  - Laclau, Ernesto. (1983). *Nuevas Reflexiones sobre la revolución en nuestro tiempo*. Ed. Nueva Visión, Buenos Aires.
  - Laclau, Ernesto. (1985). “New social movements and the plurality of the social”. Slater, Davir comp. *New social movements and the state in Latin America*, CEDLA, Amsterdam.
  - Laclau, Ernesto. (1994). “Poder y representación”. *Revista Sociedad*, n°4, Buenos Aires.
  - Laclau, Ernesto. (1996). *Emancipación y diferencia*. Ed. Ariel, Buenos Aires.
  - Laclau, Ernesto. (1997). “Deconstrucción, pragmatismo y hegemonía”. *Revista Agora*, n°6, Buenos Aires.
  - Larrain, Sarah. (2001). “Condiciones para poner las negociaciones del ALCA en el marco del desarrollo sustentable”. *Consulta globalización, ALCA Democracia: desde la Cumbre de Santiago de Chile a la Cumbre de Quebec*, Canadá. Santiago ,Chile, 30 y 31 de Marzo de 2001.
  - Lee, Marc. (2001). “Inside the Fortress: What’s Going on at the FTAA Negotiations”, *Canadian Centre for Policy Alternatives*, Ottawa.
  - Lee, Thea et al. (1992). *U.S. Citizens' analysis of the North American Free Trade Agreement*, The Development GAP, Washington.
  - Lee, Thea M. (). “False Prophets. The Selling of NAFTA”. Briefing Papers, Economic Policy Institute, Washington.
  - Leibholz, Gerhard. (1989). *La rappresentazione nella democrazia*. Giufre, Milano.

- Leiva Letelier, Fernando. (1998). “NAFTA & the presistence of poor labor conditions in Chile”. Texto preparado para conferencia *Health and Human Development in the New Global Economy*, Galveston, Texas, October 26-28,
- León, Osvaldo. (2001). “Y sin embargo... se mueve”, ALAI. <http://alainet.org/docs/1117.html>
- LIMA, Maria Regina Soares. (2000). “Acordos Comerciais, Transparência e participação: ALCA combina com democracia?”. Intervenção feita no Forum Continental Area de Livre comércio das Américas. Atores sociais e políticos nos processos de integração, São Paulo, 27-29 de novembro.
- Lipschutz, Ronnie D. (2004). “Global civil society and global governmentality”, in Glasius et al., *Exploring civil society. Political and cultural contexts*. Routledge, New York.
- Lipschutz, Ronnie D. (2005). “Power, politics and global civil society”. *Millenium Jorunal of International Studies*, Vol. 33, No 3, 747-769.
- Lofland, John. (1996). *Social Movement Organizations*. Aldine Degruyter, New York, 1996
- Lortie, Marc e Bédard, Sylvie. (2002). “Citizen involvement in Canadian foreign policy; The Summit of the Americas experience 2001”. *International Journal*, vol. 57, no. 3, summer.
- MacDonald, Laura e Schwartz, Mildred A. (2002). “Political Parties and NGOs in the creation of new trading blocs”. *International Political Science Review*, Vol 23, No 2.
- Maffesoli, Michel. (1997). *A trasnfiguração do político. A tribalização do mundo*. Editora Sulina, Porto Alegre.
- Marteleto, Regina Maria. (2001). “Análise de redes sociais, aplicação nos estudos de transferência de informação”. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 30, n. 1, p. 71-81, jan./abr.
- Massicotte, Marie-Josée. (2001). "Las organizaciones civiles y sociales mexicanas y sus redes transnacionales: orígenes, impactos y retos", Documentos de discusión sobre el tercer Sector, El Colegio Mexiquense, Mexico.
- Massicotte, Marie-Josée. (2004). “Forces d'Emancipation et démocratie participative dans les ameriques: un regard sur l'Alliance Sociale Continentale”. *Politique et Sociétés*, Volume 23, numéros 2-3, Quebec.
- Mathers, Tory. (2000). *Coalition Building: A Progressive Strategy for Canadian Unions*, *ICR Papers 17*, Queens University, Kingston.

- Mato, Daniel. (2000). “Prácticas transnacionales, representaciones sociales y orientaciones de acción en la (re)organización de las “sociedades civiles” en América Latina”. Daniel Mato, Ximena Agudo e Illia García, coords. (2000): *América Latina en tiempos de globalización II: cultura y transformaciones sociales*. Caracas: CIPOST - Universidad Central de Venezuela - UNESCO.
- Mato, Daniel. (2004). “Redes transnacionales de actores globales y locales en la producción de representaciones de ideas de sociedad civil”. Daniel Mato (coord.), *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela.
- Mc Grady, Leo. (1998). “NAFTA and workers' rights. A canadian perspective”. *National Lawyers Guild Annual Convention*, Detroit.
- McAdam, Doug, Tarrow, Sidney, e Tilly, Charles. (2001). *Dynamics of contention*, Cambridge University Press, Cambridge.
- McGrady, Leo. (1998). "NAFTA and Workers' rights: a canadian perspective", *National Lawyers guild annual convention*, Michigan.
- Meiksins Wood, Ellen. (1986). “*The retreat from class. A New “True” Socialism*” Verso, London.
- Melucci, Alberto. (1991). “La acción colectiva como construcción social”. *Estudios Sociológicos IX*: 26, México.
- Melucci, Alberto. (1994). “Asumir un compromiso: identidad y movilización en los movimientos sociales”. *Revista Zona Abierta* N° 69, Madrid.
- Melucci, Alberto. (1996). “The process of collective identity”. *Challenging codes. Collective action in the information age*, Cambridge University Press, New York.
- Money, R. Bruce. (1998). “International Multilateral Negotiations and Social Networks”. *Journal of International Business Studies*, Vol. 29, No. 4, 4th Qtr.
- Monière, Denis. (N.d.). "Les débats idéologiques". Université de Montréal, [http://www.pum.umontreal.ca/apqc/88\\_89/moniere3/moniere3.htm](http://www.pum.umontreal.ca/apqc/88_89/moniere3/moniere3.htm)
- Moraes de Souza, Claudia e Machado, Ana Claudia. (1997 [2001]). *Movimentos sociais no Brasil contemporâneo*, Edições Loyola, São Paulo.
- Moreno, Raul. (2004). *The Free Trade Agreement between the United States and Central América: economic and social impacts*, Red Sinti Techan, Managua.
- Mouffe, Chantal. (1999). *El retorno de lo político*. Ed. Paidós, Barcelona.
- Munck, Ronaldo. (2004 ). “Globalisation, labour and the Polanyi problem. Or, the issue of counter-hegemony”, *Labor History*, Volume 45, Issue 3 .



[http://www.theglobalsite.ac.uk/press/402munck.htm#\\_ftn1](http://www.theglobalsite.ac.uk/press/402munck.htm#_ftn1)

- Munck, Ronaldo. (2004 ). “Globalization: Deconstruction and beyond”. *Latin American Perspectives*, Vol. 29, No. 6, Globalization and Globalism in Latin America and the Caribbean. (Nov., 2002), pp. 24-31.
- Munck, Ronaldo. (2002). “Global Social Movements or Sorel in Seattle” <http://www.theglobalsite.ac.uk/press/401munck.htm> .
- Natal, Alejandro y González, Tonatiuh. (2002). “La participación de la sociedad civil en procesos de integración comercial: el caso del ALCA en México”, *ICR Papers 18*, Queens University, Kingston.
- Naughton, John. (2002). “Contested space: the internet and global civil society”. *Global Civil Society 2001*, Sage, London.
- Novaro, Marcos “*Crisis de representación, neopopulismo y transición democrática*”, en *Revista Sociedad*, nº6, Buenos Aires, 1995
- Novaro, Marcos y Palermo, Vicente. (1998) “*Los caminos de la centroizquierda*”, Ed. Losada, Buenos Aires.
- Novaro, Marcos. (1994) “*Pilotos de tormentas. Crisis de representación y personalización de la política en Argentina (1989-1993)*”. Ediciones Letra Buena, Buenos Aires.
- Novaro, Marcos. (2000). “*Representación y liderazgo en las democracias contemporáneas*”, Homo Sapiens Ediciones, Rosario.
- Nowotny, Stefan. (2002a). “World Wide Word. Is there a world of anti-globalism?”. <http://www.republicart.net>
- Nowotny, Stefan. (2002b). “Ambivalent Hybridities: On the Becoming of Promised Subjects”. <http://www.republicart.net>
- Nye, Joseph e Keohane, Robert. (1973). *Transnational relations and world politics*. Harvard University Press, Cambridge.
- Nye, Joseph e Keohane, Robert. (1977[1988]). *Poder e interdependencia. La política mundial en transición*. Grupo Editor Latinoamericano, Buenos Aires.
- O'Neill, Kate; Balsiger, Jörg e VanDeveer, Stacy D. (2004). “Actors, Norms, and impact: Recent international cooperation theory and the influence of the Agent-Structure debate”. *Annual Reiveus of Political Science*, 2004, 7:149-75.
- ORIT et al. (1997). *Construyendo la alianza social continental frente al libre comercio*. Belo Horizonte, 15 de maio.
- Otoyá Calle, Johan. (2005). *Apuntes sobre el Tratado de Libre Comercio com Estados*

Unidos, Plades, Lima.

- Pasquino, Gianfranco (comp.). (1988). *“Rappresentanza e democrazia”*, Laterza, Bari.
- Pasquino, Gianfranco. (1985). *“La complessità della politica”*, Laterza, Bari
- Pianta, Mario. (2002). “Parallel summits of global civil society”. *Global Civil Society 2001*, Sage, London.
- Pianta, Mario. (2003). “Parallel summits of global civil society. An update”. *Global Civil Society 2002*, Sage, London.
- Pinter, Frances. (2002). “Funding global civil society organisations”. *Global Civil Society 2001*, Sage, London.
- Pires Evangelista, Ana Carolina. (2006) *.Perspectivas sobre a “sociedade civil global” no estudo das relações internacionais*. Dissertação de Mestrado. PUC, São Paulo.
- Pizzorno, Alessandro. (1983). “Sobre la racionalidad de la acción democrática”. *Stato e Mercato*, nº 7, Madrid.
- Pizzorno, Alessandro. (1994). “Identidad e interés”. *Zona Abierta*, nº 69, Madrid.
- Polletta, Francesca e Jasper, James M. (2001). “Collective Identity and Social Movements”. *Annual Review of Sociology*, Vol. 21 (2001).
- Price, Richard. (1998). “Reversing the Gun Sights: Transnational Civil Society Targets Land Mines”, *International Organization*, Vol. 52, No. 3. (Summer, 1998), pp. 613-644.
- Read, Jason. (2001). "The Hidden Abode of Biopolitical Production: Empire and the Ontology of Production". *Rethinking Marxism*, Volume 13, Numero 3 / 4.
- Reis, Fábio Wanderley. (1988). “Identidade política e a teoria da escolha racional”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 6, vol 3, fev.
- Revilla Blanco, Marisa. (1994). “El concepto de movimiento social: acción, identidad y sentido”. *Zona Abierta*, nº 69, Madrid.
- Rissen-Cappen, Thomas. (1995). *Bringing transnational relations back in. Non-state actors, domestic structures and international institutions*. Cambridge University Press, Cambridge.
- RMALC. (1992). Memoria de Zacatecas, 25, 26 y 27 de octubre de 1991. Edición RMALC, febrero de 1992.
- Robey, John S. (1999). “Civil Society and NAFTA: Initial Results”, *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, Vol. 565, Civil Society and

Democratization. Sep..

- Robinson, William I. (1998). “Beyond Nation-State Paradigms: Globalización, Sociology, and the Challenge of Transnational studies”. *Sociological Forum*, Vol. 13, No. 4. (Dec., 1998), pp. 561-594.
- Rorty, Richard. (1991). *Contingencia, ironía y solidaridad*. Paidós, Barcelona.
- Rosenberg, Robin L.. (2001). “The OAS and the Summit of the Americas: Coexistence, or Integration of Forces for Multilateralism?.” *Latin American Politics and Society*, Vol. 43, No. 1. (Spring, 2001), pp. 79-101.
- RQIC. (2001). “A oposição à ALCA e a Aliança Social Continental”, disponível em <http://www.france.attac.org/spip.php?article3444>
- Sader, Eder. (1988 [1995]) “Quando novos personagens entraram em cena”, Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- Saguier, M. I. (2007). ‘The Hemispheric Social Alliance and the Free Trade Area of the Americas Process: The Challenges and Opportunities of Transnational Coalitions against Neo-liberalism’, *Globalizations*, Vol. 4 Issue 2, pp. 251-265.
- Saguier, Marcelo. (2004). “Convergence in the Making: Transnational Civil Society and the Free Trade Area of the Americas”, *Centre for the Study of Globalisation and Regionalisation* (CSGR), University of Warwick, Working Paper No. 137/04, Coventry.
- Sanford, Malman. (2004). “De la apertura económica a la apertura ecológica: Los temas ambientales en un tratado de libre comercio entre Chile y Norteamérica”, em *Ambiente y Desarrollo*, Setembro, 2004
- Santos, Milton. (2000). *Por uma outra globalização*, Rio de Janeiro, Record.
- Saussure de, Ferdinand. (1988). *Curso de Lingüística Geral*. Editora Cultrix, São Paulo,
- Scherer-Warren, Ilse e Carvalho Ferreira, José Maria (orgs.). (2002). *Transformações sociais e dilemas da globalização: um diálogo Brasil/Portugal*. Cortez Editora, São Paulo.
- Scherer-Warren, Ilse. (1993 [1995]). *Redes de movimentos sociais*. Edições Loyola, São Paulo.
- Scherer-Warren, Ilse. (2002). “Movimentos em cena ... e as teorias por onde andam?”. [http://www.educacaoonline.pro.br/movimentos\\_em\\_cena.asp?f\\_id\\_artigo=385](http://www.educacaoonline.pro.br/movimentos_em_cena.asp?f_id_artigo=385)
- Scherer-Warren, Ilse. (2006). “Das mobilizações às redes de movimentos sociais”. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130, jan./abr.
- Schmitt, Carl. (1992). “*O conceito do político*”, Ed. Vozes, Petrópolis.

- Scholte, Jan Aart, Robert O'Brian e Marc Williams. (1998). "The WTO and Civil Society". *CSGR Working Papers*, 14/98.
- Scholte, Jan Aart. (2002 [2005]). "*Globalization a critical introduction*", Palgrave Macmillan, New York.
- Scholte, Jan Aart. (2002). "Civil Society Voices and the International Monetary Fund". Preparado para VOCES: El Surgimiento de las Voces No-Gubernamentales dentro de Organizaciones Multilaterales, North South Institute, Ottawa.
- Schulz, Markus S. (1998). "Collective Action Across Borders: Opportunity Structures, Network Capacities, and Communicative Praxis in the Age of Advances globalization". *Sociological Perspectives*, Vol. 41 No. 3.
- Seoane, José e Taddei, Emilio. (2001). "De Seattle a Porto Alegre. Pasado, presente y futuro del movimiento anti-mundialización neoliberal". Seoane, José e Taddei, Emilio (comps.) *Resistencias Mundiales [De Seattle a Porto Alegre]*. CLACSO, Buenos Aires.
- Seoane, José, Algranati, Clara e Taddei, Emilio. (2006). "Las nuevas configuraciones de los movimientos populares en América Latina", em Atilio A. Boron y Gladys Lechini, *Politica y movimientos sociales en un mundo hegemónico*, Paidós, Buenos Aires, 2006.
- Serbin, Andres (comp). (2003). *Entre la confrontación y el diálogo. Integración regional y diplomacia ciudadana*, Buenos Aires, Siglo XXI.
- Serbin, Andres. (2004). "Globalifóbicos versus Globalitarios en América Latina y el Caribe", em Víctor Flores García y Manuel E. Bernal Alvarado, *La ilusión del buen gobierno*, UNESCO, 2004.
- Serbin, Andrés. (2004). "La sociedad civil regional del Gran Caribe: desafíos pendientes". *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, Año 10, N 003, Caracas, 2004.
- Shamsie, Yasmine. (2000). "Un compromiso con la sociedad civil. Lecciones de la OEA, el ALCA, y las Cumbres de las Américas". North South Institute, Ottawa.
- Shamsie, Yasmine. (2003). "Recelos Mutuos: Inclusión de la Sociedad Civil en las Américas". Preparado para VOCES: El Surgimiento de las Voces No-Gubernamentales dentro de Organizaciones Multilaterales, North South Institute, Ottawa.
- Simpson, Brent; Michael W. Macy. (2001). "Collective Action and Power Inequality: Coalitions in Exchange Networks". *Social Psychology Quarterly*, Vol. 64, No. 1.

- (Mar., 2001), pp. 88-100.
- Sinclair, Scott. (1999). "The WTO Third Ministerial meeting Seattle, Washington, Nov. 30-Dec. 3, 1999." *Briefing Paper Series: Trade and Investment*, Canadian Centre for Policy Alternatives, Briefing Paper Series: Trade and Investment Vol 1 No 1, Ottawa.
  - Sinclair, Scott. (2004) "Thinking Outside the Trade Treaty Box". *Briefing Paper Series: Trade and Investment*, Canadian Centre for Policy Alternatives, Briefing Paper Series: Trade and Investment, Vol 5 No 3, Ottawa.
  - Siqueira, Carlos Eduardo, Castro, Hermano e Araujo, Tania Maria de. (2003). "A globalização dos movimentos sociais: resposta social à Globalização Corporativa Neoliberal". *Revista Ciência & Saúde coletiva*, 2003, vol.8, no.4, p.847-858.
  - Smith, Jakie e Johnston, Hank (eds). (2002). *Globalization and Resistance. Transnational dimension of social movements*. Rowman & Littlefield, Lanham.
  - Smith, Jakie e Wiest, Dawn. (). "The uneven geography of Global Civil Society: national and global influences in transnational association". *Social Forces*; Dec 2005; 84, 2; Research Library pg. 621
  - Snow, David A. e Trom, Danny. (2002). "The case study and the study of social movements", em Klandermans, Bert e Staggenborg, Susan Eds., *Methods of social movements research*, University of Minnesota Press, Mineapolis.
  - Sorj, Bernardo. (2005). "Sociedad Civil y relaciones Norte-Sur: ONGs y dependencia", *Working Paper No 1*, Centro Edelstein de Investigaciones Sociales, Rio de Janeiro, 2005.
  - Steyerl, Hito. (). "La articulación de la protesta".
  - Sullivan, Siam. (2004). "We are heartbroken and furious!" (2) Violence and the (anti)-globalisation movements(s)", *CSGR Working Paper No. 133/4*, Coventry.
  - Sullivan, Siam. (2005) "Viva Nihilism!" On militancy and machismo in (anti)-globalization protest", *CSGR Working Paper No. 158/05*, Coventry.
  - Sullivan, Sian. (2003) "Frontline(s)". *Ephemera*, Critical dialogues on organization, volume 3(1): 68,89.
  - Svampa, Maristella (editora). (2000). "*Desde abajo. La transformación de las identidades sociales*", Ed. Biblos y Universidad Nacional de General Sarmiento, Buenos Aires, 2000
  - Svampa, Maristella. (2000). "Clases medias, cuestión social y nuevos marcos de sociabilidad". *Revista Puntos de Vista* N° 67, Buenos Aires, Agosto.

- Tarrow, Sydney (2005a). *“The new transnation activism”*, Cambridge University Press, New York.
- Tarrow, Sydney (comp.). (1998). *Power in Movement. Social Movements and contentious politics*. Cambridge University Press, New York.
- Tarrow, Sydney. (2003). *‘Global’ Movements, Complex Internationalism, and North-South Inequality*”, preparado para o seminário Contentious Politics, Columbia University, October 27.
- Tarrow, Sydney. (2005b). *The Dualities of Transnational Contention: “Two Activist Solitudes” or a New World Altogether?*. paper preparado o décimo Aniversario de *Mobilization*, February.
- Teivanen, Teivo. (2003). *Pedagogía del poder mundial. Relaciones internacionales y lecciones del desarrollo en América Latina*, Lima, Centro de Estudios Para el Desarrollo.
- Tenti Fanfani, Emilio. (2000). “Exclusión social y acción colectiva en la Argentina de hoy”. *Revista Puntos de Vista*, N° 67, Buenos Aires, Agosto.
- Thoburn, Nicholas. (2002). "Difference in Marx: the lumpenproletariat and the proletarian unnamable". *Economy and Society*, Volume 31, London, Agosto 2002
- Tilly, Charles (ed.). (1996). *Citizenship. Identity and Social History*. International Review of Social History Supplements, Cambridge.
- Tilly, Charles. (1985 [1990]). “Modelos y Realidades de la acción colectiva popular”. *Zona Abierta* N° 54/59, Madrid.
- Tilly, Charles. (1996 [2000]). *Las revoluciones europeas. 1492-1992*. Critica, Barcelona.
- Tilly, Charles. (2001). “Acción Colectiva”. *Apuntes de investigación*, CECYP, Año V, N° 6, Buenos Aires.
- Tilly, Charles. (2004). entrevista por Angela Alonso e Nadya Araujo Guimarães, em *Tempo Social*, vol.16 no.2, novembro, São Paulo, 2004
- Tilly, Charles. (2004). *Lullaby, Chorale, or Hurdy-Gurdy Tune?*. Columbia University.
- Tormey, Simon. (2003 [2006]). “‘Not in my Name’: Deleuze, Zapatismo and the Critique of Representation”. *Parliamentary Affaires*, 59(1):138-154.
- Tostes, Ana Paula. (2004). Identidades Transnacionais e o estado. Viço e Teimosia?, em *Lua Nova*, N 63, São Paulo.
- Tostes, Ana Paula. (2006 ). “Um casamento feliz: direito internacional e sociedade civil global na formação dos regimes internacionais”. *Revista de Sociologia e Política*,

Curitiba, 27, p. 65-76, nov. 2006

- Toussaint, Eric e Arnaud, Zacharie. (2003). *Salir del Impasse. Deuda y ajuste*, Quito, Centro de Derechos Económicos y Sociales CDES.
- Trautmann, Maria de la Luz, (2002). *Comercio y Género: las políticas de liberalización y sus impactos en Chile*. IGTN, 2002.
- Truglia, Elvira. (2001 ). “El ALCA remata los medios de comunicación”, paper presentado na *Cumbre de los Pueblos*, Québec, abril, 2001.
- Turner, Scott. (1998). “Global Civil Society, Anarchy and Governance: Assessing an Emerging Paradigm”. *Journal of Peace Research*, Vol. 35, No. 1. (Jan., 1998), pp. 25-42.
- Tussie, Diana e Botto, Mercedes. (2005). “Las Cumbres de las Américas: una nueva plataforma para la sociedad civil”. *América Latina Hoy*, Vol. 40, agosto de 2005, Ediciones Universidad de Salamanca.
- Van Apeldoorn, Bastiaan. (2004). “Theorizing the transnational: a historical materialist approach”. *Journal of International Relations and Development* (2004) 7, 142–176.
- Van Rooy, Alison. (2000). “Civil Society on Tour Seattle, Washington, Windsor and the World”. *WTO Series at the Canadian Centre for Management Development*. The North-South Institute. Ottawa.
- Van Rooy, Alison. (2004) “*The global legitimacy game. Civil Society, globalization, and protest*”, Palgrave/McMillan, New York.
- Vargas, Virginia. (2001) “Ciudadanía globales y sociedades civiles globales. Pistas para el análisis”. *Foro Social Mundial 2001*. <http://www.icd.org.uy/mercour/forum/vargas.html>
- Vieira, Liszt. (2001). *Os argonautas da cidadania. A sociedade civil na globalização*. Editora Record, Rio de Janeiro.
- Villa, Rafael. (2005). "Coalizões transnacionais de ativistas verdes na política internacional contemporânea". Vita, Alvaro de e Tostes, Ana Paula, *Justiça e processos democráticos transnacionais*, Humanitas, São Paulo.
- Villamar, Alejandro. (2001). *El Plan Puebla Panamá: extensión y profundización de la estrategia regional neoliberal, o nueva estrategia de desarrollo integral y sustentable desde las comunidades*, mimeo.
- Vite Pérez, Miguel Angel. (1997). “La ciudadanía en un mundo globalizado”. *Revista Mexicana de Sociología*, Vol. 59, No. 4. (Oct. - Dec., 1997), pp. 139-153.
- Von Bülow, Marisa, (2006). *Pathways to transnationality: networks, collective action*,

*and trade debates in the Americas*, tese de doutorado. Baltimore.

- Wade, Robert. (2003). “El maestro de ceremonias de Doha”. Michael MOORE, *A World Without Walls: Freedom, Development, Free Trade and Global Governance*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Walker, R.B.J. (2006). “The Double Outside of the Modern International”. *Ephemera/global conflicts*, volume 6, [www.ephemeraweb.org](http://www.ephemeraweb.org), 2006
- Wapner, Paul. (1995). “Politics Beyond the State: Environmental Activism and World Civic Politics”, *World Politics*, Vol. 47, No. 3. (Apr., 1995), pp. 311-340.
- Waterman, Peter e Timms, Jill. (2005). “Trade Union Internationalism and a Global civil Society in the Making”. Helmut Anheier, Marlies Glasius and Mary Kaldor (eds), *Global Civil Society 2004-5*, pp. 175-202.
- Waterman, Peter. (2004). “Emancipating Labor Internationalism, (from the C20th working class, unions and socialism)”.
- Waterman, Peter. (2000). “On the Export and Import of Civil Society in Times of Globalisation (and the Significance of Urban Turtles for Global Democracy)”.
- Waterman, Peter. (2004). *Trade Unions, NGOs and Global Social Justice: another tale to tell*, [http://www.choike.org/documentos/waterman\\_pdf](http://www.choike.org/documentos/waterman_pdf)
- Waterman, Peter. (2006). *Los nuevos tejidos nerviosos del internacionalismo y la solidaridad*. Universidad Nacional Mayor de San Marcos, Lima.
- Wellman, Barry. “Little boxes, glocalization and Network individualism”.
- Weston, Ann. (2005). “The Canadian ‘model’ for public participation in trade policy formulation”. North South Institute, Ottawa.
- Williamson, John. (1990). “What Washington Means by Policy Reform”, em John Williamson (ed), (2002), *Latin American Adjustment: How Much Has Happened?*.
- Wise, Timothy A. (2003). ““NAFTA’s Untold Stories: Mexico’s Grassroots Responses to North American Integration,” *Americas Program Policy Report* (Silver City, NM: Interhemispheric Resource Center, June 10.

### **Documentação sobre ALCA, Livre Comércio e o Movimento**

- “About ART”, em [www.art-us.org](http://www.art-us.org)
- “Building on the NAFTA Legacy?”, CCPA, *FastFacts*, Winnipeg, 2005.
- “A política Internacional da CUT. Historia e Perspectivas”, Editado pela Central Única dos Trabalhadores, São Paulo, 2003.
- “Por que dizer não à ALCA”, REBRIP, Rio de Janeiro, 2002.



- “Negociações Comerciais Internacionais na Era Lula. Criação do G-20 e embates entre o agronegócio e a agricultura familiar”, REBRIP e Action Aid Brasil, Rio de Janeiro, 2004.
- “Não à ALCA! Uma América Latina socialista é possível”, PSTU, São Paulo, 2002
- “Assembléias Populares, Reinventando a Democracia”, Ed. Campanha Nacional Contra a ALCA, São Paulo, 2005.
- “Folletos Informativos” Plades, Lima, 2003
- “De la indignidad a la indignación. La verdad sobre las negociaciones del TLC”, RedColombiana de Acción frente al Libre Comercio RECALCA, Bogotá, 2006.
- “Los Tratados bilaterales de libre comercio en la Argentina: un instrumento para legalizar la subordinación del país a los intereses de los grupos corporativos”, Editado por FOCO, Buenos Aires, 2004
- “Les dessous de l’ALCA”, Centre Tricontinental & L’Harmattan, Louvain-la-Neuve, 2003
- “No al ALCA! Otra América es posible! Las negociaciones oficiales vs. Alternativas para las Américas” Alianza Social Continental, São Paulo, 2003.
- “Prácticas “ejemplares” del libre comercio”, Alianza Social Continental, São Paulo, 2003.
- “La ola del libre comercio. Los pueblos de las Américas contra la nueva fase del neoliberalismo”, São Paulo, 2004.
- “Lecciones del TLCAN. El alto costo del “libre” comercio”, Red Mexicana de Acción Frente al Libre Comercio, México, 2003.
- “Livre-Comércio. O que está em jogo?” Campanha Jubielu Sul/Brasil, Ed. Paulinas, São Paulo, 2004.
- “OMC, 10 años Bastan! Acciones y estrategias rumbo a Hong Kong”, Campaña Continental contra el ALCA y Campaña Brasileña contra el ALCA/ Via Campesina Brasil, São Paulo, 2005.
- “Mobilisations des peuples contre L’ALCA-ZLEA”, CETIM, Genebra, 2005.
- “NAFTA - North American Free Trade Agreement: Lessons on Free Trade” Canadian Labor Congress, 2003
- “Historical Background & Chronology”, Canadian Labor Congress, [http://canadianlabour.ca/index.php/summits\\_peoples\\_etal](http://canadianlabour.ca/index.php/summits_peoples_etal), 2003
- “About us”, Réseau Québécoise sur l’Intégration Continentale, <http://www.rqic.alternatives.ca/RQIC-fr.htm>
- “Our History”, Council of Canadians, <http://www.canadians.org/about/history/index.html>
- “Canada-U.S. Integration: A Chronology”, Council of Canadians, 2006
- “NAFTA is a bad deal for Canada!”, Council of Canadians,

- "The Council of Canadians, 20 years of action", Council of Canadians, 2005

## **Entrevistados**

### **Kjeld Jakobsen**

Brasileiro (51), presidente do Instituto Observatório Social desde 2004, em São Paulo, Brasil. Foi Secretário de Relações Internacionais da CUT (Central Única dos Trabalhadores) (1994-2003) e Secretário de Relações Internacionais do Município de São Paulo (2003-2004).

Entrevista presencial realizada em São Paulo no dia 28 de setembro de 2006.

### **Victor Baez**

Paraguaio (50), Secretário Geral da ORIT (Organização Regional Interamericana de Trabalhadores) desde 2003, baseado em São Paulo, Brasil desde 2005. Foi Representante da ORIT no Cone Sul (1995/97) e Secretário de Políticas Econômicas e Sociais (1997/2003)

Entrevista presencial realizada em São Paulo no dia 23 de outubro de 2006.

### **Graciela Rodriguez**

Argentina (54), Coordenadora Global da IGTN (International Gender and Trade Network) desde 2005, Coordenadora do Comitê de Mulheres da ASC (Aliança Social Continental) desde abril 2006, Coordenadora do GT Gênero da REBRIP, Diretora do Instituto Equit desde 2003, no Rio de Janeiro, Brasil. Foi Coordenadora de Ser Mulher (1989 – 2003)

Entrevista telefônica realizada no dia 2 de novembro de 2006.

### **Marcela Escribano**

Chilena (45), Assessora da Confederação Sindical Nacional do Quebec desde 2004, Consultora internacional em cooperação ao desenvolvimento do Ministério de Meio Ambiente do Brasil (2006), em Brasília, Brasil. Foi responsável do projeto para América Latina da organização Quebequense *Alternatives* (1994-2004), Ativista de SIPMA (1992-94) e de uma organização feminista no Chile (1987-90).

Entrevista telefônica realizada no dia 08 de novembro de 2006.

### **Fátima Mello**

Brasileira (44), Diretora de Relações Internacionais da FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional) e Secretária Executiva da REBRIP (Rede Brasileira pela

Integração dos Povos) desde 1998, no Rio de Janeiro, Brasil. Foi assessora e pesquisadora do IBASE em questões de modelo de desenvolvimento (1984-1993)

Entrevista presencial realizada em São Paulo no dia 10 de novembro de 2006.

### **Alejandro Villamar**

Mexicano (62), Membro do Conselho de Direção da RMALC (Red Mexicana de Acción Frente al Libre Comercio) desde a sua criação no ano 1991.

Entrevista presencial realizada em São Paulo, no dia 13 de novembro de 2006.

### **Karen Hansen-Kuhn,**

Estadunidense (46), Analista de políticas públicas de alimentos e fome da Action Aid desde abril de 2005, em Washington DC, Estados Unidos. Foi assessora sobre livre comércio e ajuste estrutural para a organização The Development Gap (1990-2005), facilitadora da rede Alliance for Responsible Trade dos EUA.

Entrevista telefônica realizada no dia 15 de novembro de 2006.

### **Dolores Jarquin Lopez**

Nicaragüense (31), Coordenadora do “Movimento Social Nicaragüense, Outro mundo é possível”.

Entrevista por e-mail realizada no dia 15 de maio de 2007.

### **Lucrecia Ardón**

Guatemalteca (43) Coordenadora da “Mesa Global” coalizão guatemalteca de resistência ao TLC com os Estados Unidos.

Entrevista por e-mail realizada no dia 15 de maio de 2007.

### **Carlos Aguilar**

Costaricense (31). Foi coordenador do “Encuentro Popular” coalizão tica de resistência ao TLC com os Estados Unidos.

Entrevista presencial realizada no dia 29 de outubro de 2007.

### **Francisca Rodriguez**

Chilena, diretora de ANAMURI, organização de mulheres camponesas do Chile, e representante da Coordenação Latinoamericana de Organizações Camponesas (CLOC),

membro de La Via Campesina.

Conversação informal realizada no dia 30 de outubro de 2007, Bogotá

**Sheila Katz**

Canadense, assessora do Canadian Labor Congress, central sindical do Canada anglofalante  
membro fundador de Common Frontiers.

Entrevista telefônica realizada no dia 28 de agosto de 2007.

**Héctor de la Cueva**

Mexicano (51), diretor do CILAS, foi Secretario Ejecutivo da ASC no período 1999-2002,  
membro da coordenação da RMALC.

Entrevista telefônica realizada no dia 30 de agosto de 2007.

**Alberto Arroyo**

Mexicano, membro da Coordenação da RMALC,

Conversação informal não registrada realizada no dia 10 de novembro de 2007, Santiago do  
Chile.

**Ken Traynor**

Canadense, foi coordenador de Common Frontiers desde a sua fundação (1989) até 1994  
(aprox).

Questionario contestado por e-mail (16/11/2007).

**Pharis Harvey**

Estadunidense, foi coordenador de MODTLE (1991-1993?).

Questionario contestado por email (13/11/2007)

**Lorena Zelava Pineda**

Hondureña, membro do Bloque Popular-Honduras.

Conversação não registrada, Santiago do Chile (09/11/2007)

**Claudio Lara Cortez**

Chileno, economista, membro da coordenação do ACJR, atualmente é o coordenador da ASC-  
Chile.

Entrevista realizada em Santiago de Chile, 23 de novembro de 2006.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)